Proposta da Administração

Documentos e informações necessários para realização da Assembléia Geral Ordinária em 25 de abril de 2014, em atendimento aos artigos 9º, 10º e 12º do Capítulo III da Instrução CVM 481/09

USIMINAS

Proposta da Administração para a Assembléia Geral Ordinária de 25 de abril de 2014

Em atendimento ao capítulo III - Informações e Documentos da Instrução CVM 481/09, a Usiminas está disponibilizando os seguintes documentos e informações:

A - Artigo 9º - a companhia dever fornecer até um mês antes da data marcada para realização da assembléia geral ordinária os seguintes documentos e informações:

	Índice
I - Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31/12/2013	**1**
II - Parecer dos auditores independentes	**14**
III - Cópia das demonstrações financeiras	**17**
IV - Parecer do Conselho Fiscal	**188**
V - Declaração dos diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	**189**
VI - Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	**190**
VII - Comentário dos admistradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do ítem 10 do Formulário de Referência	**191**

B - Conforme parágrafo 1º a Usiminas está fornecendo ainda os seguintes documentos:

I - Formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP, aquivado na CVM em 14/02/2014.	**-**
II - Proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2013 com as informações requeridas no Anexo 9-1-II: A Companhia está dispensada da apresentação por apresentar prejuízo no exercício, conforme processo CVM TJ/2010-14687.	**-**
III - Parecer do comitê de auditoria	**234**

C - Em atendimento ao artigo 10º a Usiminas está disponibilizando as seguintes informações:

Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados pela administração ou pelos acionistas controladores	**236**

D - Em atendimento ao artigo 12º a Usiminas está disponibilizando os seguintes documentos e informações:

I - Proposta de reumuneração dos administradores	**260**
II - As informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência	**260**

Senhores Acionistas,
A Administração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS submete à apreciação de V.Sas. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas, com o parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

1) Mensagem aos Acionistas

O ano de 2013 foi marcado pela retomada de bons resultados na geração operacional de caixa da Companhia, fortalecendo sua competitividade mediante esforços focados nas áreas chave do negócio, comercial e industrial.

No lado comercial, a maior interação com os clientes e o melhor mix de vendas de produtos acabados, com maior participação do mercado interno, proporcionou melhores resultados. O volume de vendas de laminados para o mercado interno alcançou 5,4 milhões de toneladas, 7% de crescimento sobre 2012, maior volume dos últimos 5 anos. Nas vendas de minério de ferro um novo recorde foi atingido em 2013: o volume de vendas totalizou 6,8 milhões de toneladas, 10% superior ao volume de 2012. A Companhia trabalhou ao longo do ano nos processos industriais, na busca continua pela estabilidade operacional, eficiência e redução de custos, com disciplina rígida de controles. Como resultado aos esforços, o EBITDA ajustado aumentou 159%, comparativamente a 2012.

Em 2014, o cenário interno da economia brasileira incorpora fatores que podem impactar o desempenho da economia: eleição presidencial; progresso nos projetos de infraestrutura; desenvolvimento dos projetos de óleo e gás; impactos decorrentes da realização da Copa do Mundo na produção industrial e comercialização de bens e serviços.

Contudo, o cenário externo ainda continuará sendo determinante para a definição da direção da economia brasileira. O desempenho da balança comercial e dos investimentos estrangeiros e, consequentemente, o impacto na cotação do dólar, deverão influenciar a dinâmica da demanda interna, principalmente no tocante à importação de produtos industrializados que contêm aço.

A Usiminas persistirá em seus esforços na redução de custos, na estabilização operacional e no aumento da eficiência produtiva, aprofundando nas ações já implementadas com o objetivo de continuar aumentando sua competitividade.

2) Ambiente Econômico

A economia mundial deu sinais de melhora em 2013, embora tenha sido insuficiente para reverter o quadro de crescimento abaixo do verificado nos três últimos anos, de 5% em 2010, 4% em 2011 e 3% em 2012. As previsões de crescimento mundial em 2013 são de apenas 2,9%, segundo o FMI.

O cenário da siderurgia mundial foi de crescimento na produção de aço bruto. Segundo a World Steel Association – WSA, a produção mundial de aço bruto foi de 1,6 bilhão de toneladas em 2013, crescimento de 3,4% sobre o mesmo período de 2012. O crescimento foi impulsionado pela produção chinesa, que avançou 7,5%. A WSA estima que o consumo mundial de aços tenha alcançado 1,5 bilhão de toneladas, crescimento de 3,1% em relação a 2012. Para 2014, a previsão é de um aumento de 3,9% no consumo mundial de aços.

Com relação à economia brasileira, o PIB brasileiro frustrou as expectativas de uma recuperação mais forte da economia. A previsão é de que a expansão tenha sido de 2,3% (Relatório Focus do Banco Central, de 10/01/2014), abaixo das expectativas de um crescimento em torno de 3,3%, que vigoravam no início de 2013. A expectativa é que a economia terá tido um avanço de 0,2% no 4º trimestre de 2013 comparado ao 3º trimestre, no qual houve queda de 0,5%. A percepção de piora do ambiente econômico fez com que as previsões para 2014 também fossem reduzidas para 1,9%.

Apesar do fraco crescimento de 1,2% da produção industrial no acumulado de janeiro a novembro de 2013, o desempenho dos grandes setores consumidores de aço foi positivo. Isso se deveu, principalmente, ao crescimento da produção de bens de capital, que em 2013 acumulava alta de 13,3%, segundo dados do IBGE, como também à produção de veículos pesados, produção de máquinas agrícolas e de máquinas e equipamentos em geral.

O mercado brasileiro de aços planos consumiu 14,8 milhões de toneladas em 2013, contra 14,0 milhões de toneladas em 2012, crescimento de 5%. Do volume total, 89% foi fornecido pelas usinas locais e 11% por importações, uma relação com maior participação local comparada com a observada em 2012 (87% por usinas locais e 13% por importações), segundo dados da Usiminas. Ao final de 2013, os estoques estavam girando em 2,7 meses (INDA - Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço).

No ano de 2013 a demanda global de minério de ferro cresceu 5% em comparação a 2012 atingindo 1,9 bilhão de toneladas, segundo dados da CRU. Desse volume total, a participação da demanda por importação de minério na China foi de 40%, representando um crescimento de 11% comparado a 2012. O preço médio de minério de ferro em 2013 foi também 5% superior a 2012. Este aumento está associado ao crescimento da produção de aço na China e sua dependência da importação desta matéria prima. Para 2014, espera-se que a demanda da China por minério importado continue crescendo, afetando positivamente a produção no Brasil.

3) Perfil da Companhia

Com 51 anos de atuação no mercado, a Usiminas está presente em toda a cadeia produtiva do aço, sendo líder do mercado nacional de aços planos e um dos maiores complexos siderúrgicos da América Latina. Detém uma linha completa de aços planos, que atende aos mais diferentes setores da indústria brasileira e mundial e possui capacidade nominal para produzir 9,5 milhões de toneladas de aço por ano.

A Usiminas não se restringe apenas à siderurgia, atuando também no segmento de mineração, por meio da Mineração Usiminas, no segmento de transformação do aço, por meio da Soluções Usiminas, e nos segmentos de bens de capital e serviços, por meio da Usiminas Mecânica.

Em 2013, a Usiminas recebeu importantes reconhecimentos de seus clientes: melhor fornecedora de produtos siderúrgicos para a Honda, dentre os fornecedores no Brasil; *Supplier of the Year,* prêmio máximo concedido pela *John Deere*, líder mundial em fabricação de máquinas agrícolas; prêmio *Volkswagen Group Award 2013,* que destacou um grupo de 21 fornecedores globais da marca, sendo a Usiminas a única representante brasileira nesse seleto grupo; e premiada pela Toyota pela atuação no projeto do veículo *Etios*, dentre outros reconhecimentos. A subsidiária Soluções Usiminas foi escolhida para ser o Centro de Serviços exclusivo da nova fábrica da FIAT em Goiana (PE).

Em 2013, foi alienada totalidade da participação acionária da Usiminas no capital social da Automotiva Usiminas S.A. (“Automotiva”) para a Aethra Sistemas Automotivos S.A. A alienação da Automotiva está alinhada com a estratégia da Companhia de priorizar, em seu portfólio, os negócios associados diretamente às suas atividades principais, buscando maximizar seu posicionamento competitivo.

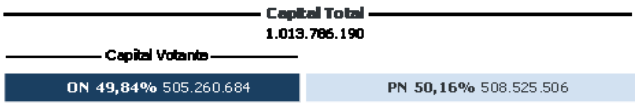
4) Governança Corporativa

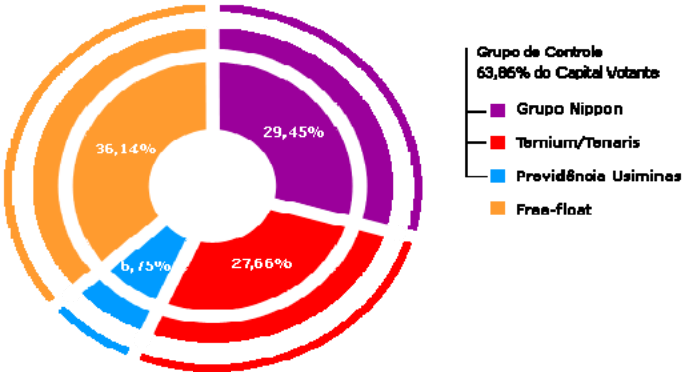
Em 2013, a Usiminas continuou na evolução das práticas de governança corporativa, de transparência e respeito aos acionistas. A estrutura de governança da Usiminas conta com Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração. Ela tem a missão de monitorar as boas práticas - avaliar o sistema de controles internos e de gestão de riscos da Companhia - ao dar suporte às decisões da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração.

A Usiminas possui um Código de Conduta que tem por objetivo orientar seu relacionamento com os públicos interno e externo, padronizando a relação direta das empresas da Companhia com os *stakeholders*. O Código é uma referência para a conduta pessoal e profissional dos empregados, baseado em valores e princípios que sustentam a atuação da Companhia.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA E GRUPO DE CONTROLE

O capital social da Companhia se compõe de 1.013.786.190 ações sendo 49,8% ações ordinárias com direito a voto. O Grupo de Controle possui 63,9% do capital votante.





ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria Executiva da Usiminas é composta por um diretor-presidente e sete vice-presidentes nas áreas: Comercial, Industrial, Finanças e Relações com Investidores, Tecnologia e Qualidade, Subsidiárias, Planejamento Corporativo, Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, sendo esta última não estatutária.

Os gestores têm mandatos de dois anos, podendo ser reeleitos, e são responsáveis por estabelecer as diretrizes corporativas para os demais gestores e direcioná-los nas relações internas e externas.

O Conselho de Administração conta com dez membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne ordinariamente no mínimo quatro vezes por ano, conforme calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente sempre que necessário aos interesses da Companhia. Possui dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria (estatutário) e o Comitê de Recursos Humanos.

A Usiminas mantém ainda um Conselho Fiscal instalado, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos Administradores.

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em reunião da Assembléia Geral Ordinária, promovida em abril de 2013, os acionistas aprovaram o montante de R$ 37 milhões como verba global de remuneração dos administradores da Companhia, a ser atualizado pelo IGP-M. Aprovaram ainda o valor de R$ 3 milhões referente ao Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia, aprovado pela Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 2011.

AUDITORES INDEPENDENTES

A norma da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade. A Ernst & Young é responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras da Usiminas em 2013.

5) Desempenho Consolidado

Destaques

R$ Milhões	2011	2012 (*)	2013	Var. 2013/2012
Produção Bruta de aço (000 t)	6.699	7.158	6.859	-4%
Volume de vendas de aço (000 t)	5.916	6.881	6.220	-10%
Produção de mineral de ferro (000 t)	6.329	6.652	6.520	-2%
Volume de vendas de mineral de ferro (000 t)	5.564	6.115	6.755	10%
Receita Liquida	11.902	12.711	12.829	1%
Custo dos Produtos Vendidos	-10.773	-12.230	-11.354	-7%
Lucro (Prejuizo) Bruto	1.129	481	1.476	207%
Lucro (Prejuizo) Liquido	404	-598	17	103%
EBITDA (Instrução CVM 527)	1.261	658	1.773	169%
EBITDA margem (Instrução CVM 527)	10,6%	5,2%	13,8%	8,6 p.p.
EBITDA Ajustado	1.264	697	1.806	159%
Margem EBITDA Ajustado	10,6%	5,5%	14,1%	8,6 p.p.
Investimentos (Capex)	2.361	1.642	981	-40%
Caixa	5.132	4.661	3.469	-26%
DívidaTotal	8.854	8.071	6.901	-14%
Dívida Líquida	3.551	3.410	3.434	1%

(*) Ajustado conforme novos praticas contábeis aplicadas desde 2013.

RECEITA LÍQUIDA

No exercício de 2013, a receita líquida alcançou R$12,8 bilhões, superior em 1% à receita observada em 2012. O crescimento é decorrente do maior volume de vendas de laminados no mercado interno (5,4 milhões de toneladas), cuja participação passou a ser de 87% em 2013, comparada à participação de 73% em 2012; além de melhores preços de venda. A Mineração Usiminas também contribuiu com o incremento na receita, com aumento de 10% no volume de vendas, que atingiu 6,8 milhões de toneladas em 2013.

Adicionalmente, a Soluções Usiminas e Automotiva Usiminas (consolidada no resultado até 30 de novembro de 2013), apresentaram, em conjunto, receita líquida de R$ 2,4 bilhões em 2013, uma performance 19% superior à verificada em 2012.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E LUCRO BRUTO

O custo dos produtos vendidos de 2013 somou R$11,4 bilhões, 7% inferior ao de 2012, devido, principalmente, ao menor volume total de aço vendido, às iniciativas de redução de custos, tais como a adequação da mão de obra e redução nos serviços de terceiros, e ao aumento da produtividade em toda a Companhia. A margem bruta no ano de 2013 foi de 12%, 8 pontos percentuais acima de 2012.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais estão compostas por:

R$ Milhões	2011	2012 (*)	2013	Var. 2013/2012
Despesas com Vendas	-461	-374	-336	38
Despesas Gerais e Administrativas	-501	-481	-568	-87
Outros receitas e despesas operativas	280	-99	-52	47
Total	**-682**	**-954**	**-956**	**-2**
% sobre receita liquida	-5,7	-7,5	-7,4	

(*) Ajustado conforme novos praticas contábeis aplicadas desde 2013.

As Despesas com Vendas em 2013 totalizaram R$ 336 milhões e foram inferiores às observadas em 2012, dado o menor volume de exportação realizado em 2013, resultando em menores custos de distribuição.

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R$ 568 milhões e apresentaram aumento de 18% em relação a 2012. O aumento se deve principalmente à mudança na forma de contabilização de despesas gerais de algumas atividades (Tecnologia da Informação, Suprimentos e Recursos Humanos), que em 2013 passaram a ser integralmente considerados como Despesas Administrativas. Adicionalmente, como consequência de reajustes salariais por acordo coletivo, houve incremento nas despesas com salários, encargos e benefícios, ainda que tenha sido obtido aumento na produtividade da mão de obra.

As outras Despesas/Receitas Operacionais totalizaram R$ 52 milhões em Despesas Líquidas, devido principalmente à constituição de provisões por contingência judiciais e maiores despesas com planos de previdência, e foram parcialmente compensadas com o resultado na venda de ativos permanentes e o Programa Reintegra (incentivo às exportações)

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2013, as despesas financeiras líquidas foram de R$895 milhões, contra despesas de R$491,1 milhões em 2012, devido principalmente aos efeitos cambiais decorrentes da desvalorização de 14,6% do Real frente ao Dólar norte-americano e as despesas com liquidação do Hedge Accounting.

PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Em 2013, o resultado de equivalência patrimonial atingiu R$181 milhões, que representa um aumento de 9% quando comparado ao valor de R$166 milhões em 2012. Este crescimento é decorrente, principalmente, da maior contribuição da Unigal e da MRS no período.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

Em 2013, a Companhia registrou um lucro de R$17 milhões, contra prejuízo de R$598 milhões de 2012, representando uma melhora de R$615 milhões em seu resultado, devido ao melhor desempenho de todos os segmentos de negócios, compensando um resultado financeiro desfavorável.

EBITDA

No ano de 2013, o EBITDA totalizou R$1.806 milhões, apresentando um acréscimo de 159% quando comparado ao ano de 2012, em função, principalmente, do melhor lucro bruto, decorrente de melhor mix de vendas, maior participação do mercado interno nas vendas de aços laminados, busca contínua por redução nos custos operacionais, e resultado da Mineração Usiminas.

Reconciliação do Ebitda

	Consolidado	
	31/12/2013	**31/12/2012**
Lucro líquido	16.791	(598.281)
Imposto de renda e contribuição social	(211.120)	(200.450)
Resultado financeiro líquido	895.209	491.144
Depreciação, amortização e exaustão	1.072.433	965.110
EBITDA - Instrução CVM 527	**1.773.313**	**657.523**
Resultado de equivalência patrimonial	(181.201)	(165.638)
Ebitda das empresas controladas em conjunto (*)	214.314	204.703
EBITDA ajustado	**1.806.426**	**696.588**

(*) excluídas da consolidação de acordo com aplicação do CPC 18 (R2)

CAPITAL DE GIRO

O capital de giro manteve-se estável em relação a 2012, registrando em 31/12/2013 o total de R$ 2.468 milhões.

INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2013 totalizaram R$981 milhões, 40% inferiores quando comparados ao ano de 2012, em linha com a estratégia da Companhia de otimização do seu CAPEX. Os principais investimentos em 2013 foram: o projeto Friável, de expansão da capacidade de produção na Mineração Usiminas; a nova linha de Decapagem #3, na usina de Cubatão; e a reforma da Coqueria #2, na usina de Ipatinga, ainda em andamento.

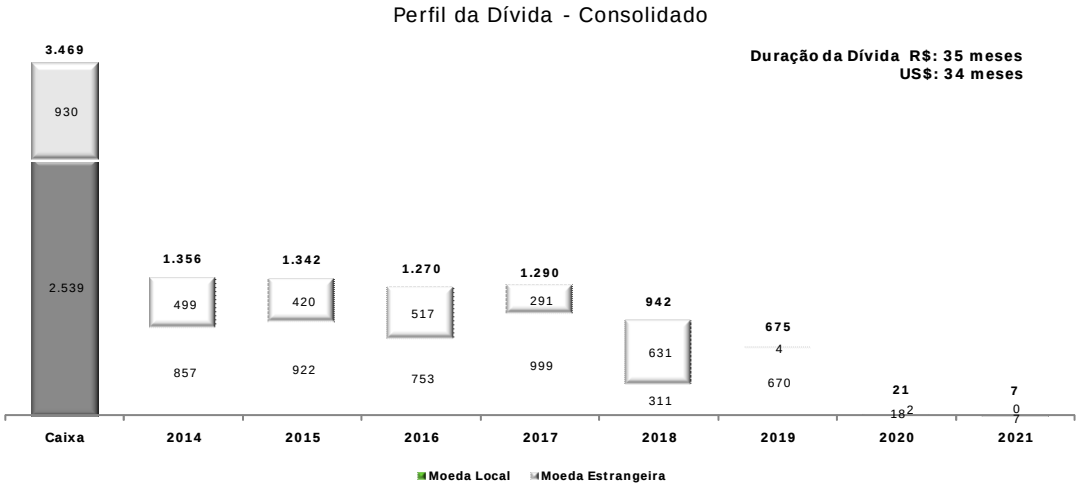
Do total dos investimentos em 2013, 61% foram investidos pela Usiminas (Controladora), 32% pela Mineração Usiminas, 3% pela Soluções Usiminas, 2% pela Usiminas Mecânica e 1% pela Automotiva Usiminas.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento total consolidado atingiu R$6,9 bilhões em 31/12/2013, contra R$8,1 bilhões em 31/12/2012. A redução significativa deve-se às liquidações antecipadas de operações financeiras no exterior e à operação de recompra de *Eurobonds* emitidos por empresas controladas pela Companhia. A dívida líquida no final de 2013 totalizava R$ 3,4 bilhões. O indicador dívida líquida/EBITDA em 31/12/2013 era de 1,9 vezes enquanto em 31/12/2012 era de 4,8 vezes.

Em 31/12/2013, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 20% no curto prazo e 80% no longo prazo. A composição por moeda representava 66% em moeda nacional e 34% em moeda estrangeira.

2011O gráfico abaixo demonstra a posição de caixa e o perfil da dívida em milhões de reais em 31/12/13:



6) Mercado de Capitais

As ações da Usiminas são negociadas no Brasil, na BM&F Bovespa – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros –, com os códigos USIM3, USIM5 e USIM6; em Nova York (OTC – Market), como ADR nível I, com os códigos USNZY e USDMY; e em Madri, na Latibex, com os códigos XUSI e XUSIO.

DESEMPENHO NA BM&F BOVESPA

A ação ordinária (USIM3) da Usiminas encerrou o 4T13 cotada a R$12,40 e a ação preferencial (USIM5) a R$14,21. A valorização no trimestre da USIM3 foi de 17,5% e da USIM5 foi de 35,1%. No mesmo período, o Ibovespa registrou uma desvalorização de 1,6%. A ação preferencial (USIM6) cotizou em R$ 11,13 em 12/12/2013 última operação registrada no ano.

DESEMPENHO EM NOVA YORK

OTC – NOVA YORK

A Usiminas tem *American Depositary Receipts* (ADRs) negociados no mercado de balcão americano (denominado OTC - *over-the-counter*): o USDMY, com lastro nas ações ordinárias, e o USNZY, com lastro em ações preferenciais classe A. Em 30/12/13, o ADR USNZY, de maior liquidez, estava cotado a US$6,04 e apresentou uma valorização no trimestre de 28,5%.

DESEMPENHO EM MADRI

LATIBEX – MADRI

A Usiminas tem ações negociadas na LATIBEX – Seção da Bolsa de Madrid: ação preferencial XUSI e ação ordinária XUSIO. Em 30/12/13, a ação XUSI encerrou cotada a €4,45, apresentando valorização de 25,4%. A ação XUSIO encerrou cotada a €3,80, com valorização de 8,6% no trimestre.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Usiminas manteve um canal estreito de relacionamento com o mercado, tendo em vista o objetivo de manter a transparência e uma comunicação aberta. Dessa forma, suas ações convergiram no sentido de transmitir, de forma imparcial, informações precisas e de qualidade, que dessem subsídios suficientes para a avaliação do investimento.

Durante o ano, foram promovidas diversas reuniões com investidores e analistas de mercado, dentre elas, duas apresentações públicas Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) e conferências no Brasil e no exterior.

A Usiminas esteve presente em 13 conferências internacionais e nacionais, atuando diretamente perante os investidores nacionais e estrangeiros. Para atender aos analistas e aos investidores, a Companhia promoveu ainda mais de vinte visitas a suas principais unidades industriais (Ipatinga, Cubatão, e Mineração Usiminas). A Companhia apresentava mais de 41 mil acionistas ao final de 2013.

7) Desempenho Social

GESTÃO DE PESSOAS

A Usiminas investe no treinamento e na capacitação de seus colaboradores, oferece benefícios sociais e trabalhistas, além de oferecer remuneração compatível com o que é praticado no mercado.

O foco maior dos programas de treinamento profissional está em preparar as pessoas para um modelo de gestão orientado para o aumento da competitividade da Companhia. Nesse sentido, destaca-se o programa Avançar, voltado para o desenvolvimento acelerado de jovens profissionais de alto potencial, e a continuidade do programa Educar – Educação Corporativa Usiminas, que envolve desde ações de educação continuada até treinamentos customizados à realidade da empresa. O grupo encerrou 2013 com 90,9% de seus colaboradores diretos tendo participado de treinamentos.

Em 2013, a Usiminas investiu em treinamentos para o desenvolvimento de profissionais da área de Siderurgia (Altos Fornos, Aciaria, Ponte Rolante e Manutenção) abrangendo 1.190 participantes, com o objetivo de maior capacitação para resolução de situações relacionada ao posto de trabalho.

Também foram realizados os treinamentos focados em segurança (Normas Regulamentadoras) e qualidade, bem como na educação continuada (Idiomas, Supletivo, Graduação, Pós Graduação e Mestrado) que englobou 942 participantes.

A Usiminas encerrou 2013 com 20.707 participações em treinamentos.

COMUNIDADE E MEIO AMBIENTE

Ao mesmo tempo em que acredita no desenvolvimento de seus colaboradores, a Usiminas acredita no desenvolvimento de atividades que gerem valor para as comunidades onde a empresa se faz presente.

Nesse contexto, a Fundação São Francisco Xavier (FSFX), entidade filantrópica de direito privado instituída pela Usiminas, possui grande relevância social no Vale do Aço mineiro. Atualmente, administra de maneira auto-sustentável uma infraestrutura relevante nas áreas de saúde e educação, além do plano de saúde Usisaúde e do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT Coletivo).

Em 2013, a FSFX realizou Plano Diretor de Obras, pelo qual modernizou e ampliou as instalações do Hospital Márcio Cunha, consolidando-o como o terceiro hospital geral de Minas Gerais em número de internações pelo SUS e o segundo em realização de partos. Referência para cerca de 800 mil habitantes em mais de 35 municípios do Leste de Minas Gerais, o Márcio Cunha ganhou um novo pronto-socorro, com área duas vezes maior; nova UTI com 10 leitos, aumentando 50% o número de leitos de terapia intensiva no hospital; um Centro de Diagnóstico por Imagem, com novos equipamentos, como ressonância magnética e tomógrafo, e capacidade para realizar 10 mil exames de diagnóstico por mês; 16 novos leitos de internação e 20 novos consultórios.

A Usiminas também mantém uma política de investimentos sociais baseada na democratização do acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, com o direcionamento prioritário das ações para as comunidades das regiões onde opera. Por meio do Instituto Cultural Usiminas, criado em 1993, já patrocinou mais de 1.800 projetos por intermédio das Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte.

No Vale do Aço, o Instituto é responsável por gerir o Centro Cultural Usiminas e o Teatro Zélia Olguin. Juntos, estes espaços foram responsáveis por movimentar, em 2013, um público de 107 mil pessoas em espetáculos de teatro de grupos locais e nacionais, oficinas de formação, exposições, exibições de filmes, ações de estímulo à leitura. Além disso, o projeto Ação Educativa – focado em programas de formação para artistas, professores e estudantes das instituições de ensino de todo o Colar Metropolitano do Vale do Aço – recebeu um público de 30 mil pessoas durante o ano.

Entre os projetos realizados pelo Instituto, destaca-se também o Circuito Usiminas de Cultura que, em 2013, passou pelas cidades de Ipatinga, Itatiaiuçu, Itaúna, Mateus Leme e Igarapé, em Minas Gerais, e Cubatão, em São Paulo. Cerca de 50 mil pessoas participaram do evento, que realizou 162 ações entre shows musicais, espetáculos de teatro, dança e circo, cinema e oficinas de grafite e fotografia. O Circuito Usiminas de Cultura movimenta a economia local das cidades em que a Usiminas atua e contribui para a democratização do acesso à cultura.

Ciente de seu compromisso com a redução dos impactos de suas atividades no meio ambiente, a Usiminas atua preventivamente na gestão de resíduos, emissões atmosféricas e ruídos, uso racional da água, energia e insumos. Historicamente, a Companhia foi à primeira siderúrgica do Brasil e a segunda do mundo a ter seu sistema de gestão ambiental certificado pela norma ISO 14001.

Os produtos comercializados pela Usiminas cumpriram as rigorosas exigências ambientais das diretivas internacionais RoHS e ELV, os chamados “selos verdes”, que monitoram iniciativas de proteção do solo, da água e do ar contra a poluição, com a restrição do uso de determinadas substâncias, como chumbo, mercúrio e cádmio. Também são empregadas tecnologias que permitem reutilizar a água de forma contínua no processo produtivo. O resultado é que as duas usinas siderúrgicas da Companhia – Ipatinga (MG) e Cubatão (SP) –, passaram a reaproveitar cerca de 96% de toda a água necessária ao processo de produção.

Projetos externos voltados para a preservação do meio ambiente também estiveram presentes nas atividades da Usiminas em 2013. No Vale do Aço mineiro, a Usiminas mantém um cinturão verde ao redor do complexo industrial, favorecendo a revegetação de encostas urbanas, a redução das erosões e a melhoria das condições microclimáticas da região. A partir da contribuição deste projeto, a cidade Ipatinga possui um índice de áreas verdes por habitante significativamente superior ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Outro exemplo de programa ambiental para a comunidade é o projeto Xerimbabo, que foi desenvolvido pelo 29º ano consecutivo, no Vale do Aço mineiro. Um dos mais antigos projeto de educação ambiental do Brasil já recebeu cerca de 2,4 milhões de visitantes desde que foi criado. O foco é apresentar, por meio de uma grande exposição lúdica, conceitos de preservação ambiental voltados, principalmente, para crianças e jovens da rede pública de ensino. Desde 2010, o projeto passou a ser realizado também na comunidade da região de Serra Azul (MG), onde atua a Mineração Usiminas.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB,* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1(a), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras, controladora e consolidado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 3.22, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 18 de fevereiro de 2013, sem modificações, contendo ênfase sobre o mesmo assunto descrito nesse relatório. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 3.22 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2012. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras, controladora e consolidado, referentes ao exercício de 2012 ou sobre os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre essas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC-1MG080613/O-1

Demonstrações Financeiras

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS

31 de dezembro de 2013
com Relatório dos Auditores Independentes

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

		Controladora			Consolidado		
	Notas	31/12/2013	Reapresentado 31/12/2012	Reapresentado 01/01/2012	31/12/2013	Reapresentado 31/12/2012	Reapresentado 01/01/2012
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	9	713.242	1.251.103	363.586	2.633.187	3.123.318	2.842.422
Títulos e valores mobiliários	10	1.536	9.137	124.396	835.629	1.537.558	2.289.383
Contas a receber de clientes	11	1.142.722	949.368	783.520	1.639.551	1.568.105	1.253.009
Estoques	12	3.189.142	2.985.220	4.263.673	3.850.420	3.767.984	5.046.156
Impostos a recuperar	13	190.822	369.678	646.160	323.520	485.093	779.898
Dividendos a receber		33.543	129.936	61.952	12.413	12.134	13.920
Instrumentos financeiros derivativos	6	396	22.440	10.560	45.637	50.093	29.464
Demais contas a receber		134.099	112.334	162.149	119.937	161.829	273.704
Total do ativo circulante		5.405.502	5.829.216	6.415.996	9.460.294	10.706.114	12.527.956
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	1.419.871	1.058.842	676.592	1.914.996	1.513.879	797.146
Valores a receber de empresas ligadas	36	68.529	69.862	57.113	20.831	19.636	5.710
Depósitos judiciais	15	502.209	522.051	561.491	565.404	599.206	626.348
Instrumentos financeiros derivativos	6	23.234	281.356	431.772	40.608	286.508	435.972
Impostos a recuperar	13	58.666	70.063	123.381	113.474	131.583	153.681
Demais contas a receber		90.149	63.252	55.672	175.029	68.558	60.101
		2.162.658	2.065.426	1.906.021	2.830.342	2.619.370	2.078.958
Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas	16	8.225.579	7.780.318	8.100.465	1.159.948	1.182.052	1.229.660
Imobilizado	17	13.372.382	13.974.626	13.786.171	15.506.833	15.852.506	15.091.877
Intangível	19	161.178	147.663	142.735	2.400.577	2.413.778	2.424.601
Total do ativo não circulante		23.921.797	23.968.033	23.935.392	21.897.700	22.067.706	20.825.096
Total do ativo		29.327.299	29.797.249	30.351.388	31.357.994	32.773.820	33.353.052

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

		Controladora			Consolidado		
	Notas	31/12/2013	Reapresentado 31/12/2012	Reapresentado 01/01/2012	31/12/2013	Reapresentado 31/12/2012	Reapresentado 01/01/2012
Passivo e patrimônio líquido							
Passivo							
Circulante							
Fornecedores, empreiteiros e fretes		1.831.566	1.833.050	1.270.212	2.422.024	2.280.432	1.452.480
Empréstimos e financiamentos	20	1.231.765	1.293.693	829.615	1.288.645	1.400.823	838.501
Debêntures	21	41.525	257.664	274.419	41.525	257.664	274.419
Adiantamentos de clientes		36.265	10.705	12.189	178.309	279.297	202.976
Valores a pagar a empresas ligadas	36	731.564	794.316	428.592	140.042	204.920	156.844
Salários e encargos sociais		178.826	185.127	200.423	250.849	279.233	299.654
Tributos a recolher	22	96.898	76.082	83.402	131.099	114.844	121.077
Tributos parcelados	23	24.719	31.107	57.169	25.770	32.103	58.104
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	-	-	-	4.179	83.185	197.549
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	27	425	915	57.171	1.122	26.635	69.704
Instrumentos financeiros derivativos	6	51.015	42.209	43.589	51.015	42.209	43.589
Contas a pagar por aquisição de investimentos		-	-	-	213.607	178.249	156.193
Demais contas a pagar		246.787	165.209	148.226	339.305	221.461	235.890
Total do passivo circulante		4.471.355	4.690.077	3.405.007	5.087.491	5.401.055	4.106.980
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	20	5.394.798	6.563.581	7.582.780	4.512.891	6.339.267	7.228.560
Debêntures	21	997.920	-	250.000	997.920	-	250.000
Valores a pagar a empresas ligadas	36	49.274	41.444	43.085	-	-	6.750
Tributos parcelados	23	25.751	30.737	22.050	36.083	41.483	33.017
Provisão para demandas judiciais	24	417.882	376.170	263.338	506.679	447.933	350.141
Provisão para recuperação ambiental	25	-	21.417	57.354	76.588	77.703	108.260
Benefícios pós-emprego	26	1.224.620	1.396.812	1.277.473	1.230.316	1.396.812	1.277.473
Instrumentos financeiros derivativos	6	26.153	15.056	23.990	52.910	323.790	547.250
Contas a pagar por aquisição de investimentos		-	-	-	-	178.249	312.385
Demais contas a pagar		7.638	53.526	142.518	23.171	54.455	118.031
Total do passivo não circulante		8.144.036	8.498.743	9.662.588	7.436.558	8.859.692	10.231.867
Total do passivo		12.615.391	13.188.820	13.067.595	12.524.049	14.260.747	14.338.847
Patrimônio líquido	27						
Capital social		12.150.000	12.150.000	12.150.000	12.150.000	12.150.000	12.150.000
Reservas de capital		313.084	219.684	2.274	313.084	219.684	2.274
Reservas de lucros		3.699.154	3.804.403	4.517.043	3.699.154	3.804.403	4.517.043
Ajustes de avaliação patrimonial		549.670	434.342	614.476	549.670	434.342	614.476
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		16.711.908	16.608.429	17.283.793	16.711.908	16.608.429	17.283.793
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	2.122.037	1.904.644	1.730.412
Total do patrimônio líquido		16.711.908	16.608.429	17.283.793	18.833.945	18.513.073	19.014.205
Total do passivo e do patrimônio líquido		29.327.299	29.797.249	30.351.388	31.357.994	32.773.820	33.353.052

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Nota	31/12/2013	Reapresentado 31/12/2012	31/12/2013	Reapresentado 31/12/2012
Operações continuadas					
Receita	29	11.336.969	11.414.421	12.829.467	12.710.881
Custo das vendas		(10.767.767)	(11.759.451)	(11.353.664)	(12.229.697)
Lucro (prejuízo) bruto		569.202	(345.030)	1.475.803	481.184
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	32	(146.432)	(155.945)	(336.443)	(374.715)
Despesas gerais e administrativas	32	(389.499)	(274.316)	(567.982)	(480.916)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	(6.853)	(93.477)	(51.699)	(98.778)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	16	672.828	700.468	181.201	165.638
		130.044	176.730	(774.923)	(788.771)
Lucro (prejuízo) operacional		699.246	(168.300)	700.880	(307.587)
Resultado financeiro	33	(1.111.753)	(864.276)	(895.209)	(491.144)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(412.507)	(1.032.576)	(194.329)	(798.731)
Imposto de renda e contribuição social	14				
Corrente		(156.682)	27.041	(268.044)	(129.729)
Diferido		427.511	298.980	479.164	330.179
		270.829	326.021	211.120	200.450
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(141.678)	(706.555)	16.791	(598.281)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	(141.678)	(706.555)
Acionistas não controladores		-	-	158.469	108.274
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	34	R$ (0,14)	R$ (0,72)	R$ (0,14)	R$ (0,72)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial	34	R$ (0,14)	R$ (0,72)	R$ (0,14)	R$ (0,72)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Demonstrações do resultado abrangente

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Nota	31/12/2013	Reapresentado 31/12/2012	31/12/2013	Reapresentado 31/12/2012
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(141.678)	(706.555)	16.791	(598.281)
Outros componentes do resultado abrangente					
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	26	29.277	(183.781)	29.277	(183.781)
Variação cambial de coligada no exterior e outras movimentações	16	105	(1.134)	105	(1.134)
Hedge de fluxo de caixa na controladora	6	118.466	22.138	118.466	22.138
Total de outros componentes do resultado abrangente		147.848	(162.777)	147.848	(162.777)
Total do resultado abrangente do exercício		6.170	(869.332)	164.639	(761.058)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		6.170	(869.332)	6.170	(869.332)
Acionistas não controladores		-	-	158.469	108.274

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 14.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

		Atribuído aos acionistas controladores												
					Reservas de capital		Reservas de lucros							
	Notas	Capital social	Valor excedente na subscrição de ações	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções Outorgadas reconhecidas	Reserva Legal	Reserva de investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos a apropriar	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2012 (Reapresentado)		12.150.000	105.295	(105.295)	-	2.274	699.587	3.791.235	614.476	26.221	-	17.283.793	1.730.412	19.014.205
Resultado abrangente do período														
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(706.555)	(706.555)	108.274	(598.281)
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	26	-	-	-	-	-	-	-	(183.781)	-	-	(183.781)	-	(183.781)
Variação cambial de coligada no exterior		-	-	-	-	-	-	-	(1.134)	-	-	(1.134)	-	(1.134)
Hedge de fluxo de caixa na Controladora	6	-	-	-	-	-	-	-	22.138	-	-	22.138	-	22.138
Total do resultado abrangente do período									(162.777)		(706.555)	(869.332)	108.274	(761.058)
Destinação do lucro líquido (prejuízo) do exercício	27													
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio 2012		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.152)	(25.152)
Dividendos e juros sobre capital próprio apropriados		-	-	-	-	-	-	-	-	(26.221)	-	(26.221)	-	(26.221)
Absorção de prejuízo		-	-	-	-			(686.419)	-	-	686.419	-	-	
Plano de opção de ações	39	-	-	-	-	4.821	-	-	-	-	1.870	6.691	-	6.691
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	-	(17.357)	-	17.357	-	-	-
Reserva especial de ágio (Instrução CVM319/99) – controlada		-	-	-	212.589	-	-	-	-	-	-	212.589	91.110	303.699
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	909	909	-	909
Em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)		12.150.000	105.295	(105.295)	212.589	7.095	699.587	3.104.816	434.342	-	-	16.608.429	1.904.644	18.513.073

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

		Atribuído aos acionistas controladores												
						Reservas de capital		Reservas de lucros						
	Notas	Capital social	Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções Outor-gadas reconhe-cidas	Reserva Legal	Reserva de investi-mentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não contro-ladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2012		12.150.000	105.295	-	(105.295)	212.589	7.095	699.587	3.104.816	434.342	-	16.608.429	1.904.644	18.513.073
Resultado abrangente do período														
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(141.678)	(141.678)	158.469	16.791
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria	26	-	-	-	-	-	-	-	-	29.277	(7.683)	21.594	(285)	21.309
Variação cambial de coligada no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	105	-	105	-	105
Hedge de fluxo de caixa na controladora	6	-	-	-	-	-	-	-	-	118.466	-	118.466	-	118.466
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	-	147.848	(149.361)	(1.513)	158.184	156.671
Destinação do lucro líquido (prejuízo) do exercício	27													
Absorção de prejuízo		-	-	-	-	-	-	-	(105.249)	-	105.249	-	-	-
Plano de opção de ações	39	-	-	-	-	-	9.073	-	-	-	2.479	11.552	-	11.552
Alienação de ações em tesouraria				2.867	455	-	-	-	-	-	-	3.322	-	3.322
Aumento de capital em subsidiária		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.250	105.250
Dividendos de subsidiárias concedidos a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80.771)	(80.771)
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	-	-	(16.757)	25.391	8.634	-	8.634
Alterações nas participações societárias que não resultam em perda ou aquisição de controle		-	-	-	-	81.005	-	-	-	-	-	81.005	34.716	115.721
Mutações internas do patrimônio líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	(15.763)	15.763	-	14	14
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	479	479	-	479
Em 31 de dezembro de 2013		12.150.000	105.295	2.867	(104.840)	293.594	16.168	699.587	2.999.567	549.670	-	16.711.908	2.122.037	18.833.945

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Notas	31/12/2013	(Reapresentado) 31/12/2012	31/12/2013	(Reapresentado) 31/12/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(141.678)	(706.555)	16.791	(598.281)
Ajustes para conciliar o resultado					
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas		931.888	619.212	805.437	525.215
Despesas de juros		209.786	225.567	242.325	280.932
Depreciação, amortização e exaustão		918.570	852.062	1.072.433	965.110
Resultado na venda de imobilizado/investimento		(48.659)	(2.137)	(44.427)	(2.246)
Participações nos resultados de controladas, controladas em conjunto e coligadas	16	(672.828)	(700.468)	(181.201)	(165.638)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(427.511)	(298.980)	(479.164)	(330.178)
Constituição (reversão) de provisões		4.125	136.137	62.648	128.803
Perdas (ganhos) atuariais	26	46.441	17.329	48.257	17.329
Plano de Outorga de Ações		9.072	6.691	9.073	6.691
(Acréscimo) decréscimo de ativos					
Contas a receber de clientes		(206.660)	(165.848)	(120.154)	(318.338)
Estoques		(219.340)	1.278.453	(128.475)	1.278.172
Impostos a recuperar		33.571	356.895	(11.748)	270.614
Valores a receber de empresas ligadas		1.333	(23.201)	(1.195)	(13.926)
Depósitos judiciais		14.766	26.123	18.419	13.825
Outros		160.152	73.639	148.690	160.846
Acréscimo (decréscimo) de passivos					
Fornecedores, empreiteiros e fretes		(1.484)	562.838	149.060	827.952
Adiantamentos de clientes		25.560	(1.484)	(97.211)	76.321
Valores a pagar a empresas ligadas		(54.922)	364.083	(55.432)	41.326
Tributos a recolher		20.816	(7.320)	19.363	(6.233)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(54)	(161.141)	(220.183)
Juros pagos		(546.196)	(476.841)	(568.571)	(503.987)
Passivo atuarial pago		(178.234)	(174.511)	(178.234)	(174.511)
Outros		185.523	(134)	540.750	180.139
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		64.091	1.961.496	1.106.293	2.439.754
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários		7.601	115.259	701.929	751.825
Valor recebido pela alienação de investimentos		139.499	623.281	135.842	4.606
Valor pago pela aquisição de controladas e coligadas		-	(8.142)	(206.403)	(194.412)
Compras de imobilizado	17	(580.677)	(959.623)	(956.565)	(1.626.653)
Valor recebido pela venda de imobilizado		34.196	5.178	36.203	12.890
Compras de ativos intangíveis		(77.002)	(58.631)	(82.090)	(66.273)
Dividendos recebidos		454.706	519.915	203.433	213.072
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(21.677)	237.237	(167.651)	(904.945)

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Notas	31/12/2013	(Reapresentado) 31/12/2012	31/12/2013	(Reapresentado) 31/12/2012
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Ingressos de empréstimos e financiamentos e debêntures		1.462.825	338.368	1.478.645	452.653
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures		(1.980.540)	(1.504.040)	(2.995.804)	(1.568.934)
Pagamento de tributos parcelados	23	(13.936)	(31.041)	(14.958)	(32.018)
Liquidação de operações de *swap*		(34.372)	(43.545)	2.417	(22.125)
Ganho de capital		-	-	220.972	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	27	(11)	(81.568)	(105.804)	(94.099)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(566.034)	(1.321.826)	(1.414.532)	(1.264.523)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(14.241)	10.610	(14.241)	10.610
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		(537.861)	887.517	(490.131)	280.896
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	1.251.103	363.586	3.123.318	2.842.422
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	713.242	1.251.103	2.633.187	3.123.318
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		(537.861)	887.517	(490.131)	280.896

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Demonstrações do valor adicionado

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	31/12/2013	(Reapresentado) 31/12/2012	31/12/2013	(Reapresentado) 31/12/2012
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	15.130.057	14.984.769	17.863.766	17.428.634
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.306)	(1.786)	(17.049)	(2.054)
Outras receitas	148.287	62.946	150.737	64.653
	15.265.038	15.045.929	17.997.454	17.491.233
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(11.082.650)	(12.044.360)	(11.737.162)	(12.480.651)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(574.496)	(692.292)	(887.161)	(1.060.575)
	(11.657.146)	(12.736.652)	(12.624.323)	(13.541.226)
Valor adicionado bruto	3.607.892	2.309.277	5.373.131	3.950.007
Depreciação, amortização e exaustão	(918.570)	(852.062)	(1.072.433)	(965.110)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	2.689.322	1.457.215	4.300.698	2.984.897
Valor adicionado recebido em transferência				
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	672.828	700.468	181.201	165.638
Receitas financeiras	179.109	192.220	326.930	401.527
Ganhos e perdas atuariais	(46.441)	(17.329)	(48.257)	(17.329)
	805.496	875.359	459.874	549.836
Valor adicionado a distribuir	3.494.818	2.332.574	4.760.572	3.534.733

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Demonstrações do valor adicionado

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	31/12/2013	(Reapresentado) 31/12/2012	31/12/2013	(Reapresentado) 31/12/2012
Pessoal e encargos				
Salários e encargos	837.112	936.762	1.548.565	1.664.389
FGTS	70.739	81.444	102.320	121.534
Remuneração da Administração	31.441	7.358	38.451	10.321
Participação dos empregados nos lucros	92.584	63.249	138.104	98.678
Planos de aposentadoria	33.155	30.723	35.208	33.722
	1.065.031	1.119.536	1.862.648	1.928.644
Impostos, taxas e contribuições				
Federais (i)	498.062	286.805	774.823	625.117
Estaduais	676.504	531.802	755.639	624.623
Municipais	102.584	38.373	123.814	51.980
Incentivos fiscais	3.453	6.117	4.718	9.979
	1.280.603	863.097	1.658.994	1.311.699
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	781.647	651.572	1.003.814	778.552
Variações cambiais líquidas	177.473	220.669	240.566	176.534
Outras	331.742	184.255	(22.241)	(62.415)
	1.290.862	1.056.496	1.222.139	892.671
Remuneração de capitais próprios				
Lucros (prejuízos) retidos	(141.678)	(706.555)	(141.678)	(706.555)
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos			158.469	108.274
	(141.678)	(706.555)	16.791	(598.281)
Valor adicionado distribuído	3.494.818	2.332.574	4.760.572	3.534.733

(i) Os encargos previdenciários estão classificados na rubrica “Tributos federais”.

1 Contexto operacional

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS ("USIMINAS", "Usiminas", "Controladora" ou "Companhia"), cuja sede está situada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objeto a exploração da indústria siderúrgica e o comércio de seus produtos, bem como outras atividades correlatas. A Companhia produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga (Minas Gerais) e Cubatão (São Paulo), respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação.

A Companhia, direta ou indiretamente, por meio de suas empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (em conjunto com a USIMINAS, são denominadas "Empresas Usiminas"), mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

A Companhia é listada na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (USIM3, USIM5, USIM6).

Conforme descrito na Nota 27, o Grupo Techint adquiriu as participações das empresas pertencentes aos grupos Votorantim e Camargo Corrêa na USIMINAS, além de parte das ações de titularidade da Previdência Usiminas (nova denominação da Caixa dos Empregados da Usiminas - "CAIXA"), em montante que totaliza 139,7 milhões de ações, ou 27,7% do capital votante da Companhia. A concretização das transações, e consequentemente a entrada em vigor do Novo Acordo de Acionistas ocorreu em 16 de janeiro de 2012, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 17 de janeiro de 2012.

A Companhia vem implementando ações que visam a melhoria da performance operacional e financeira. Dentre elas destacam-se o aumento na produtividade operacional; a redução dos custos e das despesas estruturais (vendas e administrativas); o controle do capital de giro, notadamente dos estoques e dos investimentos em *Capital Expenditure* (Capex); além da redução do seu endividamento. Adicionalmente, a Companhia dispõe de um volume importante de caixa em poder de controladas no exterior.

Visando à ampliação de seu ramo de atividade, a Companhia mantém participação, direta ou indireta, em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, cujas atividades principais são descritas a seguir:

(a) Empresas controladas

Automotiva Usiminas S.A. ("Automotiva Usiminas") – Com sede em Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, dedica-se à industrialização e comercialização de peças estampadas de aço. A Companhia alienou, em 2013, a totalidade de sua participação societária na Automotiva Usiminas conforme descrito na Nota 16 (e) (v).

Cosipa Commercial Ltd. ("Cosipa Commercial") – Sediada nas Ilhas Cayman, foi constituída em abril de 2006, com o objetivo de otimizar a captação de recursos no mercado externo.

Cosipa Overseas Ltd. ("Cosipa Overseas") – Sediada nas Ilhas Cayman, foi estabelecida em fevereiro de 1994, com o objetivo de otimizar as operações de comércio exterior da Companhia, visando facilitar as compras de matérias-primas importadas e a exportação de produtos siderúrgicos, além de ser via de captação de recursos no mercado internacional, para financiamento dos investimentos da Companhia.

Mineração Usiminas S.A. ("Mineração Usiminas" ou "MUSA") - Com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade entre a Companhia (70%) e o Grupo Sumitomo (30%), cujo objeto principal é a extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de *pellet feed, sinter feed* e granulados. A maior parte de sua produção, que é extraída das minas da região de Serra Azul, no Quadrilátero Ferrífero do Estado, é destinada ao consumo das plantas siderúrgicas da Companhia. A MUSA mantém participação de 50% na controlada em conjunto Modal Terminal de Granéis Ltda. ("Modal"), com sede em Itaúna, Minas Gerais, cujo objetivo social é a operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas. Possui também participação de 22,22% na coligada Terminal de Cargas Sarzedo Ltda. ("Terminal Sarzedo") com sede em Sarzedo, Minas Gerais, cujas atividades principais são de armazenamento de cargas, operação de terminal rodoferroviário, depósito, além de serviços correlacionados. Adicionalmente, controla integralmente a Usiminas Participações e Logística S.A. ("UPL") com sede em São Paulo, Capital, cujo objeto consiste, exclusivamente, na titularidade, de forma direta, das ações e outros valores mobiliários de emissão da MRS Logística S.A.. A MUSA adquiriu participação na Mineração Ouro Negro S.A., conforme descrito na Nota 16 (e) (i).

Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda. ("Rios Unidos") – Estabelecida em Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas.

Soluções em Aço Usiminas S.A. ("Soluções Usiminas") – Com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, possui 14 unidades industriais, localizadas estrategicamente em todo o país, cujo objeto principal é a transformação de produtos siderúrgicos, além da atuação como centro de distribuição. A Soluções Usiminas fornece ao mercado produtos diferenciados e de maior valor agregado, concentrando-se no atendimento a clientes de pequeno e médio portes. É uma sociedade formada pela Companhia (68,88%), Metal One (20%) e outros (11,12%).

Usiminas Commercial Ltd. ("Usiminas Commercial") – Criada em 2006, com sede em Cayman, possui o objetivo de captar recursos no exterior para a Companhia.

Usiminas Europa A/S (“Usiminas Europa”) – Criada em 2005, com sede em Copenhague, na Dinamarca, detém os investimentos nas controladas integrais Usiminas Galvanized Steel ApS (“Usiminas Galvanized “) e Usiminas Eletrogalvanized Steel ApS (‘Usiminas Eletrogalvanized”), cuja atividade principal é operar como *trading company,* intermediando as exportações dos produtos da Companhia, além de fomentar o comércio no exterior com clientes, respectivamente, de aço galvanizado e de aço eletrogalvanizado produzidos pela Companhia.

Usiminas International Ltd. (“Usiminas International”) – Com sede no Principado de Luxemburgo, foi criada em 2001, tem como propósito deter os investimentos da Companhia no exterior e investimentos da Companhia na Usiminas Portugal Serviços de Consultoria Ltd. (“Usiminas Portugal”) localizada na Ilha da Madeira. Em 30 de novembro de 2012 a Usiminas Portugal foi encerrada, conforme descrito na Nota 16 (d) (iii).

Usiminas Mecânica S.A. (“Usiminas Mecânica”) – Com sede em Belo Horizonte e fábrica em Ipatinga, Estado de Minas Gerais, tem como atividade principal a fabricação de equipamentos e instalações para os setores de produção do aço, petróleo, petroquímico, hidroelétrico, mineração, transporte ferroviário, cimento, papel e celulose, recuperação de peças, rolos, cilindros da indústria pesada, estampagem e cortes em chapas para peças automotivas seriadas, caçambas estacionárias e, ainda, de controle ambiental.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto

Unigal Usiminas Ltda. (“Unigal”) – Com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é uma *joint venture* criada em 1998 pela Companhia (70%) e pela Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (30%), com o objetivo de transformar bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente, principalmente para atender à indústria automobilística. A Unigal, cuja fábrica está localizada em Ipatinga, Minas Gerais, possui capacidade instalada para galvanização de 1.030 mil toneladas de aço por ano.

Fasal Trading Brasil S.A (“Fasal Trading Brasil”). - Criada em 30 de novembro de 2009, tem sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Tem como objeto social o comércio de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, a prestação de serviços correlatos, bem como, a participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras de atividades afins ou complementares à sua.

Usiroll – Usiminas Court Tecnologia em Acabamento Superficial Ltda. (“Usiroll”) – Com sede em Ipatinga, Estado de Minas Gerais, dedica-se à prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e de rolos de laminação.

c) Investimentos em coligadas

Codeme Engenharia S.A. (“Codeme”) – Com sede em Betim, Estado de Minas Gerais, possui como atividade a fabricação e montagem das construções em aço, principalmente, prédios industriais, galpões comerciais e edifícios de andares múltiplos. A Codeme possui fábricas em Betim (Minas Gerais) e em Taubaté (São Paulo).

Metform S.A. ("Metform") – Com sede em Betim, Estado de Minas Gerais, tem como objeto a fabricação de telhas de aço, *Steel Decks* e acessórios galvanizados, com ou sem pintura. A Metform possui fábricas em Betim (Minas Gerais) e em Taubaté (São Paulo).

MRS Logística S.A. ("MRS") – Com sede na cidade do Rio de Janeiro, a MRS presta serviços de transporte ferroviário e logístico na região Sudeste do Brasil. A participação da Companhia na MRS representa um investimento estratégico para a otimização do fornecimento de matérias-primas, transporte de produtos acabados e transporte de cargas de terceiros, relacionado principalmente à operação dos terminais marítimos da Companhia.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2014.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstrações financeiras individuais - Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora, aqui apresentada sob o título de Controladora, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, coligadas e controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes foram feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores. No caso da USIMINAS, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas - Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Consolidado, foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em decorrência da adoção do CPC 19 (R2), descrito na Nota 3.22, para fins de comparabilidade, os saldos do consolidado para os períodos de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012 foram reapresentados. .

3.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

As Controladas são entidades nas quais as Empresas Usiminas têm o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se as Empresas Usiminas controlam outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para as Empresas Usiminas. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O método de aquisição é usado para contabilização das combinações de negócio. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelas Empresas Usiminas. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registrados no resultado do exercício, conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição. As Empresas Usiminas reconhecem a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excedente da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação das Empresas Usiminas nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nas aquisições em que as Empresas Usiminas atribuem valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando-se a participação das Empresas Usiminas e dos não controladores. Se a contraprestação transferida for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Os saldos e ganhos não realizados e demais transações entre as Empresas Usiminas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelas Empresas Usiminas.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento das Empresas Usiminas em coligadas e controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Vide Nota 3.13, sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação das Empresas Usiminas nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação na mutação das reservas é reconhecida nas reservas das Empresas Usiminas. Quando a participação das Empresas Usiminas nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, as Empresas Usiminas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre as Empresas Usiminas e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação das Empresas Usiminas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelas Empresas Usiminas.

Os ganhos e as perdas de diluição em participações em coligadas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os exercícios sociais das coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da USIMINAS. Contudo, exceto para as coligadas (diretas e indiretas) Codeme, Metform e Terminal Sarzedo, e para a controlada em conjunto Modal, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC18 e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2013.

(c) Operações e participações de acionistas não controladores

As Empresas Usiminas tratam as transações com participações de acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos das Empresas Usiminas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Quando as Empresas Usiminas deixam de deter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se as Empresas Usiminas tivessem alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais foram apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. O Conselho de Administração da Companhia é também, quando aplicável, responsável pela tomada de decisões estratégicas das Empresas Usiminas.

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das Empresas Usiminas.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo.

As demais disponibilidades, embora tenham liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários, pois se referem a aplicações no exterior e requerem procedimentos específicos para ingresso no Brasil.

3.6 Ativos financeiros

3.6.1 Classificação

As Empresas Usiminas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge.*

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (esses são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis das Empresas Usiminas compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, valores a receber de empresas ligadas e demais contas a receber.

3.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os investimentos não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos neste último caso, desde que as Empresas Usiminas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em bolsa) não estiver ativo, as Empresas Usiminas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

3.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6.4 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

As Empresas Usiminas avaliam no final de cada período de relatório se há evidência objetiva que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial e que tenham impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados pelas Empresas Usiminas para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.6.5 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

3.7 Passivos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

3.7.2 Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39), incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.
Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

(b) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.7.3 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

3.7.4 Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

O montante da perda por *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, as Empresas Usiminas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

3.8 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

(a) Instrumentos derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge.

Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

(b) Atividades de *hedge*

As Empresas Usiminas adotam a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designam a variação cambial de certos passivos como hedge de um risco cambial associado a exportação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa).

As Empresas Usiminas documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. As Empresas Usiminas também documentam sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta “Reserva de *hedge* de fluxo de caixa” no patrimônio líquido estão demonstradas na Nota 6 (c).

(c) *Hedge* de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de *hedge* de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos na rubrica “Resultado financeiro”.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos passivos financeiros que protege o risco cambial associado a exportações futuras altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica relacionada ao objeto de *hedge*, no caso das exportações, na rubrica “Receitas”.

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é liquidado antecipadamente, quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, ou quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *hedge accounting* todo ganho ou perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

(d) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou, ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais aplicáveis. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos, além das respectivas despesas diretas de produção, apuradas com base na capacidade operacional normal.

3.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda à Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos realizados.

3.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição, ao custo histórico ajustado pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do CPC 37 e do IAS 29, no período em que a economia do Brasil era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os custos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos durante o período em que são incorridos.

As Empresas Usiminas agregam mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e, quando aplicável, a variação cambial, incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados, deduzidos das receitas de aplicações financeiras, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização; (c) a parcela de variação cambial capitalizada é aquela considerada como ajuste anual à taxa de juros (componente de juros); (d) os juros e variação cambial capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros e variação cambial apuradas no período de capitalização; e (e) os juros e variação cambial capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. A vida útil média ponderada da depreciação do imobilizado é:

	Em anos	
	31/12/2013	**31/12/2012**
Edificações	29	30
Instalações	25	26
Máquinas e equipamentos	21	21
Veículos	6	7
Móveis, utensílios e equipamentos	7	7
Equipamentos de informática	3	3
Ferramentas, aparelhos e implementos	7	7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de controladas e controladas em conjunto é registrado como "ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. Se a adquirente apurar deságio, o mesmo deve ser reconhecido na demonstração do resultado do período, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são registrados pelo valor justo de aquisição e deduzidos pela exaustão das minas.

Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.

A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das minas.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 19.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pelas Empresas Usiminas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para ser utilizado ou vendido;
- a administração pretende concluir o *software* para usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* pode ser vendido ou usado;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do *software* e para que ele seja utilizado ou vendido; e
- o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

3.13 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.14 Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando as Empresas Usiminas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

3.15 Provisão para recuperação ambiental

A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos, e leva em conta as estimativas da Administração da Companhia de futuros gastos trazidos a valor presente. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio ou no resultado abrangente.

O Imposto sobre a Renda – Pessoa Jurídica ("IRPJ") é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") é calculada à alíquota vigente, sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O passivo do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende da realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O reconhecimento dos créditos tributários é baseado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros elaborado e fundamentado em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O referido estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.17 Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e suas controladas participam de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de aposentadoria estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada aos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Para os empregados que se aposentaram na controlada Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa, até 30 de abril de 2002, foram oferecidos benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. Esse benefício foi concedido quando o empregado permanecia trabalhando até a sua aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de aposentadoria de benefício definido.

Adicionalmente, a Companhia registra as obrigações decorrentes da legislação, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de um ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

(c) Participação nos lucros

As Empresas Usiminas provisionam a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

(d) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado com ações preferenciais em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. Uma vez atendidas as condições estabelecidas no plano, o valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido.

Na data do balanço, a Companhia revisa as suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um efeito correspondente no patrimônio líquido.

Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal).

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

3.18 Arrendamentos

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia atua como arrendatária, assumindo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos e financiamentos segregados entre circulante e não circulante considerando o prazo de pagamento. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pela taxa estimada de vida útil do bem.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

3.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia, ou alguma das Empresas Usiminas, adquire ações do capital de sua própria titularidade (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas.

Não foram emitidas novas ações e/ou efetuada compra de ações da Companhia pelas Empresas Usiminas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

3.20 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades das Empresas Usiminas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as Empresas Usiminas.

As Empresas Usiminas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos

As Empresas Usiminas fabricam e vendem diversos produtos e matérias-primas, tais como aços planos, minério de ferro, peças estampadas de aço para a indústria automobilística e produtos para a construção civil e indústria de bens de capital.

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

(b) Venda de serviços

As Empresas Usiminas realizam a prestação de serviços de transferência de tecnologia na atividade de siderurgia, no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços na área de construção civil e indústria de bens de capital, transporte rodoviário de aços planos, galvanização de aço por imersão a quente e texturização e cromagem de cilindros.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

(c) Receita de encomendas em curso

A receita de encomendas em curso é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado atualizado, ajustada por provisão para reconhecer perdas de encomendas em processo de execução, quando aplicável. Os valores faturados além da execução física de cada projeto são reconhecidos como serviços faturados a executar no passivo circulante.

A variação entre o custo final efetivo e o custo total orçado, atualizado e revisado periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração. Os contratos de encomenda contêm cláusulas de garantia de fabricação dos equipamentos após entrada em funcionamento por períodos variáveis de tempo; os custos eventualmente incorridos são absorvidos diretamente no resultado.

As receitas de encomenda em curso fazem parte exclusivamente das operações realizadas pela controlada Usiminas Mecânica que, além desse tipo de receita, efetua venda de serviços. As receitas da Usiminas Mecânica compreendem os montantes reportados na Nota 28.1 a título de bens de capital.

(d) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

(e) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das Empresas Usiminas ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.22 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 e reapresentação das demonstrações financeiras

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações que exigem a reapresentação dos valores correspondentes. Essas incluem o CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, o CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto, o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, o CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades, o CPC 46 Mensuração do Valor Justo e as alterações ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Contábeis. Os pronunciamentos novos ou revisados que tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, e consequentemente, resultaram na reapresentação dos valores correspondentes como seguem:

(a) Negócios em conjunto e Investimento em coligada, em controlada e em empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia adotou, a partir do exercício de 2013, o IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011, e incluído como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". Desta forma, como o método de consolidação proporcional não é mais permitido, a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente os empreendimentos controlados em conjunto Fasal Trading Brasil, Unigal e Usiroll, bem como a controlada Mineração Usiminas deixou de consolidar proporcionalmente o seu empreendimento controlado em conjunto Modal. Consequentemente, a partir de 1º de janeiro de 2013, as participações na Fasal Trading Brasil (50%), Unigal (70%), Usiroll (50%) e Modal (50%) estão sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. A adoção do CPC 19 (R2) não gerou impacto nas demonstrações financeiras da controladora.

(b) Benefícios a Empregados

A Companhia adotou o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, aplicável à partir de 01 de janeiro de 2013.

Em decorrência da aplicação desta norma, o cálculo do custo de juros e o retorno esperado sobre os ativos dos planos de benefício definido foram alterados, e os efeitos estão refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para o exercício de 2012, os valores correspondentes estão sendo reapresentados para refletir esses efeitos retrospectivos.

(c) Outras reapresentações

(i) Depósitos Judiciais

A Companhia reavaliou a forma de apresentação dos depósitos relacionados a processos sobre demandas judiciais provisionadas. Para 2013, a Companhia decidiu manter os saldos desses depósitos classificados no ativo não circulante pelo seu valor total, e não mais pelo valor líquido das demandas judiciais.

(ii) DFC – Demonstração do fluxo de caixa

Refere-se à movimentação da rubrica “títulos e valores mobiliários”, que foi reclassificada do grupo de “atividades operacionais” para o grupo de “atividades de investimentos”;

(iii) DVA – Demonstração do valor adicionado

Refere-se à alteração do valor adicionado distribuído e a distribuir em decorrência da reclassificação dos impostos sobre vendas no consolidado.

Para fins de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012 foram ajustados conforme a seguir:

(a) Balanço patrimonial

						Controladora
			31/12/2012			01/01/2012
	Saldos originais publicados	Outras reapresen-tações	Saldos reapresentados	Saldos originais publicados	Outras reapresen-tações	Saldos reapresentados
Ativo						
Circulante	5.829.216	-	5.829.216	6.415.996	-	6.415.996
Não circulante	23.837.938	130.095	23.968.033	23.822.554	112.838	23.935.392
Realizável a longo prazo	1.935.331	130.095	2.065.426	1.793.183	112.838	1.906.021
Investimento	7.780.318	-	7.780.318	8.100.465	-	8.100.465
Imobilizado	13.974.626	-	13.974.626	13.786.171	-	13.786.171
Intangível	147.663	-	147.663	142.735	-	142.735
Total do ativo	29.667.154	130.095	29.797.249	30.238.550	112.838	30.351.388
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	4.690.077	-	4.690.077	3.405.007	-	3.405.007
Não circulante	8.368.648	130.095	8.498.743	9.549.750	112.838	9.662.588
Patrimônio líquido	16.608.429	-	16.608.429	17.283.793	-	17.283.793
Total do passivo e patrimônio líquido	29.667.154	130.095	29.797.249	30.238.550	112.838	30.351.388

								Consolidado
				31/12/2012				01/01/2012
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2)	Outras reapresen-tações	Saldos reapresen-tados	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2)	Outras reapresen-tações	Saldos reapresen-tados
Ativo								
Circulante	10.780.645	(74.531)	-	10.706.114	12.616.945	(88.989)	-	12.527.956
Não circulante	21.993.574	(94.543)	168.675	22.067.706	20.743.480	(64.703)	146.319	20.825.096
Realizável a longo prazo	2.444.744	5.951	168.675	2.619.370	1.939.992	(7.353)	146.319	2.078.958
Investimento	453.062	728.990	-	1.182.052	428.382	801.278	-	1.229.660
Imobilizado	16.653.120	(800.614)	-	15.852.506	15.921.154	(829.277)	-	15.091.877
Intangível	2.442.648	(28.870)	-	2.413.778	2.453.952	(29.351)	-	2.424.601
Total do ativo	32.774.219	(169.074)	168.675	32.773.820	33.360.425	(153.692)	146.319	33.353.052
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante	5.402.921	(1.866)	-	5.401.055	4.092.173	14.807	-	4.106.980
Não circulante	8.858.225	(167.208)	168.675	8.859.692	10.254.047	(168.499)	146.319	10.231.867
Patrimônio líquido	18.513.073	-	-	18.513.073	19.014.205	-	-	19.014.205
Total do passivo e patrimônio líquido	32.774.219	(169.074)	168.675	32.773.820	33.360.425	(153.692)	146.319	33.353.052

(b) Demonstração do resultado

			Controladora
			31/12/2012
	Saldos originais publicados	Alteraçoes do CPC 33 (R1)	Saldos reapresentados
Receita líquida de vendas e serviços	11.414.421	-	11.414.421
Custo dos produtos e serviços vendidos	(11.759.451)	-	(11.759.451)
Receitas (despesas) operacionais	(422.251)	(101.487)	(523.738)
Resultado financeiro	(864.276)	-	(864.276)
Resultado de equivalência patrimonial	700.468	-	700.468
Provisão IR e CSLL	291.515	34.506	326.021
Lucro líquido do período	(639.574)	(66.981)	(706.555)

				Consolidado 31/12/2012
	Saldos originais publicados	**Alteraçoes do CPC 19 (R2)**	**Alteraçoes do CPC 33 (R1)**	**Saldos reapresentados**
Receita líquida de vendas e serviços	12.708.799	2.082	-	12.710.881
Custo dos produtos e serviços vendidos	(12.048.300)	(181.397)	-	(12.229.697)
Receitas (despesas) operacionais	(860.142)	7.220	(101.487)	(954.409)
Resultado financeiro	(502.631)	11.487	-	(491.144)
Resultado de equivalência patrimonial	61.168	104.470	-	165.638
Provisão IR e CSLL	109.806	56.138	34.506	200.450
Lucro líquido do período	(531.300)	-	(66.981)	(598.281)

(c) Demonstração do fluxo de caixa

			Controladora 31/12/2012
	Saldos originais publicados	**Outras reapresentações**	**Saldos reapresentados**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.076.755	(115.259)	1.961.496
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	121.978	115.259	237.237
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.321.826)	-	(1.321.826)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	10.610	-	10.610
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	887.517	-	887.517
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	363.586	-	363.586
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.251.103	-	1.251.103

				Consolidado
				31/12/2012
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2)	Outras reapresentações	Saldos reapresentados
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.409.075	(217.495)	(751.826)	2.439.754
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.843.443)	186.672	751.826	(904.945)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.296.790)	32.267	-	(1.264.523)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	10.610	-	-	10.610
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	279.452	1.444	-	280.896
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.901.312	(58.890)	-	2.842.422
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.180.764	(57.446)	-	3.123.318

(d) Demonstração valor adicionado

			Controladora 31/12/2012
	Saldos originais publicados	**Outras reapresentações**	**Saldos reapresentados**
Receitas	15.045.929	-	15.045.929
Insumos	(12.738.586)	1.934	(12.736.652)
Depreciação	(852.062)	-	(852.062)
Recebido em transferência	978.780	(103.421)	875.359
Valor adicionado a distribuir	2.434.061	(101.487)	2.332.574
Pessoal e encargos	1.119.536	-	1.119.536
Impostos	897.603	(34.506)	863.097
Remuneração de capital de terceiros	1.056.496	-	1.056.496
Remuneração de capital próprio	(639.574)	(66.981)	(706.555)
Valor adicionado distribuído	2.434.061	(101.487)	2.332.574

				Consolidado 31/12/2012
	Saldos originais publicados	**Alterações do CPC 19 (R2)**	**Outras reapresentações**	**Saldos reapresentados**
Receitas	16.759.074	5.593	726.566	17.491.233
Insumos	(13.446.325)	(177.856)	82.955	(13.541.226)
Depreciação	(997.718)	32.608	-	(965.110)
Recebido em transferência	555.443	(5.607)	-	549.836
Valor adicionado a distribuir	2.870.474	(145.262)	809.521	3.534.733
Pessoal e encargos	1.905.353	23.291	-	1.928.644
Impostos	585.607	(83.429)	809.521	1.311.699
Remuneração de capital de terceiros	910.814	(18.143)	-	892.671
Remuneração de capital próprio	(531.300)	(66.981)	-	(598.281)
Valor adicionado distribuído	2.870.474	(145.262)	809.521	3.534.733

3.23 Pronunciamentos novos, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 – Tributos, a interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar tributos de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2014.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 poderá ter impactos imateriais na classificação e avaliação dos ativos financeiros das Empresas Usiminas, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

- IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32 - Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exeqüível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O Grupo não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

- IAS 39 - Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de *Hedge* – Revisão da IAS 39 - Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O Grupo não renovou seus derivativos durante o exercício corrente. Contudo, essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos.

A Companhia não espera que essas mudanças tenham impactos materiais em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas, revisões de normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Empresas Usiminas.

3.24 Adoção antecipada da Medida Provisória 627/2013

A Companhia avaliou as disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (MP 627) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422, de 19 de dezembro de 2013 (IN 1397).

Tal Norma revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) – instituído pela Lei 11.638/07 para dar neutralidade fiscal à apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) – e insere uma nova sistemática para que as empresas domiciliadas no Brasil ofereçam à tributação o resultado de suas controladas e coligadas no exterior a partir de 2015.

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, a sua adoção antecipada, de forma irretratável, em 2014, pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente aqueles relacionados a dividendos e juros sobre capital próprio efetivamente pagos desde 2008 até a data de publicação desta MP.

Ressalte-se que parte significativa das disposições da MP 627 deverá ainda ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil (RFB) e também que seus dispositivos poderão ser modificados pelo Congresso Nacional, cujo prazo final para manifestação é o dia 06 de abril de 2014, conforme legislação pertinente.

A Administração aguarda a evolução das emendas ao texto da referida Medida Provisória e sua conversão ou não em lei para que possa decidir sobre sua adoção antecipada em 2014. Segundo a avaliação preliminar da Administração, não se espera que a eventual adoção antecipada tenha impacto relevante sobre os resultados da Companhia.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

4.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro (Nota 33).

A Administração acredita que essa segregação está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

(b) Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

4.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(a) Perda por valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo (quando observados indicadores de *impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso e do preço de venda líquido, efetuados com base em estimativas (Nota 18).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foi apurada perda por *impairment* nos ativos (31 de dezembro de 2012 – R$358, perda referente ao ágio alocado na UGC Modal).

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC Modal fosse 1% maior que as estimativas da administração, o segmento também não teria reconhecido perda por *impairment*.

(b) Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em diversos países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

As Empresas Usiminas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando-se as alíquotas em vigor. Revisamos regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando uma variação provável com base em índices do mercado e deterioração de 25% e 50% sobre o cenário provável, estão demonstradas na Nota 5.6.

(d) Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

(e) Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de aposentadoria.

As Empresas Usiminas definem a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devam ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de aposentadoria. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, as Empresas Usiminas consideram as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de aposentadoria.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 26.

A Companhia e algumas de suas controladas reconhecem um passivo relacionado com a dívida contratada para cobertura da insuficiência de reservas.

(f) Provisões para demandas judiciais

Como descrito na Nota 24, as Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas. A Administração acredita que essas provisões e as contingências possíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(g) Provisão para recuperação ambiental

Como parte das suas atividades de mineração, as quais são realizadas por meio da sua controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece no consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

(h) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

Conforme descrito na Nota 17, a depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

5 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades das Empresas Usiminas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros, risco de preços de *commodities* e risco de preço do aço). O programa de gestão de risco global das Empresas Usiminas busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro das Empresas Usiminas decorrente da volatilidade dos mercados. As Empresas Usiminas utilizam instrumentos financeiros de derivativos para se proteger de certas exposições a risco.

A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Comitê Financeiro e Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, unidades operacionais, Suprimentos, Planejamento, entre outras, das Empresas Usiminas. O Conselho de Administração estabelece normas e políticas, por escrito, para a gestão de risco global, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, através do uso de instrumentos financeiros de derivativos e não derivativos e investimento de caixa.

5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros das Empresas Usiminas encontram-se registrados em contas patrimoniais. As Empresas Usiminas adotam uma política responsável de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento é feito pelo Comitê Financeiro e pelo Conselho de Administração. A referida política tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. As Empresas Usiminas realizam operações de derivativos visando sempre proteger seus ativos e passivos financeiros e reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa, monitorando a exposição cambial, um possível descasamento entre moedas, preço de commodities, entre outros.

As Empresas Usiminas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

5.3 Política de gestão de riscos financeiros

As Empresas Usiminas gerenciam seus riscos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável. O objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, por meio do gerenciamento das taxas de câmbio, taxas de juros e condições de mercado. A gestão de riscos financeiros é determinada por meio de norma interna que estabelece as estratégias de gerenciamento de riscos e a política de proteção patrimonial, permitindo a realização de operações de *hedge* (proteção) e por meio das decisões do Comitê Financeiro, criado em 10 de junho de 2009, que se reúne periodicamente. As Empresas Usiminas não têm a prática de efetuar operações especulativas. Os procedimentos de controles internos das Empresas Usiminas proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos são: taxas de câmbio, taxas de juros, preços de matérias-primas e produtos. As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha, as quais são monitoradas regularmente pela USIMINAS, com avaliação de limites e exposições de risco de crédito das suas contrapartes. Os principais riscos estão resumidos a seguir

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

A política de vendas das Empresas Usiminas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, existe um Comitê de Crédito composto de especialistas das áreas financeira e comercial, que avaliam e acompanham o risco dos clientes. Esse objetivo é obtido por meio de uma análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber de clientes (pulverização do risco).

A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 11.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, as Empresas Usiminas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha. São aceitos somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais. Nenhuma instituição financeira detém isoladamente mais de 25% do total das aplicações financeiras e demais investimentos das Empresas Usiminas.

(b) Risco de liquidez

A Companhia adota uma política responsável de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento é feito sistematicamente pelo Comitê Financeiro e pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes das Empresas Usiminas por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e *rating* visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida das Empresas Usiminas. Em todo o trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de *covenants* e recomendação interna do nível de alavancagem. A Tesouraria monitora as previsões contidas no fluxo de caixa direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, de investimentos e ao devido cumprimento de pagamento de suas obrigações. Adicionalmente, a Companhia possui linhas de crédito contratadas para aumentar e fortalecer a sua posição de liquidez.

O caixa mantido pelas Empresas Usiminas é gerenciado pela Diretoria Corporativa Financeira, que o investe em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados que atendam à liquidez adequada, conforme demonstrado na Nota 9.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos das Empresas Usiminas e os passivos financeiros derivativos que são realizados, pelo saldo líquido, por essas mesmas empresas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

				Controladora
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.831.566	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.628.858	4.996.392	3.881.897	336
Debêntures	103.015	212.644	1.158.253	-
Instrumentos financeiros derivativos	(5.378)	(3.966)	(8.852)	-
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.833.050	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.768.499	3.381.941	3.974.412	
Debêntures	259.410	-	-	-
Obrigações com arrendamento financeiro	413	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.769	36.173	(74.719)	(227.754)
Em 1º de janeiro de 2012				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.270.212	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.261.522	1.749.961	4.302.578	1.103.932
Debêntures	293.260	263.789	-	-
Obrigações com arrendamento financeiro	4.036	835	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(42.161)	(21.831)	138.392	302.310

				Consolidado
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.422.024	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.601.009	4.378.113	2.872.800	698
Debêntures	103.015	212.644	1.158.253	-
Bond	27.881	55.702	3.987	-
Obrigações com arrendamento financeiro	512	666	23	-
Instrumentos financeiros derivativos	(2.466)	(3.966)	(8.852)	-
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.280.432	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.796.951	3.281.084	2.387.566	1.067
Debêntures	259.410	-	-	-
Bond	27.492	51.799	779.034	-
Obrigações com arrendamento financeiro	1.247	841	127	-
Instrumentos financeiros derivativos	(13.036)	11.148	9.100	22.186
Em 1º de janeiro de 2012				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.452.480	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.318.280	1.794.973	4.370.953	1.122.058
Debêntures	293.260	263.789	-	-
Bond	85.348	85.348	615.731	831.917
Obrigações com arrendamento financeiro	7.549	1.232	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(42.128)	(19.238)	138.138	302.310

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para fornecedores, empreiteiros e fretes, empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

Dos valores relacionados acima na coluna “Menos de 1 ano” referente a empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013, a Companhia pretende amortizar R$231.473 no primeiro trimestre de 2014.

(c) Riscos de mercado

(i) Risco cambial

As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A política financeira das Empresas Usiminas destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir seus custos, diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, reduzir a exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas.

Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e *Non Deliverable Forwards* (NDF) e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

			Controladora			Consolidado
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Ativos em moeda estrangeira						
Caixa e equivalentes de caixa	18.575	76.310	85.588	95.977	173.209	101.718
Títulos e valores mobiliários	-	9.137	124.396	833.558	1.528.421	2.289.383
Contas a receber e contas correntes empresas ligadas	263.295	155.102	231.694	312.092	298.815	240.933
Adiantamentos a fornecedores	3.968	3.421	87.860	8.460	3.421	87.860
Instrumentos financeiros derivativos (i)	(53.538)	246.531	374.753	(17.680)	(29.398)	(125.403)
Investimentos (ii)	1.877.451	1.687.894	2.207.535	-	-	9.617
	2.109.751	2.178.395	3.111.826	1.232.407	1.974.468	2.604.108
Passivos em moeda estrangeira						
Empréstimos e financiamentos	(3.254.843)	(3.953.711)	(4.547.737)	(2.364.859)	(3.653.781)	(4.077.442)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(609.430)	(741.560)	(606.751)	(614.622)	(762.571)	(615.617)
Adiantamento de clientes	(8.243)	(45.223)	(2.998)	(8.243)	(44.724)	(4.805)
Demais contas a pagar	(79.082)	-	(5.172)	(288.416)	10.324	(543.965)
	(3.951.598)	(4.740.494)	(5.162.658)	(3.276.140)	(4.450.752)	(5.241.829)
Exposição líquida	(1.841.847)	(2.562.099)	(2.050.832)	(2.043.733)	(2.476.284)	(2.637.721)

(i) Resultado líquido das operações de *swap.* Os contratos de *swap* da Companhia no Brasil são amparados pelo instrumento Contrato Geral de Derivativos (CGD) e registrados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). No exterior, são amparados por contratos da International Swaps and Derivatives Association, Inc. (ISDA).

(ii) A Companhia possui participações em empresas no exterior cujo foco principal é a otimização e captação de recursos e as operações de importação de matérias primas e exportação de produtos, estando, portanto, sujeitas ao risco cambial.

Em conjunto com a posição líquida de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2013, anteriormente demonstrada, deve-se considerar o saldo líquido, previsto para o ano de 2014, entre as contas de exportação e importação. Cerca de 23,5% da receita líquida (não auditado) das Empresas Usiminas resultam das vendas ao mercado externo. Desta forma, essas transações reduzem a exposição líquida por meio de uma fonte estável em moeda forte, que representou cerca de US$106.720mil (R$250.003) (não auditado) no exercício de 2013.

Os valores dos empréstimos e financiamentos e das debêntures das Empresas Usiminas são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Real	4.411.165	4.161.227	4.389.077	4.476.122	4.343.973	4.514.038
Euro	23.592	29.541	35.564	23.592	29.541	35.564
Dólar norte-americano	1.741.529	2.341.716	2.890.357	2.338.582	3.621.388	4.038.955
Iene	1.489.722	1.582.454	1.621.816	2.685	2.852	2.923
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	7.666.008	8.114.938	8.936.814	6.840.981	7.997.754	8.591.480

O impacto relacionado a variações nas taxas de câmbio (análise de sensibilidade) está demonstrado na Nota 5.6(b).

(ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros

O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõem as Empresas Usiminas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem as Empresas Usiminas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A política financeira das Empresas Usiminas destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir o risco por meio da substituição de taxas de juros flutuantes por taxas de juros fixas ou substituir as taxas de juros baseadas em índices internacionais por taxas de juros baseadas em índices em moeda local, de acordo com as orientações do Comitê Financeiro.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora						Consolidado					
	31/12/2013	%	31/12/2012	%	01/01/2012	%	31/12/2013	%	31/12/2012	%	01/01/2012	%
Empréstimos e financiamentos												
Pré-fixada	1.545.538	20	1.731.391	21	1.686.101	19	701.984	10	1.497.058	19	1.282.023	15
TJLP	820.856	11	923.052	11	1.057.603	12	836.348	12	959.700	12	1.120.181	13
Libor	1.464.803	19	2.343.751	29	2.798.469	31	1.464.803	21	2.343.751	29	2.796.182	33
CDI	2.525.867	33	2.869.615	36	2.789.071	31	2.526.983	37	2.947.977	37	2.823.255	33
Outras	269.499	4	(10.535)		81.151	1	271.418	4	(8.396)		45.420	1
	6.626.563	87	7.857.274	97	8.412.395	94	5.801.536	84	7.740.090	97	8.067.061	95
Debêntures												
CDI	1.039.445	13	257.664	3	524.419	6	1.039.445	16	257.664	3	524.419	5
	7.666.008	100	8.114.938	100	8.936.814	100	6.840.981	100	7.997.754	100	8.591.480	100

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para o gerenciamento de riscos referentes às oscilações das taxas de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, como a fixação da taxa da Libor em alguns casos. O objetivo é minimizar os riscos referentes às oscilações das taxas de juros nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, em alguns casos, em moeda nacional. No exterior, os contratos de empréstimos e financiamentos são amparados por contratos ISDAs e, quando as operações são contratadas localmente, essas são amparadas por contratos CGDs.

(iii) Risco de preço de *commodities* e de preço de aço

Este risco está relacionado com a oscilação no preço das matérias-primas e dos insumos (*commodities*) utilizados no processo de produção e do preço de venda do aço. A contratação de operações de NDF busca a proteção econômica de exportações e importações nos fluxos da Companhia.

5.4 Gestão de capital

Os objetivos das Empresas Usiminas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, as Empresas Usiminas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e tributos parcelados (incluindo operações de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído-se o montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

A estratégia das Empresas Usiminas é a de manter o índice de alavancagem financeira em índices inferiores àqueles previstos nos contratos de empréstimos e financiamentos (*covenants*) e em uma classificação de crédito “BBB-“.

O índice de alavancagem financeira bruta em relação ao EBITDA ajustado (não auditado) é de 4,4 vezes em 31 de dezembro de 2013 (31 de dezembro de 2012 - 10,4 vezes).

O EBITDA ajustado é calculado adicionando-se ao lucro líquido (prejuízo) do exercício o resultado das operações descontinuadas, o imposto de renda e contribuição social, a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão e outras adições e exclusões.

Adicionalmente, demonstramos o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

			Consolidado
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Total dos empréstimos e financiamentos, debêntures e tributos parcelados	6.902.834	8.071.340	8.682.601
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(3.468.816)	(4.660.876)	(5.131.805)
Dívida líquida	3.434.018	3.410.464	3.550.796
Total do patrimônio líquido	18.833.945	18.513.073	19.014.205
Total do capital	22.267.963	21.923.537	22.565.001
Índice de alavancagem financeira	15%	16%	16%

5.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo contábil do contas a receber de clientes menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa seja próximo de seu valor justo devido ao seu curto vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as Empresas Usiminas para instrumentos financeiros similares.

Para as operações de *swap* e NDF, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do *site* da BM&F, Broadcast e Bloomberg. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos. Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber é o valor justo das operações.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

As Empresas Usiminas aplicam o CPC 40 e o IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação da mensuração do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis) (Nível 3).

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Esses instrumentos compreendem investimentos em CDB's e instrumentos financeiros derivativos (*swap*), que estão demonstrados na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 1 e 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos, com exceção de operações de mercado de capitais, aproxima-se do valor justo. Nas operações de mercado de capitais, como debêntures e *bonds*, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado é apurada de acordo com taxas divulgadas no *site* da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), Broadcast e Bloomberg e pode ser assim sumariada:

						Controladora
		31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.765.121	1.765.121	2.371.257	2.371.257	2.925.921	2.925.921
Empréstimos bancários – moeda nacional	3.371.720	3.371.720	3.903.563	3.903.563	3.864.658	3.864.658
Debêntures	1.039.445	1.039.445	257.664	257.664	524.419	524.642
Bonds	1.489.722	1.489.722	1.582.454	1.582.454	1.621.816	1.621.816
	7.666.008	7.666.008	8.114.938	8.114.938	8.936.814	8.937.037

						Consolidado
		31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.778.580	1.778.580	2.399.421	2.399.421	2.926.022	2.926.022
Empréstimos bancários – moeda nacional	3.436.677	3.436.677	4.086.309	4.086.309	3.989.619	3.989.619
Debêntures	1.039.445	1.039.445	257.664	257.664	524.419	524.642
Bonds	586.279	941.113	1.254.360	1.283.893	1.151.420	1.133.824
	6.840.981	7.195.815	7.997.754	8.027.287	8.591.480	8.574.107

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

(c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

5.6 Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros derivativos, foram utilizadas cotações do mercado financeiro, disponibilizadas por instituições financeiras e provedores de informações financeiras (Broadcast, Bloomberg, BM&F). As referidas cotações foram utilizadas no cálculo dos valores futuros das operações de *swap* para o cenário considerado "provável" pela Administração. Adicionalmente, os Cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada provável pela Administração.

(a) Análise de sensibilidade de derivativos - preço de matérias-primas

		Controladora e Consolidado		
		Ganho/(perda)		
		31/12/2013		
Operação	**Risco**	**Cenário provável I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Swap de *commodities*	Baixa do zinco	276	(1.721)	(3.719)

		Controladora e Consolidado		
		Ganho/(perda)		
		31/12/2012		
Operação	**Risco**	**Cenário provável I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Swap de *commodities*	Baixa do zinco	640	(803)	(2.247)

		Controladora e Consolidado		
		Ganho/(perda)		
		01/01/2012		
Operação	**Risco**	**Cenário provável I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Swap de *commodities*	Baixa do zinco	(1.403)	(3.206)	(5.009)

(b) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no final do período, considerando o cenário provável, o valor justo em 31 de dezembro de 2013. O cenário I considerou aumento de 5% sobre o cenário atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor da moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2013.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

			31/12/2013
Moeda	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Dólar	2,3426	2,9283	3,5139
EUR	3,2265	4,0331	4,8398
JPY	0,0223	0,0279	0,0335

Os efeitos na despesa financeira considerando os Cenários I, II e III estão demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
			31/12/2013			31/12/2013
	Cenário I	**Cenário II**	**Cenário III**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
US$	(179.616)	(898.082)	(1.796.164)	(102.193)	(510.962)	(1.021.924)
EUR	(2.193)	(10.970)	(21.940)	(2.146)	(10.730)	(21.459)
YEN	(489)	(2.444)	(4.889)	3.585	17.925	35.850

(c) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos indexados a taxas de juros, em aberto no final do período, considerando o cenário provável, o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2013. O cenário I considera um aumento de 0,1 ponto percentual sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2013.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

			31/12/2013
Taxa	**CenárioI I**	**Cenário II**	**Cenário III**
CDI	8,3%	10,3%	12,3%
TJLP	5,1%	6,3%	7,5%
LIBOR	0,8%	0,9%	1,0%

Os efeitos na despesa financeira considerando os Cenários I, II e III estão demonstrados a seguir:

			Controladora			Consolidado
			31/12/2013			31/12/2013
	Cenário I I	**Cenário II**	**Cenário III**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
CDI	(2.933)	(821)	(1.216)	(1.116)	(836)	(1.216)
TJLP	(57.413)	(9.440)	(860)	(21.840)	(9.618)	(860)
LIBOR	(117.760)	(19.701)	(2.936)	(44.795)	(20.072)	(2.936)

As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos e Debêntures, são apresentadas na Nota 5.3 (c) (ii), e são principalmente compostas por Libor, TJP e CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Os instrumentos financeiros derivativos atrelados a exposição cambial foram incluídos na análise de sensibilidade de ativos e passivos em moeda estrangeira, baseado no objetivo destes instrumentos que é de minimizar o impacto da oscilação da moeda estrangeira.

Os instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros foram incluídos na análise de sensibilidade de variação de taxas de juros, baseado no objetivo destes instrumentos que é de minimizar o impacto da oscilação das taxas de juros.

6 Instrumentos financeiros de derivativos

As Empresas Usiminas participam em operações de *swap* e NDF com o objetivo de proteger e gerenciar os riscos inerentes à variação de moedas estrangeiras, taxas de juros, preços, entre outros. Essas operações visam reduzir a exposição cambial e as alterações bruscas em preços de *commodities* (principalmente alumínio, níquel, cobre e zinco). As Empresas Usiminas não possuem instrumentos financeiros com fins especulativos. A Companhia tem por política não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

As operações de instrumentos financeiros derivativos podem ser sumariadas como segue:

(a) Controladora

		INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) -CONTÁBIL				Resultado do período
	Faixas de vencimento mês/ano	31/12/2013		31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013
		Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Ganho (perda)
PROTEÇÃO DE TAXAS DE CÂMBIO (SWAP)												
Credit Suisse	02/09 a 02/14	Libor + 4% a.a	100% CDI	US$10.000	US$10.000	US$ 30.000	US$ 30.000	494	(370)	2.953	(3.156)	(1.337)
Pre-pagamento Citibank	10/09 a 03/15	Libor + 1,35% a.a.	4,23% a.a.	-	-	US$ 300.000	US$ 300.000	-	-	562.400	(580.443)	(1.872)
Pre-pagamento HSBC	10/09 a 03/13	Libor + 1,10% a.a.	3,3375%	-	-	US$ 128.871	US$ 128.871	-	-	175.753	(176.950)	-
Banco do Brasil S.A	05/10 a 03/13	Taxa pré-fixada 11,48% a.a.	98% CDI	-	-	R$ 300.000	R$ 300.000	-	-	407.379	(387.904)	377
MERRIL LYNCH	09/10 a 03/17	Libor + 0,83%	3,05% a.a.	US$ 96.000	US$ 96.000	US$ 96.000	US$ 96.000	222.809	(231.060)	193.591	(204.104)	(1.203)
ABN AMRO	01/08 a 01/18	Yen + 4,1165% a.a.	Dólar + 7,34% a.a.	JPY 42.952.000	US$ 400.000	JPY 42.952.000	US$ 400.000	1.125.836	(1.177.887)	1.217.765	(1.070.078)	(222.603)
ABN AMRO	06/06 a 06/16	Yen + 4,275% a.a	Dólar + 8,35% a.a.	JPY 22.800.000	US$ 200.000	JPY 22.800.000	US$ 200.000	560.146	(553.778)	617.158	(510.708)	(116.165)
Bradesco	10/12 a 01/13	Dólar a 2,0702	PTAX de Venda	-	-	US$66.369	US$66.369	-	-	136.993	(135.630)	1.079
Votorantim	10/12 a 02/13	Dólar a 2,0800	PTAX de Venda	-	-	US$20.824	US$20.824	-	-	42.944	(42.747)	2.165
Credit Agricole	11/12 a 02/13	Dólar a 2,0789	PTAX de Venda	-	-	US$39.746	US$39.746	-	-	81.922	(81.590)	4.131
Hsbc	11/12 A 03/13	Dólar a 2,0857	PTAX de Venda	-	-	US$34.159	US$34.159	-	-	70.251	(69.903)	3.686
								1.909.285	(1.963.095)	3.509.109	(3.263.213)	(331.742)
							Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)		(53.810)		245.896	(331.742)
											Resultado com operações liquidadas (i)	-
											Resultado no período - Resultado financeiro	(331.742)
PROTEÇÃO DE PREÇO DE PRODUTO - COMMODITIES												
BRADESCO S.A. (ZINCO)	28/02/2013	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	-	-	USD 1.312	USD 1.312	-	-	3.003	(2.681)	32
ABC BRASIL S.A. (ZINCO)	01/02/2013	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	-	-	USD 1.310	USD 1.310	-	-	2.991	(2.678)	(89)
ABC BRASIL S.A. (ZINCO)	31/01/2014	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	USD 1.636	USD 1.598	-	-	3.833	(3.741)	-	-	92
BRADESCO S.A. (ZINCO)	28/02/2014	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	USD 1.672	USD 1.596	-	-	3.917	(3.737)	-	-	180
TOTAL								7.750	(7.478)	5.994	(5.359)	215
							Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)		272		635	215
											Resultado com operações liquidadas (i)	(2.915)
											Resultado no período - Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(2.700)
							Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)		**(53.538)**		**246.531**	**(331.527)**
											Resultado com operações liquidadas (i)	**(2.915)**
											Resultado no total com Instrumentos financeiros	**(334.442)**

(i) Operações contratadas e liquidadas durante o período.

(b) Consolidado

		INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) -CONTÁBIL				Resultado do período
	Faixas de vencimento mês/ano	31/12/2013		31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013
		Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Ganho (perda)
PROTEÇÃO DE TAXAS DE CÂMBIO (SWAP)												
Credit Suisse	02/09 a 02/14	Libor + 4% a.a	100% CDI	US$10.000	US$10.000	US$ 30.000	US$ 30.000	494	(370)	2.953	(3.156)	(1.337)
Pre-pagamento Citibank	10/09 a 03/15	Libor + 1,35% a.a.	4,23% a.a.	-	-	US$ 300.000	US$ 300.000	-	-	562.400	(580.443)	(1.872)
Pre-pagamento HSBC	10/09 a 03/13	Libor + 1,10% a.a.	3,3375%	-	-	US$ 128.871	US$ 128.871	-	-	175.753	(176.950)	-
Banco do Brasil S.A	05/10 a 03/13	Taxa pré-fixada 11,48% a.a.	98% CDI	-	-	R$ 300.000	R$ 300.000	-	-	407.379	(387.904)	377
MERRIL LYNCH	09/10 a 03/17	Libor + 0,83%	3,05% a.a.	US$ 96.000	US$ 96.000	US$ 96.000	US$ 96.000	222.809	(231.060)	193.591	(204.104)	(1.203)
ABN AMRO	01/08 a 01/18	Yen + 4,1165% a.a.	Dólar + 7,34% a.a.	JPY 42.952.000	US$ 400.000	JPY 42.952.000	US$ 400.000	1.125.836	(1.177.887)	1.217.765	(1.070.078)	(222.603)
ABN AMRO	06/06 a 06/16	Yen + 4,275% a.a	Dólar + 8,35% a.a.	JPY 22.800.000	US$ 200.000	JPY 22.800.000	US$ 200.000	560.146	(553.778)	617.158	(510.708)	(116.165)
Bradesco	10/12 a 01/13	Dólar a 2,0702	PTAX de Venda	-	-	US$66.369	US$66.369	-	-	136.993	(135.630)	1.079
Votorantim	10/12 a 02/13	Dólar a 2,0800	PTAX de Venda	-	-	US$20.824	US$20.824	-	-	42.944	(42.747)	2.165
Credit Agricole	11/12 a 02/13	Dólar a 2,0789	PTAX de Venda	-	-	US$39.746	US$39.746	-	-	81.922	(81.590)	4.131
Hsbc	11/12 A 03/13	Dólar a 2,0857	PTAX de Venda	-	-	US$34.159	US$34.159	-	-	70.251	(69.903)	3.686
ABN AMRO	06/06 a 06/16	Dólar + 8,25 a.a.	Yen + 4,275 % a.a.	US$200.000	JPY 22.800.000	US$200.000	JPY 22.800.000	557.326	(564.933)	517.346	(627.699)	117.672
ABN AMRO	01/08 a 01/18	Dólar + 7,25 a.a.	Yen + 4,1165 % a.a.	US$400.000	JPY42.952.000	US$400.000	JPY42.952.000	1.187.597	(1.144.647)	1.101.834	(1.270.604)	233.582
ITAU BBA	06/11 a 06/14	3,7 % a.a	106,50% CDI	US$3.777	US$3.777	US$11.331	US$11.331	2.844	(2.329)	23.172	(19.978)	2.728
								3.657.052	(3.675.004)	5.151.461	(5.181.494)	22.240
							Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)		(17.952)		(30.033)	22.240
											Resultado com operações liquidadas (i)	1
											Resultado no período - Resultado financeiro	22.241
PROTEÇÃO DE PREÇO DE PRODUTO - COMMODITIES												
BRADESCO S.A. (ZINCO)	28/02/2013	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	-	-	USD 1.312	USD 1.312	-	-	3.003	(2.681)	32
ABC BRASIL S.A. (ZINCO)	01/02/2013	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	-	-	USD 1.310	USD 1.310	-	-	2.991	(2.678)	(89)
ABC BRASIL S.A. (ZINCO)	31/01/2014	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	USD 1.636	USD 1.598	-	-	3.833	(3.741)	-	-	92
BRADESCO S.A. (ZINCO)	28/02/2014	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	USD 1.672	USD 1.596	-	-	3.917	(3.737)	-	-	180
TOTAL								7.750	(7.478)	5.994	(5.359)	215
							Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)		272		635	215
											Resultado com operações liquidadas (i)	(2.915)
											Resultado no período - Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(2.700)
							Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)		**(17.680)**		**(29.398)**	**22.455**
											Resultado com operações liquidadas (i)	**(2.914)**
											Resultado no total com Instrumentos financeiros	**19.541**

(i) Operações contratadas e liquidadas durante o período.

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Ativo circulante	396	22.440	10.560	45.637	50.093	29.464
Ativo não circulante	23.234	281.356	431.772	40.608	286.508	435.972
Passivo circulante	(51.015)	(42.209)	(43.589)	(51.015)	(42.209)	(43.589)
Passivo não circulante	(26.153)	(15.056)	(23.990)	(52.910)	(323.790)	(547.250)
	(53.538)	246.531	374.753	(17.680)	(29.398)	(125.403)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
No custo das vendas	(2.700)	(346)	(2.700)	(346)
Nas outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		12.834		12.834
No resultado financeiro	(331.742)	(184.255)	22.241	62.415
	(334.442)	(171.767)	19.541	74.903

(c) Atividades de *hedge* – *hedge* de fluxo de caixa (*hedge accounting)*

Em 1º de agosto de 2011, a Companhia designou algumas operações de pré-pagamento de exportação como instrumento de proteção contra parte do risco cambial resultante das transações futuras altamente prováveis (exportações) e resolveu descontinuar a contabilização de *hedge accounting* das exportações a partir de 1º de outubro de 2012. Dessa forma o saldo reconhecido no Patrimônio Liquido em 31 de dezembro de 2013 de R$3.131 (31 de dezembro de 2012 - R$121.597; 1º de janeiro de 2012 – R$143.735), não sofrerá novas alterações oriundas de variação da taxa de câmbio e será reconhecido nos resultados da Companhia conforme a realização das exportações definidas como instrumento de *hedge* (Nota 3.8 (c)).

A seguir estão apresentadas as operações de pré-pagamento de exportação designadas como instrumento de *hedge*:

			Controladora e Consolidado		
			Saldo do principal		
	Valor nominal US$ mil	Vencimento	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
BNP Paribas		2012	-	-	13.643
Club Deal (Mizuho, Tokio Mitsubishi, WestLB)		2012	-	-	112.548
Credit Suisse	10.000	2013 e 2014	23.426	61.305	93.790
Bawag PSK		2012	-	-	13.534
Sindicato (HSBC)		2012 a 2015	-	732.476	1.045.089
	10.000		23.426	793.781	1.278.604
No passivo circulante			23.426	438.954	493.692
No passivo não circulante			-	354.827	784.912

O reconhecimento do *hedge accounting* no patrimônio líquido pode ser demonstrado como segue:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Saldo inicial reconhecido no patrimônio líquido	(184.238)	(217.781)	(229.714)
Valor revertido no período	179.495	33.543	11.933
Saldo antes dos tributos sobre o lucro	(4.743)	(184.238)	(217.781)
Tributos sobre o lucro diferidos (34%)	1.612	62.641	74.046
Saldo final reconhecido no patrimônio líquido	(3.131)	(121.597)	(143.735)

Até a data da descontinuação da contabilização de *hedge accounting,* a Companhia efetuou testes de efetividade prospectivo e retrospectivo em conformidade com o IAS 29/CPC 38. Esses testes apresentaram aproximadamente 100% de efetividade para as operações de pré-pagamento de exportação definidas como instrumentos de *hedge*, bem como para as exportações definidas como objeto de *hedge*.

7 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	31/12/2013			31/12/2012		
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Total**
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	713.242	713.242	27.663	1.223.440	1.251.103
Títulos e valores mobiliários	1.536	-	1.536	9.137	-	9.137
Contas a receber de clientes	1.142.722	-	1.142.722	949.368	-	949.368
Instrumentos financeiros - *swap*	-	23.630	23.630	-	303.796	303.796
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	198.843	-	198.843	114.557	-	114.557
	1.343.101	736.872	2.079.973	1.100.725	1.527.236	2.627.961

	01/01/2012		
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	73.365	290.221	363.586
Títulos e valores mobiliários	124.396	-	124.396
Contas a receber de clientes	783.520	-	783.520
Instrumentos financeiros - *swap*	-	442.332	442.332
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	144.456	-	144.456
	1.125.737	732.553	1.858.290

	31/12/2013			31/12/2012		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Passivos						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	7.666.008	7.666.008	-	8.114.618	8.114.618
Obrigações de arrendamento financeiro	-	-	-	-	320	320
Instrumentos financeiros – *swap*	77.168	-	77.168	57.265	-	57.265
Fornecedores, empreiteiros e fretes	-	1.831.566	1.831.566	-	1.833.050	1.833.050
	77.168	9.497.574	9.574.742	57.265	9.947.988	10.005.253

	01/01/2012		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Passivos			
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	8.933.731	8.933.731
Obrigações de arrendamento financeiro	-	3.083	3.083
Instrumentos financeiros – *swap*	67.579	-	67.579
Fornecedores, empreiteiros e fretes	-	1.270.212	1.270.212
	67.579	10.207.026	10.274.605

(b) Consolidado

	31/12/2013			31/12/2012		
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Total**
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	33.462	2.599.725	2.633.187	114.769	3.008.549	3.123.318
Títulos e valores mobiliários	835.629	-	835.629	1.537.558	-	1.537.558
Contas a receber de clientes	1.639.551	-	1.639.551	1.568.105	-	1.568.105
Instrumentos financeiros - *swap*	-	86.245	86.245	-	336.601	336.601
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	326.708	-	326.708	172.680	-	172.680
	2.835.350	2.685.970	5.521.320	3.393.112	3.345.150	6.738.262

	01/01/2012		
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	73.365	2.769.057	2.842.422
Títulos e valores mobiliários	2.289.383	-	2.289.383
Contas a receber de clientes	1.253.009		1.253.009
Instrumentos financeiros - *swap*	-	465.436	465.436
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	304.737	-	304.737
	3.920.494	3.234.493	7.154.987

	31/12/2013			31/12/2012		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Passivos						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	6.839.865	6.839.865	-	7.997.434	7.997.434
Obrigações de arrendamento financeiro	-	1.116	1.116	-	320	320
Instrumentos financeiros – *swap*	103.925	-	103.925	365.999	-	365.999
Fornecedores, empreiteiros e fretes	-	2.422.024	2.422.024	-	2.280.432	2.280.432
	103.925	9.263.005	9.366.930	365.999	10.278.186	10.644.185

	01/01/2012		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Passivos			
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	8.584.836	8.584.836
Obrigações de arrendamento financeiro		6.644	6.644
Instrumentos financeiros – *swap*	590.839	-	590.839
Fornecedores, empreiteiros e fretes	-	1.452.480	1.452.480
	590.839	10.043.960	10.634.799

8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Contas a receber de clientes						
Contrapartes com classificação externa de crédito						
AAA a AA	50.028	17.278	12.960	365.646	158.537	12.960
BBB a B	116.935	78.733	37.051	224.106	620.652	126.704
	166.963	96.011	50.011	589.752	779.189	139.664
Contrapartes sem classificação externa de crédito						
Grupo 1	6.711	35.870	10.205	61.685	45.431	39.660
Grupo 2	905.091	415.334	593.408	883.331	140.674	731.993
Grupo 3	63.957	402.153	129.896	104.783	602.811	341.692
	975.759	853.357	733.509	1.049.799	788.916	1.113.345
Total de contas a receber de clientes	1.142.722	949.368	783.520	1.639.551	1.568.105	1.253.009

- Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de 6 meses).
- Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de 6 meses) sem inadimplência no passado ou inadimplência de até 90 dias.
- Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de 6 meses) com inadimplência no passado acima de 90 dias. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo						
AAA	453.401	1.148.033	317.076	2.042.166	2.542.366	2.329.367
AA+	10.776	32.865	8.347	301.666	415.042	427.509
AA-	132.491	19.956	18.386	135.393	64.694	65.291
A+	116.574	50.249	19.727	140.875	88.468	19.743
Outros	-	-	50	13.087	12.748	512
Total de caixa e equivalentes de caixa	713.242	1.251.103	363.586	2.633.187	3.123.318	2.842.422

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Títulos e valores mobiliários						
AAA	1.536	9.137	99.809	309.156	778.369	1.758.212
AA	-	-	24.587	526.473	450.907	271.426
A	-	-	-	-	-	14.642
A+	-	-	-	-	308.282	245.103
	1.536	9.137	124.396	835.629	1.537.558	2.289.383

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Ativos financeiros derivativos						
AAA	23.538	302.847	442.332	86.153	335.652	465.436
AA+	92	197	-	92	197	-
Outros	-	752	-	-	752	-
	23.630	303.796	442.332	86.245	336.601	465.436

Os *ratings* decorrentes de classificação externa foram extraídos de agências de *ratings* (Standard&Poor's, Moodys, Fitch).

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

Nenhum dos contas a receber com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

9 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os ativos financeiros conforme a seguir:

			Controladora
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
	Total	Total	Total
Bancos conta movimento	40.455	27.861	29.379
Bancos conta movimento exterior	18.575	48.647	12.223
Certificados de depósitos bancários – CDBs e aplicações compromissadas	654.212	1.146.932	248.619
Aplicações financeiras no exterior (*Time Deposit*)	-	27.663	73.365
	713.242	1.251.103	363.586

			Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
	Total	Total	Total
Bancos conta movimento	56.282	79.006	71.636
Bancos conta movimento exterior	62.515	58.440	28.353
Certificados de depósitos bancários – CDBs e aplicações compromissadas	2.480.928	2.871.103	2.669.068
Aplicações financeiras no exterior (*Time Deposit*)	33.462	114.769	73.365
	2.633.187	3.123.318	2.842.422

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação média de 100,6% do certificado de depósito interbancário (CDI).

O valor justo dos CDBs é baseado nos percentuais do CDI. As taxas de CDI são obtidas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP).

Em 31 de dezembro de 2013, as Empresas Usiminas não possuem contas garantidas.

10 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários incluem ativos financeiros conforme a seguir:

			Controladora
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Aplicações financeiras no exterior (*Time Deposit*)	-	-	124.396
Aplicações compromissadas	1.536	9.137	-
	1.536	9.137	124.396

			Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Aplicações financeiras no exterior (*Time Deposit*)	833.558	1.528.421	2.289.383
Aplicações compromissadas	2.071	9.137	-
	835.629	1.537.558	2.289.383

As aplicações financeiras no exterior são remuneradas às taxas pré-fixadas mais variação cambial.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos de dívida classificados como disponíveis para venda.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired.*

11 Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Contas a receber de clientes:						
No país	757.865	607.049	517.997	1.345.642	1.228.402	1.124.237
No exterior	190.157	142.854	144.948	268.874	298.815	234.717
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.185)	(98.382)	(107.868)	(74.690)	(116.786)	(126.149)
Contas a receber de clientes, líquidas	893.837	651.521	555.077	1.539.826	1.410.431	1.232.805
Contas a receber de partes relacionadas						
No país	174.267	48.191	141.925	54.670	4.375	14.294
No exterior	74.618	249.656	86.518	45.055	153.299	5.910
Contas a receber de partes relacionadas	248.885	297.847	228.443	99.725	157.674	20.204
	1.142.722	949.368	783.520	1.639.551	1.568.105	1.253.009

As contas a receber de clientes não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas inicialmente pelo valor justo.

Em 31 de dezembro de 2013 as contas a receber de clientes nos montantes de R$218.987 na Controladora e R$219.701 no Consolidado encontravam-se vencidas, mas não *impaired* (31 de dezembro de 2012 – R$248.554 e R$366.609; 1º de janeiro de 2012 - R$165.614 e R$315.450, respectivamente). Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente.

As contas a receber de clientes nos montantes de R$54.185 na Controladora e R$74.690 no Consolidado encontravam-se *impaired* e provisionadas (31 de dezembro de 2012 – R$98.382 e R$116.786; 1º de janeiro de 2012 - R$107.868 e R$126.149, respectivamente).

A análise de vencimentos do contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Valores a vencer	923.735	700.814	617.906	1.419.850	1.201.495	937.559
Vencidos:						
Até 30 dias	170.863	201.061	119.378	170.104	302.807	174.694
Entre 31 e 60 dias	16.077	20.477	5.997	17.290	24.264	54.723
Entre 61 e 90 dias	3.231	5.525	10.209	3.993	11.919	16.933
Entre 91 e 180 dias	4.128	13.839	28.494	4.682	16.267	47.580
Acima de 181 dias	78.873	106.034	109.404	98.322	128.139	147.669
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.185)	(98.382)	(107.868)	(74.690)	(116.786)	(126.149)
	1.142.722	949.368	783.520	1.639.551	1.568.105	1.253.009

As contas a receber de clientes das Empresas Usiminas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Real	880.157	794.266	552.136	1.328.490	1.245.473	1.167.106
Dólar	259.266	151.240	227.664	306.691	318.740	82.183
Euro	3.299	3.862	3.720	4.370	3.892	3.720
	1.142.722	949.368	783.520	1.639.551	1.568.105	1.253.009

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes das Empresas Usiminas é a seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Saldo inicial em 1º de janeiro	(98.382)	(107.868)	(51.233)	(116.786)	(126.149)	(71.156)
Reversão (constituição) da provisão	44.197	9.486	(56.635)	42.096	9.363	(54.993)
Saldo final em 31 de dezembro	(54.185)	(98.382)	(107.868)	(74.690)	(116.786)	(126.149)

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas”. Os valores debitados à conta de provisão são baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente, antes da constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber de clientes.

12 Estoques

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Produtos acabados	841.416	799.618	1.143.730	1.040.633	1.017.748	1.463.147
Produtos em elaboração	1.057.351	953.396	1.706.518	1.075.145	999.910	1.752.084
Matérias-primas	474.020	511.677	514.088	810.576	875.478	857.639
Suprimentos e sobressalentes	532.253	603.674	729.966	586.248	699.048	795.351
Importações em andamento	77.271	35.654	108.890	77.275	42.150	108.968
Outros	206.831	81.201	60.481	260.543	133.650	68.967
	3.189.142	2.985.220	4.263.673	3.850.420	3.767.984	5.046.156

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía provisão para redução a valor de mercado e obsolescência de itens de estoques no valor de R$15.782 (31 de dezembro de 2012 - R$42.052; 1º de janeiro de 2012 – R$30.516). No Consolidado, essa provisão totalizou R$21.711 (31 de dezembro de 2012 - R$45.328; 1º de janeiro de 2012 - R$43.481).

Em 31 de dezembro de 2013, a redução da referida provisão gerou um efeito positivo no custo das vendas na demonstração do resultado no valor de R$26.270 (31 de dezembro de 2012 – despesa de R$11.536; 1º de janeiro de 2012 – receita de R$31.861). No Consolidado, esse efeito totalizou R$23.617 (31 de dezembro de 2012 – despesa de R$1.847; 1º de janeiro de 2012 – receita de R$38.934).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía estoques no montante de R$16.182 (31 de dezembro de 2012 - R$15.547; 1º de janeiro de 2012 - 17.463) dados em garantia de processos judiciais.

13 Impostos a recuperar

					Controladora	
	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IRPJ antecipado	54.308	-	6.093	-	86.926	-
CSLL antecipada	169	-	776	-	70.040	-
PIS	8.713	-	24.124	276	67.331	2.480
COFINS	40.134	-	111.409	1.270	305.338	11.425
ICMS	69.142	46.956	185.747	56.807	110.464	95.165
IPI	4.970	-	2.680	-	3.933	-
Crédito Exportação – Reintegra (i)	13.386	-	37.626	-	-	-
Outros	-	11.710	1.223	11.710	2.128	14.311
	190.822	58.666	369.678	70.063	646.160	123.381

						Consolidado
	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IRPJ antecipado	66.143	-	15.006	-	104.279	-
CSLL antecipada	5.528	-	4.269	-	75.782	-
PIS	9.860	374	33.652	572	79.646	2.929
COFINS	45.545	1.726	105.330	2.637	319.404	13.495
ICMS	146.619	99.509	252.908	116.509	156.115	122.791
IPI	31.125	-	29.835	-	22.190	-
Crédito Exportação – Reintegra (i)	13.386	-	37.626	-	-	-
Outros	5.314	11.865	6.467	11.865	22.482	14.466
	323.520	113.474	485.093	131.583	779.898	153.681

(i) Refere-se ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras (Reintegra), cujo objetivo é o de restituir valores decorrentes de custos tributários residuais apurados na cadeia produtiva das empresas exportadoras. O Reintegra foi instituído pela Medida Provisória 540/2011, posteriormente convertida na Lei n° 12.546/2011, e regulamentado pelo Decreto 7633/2011. A sua base de cálculo representa 3% da receita de exportação. O Reintegra, inicialmente vigente até 2012, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2013 pela MP nº 610/2013, convertida na Lei nº 12.844/2013, que inclusive convalidou a vigência do incentivo no período de 4 de junho a 31 de dezembro de 2013.

14 Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, na controladora e no consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(412.507)	(1.032.576)	(194.329)	(798.731)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	140.252	351.076	66.072	271.569
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro efetivos:				
Equivalência patrimonial	231.879	238.159	61.608	56.317
Juros sobre capital próprio recebidos	(90.682)	-	25.593	-
Exclusões (adições) permanentes	(10.620)	(277.622)	(8.239)	(280.114)
Incentivo fiscal	-	-	3.001	4.386
Lucro não tributável e diferenças de alíquota de controladas no exterior	-	-	68.253	125.574
Outros	-	14.408	(5.168)	22.718
Tributos sobre o lucro apurados	270.829	326.021	211.120	200.450
Corrente	(156.682)	27.041	(268.044)	(129.729)
Diferido	427.511	298.980	479.164	330.179
Tributos sobre o lucro (prejuízo) no resultado	270.829	326.021	211.120	200.450

As diferenças entre as bases fiscais dos ativos e as dos passivos incluídos nos registros contábeis, preparados de acordo com o IFRS e o CPC, foram reconhecidas como diferenças temporárias para fins de contabilização dos impostos diferidos em contrapartida da despesa (ou receita) no resultado.

Não há itens de imposto corrente apresentados no patrimônio líquido destas demonstrações financeiras.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

(i) Controladora

	31/12/2012	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2013
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	886.014	-	187.204	1.073.218
Provisões temporárias				
Passivo atuarial	392.516	(13.634)	(42.287)	336.595
Provisão para demandas judiciais	104.059	-	15.456	119.515
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	772	-	4.494	5.266
Provisão para ajustes de estoque	25.259	-	3.565	28.824
Lucros não realizados nos estoques	4.209	-	3.117	7.326
Resultado nos contratos de *swap*	-	-	8.123	8.123
Diferença temporária sobre ajustes 11.638	-	-	63.077	63.077
Hedge accounting	62.642	(61.028)	-	1.614
Provisão para participação nos lucros	21.820	-	11.255	33.075
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	59.931	-	21.285	81.216
Outros	16.820	-	15.873	32.693
Total ativo	1.574.042	(74.662)	291.162	1.790.542
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Resultado nos contratos de *swap*	90.911	-	(90.911)	-
Correção monetária sobre depósitos judiciais	30.071		1.140	31.211
Depreciação incentivada	34.888	-	(3.738)	31.150
Ajuste de passivo atuarial	-	454	13.632	14.086
Depreciação taxa fiscal	228.341	-	(24.764)	203.577
Diferença temporária sobre ajustes 11.638	31.708	-	(31.708)	-
Ajuste de imobilizado – IAS 29	99.281	(8.634)	-	90.647
Total passivo	515.200	(8.180)	(136.349)	370.671
Total líquido	1.058.842	(66.482)	427.511	1.419.871

(i) Oriunda de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

	01/01/2012	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2012
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	715.429	-	170.585	886.014
Provisões temporárias				
Passivo atuarial	341.349	-	51.167	392.516
Provisão para demandas judiciais	65.696	-	38.363	104.059
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.248	-	(18.476)	772
Provisão para ajustes de estoque	-	-	25.259	25.259
Lucros não realizados nos estoques	5.024	-	(815)	4.209
Juros sobre capital próprio	27.736	-	(27.736)	-
Hedge accounting	-	-	62.642	62.642
Provisão para participação nos lucros	-	-	21.820	21.820
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	-	-	59.931	59.931
Outros	13.024	-	3.796	16.820
Total ativo	1.187.506	-	386.536	1.574.042
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Resultado nos contratos de *swap*	131.667	-	(40.756)	90.911
Correção monetária sobre depósitos judiciais	23.554	-	6.517	30.071
Depreciação incentivada	39.521	-	(4.633)	34.888
Ajuste de passivo atuarial	-	(94.675)	94.675	-
Hedge accounting	-	11.405	(11.405)	-
Depreciação taxa fiscal	228.341	-	-	228.341
Diferença temporária sobre ajustes 11.638	(20.313)	-	52.021	31.708
Ajuste de imobilizado – IAS 29	108.144	-	(8.863)	99.281
Total passivo	510.914	(83.270)	87.556	515.200
Total líquido	676.592	83.270	298.980	1.058.842

(i) Oriunda de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

(ii) Consolidado

	31/12/2012	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Outros	31/12/2013
No ativo					
Imposto de renda e contribuição social					
Prejuízos fiscais	966.114	-	186.433	(4.703)	1.147.844
Provisões temporárias					
Passivo atuarial	409.592	(14.648)	(40.870)	-	354.074
Provisão para demandas judiciais	122.392	-	23.582	(7.916)	138.058
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.207	-	5.215	(2)	6.420
Provisão para recuperação ambiental	(577)	-	1.874	-	1.297
Provisão para ajustes de estoques	26.033	-	3.873	-	29.906
Lucros não realizados nos estoques	4.209	-	3.117	-	7.326
Ajuste de consolidação	2.913	-	23.879	-	26.792
Resultado nos contratos de *swap*	-	-	8.123	-	8.123
Hedge accounting	62.642	(61.028)			1.614
Provisão para participação nos lucros	24.034	-	18.608	-	42.642
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	59.931	-	21.285	-	81.216
Diferença temporária sobre ajustes 11.638	14.393	-	71.566	-	85.959
Ágio/Aquisição de empresas (ii)	332.991	-	(10.311)	-	322.680
Outros	24.149	(22)	33.158	(1.729)	55.556
Total ativo	2.050.023	(75.698)	349.532	(14.350)	2.309.507
No passivo					
Imposto de renda e contribuição social					
Resultado nos contratos de *swap*	93.271	-	(92.967)	-	304
Correção monetária sobre depósitos judiciais	30.071	-	1.140	-	31.211
Depreciação incentivada	34.888	-	(3.738)	-	31.150
Ajuste de passivo atuarial	-	454	13.632	-	14.086
Depreciação taxa fiscal	242.725	-	(16.650)	-	226.075
Diferença temporária sobre ajustes 11.638	32.586	-	(31.723)	-	863
Ajuste de imobilizado – IAS 29	101.518	(8.634)	1.584	(3.821)	90.647
Diferimento na perda dos contratos de *swap*	1.085	-	(910)	-	175
Total passivo	536.144	(8.180)	(129.632)	(3.821)	394.511
Total líquido	1.513.879	(67.518)	479.164	(10.529)	1.914.996

(i) Oriunda de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.
(ii) Incorporação da Summit Empreendimentos Minerais Ltda. – Nota 16 (e) (ii).

	01/01/2012	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Outros	31/12/2012
No ativo					
Imposto de renda e contribuição social					
Prejuízos fiscais	762.298	-	203.816	-	966.114
Provisões temporárias					
Passivo atuarial	358.678	-	50.914	-	409.592
Provisão para demandas judiciais	81.425	-	40.967	-	122.392
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.777	-	(19.570)	-	1.207
Provisão para recuperação ambiental	-	-	(577)	-	(577)
Provisão para ajustes de estoques	4.376	-	21.657	-	26.033
Lucros não realizados nos estoques	5.024	-	(815)	-	4.209
Ajuste de consolidação	3.857	-	(944)	-	2.913
Juros sobre capital próprio	27.736	-	(27.736)	-	-
Hedge accounting	-	-	62.642	-	62.642
Provisão para participação nos lucros	-	-	24.034	-	24.034
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	-	-	59.931	-	59.931
Diferença temporária sobre ajustes 11.638	3.003	-	11.390	-	14.393
Ágio/Aquisição de empresas (ii)	38.095	303.697	(8.801)	-	332.991
Outros	15.608	-	8.954	(413)	24.149
Total ativo	1.320.877	303.697	425.862	(413)	2.050.023
No passivo					
Imposto de renda e contribuição social					
Resultado nos contratos de *swap*	134.074	-	(40.803)	-	93.271
Correção monetária sobre depósitos judiciais	23.554	-	6.517	-	30.071
Depreciação incentivada	39.521	-	(4.633)	-	34.888
Ajuste de passivo atuarial	-	(94.675)	94.675	-	-
Hedge accounting	-	11.405	(11.405)	-	-
Depreciação taxa fiscal	235.408	-	7.317	-	242.725
Diferença temporária sobre ajustes 11.638	(19.331)	-	51.917	-	32.586
Ajuste de imobilizado – IAS 29	109.077	-	(7.559)	-	101.518
Diferimento na perda dos contratos de *swap*	1.428	-	(343)	-	1.085
Total passivo	523.731	(83.270)	95.683	-	536.144
Total líquido	797.146	386.967	330.179	(413)	1.513.879
Total no ativo não circulante	797.146	386.967	330.179	(413)	1.513.879
Total no passivo não circulante	-	-	-	-	-
Total líquido	797.146	386.967	330.179	(413)	1.513.879

(i) Oriunda de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.
(ii) Incorporação da Summit Empreendimentos Minerais Ltda. – Nota 16 (e) (ii).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos de longo prazo possuem expectativa de realização, de acordo com lucros tributáveis futuros fundamentados por projeções aprovadas pela Administração da Companhia, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas projeções estão baseadas em premissas que refletem o ambiente econômico e operacional da Companhia.

As projeções estão sujeitas a fatores que podem apresentar variações em relação aos dados reais, e objetivando avaliar os possíveis efeitos destas variações a Companhia efetuou análise de sensibilidade conforme demonstrado a seguir.

Caso o lucro tributável futuro utilizado no estudo de recuperabilidade fosse deteriorado em 10%, a Companhia recuperaria os créditos tributários no mesmo prazo.

Caso as estimativas dos preços de venda utilizados no estudo de recuperabilidade fossem deteriorados em 5% ou os custos de venda aumentassem em 5% com relação às premissas utilizadas, a Companhia recuperaria os créditos ao longo de 11 anos.

A expectativa de realização dos impostos são:

			Controladora
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**
2013	-	3.634	-
2014	22.886	114.205	148.438
2015	179.566	129.167	148.438
2016	232.338	130.043	148.438
2017	270.068	121.749	148.438
2018	291.089	172.985	148.438
2019	300.960	142.789	148.438
2020	311.275	163.616	148.438
A partir de 2021	182.360	595.854	148.440
	1.790.542	1.574.042	1.187.506

			Consolidado
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**
2012	-	-	24.569
2013	-	115.900	18.782
2014	103.180	196.057	166.810
2015	259.915	211.401	202.351
2016	314.963	210.462	153.972
2017	355.026	201.368	152.213
2018	377.366	187.837	151.946
2019	386.804	156.758	151.348
2020	326.344	174.137	149.880
A partir de 2021	185.909	596.103	149.006
	2.309.507	2.050.023	1.320.877

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros das Empresas Usiminas.

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Imposto de renda						
Despesa corrente	(115.201)	(9.795)	(5.204)	(200.381)	(102.130)	(233.046)
Antecipações e compensações do período (i)	115.201	9.795	5.204	196.202	38.312	72.497
	-	-	-	(4.179)	(63.818)	(160.549)
Contribuição social						
Despesa corrente	(41.481)	(17.246)	(2.720)	(67.663)	(27.599)	(83.400)
Antecipações e compensações do período (i)	41.481	17.246	2.720	67.663	8.232	46.400
	-	-	-	-	(19.367)	(37.000)
Total IR e CSLL a pagar	-	-	-	(4.179)	(83.185)	(197.549)

(i) Os valores pagos a título de antecipação que excederam a despesa corrente de IR e CSLL estão registrados em "Impostos a recuperar" (Nota 13).

(d) Adesão ao Programa de Refinanciamento de Tributos Federais (REFIS)

A Companhia optou pela adesão ao Programa de Refinanciamento de Tributos Federais (REFIS) com relação aos lucros gerados no exterior por suas controladas com sede em Luxemburgo e na Dinamarca, nos períodos anteriores a 2011, de acordo com os preceitos da Lei 12865/13, que regula o tema. A decisão tem como objetivo eliminar as incertezas sobre a interpretação do fisco brasileiro, que poderia ocasionar o pagamento de juros e multa, tendo em vista o entendimento da Receita Federal do Brasil (RFB) sobre a imediata incidência do imposto quando auferidos lucros no exterior. A adesão ao REFIS, após a utilização de créditos decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, originou um pagamento em dinheiro no montante de R$157.000. Não houve impacto significativo no resultado.

15 Depósitos judiciais

									Controladora
			31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	165.642	(106.138)	59.504	162.607	(100.079)	62.528	232.318	(100.079)	132.239
IR e CSLL	176.107	(57.089)	119.018	174.146	(57.089)	117.057	167.457	(57.089)	110.368
INSS	95.828	(8.405)	87.423	146.517	(8.405)	138.112	142.569	(8.405)	134.164
CIDE	26.758	(26.384)	374	26.509	(26.509)	-	26.252	(26.252)	-
Trabalhistas	164.684	-	164.684	138.607	-	138.607	113.755	-	113.755
Cíveis	42.525	-	42.525	39.125	-	39.125	31.521	-	31.521
Outras	28.681	-	28.681	27.480	(858)	26.622	40.558	(1.114)	39.444
	700.225	(198.016)	502.209	714.991	(192.940)	522.051	754.430	(192.939)	561.491

									Consolidado
			31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	165.642	(106.138)	59.504	162.607	(100.079)	62.528	232.318	(100.079)	132.239
IR e CSLL	189.692	(57.089)	132.603	176.485	(57.089)	119.396	181.038	(57.089)	123.949
INSS	95.856	(8.405)	87.451	157.763	(8.405)	149.358	142.598	(8.405)	134.193
CIDE	26.758	(26.384)	374	26.509	(26.509)	-	26.252	(26.252)	-
COFINS	11.873	-	11.873	11.873	-	11.873	11.873	-	11.873
PIS	2.216	-	2.216	2.216	-	2.216	2.216	-	2.216
Trabalhistas	184.058	-	184.058	159.566	-	159.566	131.781	-	131.781
Cíveis	42.610	-	42.610	60.275	-	60.275	48.479	-	48.479
Outras	44.715	-	44.715	34.852	(858)	33.994	42.732	(1.114)	41.618
	763.420	(198.016)	565.404	792.146	(192.940)	599.206	819.287	(192.939)	626.348

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	714.991	754.430	792.146	819.287
Adições	23.726	29.707	80.374	40.133
Juros/atualizações	33.486	37.211	35.433	41.124
Reversões	(71.978)	(93.042)	(134.226)	(95.082)
Outros	-	(13.315)	(10.307)	(13.316)
	700.225	714.991	763.420	792.146

16 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

(i) Controladora

	31/12/2012	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio e dividendos	Lucro não realizados nos estoques	Outros	31/12/2013
Controladas							
Automotiva Usiminas	118.970	(137.918)	18.892	(675)	731	-	-
Cosipa Commercial	21.263	-	10.937	-	-	-	32.200
Cosipa Overseas	19.021	-	(3.014)	-	-	-	16.007
Mineração Usiminas	3.623.069	272.947	351.191	(176.510)	-	(663)	4.070.034
Rios Unidos	9.459	-	(9.459)	-	-	-	-
Soluções Usiminas	765.555	-	13.378	(11.336)	(11.136)	-	756.461
Usiminas Commercial	24.857	-	27.367	-	-	-	52.224
Usiminas Europa	1.588.086	-	154.259	-	-	-	1.742.345
Usiminas International	34.667	-	9	-	-	-	34.676
Usiminas Mecânica	552.926	-	(15.993)	-	1.237	(3.915)	534.255
UPL	51.278	-	8.469	(4.467)	-	-	55.280
Ágio em controladas	129.793	-	-	-	-	(693)	129.100
	6.938.944	135.029	556.036	(192.988)	(9.168)	(5.271)	7.422.582
Controladas em conjunto							
Fasal Trading Brasil	10.078	-	302	-	-	-	10.380
Unigal	680.713	-	117.192	(161.000)	-	(167)	636.738
Usiroll	7.543	-	1.200	-	-	-	8.743
	698.334	-	118.694	(161.000)	-	(167)	655.861
Coligadas							
Codeme	45.593	-	4.754	(2.743)	-	321	47.925
Metform	10.955	-	1.826	(1.052)	-	256	11.985
MRS	7.028	-	1.264	(530)	-	-	7.762
Ágio em coligadas	79.464	-	-	-	-	-	79.464
	143.040	-	7.844	(4.325)	-	577	147.136
	7.780.318	135.029	682.574	(358.313)	(9.168)	(4.861)	8.225.579

O resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da controladora não inclui os valores de R$578, referente às perdas de passivo a descoberto de controlada, e de R$9.168, referente ao lucro não realizado nos estoques.

	01/01/2012	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial	IR/CS sobre ágio	Juros sobre capital próprio e dividendos	Outros	31/12/2012
Controladas							
Automotiva Usiminas	115.440	-	7.102	-	(3.407)	(165)	118.970
Cosipa Commercial	-	-	21.263	-	-	-	21.263
Cosipa Overseas	17.579	-	1.442	-	-	-	19.021
Mineração Usiminas	3.227.711	-	241.458	212.589	(58.689)	-	3.623.069
Rios Unidos	10.206	10.452	(11.205)	-	-	6	9.459
Soluções Usiminas	756.614	-	5.243	-	-	3.698	765.555
Usiminas Commercial	-	-	24.857	-	-	-	24.857
Usiminas Europa	1.962.976	(618.675)	243.785	-	-	-	1.588.086
Usiminas International	217.362	-	25.275	-	(207.970)	-	34.667
Usiminas Mecânica	703.521	-	(16.215)	-	(133.240)	(1.140)	552.926
UPL	45.944	-	8.217	-	(2.883)	-	51.278
Ágio em controladas	130.801	-	-	-	-	(1.008)	129.793
	7.188.154	(608.223)	551.222	212.589	(406.189)	1.391	6.938.944
Controladas em conjunto							
Fasal Trading Brasil	9.617	-	676	-	333	(548)	10.078
Unigal	754.729	-	100.984	-	(175.000)	-	680.713
Usiroll	5.948	-	1.577	-	-	18	7.543
	770.294		103.237		(174.667)	(530)	698.334
Coligadas							
Codeme	38.290	4.146	5.029		(1.872)	-	45.593
Metform	17.840	(5.212)	2.868		(4.541)	-	10.955
MRS	6.423	-	1.228		(630)	7	7.028
Ágio em coligadas	79.464	-	-	-	-	-	79.464
	142.017	(1.066)	9.125	-	(7.043)	7	143.040
	8.100.465	(609.289)	663.584	212.589	(587.899)	868	7.780.318

O resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da controladora inclui o valor de R$36.884 referente às perdas de passivo a descoberto de controlada.

(ii) Consolidado

	31/12/2012	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio e dividendos	Outros	31/12/2013
Controladas em conjunto						
Fasal Trading Brasil	10.078	-	302	-	-	10.380
Modal	2.636	-	1.654	(2.007)	-	2.283
Unigal	680.713	-	117.192	(161.000)	(167)	636.738
Usiroll	7.543	-	1.200	-	-	8.743
Ágio em controladas em conjunto	28.020	-	-	-	-	28.020
	728.990	-	120.348	(163.007)	(167)	686.164
Coligadas						
Codeme	45.593	-	4.754	(2.743)	321	47.925
Metform	10.955	-	1.826	(1.052)	256	11.985
MRS	287.047	-	51.664	(34.075)	-	304.636
Terminal Paraopeba	-	881	-	-	-	881
Terminal Sarzedo	3.262	(881)	2.652	(2.833)	-	2.200
Outros	2.916	-	(43)	-	(5)	2.868
Ágio em coligadas	103.289	-	-	-	-	103.289
	453.062	-	60.853	(40.703)	572	473.784
Total	1.182.052	-	181.201	(203.710)	405	1.159.948

	01/01/2012	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio e dividendos	Outros	31/12/2012
Controladas em conjunto						
Fasal Trading Brasil	9.617	-	676	333	(548)	10.078
Modal	2.606	-	1.190	(1.160)	-	2.636
Unigal	754.729	-	100.984	(175.000)	-	680.713
Usiroll	5.948	-	1.577	-	18	7.543
Ágio em controladas em conjunto	28.378	-	-	-	(358)	28.020
	801.278	-	104.427	(175.827)	(888)	728.990
Coligadas						
Codeme	38.290	4.146	5.029	(1.872)	-	45.593
Metform	17.840	(5.212)	2.868	(4.541)	-	10.955
MRS	262.397	-	50.258	(25.614)	6	287.047
Terminal Sarzedo	3.381	-	3.315	(3.434)		3.262
Outros	3.185	(23)	(259)	-	13	2.916
Ágio em coligadas	103.289	-	-	-	-	103.289
	428.382	(1.089)	61.211	(35.461)	19	453.062
Total	1.229.660	(1.089)	165.638	(211.288)	(869)	1.182.052

(b) Informações financeiras das coligadas

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados das coligadas, em 31 de dezembro de 2013:

	País de constituição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro	% de participação
Codeme	Brasil	555.171	364.333	190.838	264.597	8.461	30,76
Metform	Brasil	77.977	25.182	52.795	51.725	5.448	30,76
MRS (i)	Brasil	6.724.637	3.946.837	2.777.800	3.038.142	473.128	11,41

(i) Participação direta de 0,28% e indireta, por meio da UPL, de 11,13%.

A participação nos lucros foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e após a participação dos acionistas não controladores em coligadas.

O capital votante nas empresas coligadas corresponde ao mesmo percentual do capital social total, exceto para a empresa MRS, cujo percentual do capital votante é de 15,2%. A USIMINAS participa do grupo de controle e tem influência significativa, o que classifica esse investimento como coligada.

A Companhia utilizou os balanços de 30 de novembro de 2013 para calcular os efeitos da equivalência patrimonial das coligadas Codeme, Metform e Terminal Sarzedo, além da controlada em conjunto Modal.

(c) Companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras incluem as da Controladora e das seguintes empresas controladas diretamente:

			Participação (%)
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Automotiva Usiminas	-	100	100
Cosipa Commercial	100	100	100
Cosipa Overseas	100	100	100
Mineração Usiminas	70	70	70
Rios Unidos	100	100	100
Soluções Usiminas	68,88	68,88	68,88
Usiminas Commercial	100	100	100
Usiminas Europa	100	100	100
Usiminas International	100	100	100
Usiminas Mecânica	99,99	99,99	99,99
UPL (i)	100	100	100

(i) Participação direta da Companhia de 16,7% e indireta, via MUSA, de 83,3%.

(d) Empreendimentos controlados em conjunto

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2013:

			Participação (%)
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Fasal Trading Brasil	50	50	50
Modal Terminal de Graneis	50	50	50
Unigal	70	70	70
Usiroll	50	50	50

A Companhia efetuou a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto.

Adicionalmente, a Companhia adotou, a partir do exercício de 2013, o IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011, e incluído como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". Desta forma, como o método de consolidação proporcional não é mais permitido, a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente os empreendimentos controlados em conjunto Fasal Trading Brasil, Unigal e Usiroll, bem como a controlada Mineração Usiminas deixou de consolidar proporcionalmente o seu empreendimento controlado em conjunto Modal. Consequentemente, a partir de 1º de janeiro de 2013, as participações na Fasal Trading Brasil (50%), Unigal (70%), Usiroll (50%) e Modal (50%) estão sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto estão demonstradas a seguir de forma consolidada.

(i) Balanços patrimoniais resumidos

	31/12/2013				31/12/2012			
	Fasal Trading Brasil	Modal	Unigal	Usiroll	Fasal Trading Brasil	Modal	Unigal	Usiroll
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	13.838	1.396	56.411	5.668	12.079	1.907	70.813	1.766
Contas a receber	-	503	82.192	816	-	436	65.707	979
Estoques	-	-	20.362	1.714	-	-	16.232	1.673
Outros	9.727	-	4.798	109	8.174	8	1.104	86
Total do ativo circulante	23.565	1.899	163.763	8.307	20.253	2.351	153.856	4.504
Ativo não circulante								
Realizável a longo prazo	-	-	10.264	54	-	-	1.492	20
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	2.898	1.074.711	25.454	-	3.067	1.123.442	25.342
Intangível	-	-	948	14	-	-	1.212	3
Total do ativo não circulante	-	2.898	1.085.923	25.522	-	3.067	1.126.146	25.365
Total do ativo	23.565	4.797	1.249.686	33.829	20.253	5.418	1.280.002	29.869
Empréstimos	-	-	47.121	-	-	-	40.836	-
Fornecedores	-	74	4.565	102	-	-	4.515	104
Contingências	-	-	10.783	-	-	-	-	-
Outros	2.805	156	265.349	16.243	98	144	262.204	14.681
Patrimônio líquido	20.760	4.567	921.868	17.484	20.155	5.274	972.447	15.084
Total do passivo e patrimônio líquido	23.565	4.797	1.249.686	33.829	20.253	5.418	1.280.002	29.869

(ii) Demonstrações dos resultados resumidas

	31/12/2013				31/12/2012			
	Fasal Trading Brasil	Modal	Unigal	Usiroll	Fasal Trading Brasil	Modal	Unigal	Usiroll
Receita líquida de vendas e serviços	-	6.016	373.172	8.102	-	4.572	339.460	9.031
Custo produtos e serviços vendidos	-	(1.932)	(88.885)	(4.498)	-	(1.665)	(86.204)	(4.307)
Receitas (despesas) operacionais	(2.086)	(75)	(10.274)	(158)	(1.098)	(24)	(11.905)	(209)
Receitas (despesas) financeiras	2.966	(1)	(21.985)	(670)	2.537	123	(17.619)	(971)
Provisão IRPJ e CSLL	(275)	(700)	(72.368)	(376)	(87)	(545)	(79.468)	(388)
Lucro líquido do exercício	605	3.308	179.660	2.400	1.352	2.461	144.264	3.156

(e) Outras informações relevantes sobre os investimentos

(i) Mineração Ouro Negro

Em 25 de novembro de 2011, a controlada Mineração Usiminas adquiriu 1.214 mil ações ordinárias da empresa Mineração Ouro Negro, representativas da totalidade do seu capital social.

Em 28 de setembro de 2012, a Mineração Ouro Negro foi incorporada pela Mineração Usiminas com o objetivo de facilitar a operacionalização dos ativos e simplificar a estrutura organizacional da Mineração Usiminas, acarretando uma redução dos custos da estrutura societária.

(ii) Mineração Usiminas - incorporação de acionista

Em 26 de outubro de 2012, a Mineração Usiminas S.A. (“MUSA”), com o propósito de capturar sinergias operacionais, incorporou a sua acionista Summit Empreendimentos Minerais Ltda. (“SEM”), sociedade limitada, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na forma de incorporação reversa. Em decorrência dessa incorporação, ações representativas do capital social da MUSA pertencentes à SEM foram atribuídas à Serra Azul Iron Ore L.L.C. e à Sumitomo Corporation do Brasil S.A., únicas quotistas da SEM.

O acervo líquido da SEM em 26 de outubro de 2012, antes da incorporação foi o seguinte:

Ativo circulante	608
Ativo não circulante	2.351.593
Passivo circulante	(607)
Acervo líquido	2.351.594

Em decorrência da referida incorporação, a MUSA registrou o montante de R$303.697 de imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo não circulante, tendo como contrapartida a conta de “Reserva de Capital – Reserva Especial de Ágio”.

(iii) Usiminas Portugal

Em 30 de novembro de 2012, a Companhia reestruturou as suas participações societárias no exterior, optando por encerrar as atividades da Usiminas Portugal, empresa localizada em Portugal. Essa empresa era controlada pela Usiminas International.

(iv) Fasal Trading Corporation

Em 03 de agosto de 2012, a Companhia reestruturou as suas participações societárias no exterior e encerrou as atividades da Fasal Trading Corporation, localizada na Flórida, nos Estados Unidos. Essa empresa era controlada pela Fasal Trading Brasil.

(v) Alienação de empresa controlada

Em 14 de junho de 2013, a Companhia firmou com a Aethra Sistemas Automotivos S.A. (“Aethra”) Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato”) que previa a transferência da totalidade da sua participação acionária no capital social da Automotiva Usiminas S.A. (“Automotiva”)

O preço de venda (valor da firma), baseado no balanço de 31 de março de 2013, no montante de R$ 210.000 e, conforme previsto no Contrato, será ajustado com base na variação do capital de giro entre esse balanço e o de fechamento, apurado em novembro de 2013.

Em 20 de dezembro de 2013, após o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato, foi concluída a operação de alienação, pela qual a Companhia recebeu o montante de R$ 139.501 e reconheceu um saldo a receber de R$ 15.994. Com a conclusão da referida operação, o balanço patrimonial consolidado da Companhia, de 31 de dezembro de 2013, não contempla os dados da Automotiva (Vide Nota 40 – Evento subseqüente).

(vi) Aumento de capital na MUSA

Em 26 de setembro de 2013, foi concluído o aporte de capital na Mineração Usiminas S.A.. Na operação, a Companhia promoveu aumento de capital mediante transferência do terreno de sua propriedade em Itaguaí – RJ, no valor de R$ 245.583, e as acionistas Serra Azul Iron Ore LLC e Sumitomo Corporation do Brasil S.A., empresas do Grupo Sumitomo Corporation, aportaram R$220.972, sendo destinados R$105.250 para o capital social e R$ 115.722 à formação de reserva de capital da MUSA.

(vii) Oferta pública de compra de títulos de dívida

Em 1º de outubro de 2013, as subsidiárias da Companhia sediadas na Dinamarca adquiriram US$124,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2016 e US$220,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2018, emitidos pelas companhias Cosipa Commercial Ltda. e Usiminas Commercial Ltda., ambas controladas pela Companhia. A operação permite uma melhor alocação dos recursos da Companhia, diminuir a sua alavancagem bruta e reduzir os desembolsos financeiros projetados até o vencimento dos mencionados títulos.

(viii) Mineração Usiminas - Contrato de prestação de serviços de operação portuária com a MMX

A Mineração Usiminas S.A. (MUSA) possui contrato vigente junto à companhia MMX Porto Sudeste Ltda. (assinado em 11 de fevereiro de 2011) originalmente assinado com a LLX Sudeste Operações Portuárias Ltda., cuja razão social foi alterada em novembro de 2011, para a prestação de serviços de operação portuária de recebimento, movimentação, armazenagem e embarque de minério de titularidade da MUSA, no Terminal do Porto Sudeste, nas modalidades Take or Pay e Delivery or Pay. O contrato define penalidades em favor da MUSA por atraso na entrada em operação do mencionado porto que, em 31 de dezembro de 2013, incluindo juros, atinge o valor total de aproximadamente R$193.600. Esse montante não foi contabilizado na MUSA e a Companhia está tomando as providências cabíveis como forma de resguardar os seus direitos.

17 Imobilizado

										Controladora
				31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012
	Taxa média ponderada de depre-ciação anual %	Custo	Depre-ciação acumulada	Imobi-lizado líquido	Custo	Depre-ciação acumulada	Imobi-lizado líquido	Custo	Depre-ciação acumulada	Imobi-lizado líquido
Em operação										
Edificações	3	2.076.154	(1.098.352)	977.802	2.023.785	(1.048.912)	974.873	1.477.306	(1.122.663)	354.643
Máquinas e equipamentos	5	19.697.257	(9.336.631)	10.360.626	19.151.569	(8.524.416)	10.627.153	14.295.096	(7.248.792)	7.046.304
Instalações	4	272.527	(110.815)	161.712	263.345	(95.714)	167.631	1.236.971	(506.066)	730.905
Móveis e utensílios	15	42.403	(26.899)	15.504	41.443	(23.730)	17.713	41.393	(22.365)	19.028
Equipamentos de informática	34	146.881	(131.140)	15.741	140.454	(120.484)	19.970	137.153	(122.287)	14.866
Veículos	17	37.491	(30.576)	6.915	37.505	(28.779)	8.726	36.662	(27.048)	9.614
Ferramentas e aparelhos	15	183.156	(129.852)	53.304	176.723	(118.291)	58.432	174.403	(106.819)	67.584
Outros		484	(378)	106	522	(408)	114	522	(399)	123
		22.456.353	(10.864.643)	11.591.710	21.835.346	(9.960.734)	11.874.612	17.399.506	(9.156.439)	8.243.067
Terrenos		420.932	-	420.932	603.546	-	603.546	572.332	-	572.332
Total em operação		22.877.285	(10.864.643)	12.012.642	22.438.892	(9.960.734)	12.478.158	17.971.838	(9.156.439)	8.815.399
Em obras										
Obras em andamento		1.060.619	-	1.060.619	952.099	-	952.099	4.018.845	-	4.018.845
Imobilizado em processamento		15.788	-	15.788	8.362	-	8.362	42.694	-	42.694
Importações em andamento		80.789	-	80.789	338.405	-	338.405	274.238	-	274.238
Adiantamentos a fornecedores		8.827	-	8.827	9.124	-	9.124	73.878	-	73.878
Encargos de empréstimos capitalizados		40.776	-	40.776	100.866	-	100.866	197.263	-	197.263
Outros		152.941	-	152.941	87.612	-	87.612	363.854	-	363.854
Total em obras		1.359.740	-	1.359.740	1.496.468	-	1.496.468	4.970.772	-	4.970.772
		24.237.025	(10.864.643)	13.372.382	23.935.360	(9.960.734)	13.974.626	22.942.610	(9.156.439)	13.786.171

										Consolidado
				31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação										
Edificações	3	2.475.500	(1.214.025)	1.261.475	2.338.403	(1.159.898)	1.178.505	1.754.702	(1.223.975)	530.727
Máquinas e equipamentos	5	20.821.550	(9.771.767)	11.049.783	20.165.945	(8.942.677)	11.223.268	15.060.275	(7.618.398)	7.441.877
Instalações	4	451.454	(166.350)	285.104	404.133	(145.580)	258.553	1.332.728	(548.315)	784.413
Móveis e utensílios	15	59.686	(37.894)	21.792	60.087	(34.507)	25.580	59.197	(32.152)	27.045
Equipamentos de informática	34	179.497	(152.994)	26.503	167.103	(140.111)	26.992	160.475	(139.534)	20.941
Veículos	17	96.509	(74.016)	22.493	99.010	(66.778)	32.232	96.303	(57.555)	38.748
Ferramentas e aparelhos	15	203.933	(136.227)	67.706	192.587	(123.655)	68.932	189.018	(111.302)	77.716
Outros		60.661	(1.971)	58.690	45.910	(1.303)	44.607	42.755	(938)	41.817
		24.348.790	(11.555.244)	12.793.546	23.473.178	(10.614.509)	12.858.669	18.695.453	(9.732.169)	8.963.284
Terrenos		796.384	-	796.384	792.614	-	792.614	710.397	-	710.397
Total em operação		25.145.174	(11.555.244)	13.589.930	24.265.792	(10.614.509)	13.651.283	19.405.850	(9.732.169)	9.673.681
Em obras										
Obras em andamento		1.605.545	-	1.605.545	1.535.436	-	1.535.436	4.326.243	-	4.326.243
Imobilizado em processamento		20.952	-	20.952	64.068	-	64.068	115.664	-	115.664
Importações em andamento		81.117	-	81.117	362.109	-	362.109	277.441	-	277.441
Adiantamentos a fornecedores		9.470	-	9.470	49.081	-	49.081	137.731	-	137.731
Encargos de empréstimos capitalizados		40.776	-	40.776	-	-	-	197.263	-	197.263
Outros		159.043	-	159.043	190.529	-	190.529	363.854	-	363.854
Total em obras		1.916.903	-	1.916.903	2.201.223	-	2.201.223	5.418.196	-	5.418.196
		27.062.077	(11.555.244)	15.506.833	26.467.015	(10.614.509)	15.852.506	24.824.046	(9.732.169)	15.091.877

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

								Controladora
	Edificações	**Máquinas e equipamentos**	**Instalações**	**Ferramentas e aparelhos**	**Terrenos**	**Imobilizado em obras**	**Outros**	**Total**
Saldos em 1º de dezembro de 2012	354.643	7.046.304	730.905	67.584	572.332	4.970.772	43.631	13.786.171
Adições	-	475	-	1	31.215	926.189	1.743	959.623
Baixas	-	(6)	-	-	(1)	(3.523)	(54)	(3.584)
Depreciação	(40.784)	(758.412)	(10.907)	(11.639)	-	-	(17.485)	(839.227)
Encargos de empréstimos capitalizados	-	-	-	-	-	100.866	-	100.866
Baixa de Adiantamentos	-	-	-	-	-	(9.903)	-	(9.903)
Transferências	661.014	4.338.792	(552.367)	2.486	-	(4.468.613)	18.688	-
Transferências para Intangível	-	-	-	-	-	(10.812)	-	(10.812)
Outros	-	-	-	-	-	(8.508)	-	(8.508)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	974.873	10.627.153	167.631	58.432	603.546	1.496.468	46.523	13.974.626
Adições	68	16.781	190	2	4.108	557.771	1.757	580.677
Baixas	(8)	(1.588)	-	(8)	(190.821)	(7.034)	(24)	(199.483)
Depreciação	(49.910)	(813.608)	(15.101)	(11.774)	-	-	(16.163)	(906.556)
Encargos de empréstimos capitalizados	-	-	-	-	-	40.776	-	40.776
Baixa de adiantamentos	-	-	-	-	-	(117.089)	-	(117.089)
Transferências	52.779	531.888	8.992	6.652	4.099	(610.587)	6.177	-
Transferências para Intangível	-	-	-	-	-	(5.792)	-	(5.792)
Outros	-	-	-	-	-	5.227	(4)	5.223
Saldos em 31 de dezembro de 2013	977.802	10.360.626	161.712	53.304	420.932	1.359.740	38.266	13.372.382

								Consolidado
	Edificações	**Máquinas e equipamentos**	**Instalações**	**Ferramentas e aparelhos**	**Terrenos**	**Imobilizado em obras**	**Outros**	**Total**
Saldos em 1º de dezembro de 2012	530.726	7.441.878	784.413	77.714	710.397	5.418.196	128.553	15.091.877
Adições	2.216	32.979	2.094	1.530	43.805	1.536.333	7.696	1.626.653
Baixas	(689)	(3.730)	(251)	(1.633)	(1)	(3.745)	(1.078)	(11.127)
Depreciação	(50.463)	(810.068)	(18.566)	(12.945)	-	-	(29.543)	(921.585)
Encargos de empréstimos capitalizados	-	-	-	-	-	103.097	-	103.097
Baixa de Adiantamentos	-	-	-	-	-	(9.903)	-	(9.903)
Transferências	696.715	4.561.962	(509.137)	4.264	38.413	(4.816.002)	23.785	
Transferências para Intangível	-	-	-	-	-	(18.147)	-	(18.147)
Outros	-	248	-	-	-	(8.607)	-	(8.359)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.178.505	11.223.269	258.553	68.930	792.614	2.201.222	129.413	15.852.506
Adições	1.738	47.830	1.639	2.222	4.108	881.741	17.287	956.565
Baixas	(68)	(4.678)	(238)	(42)	(1.215)	(7.271)	(267)	(13.779)
Depreciação	(65.222)	(894.384)	(28.193)	(13.364)	-	-	(28.811)	(1.029.974)
Encargos de empréstimos capitalizados	-	-	-	-	-	40.776	-	40.776
Baixa de Adiantamentos	-	-	-	-	-	(130.258)	-	(130.258)
Transferências	196.678	756.168	68.417	12.133	4.099	(1.060.548)	14.663	(8.390)
Transferências para Intangível	-	-	-	-	-	(6.280)	-	(6.280)
Outros	(50.156)	(78.422)	(15.074)	(2.173)	(3.222)	(2.479)	(2.807)	(154.333)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.261.475	11.049.783	285.104	67.706	796.384	1.916.903	129.478	15.506.833

Em 31 de dezembro de 2013, as adições do imobilizado, no montante de R$956.565, referem-se principalmente à Decapagem 3 (R$45.856), Coqueria 2 (R$202.378), Laminador Chapas Grossas (R$74.191), melhorias tecnológicas nas Usinas (R$175.517) e Projeto Friáveis (R$143.328) da Mineração Usiminas.

Em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R$40.776 na controladora e no consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2013, a depreciação na controladora foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", nos montantes de R$891.481, R$3.188 e R$11.887 (31 de dezembro de 2012 - R$829.523, R$3.544 e R$6.160), respectivamente. Em termos consolidados, nessa mesma data, a depreciação foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R$1.008.255, R$3.919 e R$17.798 (31 de dezembro de 2012 - R$905.157, R$4.249 e R$12.179), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 20(f)).

Veículos, equipamentos de informática e máquinas e equipamentos incluem os seguintes valores relacionados a arrendamentos financeiros, nos quais as Empresas Usiminas atuam como arrendatárias:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Custo – arrendamentos financeiros capitalizados	39.386	39.387	39.469	49.039	48.950	47.864
Depreciação acumulada	(37.389)	(36.330)	(34.079)	(42.585)	(40.507)	(37.243)
	1.997	3.057	5.390	6.454	8.443	10.621

Os saldos de obras em andamento referem-se a projetos de melhoria no processo produtivo para manutenção da capacidade produtiva e projetos de proteção ambiental.

18 *Impairment* de ativos não financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 as Empresas Usiminas efetuaram avaliação das suas unidades geradoras de caixa e ficou constatado que o valor recuperável dos ativos intangíveis e ativos de vida longa, que é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de vendas, é superior ao valor contábil, e, portanto não há necessidade de efetuar provisão para redução ao valor recuperável.

(a) Testes de recuperabilidade do ágio

Para as unidades geradoras de caixa que possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio), as Empresas Usiminas efetuaram análise de *impairment*, conforme descrito a seguir.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas de acordo com o segmento operacional.

Segue o resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Mineração	-	-	-	51.845	51.845	52.203
Siderurgia	200.641	200.641	200.641	200.641	200.641	200.641
Transformação do aço	-	-	-	59.166	59.166	59.166
	200.641	200.641	200.641	311.652	311.652	312.010

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base no maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de vendas. Os cálculos de valor em uso usam projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

A Administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem ao custo de capital da Companhia.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável foram a margem bruta, que foi apurada pela média do período orçado de 5 anos do plano de negócios da Companhia, a taxa de crescimento, que considerou média da geração de caixa operacional, para o período orçado de 5 anos no plano de negócios da Companhia e a taxa de desconto.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxos de caixa futuros representa uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A taxa utilizada foi de 10,7% a.a..

A taxa de inflação esperada utilizada nos fluxos projetados foi de 4,5% a.a.

Essas premissas foram usadas para análise de cada UGC dos segmentos operacionais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve *impairment* referente ao ágio, sendo que em 31 de dezembro de 2012 foi apurada na UGC Modal o valor de R$358, que faz parte do segmento operacional de Mineração. Este valor foi registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais", naquele período.

(b) Teste de recuperabilidade de outros ativos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou perdas pela não recuperabilidade para o ativo imobilizado das suas unidades geradoras de caixa.

Apesar das circunstâncias consideradas no teste indicarem uma melhora no contexto econômico e siderúrgico, incertezas futuras no mercado ainda permanecem. Portanto, a Companhia acredita que os cenários utilizados nos testes de recuperabilidade de dezembro são a sua melhor estimativa para os resultados e geração de caixa futuros para cada um dos seus segmentos de negócio. A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2014, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas. Os ativos de vida longa por segmento operacional estão demonstrados na Nota 28.

As premissas utilizadas no teste de recuperabilidade os ativos de longo prazo, são as mesmas premissas utilizadas no teste do ágio, que estão descritas no item (a) acima.

19 Ativos intangíveis

				Controladora
	Ágio pago em aquisições	Softwares adquiridos	Outros	Total
Valor residual em 1º de janeiro de 2012	110.343	32.392	-	142.735
Adições	-	6.951	-	6.951
Amortização	-	(12.835)	-	(12.835)
Transferência do imobilizado	-	10.812	-	10.812
Saldos em 31 de dezembro de 2012	110.343	37.320	-	147.663
Custo total	153.692	172.132	-	325.824
Amortização acumulada	(43.349)	(134.812)	-	(178.161)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	110.343	37.320	-	147.663
Adições	-	2.159	17.578	19.737
Transferências do imobilizado	-	5.923	(131)	5.792
Amortização	-	(12.014)	-	(12.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	110.343	33.388	17.447	161.178
Custo total	153.692	136.566	17.447	307.705
Amortização acumulada	(43.349)	(103.178)	-	(146.527)
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	110.343	33.388	17.447	161.178
Taxas anuais de amortização %	-	26	-	-

					Consolidado
	Direitos minerários (i)	**Ágio pago em aquisições**	***Softwares* adquiridos**	**Outros**	**Total**
Valor residual em 1º de janeiro de 2012	2.162.392	180.344	54.553	27.312	2.424.601
Adições	-	-	13.880	713	14.593
Baixas	-	-	(39)	-	(39)
Transferência do imobilizado	-	-	18.147	-	18.147
Amortização	(13.201)	-	(20.870)	(9.454)	(43.525)
Outros	1	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.149.192	180.344	65.671	18.571	2.413.778
Custo total	2.183.247	223.693	212.569	28.025	2.647.534
Amortização acumulada	(34.055)	(43.349)	(146.898)	(9.454)	(233.756)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	2.149.192	180.344	65.671	18.571	2.413.778
Adições	-	-	6.706	18.119	24.825
Transferências do imobilizado	-	-	6.411	(131)	6.280
Amortização	(12.406)	-	(21.125)	(8.928)	(42.459)
Outros	-	-	(1.847)	-	(1.847)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.136.786	180.344	55.816	27.631	2.400.577
Custo total	2.183.247	223.693	223.839	46.013	2.676.792
Amortização acumulada	(46.461)	(43.349)	(168.023)	(18.382)	(276.215)
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	2.136.786	180.344	55.816	27.631	2.400.577
Taxas anuais de amortização %	-	-	26	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas.

A amortização na controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R$747e R$11.267 (31 de dezembro de 2012 - R$10.424 em “Custos das vendas e R$2.411 em “Despesas com vendas”), respectivamente. Em termos consolidados, nessa mesma data, a amortização foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R$23.027, R$134 e R$19.300 (31 de dezembro de 2012 - R$32.802, R$2.532 e R$8.191), respectivamente.

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e dos passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

20 Empréstimos e financiamentos

(a) Controladora

(i) Em moeda nacional

				31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	URTJLP	2013	TJLP + 2,50% a 3% a.a.	-	-	13.893	-	23.882	50.733
BNDES	URTJLP	2013 a 2015	TJLP + 1,36% a 2,9% a.a.	26.306	1.576	74.935	27.805	108.222	65.571
BNDES	URTJLP	2015	TJLP + 1,76% a.a.	73.655	67.165	73.854	140.435	73.168	210.663
BNDES	URTJLP	2018, 2020 e 2021	TJLP + 1,88% a.a. e 2,88% a.a.	105.394	471.799	30.561	498.906	2.828	474.705
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 1,48% a.a.	14.939	58.983	175	60.735	73	45.735
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 5,50% a.a.	1.286	4.247	916	5.520	22	2.000
BNDES	R$	2018 e 2020	TJLP	183	816	12	992	-	-
FINAME	URTJLP	2013 e 2014	TJLP + 1,0% a.a.	40		709	40	1.274	749
FINAME	R$	2013 a 2023	2,5% a 10,9% a.a.	11.565	15.126	16.941	10.036	18.073	8.626
Banco do Brasil	R$	2015, 2016, 2018 e 2019	11,464% a.a., 98% CDI e 108,15% CDI	525.867	2.000.000	420.295	2.449.000	85.988	2.700.000
HP Financial – Leasing	R$	2013	1,52% a.a. + 100% CDI	-	-	320	-	2.381	320
Crédito Rotativo	R$	2013	-	-	-	85.983	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	382	-
Comissões e Outros Custos	-	-	-	(3.085)	(4.142)	(2.852)	(5.648)	(2.562)	(8.175)
				756.150	2.615.570	715.742	3.187.821	313.731	3.550.927

(ii) Em moeda estrangeira

				31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	US$	2013, 2014, 2015 e 2018	Cesta de moedas (US$) + 1,76% a 2,40% a.a.	21.865	46.125	16.908	28.923	15.444	41.771
BNDES	US$	2013	Cesta de moedas (US$) + 2,50% a.a.	-	-	1.453	-	2.290	1.330
BNDES	US$	2016	Cesta de moedas (US$) + 1,76%a.a.	44.639	48.132	39.004	80.743	33.079	101.012
BNDES	US$	2018 a 2021	Cesta de moedas (US$) + 1,88%a.a	20.766	99.737	1.883	85.838	294	70.374
Nippon Usiminas	US$	2013, 2014, 2016 e 2017	Libor + 0,83% e 1,23% a.a.	114.423	249.257	71.529	245.218	65.917	289.408
JBIC	US$	2013 e 2016	Libor +0,546% a.a.	108.804	429.474	29.318	70.482	27.098	90.588
JBIC	US$	2018	Libor + 0,885% a.a.	109.585	429.474	192.140	936.602	3.928	1.031.690
Credit Suisse -Pré-Pagamento Exportação	US$	2014	Libor + 4% a.a.	23.786	-	41.882	20.434	38.963	56.274
Eurobonds	JPY	2018	4,1165% a.a.	20.305	959.118	21.569	1.018.821	22.106	1.044.163
Pré-Pagamento Exportação Sindicalizado	US$	2013	Libor + 1,1% a 1,35% a.a.			401.755	334.391	376.767	672.365
Pré-Pagamento Exportação Sindicalizado - *Escrow Account*	-	-	-	-	-	(246.533)	-	(168.120)	-
Eurobonds	JPY	2016	4,275% a.a.	1.175	509.124	1.248	540.816	1.279	554.268
KFW	US$	2012	Libor + 0,75% a.a	-	-	-	-	4.921	-
KFW	EUR	2015	3,59% a.a.	11.945	11.647	10.079	19.462	9.200	26.364
Bawag PSK - Pré-Pagamento Exportação	US$	2012	Libor + 2,317% a.a.	-	-	-	-	13.680	-
BNP – Pré-Pagamento Exportação	US$	2011 a 2012	Libor+ 1,25% a.a.	-	-	-	-	13.715	-
Club Deal - Pré-Pagamento Exportação	US$	2011 a 2012	Libor + 0,65% a.a.	-	-	-	-	56.882	56.273

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2013 Circulante	31/12/2013 Não circulante	31/12/2012 Circulante	31/12/2012 Não circulante	01/01/2012 Circulante	01/01/2012 Não circulante
Comissões e Outros Custos				(1.678)	(2.860)	(4.284)	(5.970)	(1.559)	(4.027)
				475.615	2.779.228	577.951	3.375.760	515.884	4.031.853
Em moeda nacional				756.150	2.615.570	715.742	3.187.821	313.731	3.550.927
				1.231.765	5.394.798	1.293.693	6.563.581	829.615	7.582.780

(b) Consolidado

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2013 Circulante	31/12/2013 Não circulante	31/12/2012 Circulante	31/12/2012 Não circulante	01/01/2012 Circulante	01/01/2012 Não circulante
BNDES	URTJLP	2013	TJLP + 2,50% a 3% a.a.	-	-	13.893	-	23.882	50.733
BNDES	URTJLP	2013 a 2015	TJLP + 1,36% a 2,9% a.a.	26.306	1.576	74.935	27.805	108.222	65.571
BNDES	URTJLP	2015	TJLP + 1,76% a.a.	73.655	67.165	73.854	140.435	73.168	210.663
BNDES	URTJLP	2018 a 2021	TJLP + 1,88% a.a. e 2,88% a.a.	105.394	471.799	30.561	498.906	2.828	474.705
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 1,48% a.a.	14.939	58.983	175	60.735	73	45.735
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 5,50% a.a.	1.286	4.247	916	5.520	22	2.000
BNDES	R$	2018 e 2020	TJLP	183	816	12	992	-	-
Crédito Rotativo	R$	2013	-	-	-	85.983	-	-	-
BDMG	URTJLP	2014	TJLP+ 6% a.a.	-	-	7.940	6.666	15.608	23.846
FINAME	URTJLP	2013 e 2014	TJLP + 1,0% a.a.	100		709	40	1.274	749
FINAME	R$	2013 a 2023	2,5% a 10,9% a.a.	11.565	15.126	16.941	10.036	18.073	8.626
FINAME	URTJLP	2012	TJLP+ 1,0% a 4% a.a.	-	-	18	-	192	-
Banco do Brasil	R$	2013, 2015, 2016 e 2018	11,464% a.a., 98% CDI e 108,15% CDI	525.867	2.000.000	420.295	2.449.000	85.988	2.700.000
Outros	-	-	-	33.825	31.072	75.273	93.169	16.408	71.990
Comissões e outros custos	-	-	-	(3.085)	(4.142)	(2.852)	(5.648)	(2.562)	(8.175)
				790.035	2.646.642	798.653	3.287.656	343.176	3.646.443

(ii) Em moeda estrangeira

				31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	US$	2013, 2014, 2015 e 2018	Cesta de moedas (US$) + 1,76% a 2,40% a.a.	21.865	46.125	16.908	28.923	15.444	41.771
BNDES	US$	2013	Cesta de moedas (US$) + 2,50% a.a.	-	-	1.453	-	2.290	1.330
BNDES	US$	2016	Cesta de moedas (US$) + 1,76%a.a.	44.639	48.132	39.004	80.743	33.079	101.012
BNDES	US$	2018 a 2021	Cesta de moedas (US$) + 1,88%a.a	20.766	99.737	1.883	85.838	294	70.374
Nippon Usiminas	US$	2013, 2014, 2016 e 2017	Libor + 0,83% e 1,23% a.a.	114.423	249.257	71.529	245.218	65.917	289.408
JBIC	US$	2016	Libor + 1,475% e 2,35% a.a.	108.804	429.474	29.318	70.482	27.098	90.588
JBIC	US$	2018	Libor + 0,546% e 0,885% a.a.	109.585	429.474	192.140	936.602	3.928	1.031.690
Credit Suisse -Pré-Pagamento Exportação	US$	2014	Libor + 4% a.a.	23.786	-	41.882	20.434	38.963	56.274
KFW	US$	2012	Libor + 0,75% a.a.	-	-	-	-	4.921	-
KFW	EUR	2015	3,59% a.a.	11.945	11.647	10.079	19.462	9.200	26.364
BNP – Pré-Pagamento Exportação	US$	2011 e 2012	Libor+ 1,25% a.a.	-	-	-	-	13.715	-
Banco Itaú Pré-Pagamento Exportação	US$	2012	Libor + 1,45% a.a.	-	-	-	-	4.101	-
Club Deal - Pré-Pagamento Exportação	US$	2011 e 2012	Libor + 0,65% a.a.	-	-	-	-	56.882	56.273
Club Deal - Pré-Pagamento Exportação *Escrow Account*	-	-	-	-	-	-	-	(31.529)	-
UBS Eurobonds	US$	2016	8,25%	1.825	165.922	1.592	408.700	1.461	375.160
UBS Eurobonds	US$	2018	7,25%	30.571	387.961	26.668	817.400	24.479	750.320
Pré-pagamento Exportação Sindicalizado	US$	2013 e 2015	Libor + 1,1% a 1,35% a.a.	-	-	401.755	334.391	376.767	672.365
Pré-pagamento Exportação Sindicalizado - *Escrow Account*	-	-	-	-	-	(246.533)	-	(175.413)	-

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2013 Circulante	31/12/2013 Não circulante	31/12/2012 Circulante	31/12/2012 Não circulante	01/01/2012 Circulante	01/01/2012 Não circulante
Outros	-	-	-	12.079	1.380	18.776	9.388	25.287	23.215
Comissões e Outros Custos	-	-	-	(1.678)	(2.860)	(4.284)	(5.970)	(1.559)	(4.027)
				498.610	1.866.249	602.170	3.051.611	495.325	3.582.117
Em moeda nacional				790.035	2.646.642	798.653	3.287.656	343.176	3.646.443
				1.288.645	4.512.891	1.400.823	6.339.267	838.501	7.228.560

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
2013	-	-	1.256.233	-	-	1.293.835
2014	-	1.500.682	1.435.119	-	1.526.989	1.462.360
2015	1.324.873	1.349.316	1.292.884	1.334.271	1.366.644	1.309.950
2016	1.596.074	1.551.161	1.526.073	1.261.857	1.441.145	1.363.479
2017	775.489	608.226	523.998	782.252	636.110	538.248
2018 a 2024	1.698.362	1.554.196	1.548.473	1.134.511	1.368.379	1.260.688
	5.394.798	6.563.581	7.582.780	4.512.891	6.339.267	7.228.560

(c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	7.857.274	8.412.395	7.740.090	8.067.061
Ingressos de empréstimos e financiamentos	462.825	338.368	478.645	452.653
Encargos provisionados	203.137	255.208	235.676	310.573
Variação monetária	185.982	216.260	187.965	222.558
Variação cambial	136.517	217.625	358.673	364.098
Transferência de outras obrigações	-	109.008	-	109.008
Amortização de encargos	(495.621)	(435.119)	(517.996)	(462.265)
Amortização de principal	(1.730.540)	(1.254.040)	(2.745.804)	(1.318.934)
Diferimento de comissões	6.989	(2.431)	64.287	(4.662)
	6.626.563	7.857.274	5.801.536	7.740.090

(d) Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui empréstimos e financiamentos com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros, conforme a seguir:

- *Consolidated Interest Coverage Ratio* – capacidade de pagamento dos juros dos empréstimos e financiamentos em relação ao Ebitda;
- *Total Debt to Ebitda* e *Net Debt to Ebitda* – capacidade de pagamento da dívida em relação ao Ebitda;
- *Total Capitalization Ratio* – relação entre o capital próprio e o capital de terceiros;
- *Nível de liquidez*– capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo;
- Nível de Capitalização – relação entre o patrimônio líquido e o ativo total;

Os índices descritos são calculados numa base consolidada da Companhia. O descumprimento dessas exigências por parte da Companhia poderia gerar uma antecipação do vencimento das obrigações registradas no passivo não circulante com credores nacionais e no exterior.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia deixou de cumprir a condição contratual de empréstimos e financiamentos (índice financeiro dos *covenants*), relativo ao *Ratio* Total Debt to Ebitda para determinados contratos. Esse fato foi devidamente comunicado aos credores e foi solicitado aos credores concessão de um perdão (*waiver*), o que foi obtido com pleno êxito para todos os contratos no mês de Dezembro de 2013.

(e) Contratação de Carta de Fiança

Em 13 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação de carta de fiança junto ao Banco Safra, no valor de US$79.692 mil, para garantir operação relacionada ao pagamento complementar e final da aquisição da Mineração JMendes Ltda., da Siderúrgica do Oeste de Minas Gerais Ltda. e da Global Mineração Ltda., conforme previsto no contrato original e divulgado em Fato Relevante, datado de 2 de fevereiro de 2008. O saldo da carta de fiança em 31 de dezembro de 2013 é de US$26.564 mil.

(f) Garantias de empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por bens do imobilizado, cujo valor líquido contábil é de R$4.043.657 (31 de dezembro de 2012 - R$4.171.372; 1º de janeiro de 2012 - R$3.564.960) na Controladora e R$4.043.657 (31 de dezembro de 2012 - R$4.171.372; 1º de janeiro de 2012 - R$3.564.960) no Consolidado.

(g) Linhas de crédito não sacadas

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo das linhas de crédito não sacadas, com vencimento em mais de um ano e taxas variáveis totalizam R$266.028 (31 de dezembro de 2012 - R$2.174.540; 1º de janeiro de 2012 – R$2.107.120). Em termos consolidados, o saldo dessas operações totalizam R$266.028 (31 de dezembro de 2012 - R$2.176.763; 1º de janeiro de 2012 – R$2.113.169). Em 31 de dezembro de 2013, as Empresas Usiminas não possuíam linhas de crédito não sacadas em taxa fixa.

(h) Arrendamentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía saldo em aberto de arrendamentos financeiros (31 de dezembro de 2012 - R$320; 1º de janeiro de 2012 - R$3.083). Em termos consolidados, o saldo dessas operações totalizam R$1.116 (31 de dezembro de 2012 - R$1.596; 1º de janeiro de 2012 – R$6.644).

(i) Valor justo e segregação por moeda dos empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos bem como a segregação dos valores contábeis por moeda estão demonstrados na Nota 5.5 (b).

(j) Linha de crédito rotativo

Em 25 de março de 2013, a Administração decidiu cancelar a linha de crédito rotativo *Revolving Credit Facility*, contratado em 28 de julho de 2011, no valor total de US$750 milhões e com período de vigência de 5 anos.

21 Debêntures

Em 1º de fevereiro de 2008, a Companhia efetuou distribuição pública de 5.000 (cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, sendo essa a Quarta Emissão Pública de Debêntures e a primeira no âmbito de seu Segundo Programa de Distribuição de Debêntures. Essas debêntures, no valor total de R$500.000, foram pagas integralmente em duas parcelas, em fevereiro de 2012 e de 2013.

Em 30 de janeiro de 2013, a Companhia efetuou a operação de debêntures simples aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, por meio de oferta pública de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, no montante total de R$1.000.000, com prazo de vencimento de seis anos e taxa de 1% a.a. + 100% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013, os encargos sobre as debêntures no montante de R$41.525 estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2012 – R$7.664; 1º de dezembro de 2012 – R$24.419).

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	257.664	524.419
Ingresso	1.000.000	-
Encargos provisionados e outros	32.106	9.223
Variação monetária	49.816	14.980
Amortização de encargos	(50.141)	(40.958)
Amortização de principal	(250.000)	(250.000)
	1.039.445	257.664

22 Tributos a recolher

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
ICMS	27.547	32.115	34.693	36.479	41.574	45.703
IPI	30.526	28.940	27.070	30.752	29.320	28.178
IRRF	10.245	12.194	11.541	13.310	16.248	15.550
ISS	3.299	2.126	4.027	6.283	6.840	9.776
PIS e COFINS	22.929	451	4.586	29.616	13.307	14.258
Outros	2.352	256	1.485	14.659	7.555	7.612
	96.898	76.082	83.402	131.099	114.844	121.077

23 Tributos parcelados

A composição dos tributos parcelados pode ser apresentada como segue:

									Controladora
			31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	41.342	(8.405)	32.937	46.256	(8.405)	37.851	59.931	(8.404)	51.527
IPI	109.484	(100.079)	9.405	108.959	(100.079)	8.880	108.375	(100.079)	8.296
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)		32.444	(27.367)	5.077	43.955	(27.367)	16.588
Refis – Lei nº 11.941/09	8.070	-	8.070	8.932	-	8.932	-	-	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)		57.089	(57.089)	-
Outros	58	-	58	1.104	-	1.104	2.808	-	2.808
	248.486	(198.016)	50.470	254.784	(192.940)	61.844	272.158	(192.939)	79.219
No passivo circulante	-	-	24.719	-	-	31.107	-	-	57.169
No passivo não circulante	-	-	25.751	-	-	30.737	-	-	22.050

									Consolidado
			31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	41.342	(8.405)	32.937	46.260	(8.405)	37.855	59.939	(8.404)	51.535
IPI	109.484	(100.079)	9.405	108.959	(100.079)	8.880	108.375	(100.079)	8.296
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.444	(27.367)	5.077	43.955	(27.367)	16.588
Refis – Lei nº 11.941/09	19.453	-	19.453	20.670	-	20.670	11.894	-	11.894
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)		57.089	(57.089)	-
Outros	58	-	58	1.104	-	1.104	2.808	-	2.808
	259.869	(198.016)	61.853	266.526	(192.940)	73.586	284.060	(192.939)	91.121
No passivo circulante	-	-	25.770	-	-	32.103	-	-	58.104
No passivo não circulante	-	-	36.083	-	-	41.483	-	-	33.017

Sobre os parcelamentos, incidem TJLP (PAES) e Selic (Lei 11941/2009), com vencimentos previstos para os próximos 130 meses, parcialmente garantidos por bens patrimoniais da Companhia, cujo valor líquido contábil das garantias era de R$20.568, em 31 de dezembro de 2013 (31 de dezembro de 2012 - R$20.568; 1º de dezembro de 2012 – R$34.555).

A movimentação do saldo de tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	254.784	272.159	266.526	284.061
Adições	-	-	-	7
Provisão (reversão) de juros	8.072	14.362	8.072	14.362
Amortização de juros	(434)	(696)	(434)	(696)
Amortização de principal	(13.936)	(31.041)	(14.958)	(32.018)
Variação monetária	-	-	663	810
	248.486	254.784	259.869	266.526
Saldo inicial compensação depósito judicial	(192.940)	(192.940)	(192.940)	(192.940)
(-) compensação depósito judicial	(5.076)		(5.076)	
Saldo final compensação depósito judicial	(198.016)	(192.940)	(198.016)	(192.940)
	50.470	61.844	61.853	73.586

As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
2013	-	-	22.050	-	-	22.977
2014	-	12.075	-	-	13.067	927
2015	7.186	6.998	-	8.237	7.990	927
2016	7.186	6.998	-	8.237	7.990	927
2017	7.186	4.666	-	8.237	5.658	927
2018 a 2024	4.193	-	-	11.372	6.778	6.332
	25.751	30.737	22.050	36.083	41.483	33.017

24 Provisão para demandas judiciais

	Controladora								
	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
IR e CSLL	44.395	(16.923)	27.472	16.503	(16.503)	-	16.070	(16.070)	-
INSS	6.104	(6.104)	-	43.194	(5.805)	37.389	41.852	(5.498)	36.354
Trabalhistas	211.501	(116.867)	94.634	170.712	(97.734)	72.978	131.919	(83.461)	48.458
Cíveis	140.682	(10.737)	129.945	136.013	(10.053)	125.960	73.497	(7.809)	65.688
Outras	15.200	(386)	14.814	9.748	-	9.748	-	-	-
	417.882	(151.017)	266.865	376.170	(130.095)	246.075	263.338	(112.838)	150.500

	Consolidado								
	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
IR e CSLL	59.596	(26.825)	32.771	33.276	(26.405)	6.871	32.961	(25.966)	6.995
INSS	6.132	(6.132)	-	43.222	(5.833)	37.389	63.892	(5.526)	58.366
COFINS	12.335	(11.873)	462	12.335	(11.873)	462	12.335	(11.873)	462
Trabalhistas	261.983	(121.797)	140.186	203.435	(109.317)	94.118	158.968	(92.252)	66.716
Cíveis	145.985	(10.737)	135.248	138.091	(10.060)	128.031	75.916	(7.809)	68.107
Outras	20.648	(5.758)	14.890	17.574	(5.187)	12.387	6.069	(2.893)	3.176
	506.679	(183.122)	323.557	447.933	(168.675)	279.258	350.141	(146.319)	203.822

A Companhia possui ainda depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, para os quais não existem provisões relacionadas (Nota 15).

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	376.170	263.338	447.933	350.140
Adições	142.682	173.023	178.355	179.971
Juros/atualizações	36.005	34.624	39.398	36.756
Amortizações/baixas	(66.308)	(44.905)	(68.708)	(45.089)
Reversões	(70.667)	(15.020)	(75.640)	(46.900)
Transferências	-	(34.890)	(14.659)	(26.945)
	417.882	376.170	506.679	447.933

(a) provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2013 estão descritas a seguir:

(i) Provisões da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2013 Saldo	31/12/2012 Saldo	01/01/2012 Saldo
Ação visando afastar a cobrança das antecipações do IR incidentes sobre o lucro das exportações sob a alíquota de 18%.	Processo sobrestado aguardando julgamento do *leading case*.	16.923	16.503	16.070
Autuação fiscal visando à cobrança da contribuição social sobre o adicional de financiamento dos benefícios concedidos às aposentadorias especiais, decorrentes de incapacidade laborativa oriunda de riscos ambientais.	Aguardando julgamento do CARF.	-	37.389	36.355
Ação judicial visando afastar a cobrança das contribuições previdenciárias do SAT de trabalhadores avulsos.	Processo incluído na anistia da Lei nº 11.941/09. Aguardando a homologação.	6.104	5.806	5.497
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	23.078	12.503	8.659
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usiminas/Sede BH em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	7.467	11.336	5.729
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros do TMP de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	9.770	7.923	6.408
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	167.355	132.453	103.027
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros do TMP de Praia Mole em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	3.831	6.496	8.096
Ação pleiteando indenização por danos materiais (pensão, gastos médicos fixos etc.) e danos morais por exposição ao gás benzeno durante o horário de trabalho.	Aguardando julgamento.	76.398	67.730	22.534
Trata-se de procedimento arbitral confidencial envolvendo Usiminas e MRS perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo do Centro e da Federação das Indústrias do Estado de SP (CIESP/FIESP).	Procedimento encerrado em setembro/2012.	-	-	19.694
Divergências entre as partes com relação ao preço pago na aquisição da Zamprogna NSG Tecnologia do Aço S.A pela Soluções Usiminas.	Os autos serão encaminhados ao juiz para decisão.	37.611	32.861	-
Execuções Fiscais movidas pela Fazenda do Estado de São Paulo, derivadas de Autos de Infração de Multa, lavrados pela CETESB.	Em fase de liquidação/pagamento.	6.963	7.758	5.603

Descrição	Posição	31/12/2013 Saldo	31/12/2012 Saldo	01/01/2012 Saldo
Despacho Decisório lavrado pela Delegacia da Receita Federal, por meio do qual não se homologou PER/DCOMP que compensava débito de CSLL com créditos provenientes de recolhimento a maior de CSLL em janeiro de 2005.	Aguardando julgamento em 1ª instância.	25.972	-	-
Outras		36.410	37.412	25.666
		417.882	376.170	263.338

(ii) Provisões da controlada Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2013 Saldo	31/12/2012 Saldo	01/01/2012 Saldo
Discussão interpretação da Lei nº 9.718/98, ampliação das bases de cálculo do PIS e da COFINS.	Aguardando julgamento.	14.210	14.210	14.210
Ação discutindo a dedutibilidade da CSLL sobre a base de cálculo do IRPJ.	Aguardando julgamento.	12.824	15.540	16.891
Credito Presumidos ICMS em desacordo com RICMS originário de Auto de Infração Fiscal - NSG	Aguardando julgamento.	19.000	-	-
Ações trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	9.099	7.689	7.016
Outras		690	646	3.663
		55.823	38.085	41.780

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Provisões da Controladora	417.882	376.170	263.338
Provisões da Soluções Usiminas	55.823	38.085	41.780
Provisões das demais empresas	32.974	33.678	45.023
Total do Consolidado	506.679	447.933	350.141

(b) Contingências possíveis

Adicionalmente, a controladora, e algumas de suas controladas figuram como parte em processos, não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

(i) Contingências da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2013 Saldo	31/12/2012 Saldo	01/01/2012 Saldo
Ação judicial visando afastar a cobrança da CSLL incidente sobre débitos com exigibilidade suspensa e sobre doações e patrocínios a projetos culturais.	Proferida decisão parcialmente favorável à Usiminas na segunda instância judicial.	27.769	25.785	23.794
Pedido de compensação de débitos de tributos federais com créditos de IRPJ apurados após revisão do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), não homologado.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	93.706	87.011	80.292
Pedido de compensação de saldo negativo de IRPJ com débito da CSLL e de IRPJ com débitos do próprio IRPJ não homologado.	Processos encerrados com decisão favorável à Usiminas.	-	-	32.339
Execuções Fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS em razão da divergência de classificação de materiais entre o Fisco e a Usiminas.	Foram distribuídas três Execuções Fiscais que aguardam julgamento na primeira instância judicial.	48.854	45.364	42.267
Ações visando à anulação de autuações fiscais que exigiam o ICMS sobre a exportação de produtos considerados semi-elaborados pelo Fisco (antes da EC 42/03).	Processos alterados para risco de perda remoto.	-	-	728.973
Autuação fiscal visando à cobrança do ICMS incidente sobre mercadorias cuja internação na Zona Franca de Manaus não restou comprovada.	Distribuída Execução Fiscal. Há quatro autos de infração aguardando julgamento na esfera administrativa.	53.061	49.270	42.140
Execuções fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros)	Há duas Execuções Fiscais que aguardam decisão judicial e dois autos de infração que aguardam julgamento na esfera administrativa.	849.043	713.920	468.104
Execução Fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS aproveitados pela Usiminas quando da contratação de serviços de transporte.	Aguardando julgamento na primeira instância judicial.	49.358	45.832	42.637
Ação visando ao afastamento da cobrança de PIS semestralidade , tendo em vista o erro da base de cálculo da contribuição.	Julgamento favorável em primeira instância. Aguardando o julgamento do recurso do Fisco em segunda instância.	11.025	10.238	9.126
Ação transitada em julgado, cuja desistência para a adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09 foi indeferida.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial.	73.659	68.397	63.263
Ação questionando a cobrança de contribuição previdenciária incidente sobre o seguro de vida em grupo e sobre o PAT.	Proferida decisão favorável à Usiminas na segunda instância judicial.	-	8.962	8.289
Autuação fiscal visando à cobrança de IRPJ e CSLL sobre os lucros auferidos por controlada no exterior na data do levantamento do balanço para a redomiciliação.	Risco de perda alterado de provável para possível.	-	159.307	147.450
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS sobre operações de exportação, sob a alegação de que as empresas destinatárias não constavam como habilitadas na SECEX	Processo administrativo encerrado. Distribuída Execução Fiscal.	36.764	34.138	26.515
Execuções fiscais visando à cobrança de ICMS incidente sobre mercadorias remetidas ao exterior, sem a efetiva comprovação da exportação.	Foram distribuídas duas Execuções Fiscais, que aguardam o julgamento na primeira instância judicial.	542.407	503.658	466.021
Pedido de compensação de débitos de IPI e de PIS e COFINS com crédito proveniente de pagamento indevido de CSL, não homologado.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	29.641	27.524	25.731

Descrição	Posição	31/12/2013 Saldo	31/12/2012 Saldo	01/01/2012 Saldo
Pedido de homologação de compensação de débito de CSLL com créditos de recolhimento a maior de CSLL não homologado.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	-	15.180	14.080
Autuação fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS relativos à aquisição de materiais classificados como de uso e consumo pelo Fisco.	Há um auto de infração encerrado na esfera administrativa e aguardando a inscrição em dívida ativa e outro que aguarda julgamento na esfera administrativa.	43.159	56.050	18.385
Autuação fiscal visando à cobrança de contribuições previdências relativas ao custeio da aposentadoria especial em decorrência do risco ambiental.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	16.612	15.426	-
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS, em decorrência da transferência interestadual entre filiais utilizando como base de cálculo para apuração dos créditos o preço de venda das mercadorias e não o seu custo de produção.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	24.385	22.643	-
Autuação fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS aproveitados após o prazo decadencial.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	25.224	23.422	-
Execução Fiscal proposta pelo Município de Ipatinga visando à cobrança de débito de IPTU/2011 e Pedido de Revisão do IPTU/2012 apresentado pela Usiminas.	Execução Fiscal sobrestada. Pedido de Revisão não provido.	-	69.388	-
Ação visando afastar a cobrança das contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados pagos aos empregados no período de 1995 a 1998.	Risco de perda alterado de possível para remoto.	-	15.884	-
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho, em instâncias diversas.	164.474	127.454	123.215
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros do TMP de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	8.450	14.775	13.960
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	102.332	94.100	67.145
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Usiminas ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	67.312	60.126	50.606
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Cosipa ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	54.707	48.866	41.129
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS em virtude de creditamento indevido de créditos pela aquisição de uso e consumo utilizado na exportação de mercadorias.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	196.082	99.100	-
Multa aplicada pela SUNAB, em razão da suposta venda pela Cosipa de mercadorias com preços superiores ao tabelado e em desacordo com as especificações desse órgão.	Processo em fase de instrução.	19.368	16.660	14.022
Outras		201.192	157.570	151.869
		2.738.584	2.616.050	2.701.352

(ii) Contingências da Usiminas Mecânica

Descrição	Posição	31/12/2013 Saldo	31/12/2012 Saldo	01/01/2012 Saldo
Processo Administrativo referente à antecipação da realização do saldo credor do lucro inflacionário originário da parcela da correção monetária das demonstrações financeiras do período base de 1990.	Risco de perda alterado de possível para remoto.	-	28.651	26.244
Ação pleiteando ressarcimento sob a alegação de prejuízos diretos e indiretos, por motivos de desacordo na fabricação e no fornecimento.	Aguardando julgamento.	326.491	301.792	268.289
Ação Civil Pública relativa a construção de Ponte, pleiteando ressarcimento ao Erário de valores acrescidos através de Aditamento ao Contrato da Empreitada.	O processo foi concluso para despacho.	308.117	284.808	240.428
Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra a Usiminas Mecânica, pleiteando o ressarcimento dos supostos danos causados ao Erário do Estado de Santa Catarina em razão de valores com gastos indevidos na construção de Ponte.	Aguardando julgamento.	63.785	58.960	-
Outras		97.189	55.047	45.566
		795.582	729.258	580.527

(iii) Contingências da Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2013 Saldo	31/12/2012 Saldo	01/01/2012 Saldo
Diversos Autos de infração originado de compensação de Pis com Cofins, Finsocial, ICMS e Incra	Autuação foi impugnada	21.923	20.357	32.429
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento	50.252	46.450	17.483
Outros – diversas ações de natureza tributária e civil		59.670	55.408	53.202
		131.845	122.215	103.114

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Contingências da Controladora	2.738.584	2.616.050	2.701.352
Contingências da Usiminas Mecânica	795.582	729.258	580.527
Contingências da Soluções Usiminas	131.845	122.215	103.114
Contingências das demais empresas	474	6.333	3.715
Total do Consolidado	3.666.485	3.473.856	3.388.708

Adicionalmente, a controlada em conjunto Unigal figura como parte em processos, não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**	**Saldo**
Execução fiscal visando a cobrança de ISS sobre prestação de serviços de galvanização à Usiminas.	Aguardando julgamento na 1ª instância judicial.	50.317	46.722	41.683
Outras		313	3	-
		50.630	46.725	41.683

(c) Contingências ativas

A seguir, estão demonstradas as contingências ativas da Companhia, cujos processos não transitaram em julgado e, portanto, não foram reconhecidas no balanço:

		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**	**Saldo**
Ação proposta pela Usiminas visando receber o valor integral recolhido à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.	Aguardando julgamento em segunda instância.	681.231	629.978	586.803
Ação proposta pela Cosipa visando receber o valor integral recolhido à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.	Aguardando julgamento em instância superior.	759.644	702.491	654.346
Ação questionando a restrição do direito ao crédito de PIS e COFINS sobre máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos antes de 30/04/2004.	Aguardando julgamento em segunda instância.	154.523	142.897	133.104
Outras		96.165	88.930	57.120
		1.691.563	1.564.296	1.431.373

25 Provisão para recuperação ambiental

As Empresas Usiminas possuem provisão para recuperação ambiental conforme demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Despoluição da Baía de Sepetiba	-	21.417	57.354	-	21.417	57.354
Recuperação de áreas em exploração	-	-	-	76.588	56.286	50.906
	-	21.417	57.354	76.588	77.703	108.260

Os gastos com a recuperação ambiental foram registrados como parte dos custos desses ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia de futuros gastos trazidos a valor presente. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

26 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:				
Benefícios de planos de aposentadoria	1.134.240	1.322.845	1.134.240	1.322.845
Benefícios de saúde pós-emprego	90.380	73.967	96.076	73.967
	1.224.620	1.396.812	1.230.316	1.396.812

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado com (Nota 32 (b))				
Benefícios de planos de aposentadoria	(35.843)	(12.284)	(35.843)	(12.284)
Ajuste Plano de Benefícios (alteração regulamentar do Usiprev)				
Benefícios de saúde pós-emprego	(10.598)	(5.045)	(12.414)	(5.045)
	(46.441)	(17.329)	(48.257)	(17.329)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	650.718	(463.936)	(277.354)	652.652	(463.936)	(277.354)
Ganhos (perdas) atuariais das dívidas contratadas reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes - CPC 33 e IFRIC 14	(340.948)	277.677	(81.607)	(340.948)	277.677	(81.607)
Redução (aumento) no ativo (*asset celing*) nos outros resultados abrangentes - parágrafo 58 CPC 33 e IAS 19	(282.427)	2.478	204.787	(282.427)	2.478	204.787
Ganhos (perdas) atuariais acumuladas reconhecidas em outros resultados abrangentes	27.343	(183.781)	(154.174)	29.277	(183.781)	(154.174)

26.1 Planos de suplementação de aposentadoria

A Companhia instituiu, em agosto de 1972, a Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA).

Em 29 de março de 2012, por meio da Portaria nº 165, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 30 de março de 2012, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou a incorporação da Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO), instituída em agosto de 1975, pela Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA), ambas entidades fechadas de previdência complementar sem fins lucrativos. Com essa aprovação, a Administradora dos planos previdenciários das Empresas Usiminas passou a se chamar Previdência Usiminas.

A Previdência Usiminas, em consonância com a legislação aplicável, têm como finalidade principal a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

(a) Planos Administrados pela Previdência Usiminas

(i) Plano de Benefícios 1 (PB1)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde novembro de 1996.

Oferece os seguintes benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, aposentadoria por tempo de contribuição e pensão por morte. Além disso, os participantes deste plano têm direito a benefícios de resgate, portabilidade, auxílio-funeral, auxílio-reclusão e auxílio-doença.

(ii) Plano de Benefícios 2 (USIPREV)

Trata-se de um plano de benefícios de Contribuição Variável (CV), ativo em funcionamento desde agosto de 1998, oferecido aos colaboradores das empresas patrocinadoras.

Durante a fase de acumulação o participante do USIPREV define sua contribuição mensal para a constituição da sua reserva de poupança. No momento da concessão do benefício, o participante pode optar em receber seu beneficio em uma renda mensal entre 0,5% a 1,5% do seu Saldo de Conta, ou em uma renda mensal por prazo determinado, entre 60 e 360 meses. O “Participante Fundador” - inscrito no plano até 13 de abril de 2011, também poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados por este plano abrangem: aposentadoria programada, benefícios decorrentes da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefícios gerados por recursos portados, aposentadoria por invalidez; auxílio doença e aposentadoria por morte - antes e após aposentadoria. São ainda assegurados os Institutos do Autopatrocínio, BPD, Portabilidade e Resgate.

(iii) Plano de Benefício Definido (PBD)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde dezembro de 2000.

Oferece os seguintes tipos de benefício convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e benefício proporcional diferido.

Além disso, os participantes deste plano têm direito a benefícios de resgate, portabilidade, auxílio-funeral, auxílio-natalidade e auxílio-doença.

(iv) COSIPREV

Trata-se de um plano de contribuição definida fechado para novas adesões desde 30 de abril de 2009.

Os benefícios de aposentadoria oferecidos são: aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e benefício proporcional diferido.

Além disso, os participantes desse plano têm direito a benefícios de aposentadoria, auxílio-doença, resgate e portabilidade.

As reservas técnicas dos planos de benefícios administrados pela Previdência Usiminas são calculadas por atuário independente contratado pela Companhia e representam a obrigação assumida de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários.

26.2 Dívidas contratadas – requisitos de fundamentos mínimos

A Companhia possui dívidas contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos conforme definido pelo CPC 33 e pelo IFRC 14.

Em razão de algum eventual superávit não ser recuperável, as dívidas contratadas são reconhecidas como um passivo adicional na apuração do passivo atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor das referidas dívidas da Companhia com os planos PB1 e PBD junto à Previdência Usiminas era de R$1.158.463 (31 de dezembro de 2012- R$1.161.143; 1º de janeiro de 2012 - R$1.218.507).

Abaixo descrevemos as características gerais das dívidas as quais foram consideradas nos cálculos atuariais efetuados em consonância com o CPC 33, o IAS 19 e o IFRIC14.

A Companhia, bem como as demais patrocinadoras do plano PB1, vem efetuando mensalmente as contribuições normais e as extraordinárias, necessárias para cobertura da insuficiência de reserva apurada em dezembro de 1994. Essa insuficiência de reserva está sendo amortizada pelas patrocinadoras no prazo de 19 anos, a partir de 2002, correndo em taxa de juros de 6% a.a. e atualização mensal pelo IGP-M.

O saldo devedor da dívida do plano PBD é estabelecido no encerramento de cada exercício, com base em reavaliação atuarial direta das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. No decorrer do exercício subsequente, conforme definido na sistemática de reavaliação atuarial, o valor da dívida é ajustado pelo superávit ou déficit mensal apurado no plano PBD e pelo pagamento das parcelas a vencer no período. O saldo devedor dessa dívida deverá ser amortizado em 204 parcelas, que correspondem ao valor das prestações mensais calculadas com base na “Tabela Price”, com juros equivalentes a 6% (seis por cento) ao ano e atualização mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A dívida do plano PBD está garantida por bens patrimoniais registrados no montante de R$519.104 em 31 de dezembro de 2013 (31 de dezembro de 2012 – R$583.106; 1º de janeiro de 2012 – R$543.995).

26.3 Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria

Os valores apurados, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado				
					31/12/2013
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(2.945.562)	(1.283.808)	(1.249.068)	(4.827)	(5.483.265)
Valor justo dos ativos	3.321.336	1.266.019	1.320.145	10.118	5.917.618
	375.774	(17.789)	71.077	5.291	434.353
Ativo de benefício (asset ceiling)	(375.774)	-	(51.353)	(792)	(427.919)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(901.855)	(238.819)	-	-	(1.140.674)
	(901.855)	(256.608)	19.724	4.499	(1.134.240)

	Controladora e Consolidado				
					31/12/2012
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.578.365)	(1.568.549)	(1.365.213)	(4.869)	(6.516.996)
Valor justo dos ativos	3.252.816	1.309.922	1.270.450	7.569	5.840.757
	(325.549)	(258.627)	(94.763)	2.700	(676.239)
Serviço passado não reconhecido	-	-	(22.520)	-	(22.520)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(624.086)	-	-	-	(624.086)
	(949.635)	(258.627)	(117.283)	2.700	(1.322.845)

	Controladora e Consolidado				
					01/01/2012
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(2.945.698)	(1.369.337)	(1.135.452)	(2.375)	(5.452.862)
Valor justo dos ativos	2.948.415	1.195.639	1.152.037	5.849	5.301.940
	2.717	(173.698)	16.585	3.474	(150.922)
Serviço passado não reconhecido	-	-	(24.454)	-	(24.454)
Ativo de benefício (asset ceiling)	(2.717)	-	-	(685)	(3.402)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(963.701)	(81.108)	-	-	(1.044.809)
	(963.701)	(254.806)	(7.869)	2.789	(1.223.587)

As patrocinadoras do USIPREV são solidárias entre si no que concerne às obrigações relativas à cobertura de benefícios oferecidos pela Previdência Usiminas aos participantes e respectivos beneficiários deste Plano.

O COSIPREV possui um Fundo Previdencial, formado por recursos dos saldos de conta dos participantes não utilizados na concessão dos benefícios e poderá, com base no regulamento do plano, ser utilizado no futuro como fonte de custeio desse plano. Em 31 de dezembro de 2013, a parcela do Fundo Previdencial atribuído às Empresas Usiminas é de R$5.187 (31 de dezembro de 2012 – R$2.700; 1º de janeiro de 2012 – R$2.789).

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Saldo inicial	(6.516.996)	(5.452.862)	(5.041.726)
Custo do serviço corrente	(4.918)	(5.387)	(6.786)
Custo dos juros	(539.671)	(580.811)	(568.051)
Benefícios pagos	430.336	414.922	390.028
Ajustes Mudança no Plano de benefícios	685	-	27.241
Ganhos (perdas) atuariais	1.147.299	(892.858)	(253.568)
	(5.483.265)	(6.516.996)	(5.452.862)

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Saldo inicial	5.840.757	5.301.940	5.023.144
Retorno esperado dos ativos	332.967	675.191	666.565
Contribuições reais durante o ano	174.709	170.969	165.036
Benefícios pagos	(430.336)	(414.922)	(390.028)
Ganhos (perdas) atuariais	(479)	107.579	(162.777)
	5.917.618	5.840.757	5.301.940

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	**31/12/2012**
Custo do serviço corrente	(4.842)	(5.349)
Custo dos juros	(486.586)	(502.997)
Retorno esperado dos ativos	455.231	495.870
Ajuste Plano de benefícios (alteração regulamentar do Usiprev)	206	-
Outros	148	192
	(35.843)	(12.284)

Os encargos acima demonstrados foram reconhecidos em “Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado (Nota 32(b)).

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R$332.444 (31 de dezembro de 2012 – R$705.059; 1º de janeiro de 2012 - R$503.778).

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício de 2014 totalizam R$191.736.

Premissas Atuariais

	31/12/2013	31/12/2012		01/01/2012
	Previdência Usiminas	Previdência Usiminas	CAIXA	FEMCO
Taxa de desconto	(i)	8,68% a.a.	10,35% a.a.	10,35% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a	4,50% a.a
Retorno esperado sobre os ativos – PB1 e PBD	-	8,68% a.a.	12,84% a.a.	12,07% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos – USIPREV e COSIPREV	-	8,68% a.a.	11,59% a.a.	12,03% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.	7,64% a.a	7,64% a.a
Crescimento dos benefícios da Previdência Social	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a	4,50% a.a

(i) Em 31 de dezembro de 2013, a taxa de desconto apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 11,22%; PBD, 11,20%; USIPREV, 11,27%; e COSIPREV, 10,97%.

As premissas referentes à mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com estatísticas publicadas e sua experiência. Para o ano de 2013 e de 2012, as premissas de mortalidade para os planos PB1, Cosiprev e Usiprev baseiam-se na tábua de mortalidade AT 2000. Para os exercícios de 2013 e de 2012, no plano PBD as premissas de mortalidade baseia-se na tábua de mortalidade AT 1983. Para 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a tábua de mortalidade de inválidos utilizada foi a AT – 1949 masculina.

26.4 Ajustes de experiências

Os efeitos dos ajustes de experiências apurados no período é apresentado como segue:

							31/12/2013
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(2.945.562)	(1.283.808)	(1.249.068)	(4.827)	(5.483.265)	(90.380)	(5.573.645)
Valor justo dos ativos do plano	3.321.336	1.266.019	1.320.145	10.118	5.917.618	-	5.917.618
(Déficit) excedente no plano	375.774	(17.789)	71.077	5.291	434.353	(90.380)	343.973
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(73.313)	(12.155)	(5.857)	635	(90.690)	1.603	(89.087)
Ajustes de experiência dos ativos do plano	(100.982)	(62.469)	5.741	1.918	(155.792)	-	(155.792)

							31/12/2012
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.578.365)	(1.568.549)	(1.365.213)	(4.869)	(6.516.996)	(73.967)	(6.590.963)
Valor justo dos ativos do plano	3.252.816	1.309.922	1.270.450	7.569	5.840.757	-	5.840.757
(Déficit) excedente no plano	(325.549)	(258.627)	(94.763)	2.700	(676.239)	(73.967)	(750.206)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(57.296)	7.242	(13.707)	(537)	(64.298)	(5.107)	(69.405)
Ajustes de experiência dos ativos do plano	33.314	57.546	14.591	2.128	107.579	-	107.579

							01/01/2012
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(2.945.698)	(1.369.337)	(1.135.452)	(2.375)	(5.452.862)	(53.886)	(5.506.748)
Valor justo dos ativos do plano	2.948.415	1.195.639	1.152.037	5.849	5.301.940	-	5.301.940
(Déficit) excedente no plano	2.717	(173.698)	16.585	3.474	(150.922)	(53.886)	(204.808)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(50.302)	(10.932)	(15.659)	(473)	(77.366)	(2.981)	(80.347)
Ajustes de experiência dos ativos do plano	(225.892)	69.649	(9.389)	(2.855)	(168.487)	-	(168.487)

26.5 Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2013			
Hipóteses atuariais significativas	**PB1**	**PBD**	**USIPREV**	**COSIPREV**
Valor presente da obrigação	2.945.562	1.283.808	727.349	4.827
Taxa de desconto aplicada aos passivos do plano	11,22%	11,20%	11,27%	10,97%
Tábua de Mortalidade aplicada aos planos	AT-2000	AT-1983, desagravada em 10%	AT-2000, desagravada em 40%	AT-2000, desagravada em 10%
Análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto dos passivos do plano				
1% de aumento sobre a taxa real	(234.157)	(99.091)	(48.872)	(174)
1% de redução sobre a taxa real	274.496	115.795	60.602	188
Análise de sensibilidade sobre a Tábua de Mortalidade				
Desagravada em 10%	57.722	24.886	5.309	(115)

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando apenas a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos dos planos.

26.6 Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

(i) COSaúde

Trata-se de um plano fechado para novas adesões desde abril de 2002.

A Usiminas possui um sistema de saúde integrado, abrangente aos aposentados, composto de:

- Plano de Saúde, para pequenas despesas, como consultas e exames de rotina;
- Fundo de Saúde – COSaúde, para despesas de internações clínicas e/ou cirúrgicas, bem como outros procedimentos de alto custo e ambulatoriais.

Para o Plano de Saúde, existe subsídio da Companhia aos aposentados, aos pensionistas e aos dependentes, variando de 20% a 40% do custo médico, de acordo com o benefício total – INSS mais Previdência Usiminas. A condição para o aposentado participar do Plano de Saúde é a adesão ao COSaúde. Quanto ao Fundo de Saúde – COSaúde, é um sistema de autogestão e pré-pagamento integral pelo participante.

(ii) Saúde Usiminas

A Usiminas instituiu em 2010 um sistema de saúde abrangente a todos os empregados e aposentados, composto por:

- Plano regulamentado com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- Plano contrato à Operadora de Planos de Saúde Fundação São Francisco Xavier, na modalidade de pré-pagamento;
- Precificado por faixa etária, subsidiado pela Companhia em 60, 70 ou 80% do valor da mensalidade, de acordo com a faixa salarial do empregado;
- Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da lei 9656, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

Além das premissas estabelecidas acima, a principal premissa atuarial foi o aumento de longo prazo nos custos dos serviços médicos de 11% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 8,68% no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial, conforme laudo atuarial, foram determinados como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Valor presente da obrigação atuarial	(90.380)	(73.967)	(53.886)	(96.076)	(73.967)	(53.886)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante os períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Saldo inicial	(73.967)	(53.886)	(48.510)	(73.967)	(53.886)	(48.510)
Custo dos juros	(10.598)	(5.045)	(5.061)	(12.414)	(5.045)	(5.061)
Benefícios pagos	3.705	3.752	3.586	3.705	3.752	3.586
Ganhos (perdas)	(9.520)	(18.788)	(3.901)	(13.400)	(18.788)	(3.901)
	(90.380)	(73.967)	(53.886)	(96.076)	(73.967)	(53.886)

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos juros	(10.598)	(5.045)	(12.414)	(5.045)

Os encargos acima apresentados foram reconhecidos em “Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

O efeito de uma movimentação de 1% na taxa de tendência presumida do custo de saúde é como segue:

	31/12/2013	
	Aumento	Redução
Efeito no total do custo dos juros	436	(373)
Efeito na obrigação de benefício definido	3.868	(3.308)

26.7 Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade dos planos de saúde

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013		31/12/2013	
Hipóteses Atuariais e análises de sensibilidades	**COSAÚDE**	**SAÚDE USIMINAS**	**COSAÚDE**	**SAÚDE USIMINAS**
Valor presente da obrigação	54.076	36.304	54.076	42.000
Taxa de desconto aplicada aos passivos dos planos de saúde	11,28%	11,78%	11,28%	11,78%
Inflação médica aplicada aos planos de saúde	11% decrescendo até 6,5% em 9 anos	11% decrescendo até 6,5% em 9 anos	11% decrescendo até 6,5% em 9 anos	11% decrescendo até 6,5% em 9 anos
Análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto dos passivos dos planos				
1% de aumento sobre a taxa real	(4.498)	-	(4.498)	-
1% de redução sobre a taxa real	5.296	-	5.296	-
0,5% de aumento sobre a taxa real	-	(9.014)	-	(10.564)
0,5% de redução sobre a taxa real	-	11.233	-	12.167
Análise de sensibilidade sobre a Inflação médica aplicada aos planos				
1% de aumento sobre a taxa real	3.868	26.119	3.868	30.622
1% de redução sobre a taxa real	(3.308)	(16.972)	(3.308)	(19.889)

26.8 Ativos dos planos de aposentadoria

Os ativos dos planos de aposentadoria são compostos como segue:

	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Valor	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Ações da Companhia	422.961	7	466.280	8	877.474	17
Títulos do Governo Federal	1.958.417	33	1.764.115	30	1.835.805	35
Renda fixa	3.076.297	52	2.982.605	51	1.805.986	34
Renda variável	36.900	1	133.469	2	142.302	2
Investimentos imobiliários	287.628	5	289.824	5	455.625	9
Outros	135.415	2	204.464	4	184.748	3
	5.917.618	100	5.840.757	100	5.301.940	100

Os ativos do plano de aposentadoria incluem 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R$422.961 (31 de dezembro de 2012 – 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R$466.280; 1º de janeiro de 2012 - 51.164.642 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R$877.474).

O retorno esperado sobre os ativos dos planos corresponde à taxa de desconto definida com base nos títulos do governo federal de longo prazo que são relacionados à inflação, alinhados com o prazo médio ponderado pelo fluxo futuro de pagamentos de benefícios ora avaliados.

27 Patrimônio líquido

(a) Novo Acordo de Acionistas

Em 17 de janeiro de 2012, a Companhia informou ao mercado, por meio de Fato Relevante, a conclusão ocorrida em 16 de janeiro de 2012, das operações de compra e venda de ações de emissão da Companhia detidas pelos acionistas controladores nos termos da regulamentação aplicável do mercado de capitais brasileiro, cujo teor está transcrito a seguir:

(i) Confab Industrial S.A. (“Confab”), Prosid Investments S.C.A. (“Prosid”), Siderar S.A.I.C. (“Siderar”) e Ternium Investments S.à r.l. (“Ternium” e, juntamente com Confab, Prosid e Siderar, o “Grupo Techint”) concluíram as operações de compra e venda de ações nos termos dos contratos de compra e venda de ações celebrados junto à VBC Energia S.A. (“VBC”), à Votorantim Industrial S.A. (“Votorantim”) e à Previdência Usiminas (nova denominação da Caixa dos Empregados da Usiminas; “CEU”) e os “Contratos de Compra e Venda do Grupo Techint”) em 27 de novembro de 2011 e adquiriram 139.741.296 ações ordinárias da Usiminas, representando aproximadamente 27,66% das ações ordinárias da Usiminas e aproximadamente 13,78% do capital social da Usiminas, pelo preço de R$36,00 por ação, totalizando o montante de R$5.030.687.

(ii) Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (“NSSMC”) (nova denominação da Nippon Steel Corporation; “NSC”) concluiu a operação de compra e venda de ações nos termos do contrato de compra e venda de ações celebrado com a Previdência Usiminas em 27 de novembro de 2011, e adquiriu 8.527.440 ações ordinárias da Usiminas, representando aproximadamente 1,69% das ações ordinárias da Usiminas e aproximadamente 0,84% do capital social da Usiminas, pelo preço de R$36,00 por ação, totalizando o montante de R$306.988.

(iii) O Grupo Techint, NSSMC, Nippon Usiminas Co. Ltd. ("NU"), Metal One Corporation ("Metal One"), Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. ("Mitsubishi") e Previdência Usiminas celebraram um Acordo de Acionistas Aditado e Consolidado da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS (o "Novo Acordo de Acionistas"), em termos essencialmente idênticos aos do Acordo de Acionistas Aditado e Consolidado da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS celebrado em 27 de novembro de 2011, porém com a exclusão das condições precedentes de eficácia deste acordo. O Novo Acordo de Acionistas adita, consolida e substitui inteiramente o Acordo de Acionistas Aditado e Consolidado da Usiminas de 06 de novembro de 2006 ("Acordo de Acionistas Original") e deverá reger as relações entre partes de tal acordo na qualidade de acionistas e membros do grupo de controle da Usiminas. Uma cópia do Novo Acordo de Acionistas foi entregue à Usiminas em 17 de janeiro de 2012, para assinatura, na qualidade de interveniente anuente, e arquivamento em sua sede social para os fins do artigo 118 da Lei Nº 6.404/76.

(iv) O Novo Acordo de Acionistas também substitui e revoga o Acordo de Acionistas da Usiminas de 18 de fevereiro de 2011, entre Mitsubishi, Metal One, NSC, NU, VBC e Votorantim, o qual foi expressamente resilido pelas suas partes naquela data.

Para fins de referência, o quadro a seguir indica a distribuição do capital votante da USIMINAS entre as partes do Novo Acordo de Acionistas na presente data e após a conclusão das operações referidas nos itens "(i)" e "(ii)":

	Acordo de Acionistas Original		Novo Acordo de Acionistas	
	Ações ONs Vinculadas (%)	**Total de Ações ONs(%)**	**Ações ONs Vinculadas(%)**	**Total de Ações ONs(%)**
NSSMC (i)	3,75	2,40	6,40	4,09
NU	37,18	23,74	37,18	23,74
Total NSC e NU	**40,93**	**26,14**	**43,58**	**27,83**
Mitsubishi e Metal One	2,54	1,62	2,54	1,62
Total NSC, NU, Mitsubishi e Metal One	**43,47**	**27,76**	**46,12**	**29,45**
Ternium	-	-	26,26	16,77
Siderar	-	-	3,10	1,98
Prosid	-	-	6,20	3,96
Confab	-	-	7,75	4,95
Grupo Techint			**43,31**	**27,66**
Grupo V/C (Votorantim e Camargo Correa)	**40,67**	**25,97**	**-**	**-**
Previdência Usiminas	**15,86**	**10,13**	**10,57**	**6,75**
Acionistas controladores	**100,00**	**63,86**	**100,00**	**63,86**
Acionistas não controladores	**-**	**36,14**	**-**	**36,14**

(i) O Grupo NSSMC possui 6.726.600 ações ordinárias livres, não vinculadas ao Novo Acordo de Acionistas.

(b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia, que totaliza R$12.150.000, é composto por 1.013.786.190 ações e pode ser demonstrado conforme a seguir:

	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Total de ações	505.260.684	508.442.943	82.563	1.013.786.190
Total de ações em tesouraria	(2.526.656)	(23.757.710)	-	(26.284.366)
Total de ações ex-tesouraria	502.734.028	484.685.233	82.563	987.501.824

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as ações preferenciais não têm direito a voto, mas (i) receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (ii) têm o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral; (iii) têm a prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (iv) adquirirão direito a voto nas assembleias se a Companhia deixar de pagar dividendos preferenciais durante três exercícios consecutivos.

As ações preferenciais não podem ser convertidas em ordinárias.

Os titulares de ações preferenciais Classe B gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais Classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais Classe B. As ações preferenciais Classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais Classe A.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

(c) Reservas

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as reservas são assim compostas:

- Valor excedente na subscrição de ações – constituída no processo de incorporação, em conformidade com o art. 14, parágrafo único da Lei 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (art. 200 da Lei nº 6.404/76).

- Ações em tesouraria – em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possuía 2.526.656 ações ordinárias (31 de dezembro de 2012 – 2.526.654) e 23.757.710 ações preferências Classe A (31 de dezembro de 2012 – 24.060.356), em tesouraria.

- Reserva especial de ágio – refere-se ao reconhecimento do benefício fiscal da incorporação reversa efetuada pela controlada Mineração Usiminas (Nota 16 (d)(iv)).

- Opções outorgadas reconhecidas - refere-se ao reconhecimento das ações outorgados conforme Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 39).

- Reserva legal – constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social

- Reserva para investimentos e capital de giro – o saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R$2.999.567 (31 de dezembro de 2012 - R$3.104.816; 1º de janeiro de 2012 - R$3.791.235), é assim composto:

(i) Pela destinação de 50% do lucro líquido do exercício ajustado pela reserva legal, conforme previsto no estatuto da Companhia. A reserva de investimentos e capital de giro não poderá ultrapassar 95% do capital social, e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou ainda capitalizado. Em 1º de janeiro de 2012, o valor destinado à constituição dessa reserva foi de R$110.711.

(ii) Pela destinação do montante de R$51.466 em 1º de janeiro de 2012, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76, com base em orçamento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 06 de março de 2012.

(iii) Pela absorção do saldo de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2013 de R$105.249 (31 de dezembro de 2012 – R$686.419), nos termos do art. 189 da Lei nº 6.404/76.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

(i) Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 o saldo credor de R$871.258, refere-se à operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas (Nota 16 (e) (i)).

(ii) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 26). Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor dessa conta totaliza R$496.229 (31 de dezembro de 2012 – R$525.507; 1º de janeiro de 2012 - R$341.725).

(iii) Correção do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29 em consonância com o CPC 37 para o período em que a economia brasileira se enquadrava na definição de hiperinflacionária. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo credor dessa conta totaliza R$177.772 (31 de dezembro de 2012 – R$194.530; 1º de janeiro de 2012 - R$211.887).

(iv) Reserva de *hedge* de fluxo de caixa: corresponde substancialmente a operação de *hedge* descrita na Nota 6 (c). Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor dessa reserva totaliza R$3.131 (31 de dezembro de 2012 – R$121.597; 1º de janeiro de 2012 - R$143.735).

(e) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio propostos, relativos à 1º de janeiro de 2012, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	01/01/2012
Lucro líquido do exercício (i)	233.077
Constituição da reserva legal (5%)	(11.653)
Base de cálculo dos dividendos	221.424
Juros sobre capital próprio a pagar	**81.577**
Valor por ação ON	R$0,078769
Valor por ação PN	R$0,086646
Total	**81.577**
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos em relação ao lucro líquido do exercício	35%

(i) Lucro líquido da Controladora, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os dividendos e juros sobre capital próprio reconhecidos em 1º de janeiro de 2012 estão demonstrados a seguir:

Natureza	R$/ação Ordinária	R$/ação Preferencial	01/01/2012
Juros sobre capital próprio a pagar	R$0,078769	R$0,086646	55.356
Juros sobre capital próprio (i)	R$0,136908	R$0,150599	176.833
Total dos dividendos disponibilizados			232.189

(i) Juros sobre capital próprio complementares sobre o resultado do ano anterior, e aprovados no atual exercício.

A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
Natureza	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Dividendos a pagar no início do exercício	915	57.171	145.175	26.635	69.704	159.819
Dividendos e juros sobre capital próprio referentes ao lucro do exercício anterior	-	26.221	176.833	-	26.221	176.833
Pagamento de impostos e dos juros sobre capital próprio	(11)	(81.568)	(319.684)	(105.804)	(94.099)	(371.896)
Juros sobre capital próprio e dividendos declarados	-	-	55.356	80.770	25.718	105.457
Dividendos prescritos	(479)	(909)	(509)	(479)	(909)	(509)
Total dos dividendos a pagar no fim do exercício	425	915	57.171	1.122	26.635	69.704

Os juros sobre capital próprio referentes ao exercício de 2011, no montante de R$81.577 foram contabilizados como despesa financeira para fins fiscais. Em 2011, a Companhia deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio, correspondentes a 35% do lucro líquido do exercício.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos prescrevem em favor da Companhia.

Para os exercícios de 2013 e de 2012, considerando o prejuízo do exercício apurado pela Companhia, não foram distribuídos/deliberados dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

(f) Lucros acumulados

A movimentação dos lucros (prejuízos) acumulados pode ser demonstrada conforme a seguir:

Em 31 de dezembro de 2011	-
Prejuízo do exercício	(706.555)
Plano de opções de ações	1.870
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	17.357
Dividendos prescritos	909
Transferência para reserva de investimento e capital de giro	686.419
Em 31 de dezembro de 2012	-
Prejuízo do exercício	(141.678)
Plano de opções de ações	2.479
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	25.391
Dividendos prescritos	479
Perda (ganho) atuarial com benefícios de aposentadoria	(7.683)
Valor justo ágio sobre investimento	15.763
Transferência para reserva de investimento e capital de giro	105.249
Em 31 de dezembro de 2013	-

28 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais das Empresas Usiminas com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos produtos comercializados.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda principalmente da fabricação e comercialização de produtos siderúrgicos e serviços relacionados.

28.1 Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável

							31/12/2013
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	1.136.097	11.336.465	2.463.791	972.332	15.908.685	(3.079.218)	12.829.467
Custo das vendas	(502.900)	(10.569.533)	(2.228.537)	(921.618)	(14.222.588)	2.868.924	(11.353.664)
Lucro (prejuízo) bruto	633.197	766.932	235.254	50.714	1.686.097	(210.294)	1.475.803
(Despesas)/receitas operacionais	(124.177)	(567.193)	(198.332)	(71.765)	(961.467)	5.343	(956.124)
Despesas com vendas	(70.643)	(147.062)	(99.450)	(16.910)	(334.065)	(2.378)	(336.443)
Despesas gerais e administrativas	(49.036)	(397.457)	(81.714)	(53.876)	(582.083)	14.101	(567.982)
Outras (despesas) e receitas	(4.498)	(22.674)	(17.168)	(979)	(45.319)	(6.380)	(51.699)
Lucro (prejuízo) operacional	509.020	199.739	36.922	(21.051)	724.630	(204.951)	519.679
Ativos	6.461.039	28.575.585	1.476.610	915.319	37.428.553	(6.070.559)	31.357.994
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio)	299.957	67.734	-	2.803	382.907	-	370.494
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	570.516	898.884	92.721	20.851	1.582.972	(520.327)	1.062.645
Passivos circulante e não circulante	500.339	11.863.677	351.295	378.522	13.093.833	(569.784)	12.524.049

							31/12/2012
	Mineração e logística	**Siderurgia**	**Transformação do aço**	**Bens de capital**	**Subtotal**	**Eliminações e ajustes**	**Total**
Receita	898.537	11.452.533	2.077.086	1.017.371	15.445.527	(2.734.646)	12.710.881
Custo das vendas	(341.994)	(11.488.927)	(1.887.065)	(997.214)	(14.715.200)	2.485.503	(12.229.697)
Lucro (prejuízo) bruto	556.543	(36.394)	190.021	20.157	730.327	(249.143)	481.184
(Despesas)/receitas operacionais	(151.246)	(571.188)	(183.228)	(55.967)	(961.629)	7.220	(954.409)
Despesas com vendas	(108.989)	(156.090)	(91.918)	(15.940)	(372.937)	(1.778)	(374.715)
Despesas gerais e administrativas	(58.924)	(283.701)	(93.810)	(61.408)	(497.843)	16.927	(480.916)
Outras (despesas) e receitas	16.667	(131.397)	2.500	21.381	(90.849)	(7.929)	(98.778)
Lucro (prejuízo) operacional	405.297	(607.582)	6.793	(35.810)	(231.302)	(241.923)	(473.225)
Ativos	6.070.150	29.889.276	1.573.484	1.119.479	38.652.389	(5.878.569)	32.773.820
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio)	283.283	63.640	-	2.850	349.773	-	349.773
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	560.836	1.014.905	60.136	56.372	1.692.249	(2.727)	1.689.522
Passivos circulante e não circulante	834.980	13.272.675	321.407	562.789	14.991.851	(731.104)	14.260.747

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes.

A Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base em uma mensuração do EBITDA ajustado (não auditado), cuja conciliação com o lucro operacional está demonstrada no quadro acima.

O EBITDA ajustado é calculado adicionando-se ao lucro líquido (prejuízo) do exercício o resultado das operações descontinuadas, o imposto de renda e contribuição social, a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão e outras adições e exclusões.

O faturamento é pulverizado, e a Companhia e suas controladas não possuem clientes que representam individualmente mais de 10% do faturamento. Mais de 95% das receitas são derivadas das receitas com bens e serviços.

28.2 Conciliações das receitas dos segmentos reportáveis

Análise de receita por categoria	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta de vendas mercado interno	15.540.973	14.115.356
Receita bruta de vendas mercado externo	1.622.408	2.782.821
Deduções da receita bruta, principalmente impostos sobre vendas	(4.333.914)	(4.187.296)
Receita líquida de vendas mercado interno	11.533.164	10.112.876
Receita líquida de vendas mercado externo	1.296.303	2.598.005

29 Receita

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Vendas de produtos				
Mercado interno	14.012.119	12.638.859	15.169.515	13.824.553
Mercado externo	1.185.478	2.390.168	1.591.902	2.763.522
	15.197.597	15.029.027	16.761.417	16.588.075
Vendas de serviços				
Mercado interno	18.688	55.880	371.458	290.803
Mercado externo	30.506	19.299	30.506	19.299
	49.194	75.179	401.964	310.102
Receita bruta	15.246.791	15.104.206	17.163.381	16.898.177
Deduções da receita	(3.909.822)	(3.689.785)	(4.333.914)	(4.187.296)
Receita líquida	11.336.969	11.414.421	12.829.467	12.710.881

30 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Depreciação e amortização	(918.570)	(852.062)	(1.072.433)	(965.110)
Despesas de benefícios a empregados	(1.287.607)	(1.319.905)	(2.179.541)	(2.243.366)
Plano de outorga de opção de ações	(11.552)	(6.691)	(11.552)	(6.691)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(7.760.240)	(8.243.034)	(7.051.806)	(7.769.670)
Custo de distribuição	(60.555)	(74.908)	(177.465)	(219.593)
Custo serviços/vendas diversas	(129.621)	(122.210)	(164.918)	(168.857)
Serviços de terceiros	(1.072.526)	(1.240.939)	(1.208.890)	(1.185.599)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(73.706)	(147.206)	(86.015)	(133.071)
Resultado na venda de imobilizado, intangível e Investimento	48.659	2.137	44.427	2.246
Outras (despesas)	(44.833)	(278.371)	(401.595)	(494.395)
	(11.310.551)	(12.283.189)	(12.309.788)	(13.184.106)
Custo das vendas	(10.767.767)	(11.759.451)	(11.353.664)	(12.229.697)
Despesas com vendas	(146.432)	(155.945)	(336.443)	(374.715)
Despesas gerais e administrativas	(389.499)	(274.316)	(567.982)	(480.916)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.853)	(93.477)	(51.699)	(98.778)
	(11.310.551)	(12.283.189)	(12.309.788)	(13.184.106)

31 Despesas com benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Salários e encargos (I)	(918.188)	(1.003.853)	(1.667.299)	(1.773.296)
Encargos previdenciários	(168.529)	(170.527)	(254.944)	(277.299)
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	(46.441)	(17.329)	(48.257)	(17.329)
Abonos	(21.104)	(21.711)	(22.037)	(22.948)
Participação dos empregados nos lucros	(92.584)	(63.249)	(138.104)	(98.678)
Custos de planos de aposentadoria	(33.155)	(30.723)	(35.208)	(33.722)
Outras	(19.158)	(19.204)	(25.244)	(26.785)
	(1.299.159)	(1.326.596)	(2.191.093)	(2.250.057)

(I) Inclui as despesas com Plano de Outorga de Opção de Ações

As despesas com benefícios a empregados são registradas nas rubricas de “Custo das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

32 Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(29.547)	(34.453)	(76.368)	(83.422)
Serviços de terceiros	(26.296)	(28.141)	(29.228)	(33.017)
Depreciação e amortização	(3.188)	(5.955)	(4.053)	(6.781)
Custo de distribuição	(60.555)	(74.908)	(177.465)	(219.593)
Comissões sobre vendas	(6.528)	(1.886)	(15.761)	(9.275)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.306)	(1.786)	(17.049)	(2.054)
Despesas gerais	(7.012)	(8.816)	(16.519)	(20.573)
	(146.432)	(155.945)	(336.443)	(374.715)
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(215.946)	(155.655)	(310.910)	(265.019)
Serviços de terceiros	(65.255)	(50.273)	(101.063)	(94.424)
Depreciação e amortização	(23.154)	(6.160)	(37.098)	(19.363)
Honorários da Administração	(31.441)	(7.358)	(38.451)	(10.321)
Despesas gerais	(53.703)	(54.870)	(80.460)	(91.789)
	(389.499)	(274.316)	(567.982)	(480.916)

(b) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Outras receitas operacionais				
Resultado da alienação/baixa de investimentos, imobilizado e intangível	48.659	2.137	44.427	2.246
Projeto Reintegra	29.121	71.881	29.121	71.881
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	(46.441)	(17.329)	(48.257)	(17.329)
Aluguel de imóveis	7.125	6.712	7.630	6.712
Crédito em contratos com fornecedores	39.335	131	39.335	131
Shared Services e outras despesas reembolsáveis	16.632	40.186	11.552	39.358
Recuperação de tributos	-	84.906	1.280	87.716
Prêmio com folha de pagamento	14.056	17.445	14.056	17.445
Recuperação de custos	8.170	17.382	15.665	23.797
Outras receitas	9.835	10.964	27.358	17.509
	126.492	234.415	142.167	249.466
Outras despesas operacionais				
(Provisão) reversão de contingências	(73.706)	(147.206)	(86.015)	(133.071)
Plano de outorga de opção de ações	(7.036)	(6.691)	(7.036)	(6.691)
Tributos	(19.819)	(11.627)	(29.764)	(16.665)
Resultado de vendas diversas e fretes	52.094	(22.360)	39.059	(30.977)
Pesquisas tecnológicas	(30.557)	(33.708)	(30.557)	(33.708)
Incentivo à cultura e esporte, FIA, audiovisual	-	(5.439)	(1.765)	(9.301)
Controle ambiental	(9.813)	(23.472)	(9.813)	(23.472)
Consultoria na apuração de projetos de investimentos	(1.198)	(1.114)	(3.926)	(7.199)
Encargos judiciais	(8.120)	(18.249)	(8.966)	(18.469)
Multas	(2.265)	(3.477)	(3.674)	(4.459)
Pessoal e treinamento pré-operacional	(862)	(13.666)	(862)	(13.666)
Provisões para perdas diversas	-	(18.308)	(8.854)	(20.782)
Incentivo ao desligamento	(9.760)	(10.018)	(9.760)	(10.018)
Outras despesas	(22.303)	(12.557)	(31.933)	(19.766)
	(133.345)	(327.892)	(193.866)	(348.244)
	(6.853)	(93.477)	(51.699)	(98.778)

33 Resultado financeiro

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras				
Juros de clientes	8.569	22.205	13.100	28.343
Receita de aplicações financeiras	11.714	7.900	70.392	98.126
Efeitos monetários	34.172	20.297	119.463	134.408
Correção dos depósitos judiciais	33.486	37.211	35.433	40.651
Juros sobre créditos fiscais	815	6.057	850	6.129
Realização do ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	82.861	84.951	82.892	84.984
Outras receitas financeiras	7.492	13.599	4.800	8.886
	179.109	192.220	326.930	401.527
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos e tributos parcelados	(199.470)	(214.497)	(237.171)	(246.115)
Resultado das operações de *swap*	(331.742)	(184.255)	22.241	62.415
Efeitos monetários	(214.478)	(234.712)	(228.769)	(249.026)
Juros, comissões e despesas de mora	(522)	(10.675)	(2.970)	(17.823)
IOF	(1.406)	(4.031)	(2.585)	(5.403)
PIS/COFINS s/ JSCP	(24.670)	-	(24.670)	-
Juros sobre provisões para demandas judiciais	(36.005)	(34.624)	(39.398)	(36.756)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(62.117)	(63.920)	(86.281)	(99.443)
Comissões s/ financiamentos e outros	(50.643)	(27.121)	(146.030)	(28.914)
Realização de *hedge accounting*	(179.495)	(47.492)	(179.495)	(47.492)
Cessão de crédito	-	-	(42.566)	-
Outras despesas financeiras	(12.841)	(14.500)	(13.879)	(47.580)
	(1.113.389)	(835.827)	(981.573)	(716.137)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	(177.473)	(220.669)	(240.566)	(176.534)
	(1.111.753)	(864.276)	(895.209)	(491.144)

As diferenças cambiais (debitadas) creditadas na demonstração do resultado são decorrentes da variação cambial sobre ativos e passivos em moeda estrangeira (empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas-correntes, aplicações financeiras e clientes).

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do rendimento de aplicações.

34 Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 27).

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O Plano de Outorga de Opção de Ações não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição (vide Nota 39).

	Controladora e Consolidado					
			31/12/2013			31/12/2012
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico e diluído						
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido (prejuízo) disponível aos acionistas controladores	(72.128)	(69.550)	(141.678)	(359.815)	(346.740)	(706.555)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações, excluindo ações em tesouraria	502.734.029	484.616.474	987.350.503	502.734.030	484.465.150	987.199.180
Lucro (prejuízo) por ação em R$ - básico e diluído	(0,14)	(0,14)	-	(0,72)	(0,72)	-

35 Compromissos

Gastos com capital contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aciaria	160.178	5.762	160.178	5.762
Alto-forno	135.359	18.501	135.359	18.501
Chapas grossas	23.356	188.408	23.356	188.408
Coqueria	694.227	467.014	694.227	467.014
Decapagem	23.128	65.294	23.128	65.294
Laminação	27.604	1.349	27.604	1.349
Sinterização	57.640	35.253	57.640	35.253
Mineração	-	-	75.641	98.252
Outros	166.383	35.879	166.383	35.879
	1.287.875	817.460	1.363.516	915.712

36 Transações com partes relacionadas

A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

31/12/2013

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. (“Nippon Usiminas”) (i)	119.969.788	23,74	2.830.832	0,56	122.800.620	12,11
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	84.741.296	16,77	-	-	84.741.296	8,36
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	52.769.592	10,45	6.748.050	1,33	59.517.642	5,87
Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”)	59.786.302	11,83	85.599.100	16,83	145.385.402	14,34
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	6,75	-	-	34.109.762	3,36
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	27.347.796	5,41	307.926	0,06	27.655.722	2,73
Confab (i)	25.000.000	4,95	-	-	25.000.000	2,47
Prosid (i)	20.000.000	3,96	-	-	20.000.000	1,97
Siderar (i)	10.000.000	1,98	-	-	10.000.000	0,99
Metal One Corporation (i)	759.248	0,15	-	-	759.248	0,07
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,47	-	-	7.449.544	0,74
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,50	23.757.710	4,67	26.284.366	2,59
Demais acionistas	60.800.700	12,04	389.281.888	76,55	450.082.588	44,40
Total	**505.260.684**	**100,00**	**508.525.506**	**100,00**	**1.013.786.190**	**100,00**

31/12/2012

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. (“Nippon Usiminas”) (i)	119.969.788	23,74	2.830.832	0,56	122.800.620	12,11
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	84.741.296	16,77	-	-	84.741.296	8,36
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	53.034.392	10,50	6.695.350	1,32	59.729.742	5,89
Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”)	43.038.800	8,52	79.793.800	15,69	122.832.600	12,12
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	6,75	-	-	34.109.762	3,36
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	27.347.796	5,41	307.926	0,06	27.655.722	2,73
Confab (i)	25.000.000	4,95	-	-	25.000.000	2,47
Prosid (i)	20.000.000	3,96	-	-	20.000.000	1,97
Siderar (i)	10.000.000	1,98	-	-	10.000.000	0,99
Metal One Corporation (i)	759.248	0,15	-	-	759.248	0,07
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,47	-	-	7.449.544	0,73
Usiminas em tesouraria	2.526.654	0,50	24.060.356	4,73	26.587.010	2,63
Demais acionistas	77.283.404	15,30	394.837.242	77,64	472.120.646	46,57
Total	**505.260.684**	**100,00**	**508.525.506**	**100,00**	**1.013.786.190**	**100,00**

(i) Acionistas controladores, por meio de acordo de acionistas.

Conforme descrito na Nota 27 (a), a partir de 16 de janeiro de 2012, a estrutura societária da Companhia foi alterada com ingresso do “Grupo Techint” como novo sócio.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

(a) Ativo circulante

									Controladora
			31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais contas a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais contas a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais contas a receber
Acionistas Controladores									
Confab	7.373	-	-	2.546	-	-	-	-	-
Mitsubishi	-	-	327	-	-	313	-	-	-
Previdência Usiminas	4	-	-	-	-	-	1	-	-
Siderar	660	-	-	12.587	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores									
CSN	-	-	-	-	-	-	63	-	-
Controladas									
Automotiva Usiminas	-	-	-	3.571	8.999	-	30.372	5.593	-
Cosipa Overseas	-	-	-	92.986	-	-	53.324	-	-
Mineração Usiminas	816	-	-	734	58.689	1.212	40	29.238	695
Rios Unidos	-	-	9.050	-	-	-	1.354	-	9.222
Soluções Usiminas	158.406	1.533	-	23.601	-	-	83.050	-	-
Usiminas Eletrogalvanized	5.202	-	9.228	106.004	-	1.415	7.012	-	-
Usiminas Galvanized	27.305	-	16.803	25.831	-	8.909	20.089	-	-
Usiminas Mecânica	1.643	29.999	6.081	16.585	59.999	336	17.147	23.647	9.963
UPL	-	2.011	-	-	1.952	-	-	2.806	-
Controladas em conjunto									
Fasal Trading Brasil	1.791	-	-	-	-	-	-	333	-
Fasal Trading Corporation	-	-	-	-	-	-	366	-	-
Unigal	110	-	-	-	-	-	91	-	-
Usiroll	47	-	-	41	-	-	1	-	14.421
Coligadas									
Codeme	1.014	-	-	944	-	-	8.494	-	-
Metform	3.063	-	-	169	-	-	1.312	-	-
MRS	-	-	-	-	297	-	-	335	-
Outras partes relacionadas									
Metal One Corporation	-	-	9	-	-	5	5.727	-	9
Ternium Procurement	-	-	-	11	-	-	-	-	-
Ternium International Uruguai	37.206	-	-	12.237	-	-	-	-	-
Ternium International Costa Rica	2.408	-	-	-	-	-	-	-	-
Ternium International Paramá	1.837	-	-	-	-	-	-	-	-
	248.885	33.543	41.498	297.847	129.936	12.190	228.443	61.952	34.310

									Consolidado
			31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais contas a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais contas a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais contas a receber
Acionistas controladores									
Confab	7.400	-	-	2.546	-	384	-	-	-
Previdência Usiminas	4	-	-	-	-	-	1	-	-
Mitsubishi	-	-	327	-	-	313	-	-	-
Siderar	3.604	-	-	14.212	-	-		-	-
Votorantim	-	-	-	-	-	-	462	-	-
Acionistas não controladores									
CSN	30.442	-	-	-	-	-	63	-	-
Controladas em conjunto									
Fasal Trading Brasil	2.806	-	-	-	-	-	-	333	-
Fasal Trading Corporation	-	-	-	-	-	-	366	-	-
Unigal	145	-	-	-	-	-	3.058	-	-
Usiroll	47	-	-	41	-	-	1	-	14.421
Coligadas									
Codeme	1.014	-	301	944	-	4.348	8.539	-	-
Metform	3.063	-	-	169	-	-	1.312	-	-
MRS	9.749	12.413	-	675	12.134	-	675	13.587	-
Terminal Sarzedo									
Outras partes relacionadas									
Metal One Corporation	-	-	9	-	-	5	5.727	-	9
Ternium Internacional	-	-	-	691	-	-	-	-	-
Ternium Internacional España	-	-	-	41.288	-	-	-	-	-
Ternium México	-	-	-	42.821	-	-	-	-	-
Ternium Procurement	-	-	-	54.287	-	-	-	-	-
Ternium Internacional Uruguai	37.206	-	-	-	-	-	-	-	-
Ternium International Costa Rica	2.408	-	-	-	-	-	-	-	-
Ternium International Paramá	1.837	-	-	-	-	-	-	-	-
	99.725	12.413	637	157.674	12.134	5.050	20.204	13.920	14.430

As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas e vencem em prazos não superiores a 30 dias. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.

(b) Ativo não circulante - valores a receber de empresas ligadas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Acionistas controladores						
Previdência Usiminas (i)	5.345	5.626	5.710	5.345	5.626	5.710
Controladas						
Usiminas Europa	-	-	74	-	-	-
Usiminas Mecânica (ii)	47.698	50.226	51.329	-	-	-
Coligadas						
Usiroll (iii)	15.486	14.010	-	15.486	14.010	-
	68.529	69.862	57.113	20.831	19.636	5.710

(i) Refere-se a déficit atuarial.
(ii) Refere-se a déficit atuarial e à venda de imobilizado.
(iii) Refere-se a adiantamento por conta de serviços a faturar.

(c) Passivo circulante

						31/12/2013
	Controladora			Consolidado		
	Valores a pagar a empresas ligadas			Valores a pagar a empresas ligadas		
	Fornecedores	Outros	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Outros	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores						
Mitsubishi	15.016	-	-	15.016	-	-
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation	-	5.102	-	-	5.102	-
Nippon Usiminas (i)	-	-	114.424	-	-	114.424
Previdência Usiminas (ii)	-	191	-	494	231	-
Confab Industrial S.A	-	109	-	555	109	-
Acionistas não controladores						
Companhia Siderúrgica Nacional	14.178	-	-	14.178	-	-
Sumitomo Corporation do Brasil	-	-	-	8	-	-
Controladas						
Cosipa Commercial	-	-	1.175	-	-	-
Mineração Usiminas	590.537	-	-	-	-	-
Rios Unidos	7.251	-	-	-	-	-
Soluções Usiminas	2.925	-	-	-	-	-
Usiminas Commercial	-	-	20.305	-	-	-
Usiminas Eletrogalvanized	980	-	-	-	-	-
Usiminas Mecânica	9.396	-	-	-	-	-
Usiminas Galvanized APS	1.679	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto						
Modal Terminal de Granéis	-	-	-	434	-	-
Unigal	82.192	-	-	82.192	-	-
Usiroll	690	-	-	690	-	-
Coligadas						
Metform	37	-	-	37	-	-
MRS	1.281	-	-	4.611	15.238	-
Terminal de Cargas Sarzedo	-	-	-	1.030	-	-
Metal One Corporation	-	-	-	-	445	-
Techint	-	-	-	117	-	-
	726.162	5.402	135.904	119.362	21.125	114.424

						31/12/2012
	Controladora			Consolidado		
	Valores a pagar a empresas ligadas			Valores a pagar a empresas ligadas		
	Fornecedores	Outros	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Outros	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores						
Mitsubishi	92.118	-	-	92.118	-	-
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation	-	852	-	-	852	-
Nippon Usiminas (i)	-	-	100.847	-	-	100.847
Previdência Usiminas (ii)	-	611	-	32	695	-
Siderar	-	3.589	-	-	3.589	-
Acionistas não controladores						
Serra Azul (iii)	-	-	-	-	24.524	-
Sumitomo Corporation (iii)	-	-	-	-	629	-
Controladas						
Automotiva Usiminas	193	-	-	-	-	-
Cosipa Commercial	-	-	1.248	-	-	-
Mineração Usiminas	500.303	-	-	-	-	-
Rios Unidos	5.873	-	-	-	-	-
Soluções Usiminas	14.602	-	-	-	-	-
Usiminas Commercial	-	-	21.569	-	-	-
Usiminas Eletrogalvanized	-	39.498	-	-	-	-
Usiminas Mecânica	46.319	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto						
Modal	-	-	-	660	-	-
Unigal	65.707	-	-	65.707	-	-
Usiroll	717	-	-	717	-	-
Coligadas						
Metform	4	-	-	4	-	-
MRS	4.125	19.805	-	10.689	27.661	-
Terminal Sarzedo	-	-	-	2.196	-	-
	729.961	64.355	123.664	172.123	57.950	100.847

(i) Empréstimos em dólar norte-americano sobre os quais incidem encargos que variam de 0,83% a 2,35% ao ano + libor.
(ii) Refere-se a contribuições para o plano de aposentadoria.
(iii) No consolidado, na coluna de “outros”, os valores referem-se a dividendos a pagar à controlada Mineração Usiminas.

						01/01/2012
	Controladora			Consolidado		
	Valores a pagar a empresas ligadas			Valores a pagar a empresas ligadas		
	Fornecedores	Outros	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Outros	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores						
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation	4	-	-	4	-	-
Nippon Usiminas (i)	-	-	93.015	-	-	93.015
Previdência Usiminas (ii)	-	199	-	36	221	-
Votorantim	-	-	-	-	17	-
Acionistas não controladores						
CSN	15.641	-	-	15.641	-	-
Summit Empreendimentos	-	-	-	-	12.531	-
Controladas						
Automotiva Usiminas	271	-	-	-	-	-
Cosipa Commercial	-	-	1.279	-	-	-
Cosipa Overseas	-	-	13.680	-	-	-
Mineração Usiminas	91.450	1	-	-	-	-
Rios Unidos	2.796	-	-	-	-	-
Soluções Usiminas	559	100	-	-	-	-
Usiminas Commercial	-	-	22.106	-	-	-
Usiminas Mecânica	193.396	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto						
Modal	-	-	-	602	-	-
Unigal	90.067	-	-	90.660	-	-
Usiroll	534	-	-	534	-	-
Coligadas						
Codeme	-	24.624	-	-	24.624	-
Metform	99	7.776	-	99	7.776	-
MRS	1.075	-	-	8.343	7.289	-
Terminal Sarzedo	-	-	-	998	-	-
	395.892	32.700	130.080	116.917	52.458	93.015

Os valores a pagar a empresas ligadas classificados como fornecedores são principalmente decorrentes de operações de compra, as quais possuem vencimentos não superiores a 45 dias, além de cessão de crédito com a Mineração Usiminas. Os valores a pagar a empresas ligadas não estão sujeitos a juros.

(d) Passivo não circulante

	Controladora					
	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Empréstimos e financiamentos	Passivos com partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Passivos com partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Passivos com partes relacionadas
Acionistas controladores						
Nippon Usiminas (i)	249.257	-	315.700	-	379.996	-
Controladas						
Cosipa Commercial (ii)	509.124	-	540.816	-	554.268	-
Usiminas Commercial (iii)	959.118	-	1.018.821	-	1.044.163	-
Usiminas Eletrogalvanized	-	17.014	-	14.321	-	12.709
Usiminas Galvanized	-	31.632	-	26.624	-	23.626
Usiminas International	-	628	-	499	-	-
Coligadas						
Codeme	-	-	-	-	-	5.130
Metform	-	-	-	-	-	1.620
	1.717.499	49.274	1.875.337	41.444	1.978.427	43.085

(i) Empréstimos em dólar norte-americano sobre os quais incidem encargos que variam de 0,83% a 2,35% ao ano + Libor.
(ii) Empréstimos em iene sobre os quais incidem encargos de 4,275% ao ano.
(iii) Empréstimos em iene sobre os quais incidem encargos de 4,1165% ao ano.

	Consolidado					
	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Empréstimos e financiamentos	Passivos com partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Passivos com partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Passivos com partes relacionadas
Acionistas Controladores						
Nippon Usiminas (i)	249.257	-	315.700	-	379.996	-
Coligadas						
Codeme	-	-	-	-	-	5.130
Metform	-	-	-	-	-	1.620
	249.257	-	315.700	-	379.996	6.750

(i) Empréstimos em dólar norte-americano sobre os quais incidem encargos que variam de 0,83% a 2,35% ao ano + Libor.

(e) Vendas e compras

	Controladora				Consolidado			
	Vendas		Compras		Vendas		Compras	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Acionistas controladores								
Confab	294.881	447.295	-	-	294.908	447.329	-	-
Mitsubishi	-	-	29.579	214.517	-	-	29.579	214.517
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation	-	-	7.163	9.468	-	-	7.163	9.468
Siderar	2.423	76.994	1.279	-	45.385	117.594	1.279	-
Acionistas não controladores								
CSN	-	-	18.317	48.321	249.168	-	57.589	48.321
Sumitomo Corporation do Brasil	-	-	-	-	-	-	283	-
Controladas								
Automotiva Usiminas	86.289	84.732	7.893	7.996	-	-	-	-
Cosipa Overseas	74.484	412.785	-	-	-	-	-	-
Mineração Usiminas	-	3.114	1.129.697	1.085.300	-	-	-	-
Rios Unidos	-	-	42.367	58.498	-	-	-	-
Soluções Usiminas	2.471.082	1.872.972	26.204	26.853	-	-	-	-
Usiminas Eletrogalvanized	87.906	280.290	-	-	-	-	-	-
Usiminas Galvanized	165.384	459.231	-	-	-	-	-	-
Usiminas Mecânica	85.840	276.151	120.396	290.678	-	-	-	-
Controladas em conjunto								
Fasal Trading Corporation	-	41	-	-	-	41	-	-
Modal	-	-	-	1.102	-	-	3.143	4.872
Unigal	801	498	512.950	477.139	2.472	6.685	512.950	477.139
Usiroll	-	-	9.314	10.237	-	-	9.314	10.237
Coligadas								
Codeme	39.356	43.475	-	8.141	39.838	43.475	-	8.141
Metform	25.793	21.465	421	444	25.793	21.465	513	1.112
MRS	361	190	123.103	200.547	30.115	2.039	343.957	399.875
Terminal Sarzedo	-	-	393	-	-	-	18.768	19.409
Outras partes relacionadas								
Metal One Corporation	6	622	-	16.118	6	622	-	16.118
Techint	-	-	-	-	-	-	117	-

	Controladora				Consolidado			
	Vendas		Compras		Vendas		Compras	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ternium Internacional	-	65.211	-	-	-	121.984	-	-
Ternium Internacional El Salvador	272	-	-	-	272	-	-	-
Ternium Internacional Uruguai	37.676	-	-	-	37.688	-	-	-
Ternium Internacional Nicaragua	181	-	-	-	181	-	-	-
Ternium Internacional Costa Rica	4.410	-	-	-	4.410	-	-	-
Ternium Internacional Panamá	1.843	-	-	-	1.843	-	-	-
Ternium Internacional España	88.451	12.237	-	-	95.603	107.419	-	-
Ternium México	-	-	-	-	8.770	42.821	-	-
Ternium Procurement	-	82.775	35	-	-	224.851	35	-
Nippon Steel Engineering	-	-	1.636	-	-	-	1.636	-
	3.467.439	4.140.078	2.030.747	2.455.359	836.452	1.136.325	986.326	1.209.209

A natureza das principais operações da Companhia com partes relacionadas estão descritas na Nota 36 (h).

(f) Resultado financeiro e operacional

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Acionistas controladores				
Confab	-	1.799	-	1.799
Mitsubishi	4.572	(1.295)	4.572	(1.295)
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation	(56.525)	-	-	-
Nippon Usiminas	-	(12.055)	(56.525)	(12.055)
Previdência Usiminas	606	751	606	751
Siderar	(1.408)	(3)	(803)	(3)
Ternium Investiments S.à r.l	(155)	-	(155)	-
Acionistas não controladores				
CSN	-	(410)	-	(410)
Controladas				
Automotiva Usiminas	293	106	-	-
Cosipa Commercial	7.134	(14.783)	-	-
Cosipa Overseas	(1.021)	1.721	-	-
Mineração Usiminas	9.542	9.398	-	-
Rios Unidos	429	(429)	-	-
Soluções Usiminas	(4.142)	(12.902)	-	-
Usiminas Commercial	14.877	(23.629)	-	-
Usiminas Europa	-	(19)	-	-
Usiminas Eletrogalvanized	6.579	(31.076)	-	-
Usiminas Galvanized	4.434	(9.695)	-	-
Usiminas International	(81)	-	-	-
Usiminas Mecânica	6.492	6.707	-	-
Usiminas Portugal	-	(3)	-	-
Controladas em conjunto				
Fasal Trading Brasil	1.060	-	1.060	-
Fasal Trading Corporation	-	(426)	-	(426)
Modal	-	(4)	-	(4)
Usiroll	1.215	1.637	1.215	1.637
Coligadas				
Codeme	321	11.206	321	11.206
Metform	254	3.096	254	3.096
MRS	(507)	(535)	(1.182)	(535)
Outras Partes Relacionadas				
Exiros	(6.344)	-	(6.344)	-
Ternium Internacional España	(149)	-	(149)	-
	(12.524)	(70.843)	(57.130)	3.761

O resultado financeiro com partes relacionadas refere-se substancialmente a encargos sobre empréstimos e financiamentos relacionados nos itens (c) e (d) anteriormente descritos.

(g) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Honorários	30.975	25.041
Encargos sociais	5.559	7.238
Planos de aposentadoria	131	311
	36.665	32.590

Em 2013, foram revertidos ao resultado R$5.224 referentes ao excesso de provisão para remuneração variável e encargos (31 de dezembro de 2012 – R$25.231). O valor líquido está registrado na demonstração do resultado, na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R$26.798 (31 de dezembro de 2012 – R$22.676).

A Companhia possui plano de pagamento baseado em ações conforme descrito na Nota 39.

(h) Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Venda de produtos para a Confab destinados à produção de tubos de grande diâmetro e equipamentos industriais.
- Compra da Mitsubishi de equipamento para o laminador de tiras a quente de nº 2 da usina de Cubatão.
- Compra de serviços da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, que inclui fornecimento de tecnologia industrial avançada, serviços de assistência técnica e treinamento de empregados.
- Venda de produtos para a Siderar.
- Venda de produtos para a Automotiva Usiminas para aplicação na estampagem de peças para a indústria automobilística.

- Compra de minério de ferro da Mineração Usiminas para utilização nas Usinas de Ipatinga e Cubatão.

- Operação de cessão de crédito com faturas da Mineração Usiminas relacionadas ao fornecimento de minério de ferro.

- Compra da Rios Unidos de serviços de transporte rodoviário de produtos siderúrgicos e materiais diversos.

- Venda de produtos para Soluções Usiminas para transformação e distribuição.

- Venda de produtos para Usiminas Eletrogalvanized e Usiminas Galvanized, para fomentar o comércio com clientes no exterior.

- Venda de produtos para a Usiminas Mecânica e compra de serviços, como a industrialização de produtos siderúrgicos e equipamentos.

- Compra da Unigal de serviços de galvanização por imersão a quente e de resfriamento para a produção de chapas e bobinas galvanizadas laminadas a quente.

- Compra da Usiroll de serviços de texturização e cromagem de cilindros utilizados nas laminações.

- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro.

- Compra da Modal e Terminal Sarzedo de serviços de estocagem e carregamento de minério.

- Venda de produtos para a Ternium México, Ternium Procurement, Ternium Internacional e Ternium Internacional España.

Adicionalmente, a controlada Mineração Usiminas realiza operações de venda de minério de ferro e compra de serviços portuários com a CSN.

As demais transações com partes relacionadas são substancialmente contratadas em condições de mercado, considerando preços e prazos.

37 Demonstrações dos fluxos de caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição do caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 9.

(b) Informações suplementares

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Transações de investimentos e financiamentos sem efeito de caixa	272.947	4.775	-	(5.677)

Em 26 de setembro de 2013, conforme descrito na Nota 16 (e)(vi)), a Companhia realizou aporte de capital na Mineração Usiminas S.A. por meio da transferência do terreno localizado em Itaguaí – RJ. O aumento nos investimentos da Companhia relacionados a essa transferência, que não tiveram efeito de caixa, foi de R$191.942, além de R$ 81.005, referente a alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2012 os montantes apresentados referem-se a aumento de capital na Rios Unidos (R$10.452) e baixa de investimentos da Codeme (R$3.972) e Metform (R$1.705).

38 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia e por algumas controladas proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração.
Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia, da Automotiva Usiminas, da Usiminas Mecânica, da Unigal e da Usiroll, tendo como valor em risco US$ 28.299.921 mil (31 de dezembro de 2012 – US$28.299.921 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais (All Risks) com limite máximo de indenização de US$1.000.000 mil por sinistro. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a franquia máxima para danos materiais era de US$ 7.500 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 21 dias (tempo de espera). O término desse seguro ocorrerá em 30 de junho de 2014.

39 Plano de outorga de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011, foi aprovado pelos acionistas o Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia ("Plano"). Os principais objetivos do Plano são:

- alinhamento de interesses entre executivos e acionistas;
- incentivo à criação de valor sustentável;
- atração e retenção de talentos;
- manutenção da competitividade com as práticas de mercado.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos, observadas as limitações constantes do Plano.

Em 31 de dezembro de 2013, o Plano possui 3 programas vigentes:

- Programa 2011, lançado em 03 de outubro de 2011;
- Programa 2012, lançado em 28 de novembro de 2012; e
- Programa 2013, lançado em 28 de novembro de 2013.

(a) Principais diretrizes do Plano

As principais diretrizes do Plano podem ser resumidas conforme a seguir:

- Todos os empregados são potencialmente elegíveis ao Plano. Os potenciais beneficiários de cada outorga deverão ser submetidos à avaliação e aprovação do Conselho de Administração.

- O Conselho de Administração definirá a cada ano, após análise do Comitê de Recursos Humanos, os empregados que serão considerados elegíveis ao Plano.

- Todas as ações resultantes do exercício das opções outorgadas de acordo com o Plano serão ações preferenciais.

- Para honrar o exercício das Opções, a Companhia poderá: (i) emitir novas ações preferenciais, dentro do limite de seu capital autorizado; ou (ii) utilizar ações preferenciais de sua emissão mantidas em tesouraria.

- Qualquer Ação Preferencial subjacente a uma Opção concedida de acordo com o presente Plano que, por qualquer motivo, seja cancelada ou extinta sem ter sido exercida, será novamente disponibilizada para concessão de Opções de acordo com o Plano. O exercício das Opções não poderá, em nenhuma hipótese, resultar na emissão ou atribuição de ações fracionadas, podendo o Conselho de Administração determinar a maneira pela qual o valor de uma ação fracionária será tratado.

- Na hipótese da emissão de novas ações pela Companhia em virtude de desdobramento, grupamento ou bonificação, o Conselho de Administração poderá realizar, a seu exclusivo critério, a substituição ou o ajuste que entender necessário (i) no número de ações que podem resultar do exercício das Opções nos termos do presente Plano; (ii) no número de ações relativas a Opções anteriormente concedidas mas não exercidas; e (iii) no Preço de Exercício de tais Opções.

(b) Modalidades das Opções de Outorga

As Opções foram concedidas em duas diferentes modalidades:

(i) Outorga Básica – em que o número de Opções concedidas será baseado na estratégia da Usiminas, sendo que cada Opção concedida conferirá ao seu titular direito a adquirir ou subscrever uma ação preferencial da Companhia.

(ii) Outorga Bonificada – a qual deverá ser atrelada a um investimento voluntário do Participante que destinar parte do valor líquido da remuneração variável para a aquisição de ações preferenciais.

(c) Principais características dos programas

As Opções a serem concedidas aos diretores executivos e estatutários ("Participantes") da Companhia, mediante "Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações", possuem as seguintes características:

Programa	Data de outorga	Preço de exercício (USIM5)	Prazo de carência	Opções outorgadas		
				Básicas	Bonificadas	Total
2011	03/10/2011	R$11,98	3 anos, 33% para cada ano	2.589.451	402.302	2.991.753
2012	28/11/2012	R$10,58		3.576.963	83.598	3.660.561
2013	28/11/2013	R$11,47		2.851.733	-	2.851.733
				9.018.147	485.900	9.504.047

Adicionalmente, o Plano faculta pela destinação de até 50% da remuneração variável para compra de ações da Usiminas. Em contrapartida, a Companhia concede a outorga das opções bonificadas. O prazo máximo de exercício das opções é de 7 (sete) anos.

(d) Valor justo das Opções

O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black & Scholes foram as seguintes:

Programa 2011

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R$ 4,83	R$ 5,07	R$ 5,27
Preço da ação	R$ 11,45	R$ 11,45	R$ 11,45
Média ponderada do preço de exercício	R$ 11,98	R$ 11,98	R$ 11,98
Volatilidade do preço da ação	50,70%	50,70%	50,70%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	2,94%	2,94%	2,94%
Taxa de retorno livre de risco	11,62% a.a.	11,65% a.a.	11,69% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2012

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R$4,06	R$4,32	R$4,61
Preço da ação	R$ 10,38	R$ 10,38	R$ 10,38
Média ponderada do preço de exercício	R$ 10,58	R$ 10,58	R$ 10,58
Volatilidade do preço da ação	37,95%	37,95%	37,95%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0,63%	0,63%	0,63%
Taxa de retorno livre de risco	8,13% a.a.	8,25% a.a.	8,37% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2013

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R$5,87	R$6,30	R$6,58
Preço da ação	R$ 11,88	R$ 11,88	R$ 11,88
Média ponderada do preço de exercício	R$ 11,47	R$ 11,47	R$ 11,47
Volatilidade do preço da ação	43,38%	43,38%	43,38%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	11,34% a.a.	11,37% a.a.	11,40% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

(*) Não houve distribuição de dividendos nos 12 meses anteriores à data de outorga.

O preço de exercício foi determinado com base na média da cotação diária no exercício de 30 dias anteriores à concessão da Opção.

A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada dos 36 meses anteriores à data da outorga.

O valor justo das Opções concedidas é contabilizado como despesa ao longo do período de carência.

A movimentação das Opções vigentes do Plano de Outorga está demonstrada a seguir:

	31/12/2013			31/12/2012		01/01/2012
			Programa		Programa	Programa
	2013	2012	2011	2012	2011	2011
Opções:						
Em aberto no início do exercício	-	3.660.561	1.604.880	-	2.991.753	-
Outorgadas durante o exercício	2.851.733	-	-	3.660.561	-	2.991.753
Exercidas durante o exercício	-	(216.646)	(86.000)	-	-	-
Canceladas durante o exercício	-	(399.188)	(225.048)	-	(1.386.873)	-
Em aberto no final do exercício	2.851.733	3.044.727	1.293.832	3.660.561	1.604.880	2.991.753

Em 31 de dezembro de 2013, o impacto no resultado do Plano de Outorga de Opção de Ações, anteriormente descrito, totalizou despesa de R$11.552 (31 de dezembro de 2012 - R$6.691), cujo montante foi contabilizado na demonstração do resultado. Desse total, R$2.479 foram revertidos à conta de “Lucros (prejuízos) acumulados” em decorrência de cancelamentos e de baixas de opções exercidas. Desta forma, o impacto no patrimônio líquido foi de R$9.073.

As despesas do Plano previstas para o exercício de 2014, considerando que todas as suas premissas contratuais se mantenham inalteradas e que nenhuma nova outorga seja concedida, totalizam R$13.682.

40 Evento subseqüente

Alienação de empresa controlada

Em 28 de janeiro de 2014, a Companhia finalizou o processo de alienação da totalidade de sua participação acionária no capital da controlada Automotiva Usiminas S.A. (Nota 16 (e) v). Nessa data, o montante recebido foi de R$16.486, dos quais R$15.994 foram reconhecidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Conselho de Administração

Paulo Penido Pinto Marques
Presidente

Alcides José Morgante
Conselheiro

Daniel Agustín Novegil
Conselheiro

José Oscar Costa de Andrade
Conselheiro

Eiji Hashimoto
Conselheiro

Roberto Caiuby Vidigal
Conselheiro

Aloísio Macário Ferreira de Souza
Conselheiro

Fumihiko Wada
Conselheiro

Marcelo Gasparino da Silva
Conselheiro em Exercício

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
Conselheira

Conselho Fiscal

Paulo Frank Coelho da Rocha
Presidente

Jânio Carlos Endo Macedo
Conselheiro

Masato Ninomiya
Conselheiro

Lúcio de Lima Pires
Conselheiro

Telma Suzana Mezia
Conselheira

Diretoria Executiva

Julián Alberto Eguren
Diretor-Presidente

Marcelo Rodolfo Chara
Diretor Vice-Presidente Industrial

Ronald Seckelmann
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Paolo Felice Bassetti
Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Rômel Erwin de Souza
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Sérgio Leite de Andrade
Diretor Vice-Presidente Comercial

Nobuhiro Yamamoto
Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

Marcos Aurélio Alves
Gerente de Contabilidade
Responsável Técnico CRC-MG 34.381/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou o Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido, Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (Ernst & Young), bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2014.

Paulo Frank Coelho da Rocha
Presidente

Lúcio de Lima Pires **Masato Ninomiya**

Marco Antonio Bersani

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2014.

Julián Alberto Eguren
Diretor-Presidente

Ronald Seckelmann
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marcelo Rodolfo Chara
Diretor Vice-Presidente Industrial

Rômel Erwin de Souza
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Sérgio Leite de Andrade
Diretor Vice-Presidente Comercial

Paolo Felice Bassetti
Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Nobuhiro Yamamoto
Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2014.

Julián Alberto Eguren
Diretor-Presidente

Ronald Seckelmann
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marcelo Rodolfo Chara
Diretor Vice-Presidente Industrial

Rômel Erwin de Souza
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Sérgio Leite de Andrade
Diretor Vice-Presidente Comercial

Paolo Felice Bassetti
Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Nobuhiro Yamamoto
Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
CNPJ/MF 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0
Companhia Aberta

A Companhia, consoante o disposto no art. 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/09 e com base no item 10 do Formulário de Referência, apresenta os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, conforme disposto a seguir:

10. Comentário dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2013 representou para a Usiminas um ano de consolidação de várias iniciativas visando ampliar sua rentabilidade e diminuir seu nível de endividamento. Continuaram os esforços por reduzir custos e aumentar a eficiência nas plantas, controlar os estoques e aprofundar no atendimento das demandas dos nossos clientes. O EBITDA ajustado consolidado totalizou R$1,806 bilhão, apresentando um significativo crescimento de 159,3% quando comparado ao ano de 2012, que foi de R$697 milhões. Isso se deve ao melhor desempenho em todas as unidades de negócios, destacando-se o maior volume de vendas das unidades de Siderurgia e de Mineração. A dívida líquida, definida como dívida financeira bruta menos caixa e aplicações financeiras, no final de 2013 totalizava R$ 3,4 bilhões. O indicador dívida líquida/EBITDA em 31/12/2013 era de 1,9 vezes enquanto em 31/12/2012 era de 4,8 vezes. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 31/12/2013 alcançou 1,86 vezes, ligeiramente inferior ao apurado em 31/12/2012 de 1,98.

No ano de 2012, o EBITDA ajustado totalizou R$697 milhões, apresentando um decréscimo de 46% quando comparado ao ano de 2011, que foi de R$1,3 bilhão, em função, principalmente, da redução do lucro bruto, com menores preços e mix desfavorável de vendas na Siderurgia. A dívida líquida no final de 2012 era de R$3,7 bilhões, contra R$3,9 bilhões no final de 2011. O indicador dívida líquida/EBITDA em 31/12/2012 era de 4,7 vezes mostrando um significativo aumento comparado ao ano anterior conseqüência da queda no EBITDA. O índice de liquidez em 31/12/2012 corrente alcançou 1,98 vezes, contra 3,05 apurado em 31/12/2011, devido à redução dos volumes de estoques e aumento no saldos de fornecedores principalmente.

No ano de 2011, o EBITDA totalizou R$1,3 bilhão e apresentou decréscimo de 52,3% quando comparado ao ano de 2010, devido principalmente ao aumento de preços das principais matérias-primas, menor volume de vendas pela Siderurgia e queda no preço médio no mercado interno, afetado por importações. Em 31/12/2011 a relação dívida líquida sobre o Ebitda era de 3,1 vezes. O índice de liquidez em 31/12/2011 atingiu 3,05 vezes.

Os diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. A melhoria nos indicadores financeiros registrados em 2013, principalmente conseqüência da melhor performance dos negócios refletido no EBITDA, levou a Companhia a uma posição de maior conforto em relação às cláusulas contratuais dos seus financiamentos.

O capital de giro e os recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir as necessidades de recursos, pelo menos, para os próximos doze meses.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Administração da Usiminas entende que as condições de dívida e aplicações financeiras são adequadas para suportar as necessidades futuras provenientes de investimentos, capital de giro e amortização de dívidas.

O passivo total da Companhia, que compreende o total de obrigações com terceiros, vem reduzindo desde 2011 conforme demonstrado no quadro abaixo.

A relação entre capital próprio e de terceiros, líquido de caixa e valores mobiliários, pode ser assim sumarizada:

Em reais mil

R$ mil	**2013**	**2012**	**2011**
Passivo Total	12.524.049	14.260.747	14.338.847
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	3.468.816	4.660.876	5.131.805
Passivo Total Líquido (A)	9.055.233	9.559.871	9.207.042
Patrimônio líquido (B)	18.833.945	18.513.073	19.014.205
Relação (A) / (B)	48%	52%	48%

i. Hipóteses de resgate

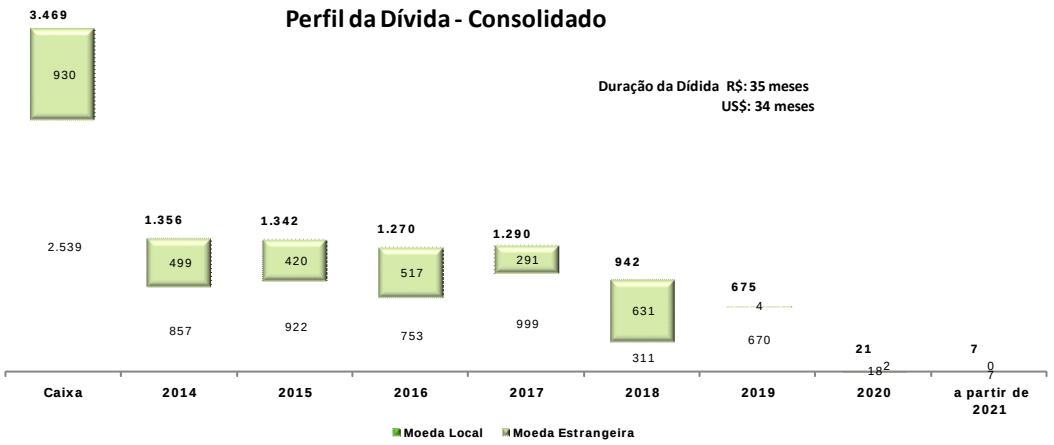
O estatuto social da Companhia não contém disposição a respeito, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula, observadas as disposições legais.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31/12/2013, a Companhia possuía um caixa de R$ 3,5 bilhões (R$4,7 bilhões em 31/12/2012 e R$5,1 bilhões em 31/12/2011). Sua dívida apresenta um prazo médio de 3 anos em 2013 (6 anos em 2012 e 4 anos 2011). A concentração da dívida no curto prazo em 31/12/2013 é de 19,6% do total da dívida (20% em 2012 e 13% em 2011).



A Companhia possui capacidade financeira e linhas de crédito para renovar suas dívidas alongando os prazos de pagamento se necessário. As projeções financeiras internas suportam o pagamento da dívida contraída.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui uma política de manutenção de um caixa mínimo para assegurar um nível de liquidez de acordo com suas operações. Os financiamentos são contratados considerando a projeção de geração de caixa futuro e o plano de investimentos definidos pela Administração. A política de financiamento visa evitar necessidades urgentes de recursos e aproveitar condições vantajosas de mercado na captação de recursos financeiros.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme descrito no item acima, a política da Companhia é a manutenção de um nível de caixa confortável, associado a um perfil de vencimentos adequado e à contratação de financiamentos de longo prazo. Adicionalmente, a Companhia possui uma linha de crédito rotativa com o BNDES no valor de R$2,0 bilhões para financiamento de ativo imobilizado.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Conforme Notas Explicativas 20 (Empréstimos e Financiamentos) e 21 (Debêntures) das demonstrações financeiras anuais, as Empresas Usiminas possuíam em 31/12/2013 empréstimos e financiamentos contratados no montante de R$5,8 bilhões (R$ 7,7 bilhões em 31/12/2012 e R$8,1 bilhões em 31/12/2011) e R$ 1 bilhão de debêntures (R$ 258 milhões em 31/12/2012 e R$ 524 milhões em 31/12/2011).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As principais operações de financiamentos são:

1) Diversos contratos de empréstimos com o BNDES e Finame com a finalidade de financiamento dos investimentos da Companhia, com vencimentos até 2023. Em 31/12/2013 o saldo devedor destas operações era de R$1,1 bilhão (31/12/2012 R$ 1,2 bilhões e 31/12/2011 R$ 1,4 bilhões).

2) Contratos de empréstimos com o JBIC e bancos comerciais japoneses para financiamento da construção da Central Termelétrica de Ipatinga, Coqueria em Ipatinga, Laminador de Tiras a Quente em Cubatão, com vencimentos até 2018. Em 31/12/2013 o saldo devedor destas operações era de R$ 1,4 bilhão (31/12/2012 R$ 1,5 bilhão e 31/12/2011 R$ 1,5 bilhão).

3) Notas de Crédito de Exportação e Industrial com o Banco do Brasil para financiamento de capital de giro, com vencimentos até 2018. Em 31/12/2013 o saldo devedor destas operações era de R$ 2,5 bilhões (31/12/2012 R$ 2,9 bilhões e 31/12/2011 R$ 2,8 bilhões).

4) Emissão de Eurobonds através das subsidiárias Cosipa Commercial e Usiminas Commercial, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia, com vencimentos em 2016 e 2018. Em 1º de outubro de 2013, as subsidiárias da Companhia sediadas na Dinamarca adquiriram US$124,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2016 e US$220,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2018. A operação permite uma melhor alocação dos recursos da Companhia, diminui a sua alavancagem bruta e reduz os desembolsos financeiros projetados até o vencimento dos mencionados títulos. Em 31/12/2013 o saldo devedor destas operações era de R$ 586 milhões (31/12/2012 R$ 1,3 bilhão e 31/12/2011 R$ 1,2 bilhão).

5) Emissão de debêntures no valor de R$1,0 bilhão com vencimento em 2019, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia. Em 31/12/2013 o

saldo devedor desta operação era de R$ 1,0 bilhão (R$ 258 milhões em 31/12/2012 e R$ 524 milhões em 31/12/2011).

6) Contratos de Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas para exportação de produtos siderúrgicos com vencimento até 2015. Em 31/12/2013 o saldo devedor desta operação era de R$ 24 milhões (31/12/2012 R$ 552 milhões e 31/12/2011 R$ 1,0 bilhão).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 25 de março de 2013, a Administração decidiu cancelar a linha de crédito rotativo (Revolving Credit Facility), contratado em 28 de julho de 2011, cujo valor total era de US$750,0 milhões e período de vigência de 5 anos.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31/12/2013, a Companhia possui apenas uma dívida subordinada, sendo ela a emissão de debêntures no valor de R$1,0 bilhão com vencimento em 2019, conforme item nº 19 relacionado no subitem f.i acima.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos financeiros citados no item (i) exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O descumprimento dessas exigências poderia gerar uma antecipação do vencimento das obrigações. As cláusulas são:

- limitação de alienação de ativos permanentes em relação ao valor do ativo permanente consolidado.
- limitação de alienação de recebíveis provenientes de exportações em relação ao valor da receita líquida de exportação.
- limitação da Dívida Total em relação ao EBITDA.
- limitação da Dívida Total em relação a Divida Total somada ao Patrimônio Líquido.
- limitação da Dívida Líquida em relação ao EBITDA.
- limitação das despesas de juros em relação ao EBITDA.
- restrições a alterações no controle acionário.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31/12/2013, a Companhia ainda possuía o montante de R$ 2,0 bilhões disponíveis com o BNDES para cumprir os desembolsos adicionais dos investimentos em andamento, que podem ser utilizadas quando necessário.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial nos anos 2013, 2012 e 2011 e suas variações

Ativo

	31/12/2013	AV (%) 2013	31/12/2012	AV (%) 2012	31/12/2011	AV (%) 2011	Análise Horizontal 2013 x 2012	Análise Horizontal 2012 x 2011
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	2.633.187	8%	3.123.318	10%	2.842.422	9%	-16%	10%
Títulos e valores mobiliários	835.629	3%	1.537.558	5%	2.289.383	7%	-46%	-33%
Contas a receber de clientes	1.639.551	5%	1.568.105	5%	1.253.009	4%	5%	25%
Estoques	3.850.420	12%	3.767.984	11%	5.046.156	15%	2%	-25%
Impostos a recuperar	323.520	1%	485.093	1%	779.898	2%	-33%	-38%
Dividendos a receber	12.413	0%	12.134	0%	13.920	0%	2%	-13%
Instrumentos financeiros derivativos	45.637	0%	50.093	0%	29.464	0%	-9%	70%
Demais contas a receber	119.937	0%	161.829	0%	273.704	1%	-26%	-41%
Total do ativo circulante	9.460.294	30%	10.706.114	33%	12.527.956	38%	-12%	-15%
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.914.996	6%	1.513.879	5%	797.146	2%	26%	90%
Valores a receber de empresas ligadas	20.831	0%	19.636	0%	5.710	0%	6%	244%
Depósitos judiciais	565.404	2%	599.206	2%	626.348	2%	-6%	-4%
Instrumentos financeiros derivativos	40.608	0%	286.508	1%	435.972	1%	-86%	-34%
Impostos a recuperar	113.474	0%	131.583	0%	153.681	0%	-14%	-14%
Demais contas a receber	175.029	1%	68.558	0%	60.101	0%	155%	14%
Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas	1.159.948	4%	1.182.052	4%	1.229.660	4%		-4%
Imobilizado	15.506.833	49%	15.852.506	48%	15.091.877	45%	-2%	5%
Intangível	2.400.577	8%	2.413.778	7%	2.424.601	7%	-1%	0%
Total do ativo não circulante	21.897.700	70%	22.067.706	67%	20.825.096	62%	-1%	6%
TOTAL DO ATIVO	31.357.994	100%	32.773.820	100%	33.353.052	100%	-4%	-2%

Passivo e Patrimônio Liquido

	31/12/2013	AV (%) 2013	31/12/2012	AV (%) 2012	31/12/2011	AV (%) 2011	Análise Horizontal 2013 x 2012	Análise Horizontal 2012 x 2011
Passivo circulante								
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.422.024	8%	2.280.432	7%	1.452.480	4%	6%	57%
Empréstimos e financiamentos	1.288.645	4%	1.400.823	4%	838.501	3%	-8%	67%
Debêntures	41.525	0%	257.664	1%	274.419	1%	-84%	-6%
Adiantamentos de clientes	178.309	1%	279.297	1%	202.976	1%	-36%	38%
Valores a pagar a empresas ligadas	140.042	0%	204.920	1%	156.844	0%	-32%	31%
Salários e encargos sociais	250.849	1%	279.233	1%	299.654	1%	-10%	-7%
Tributos a recolher	131.099	0%	114.844	0%	121.077	0%	14%	-5%
Tributos parcelados	25.770	0%	32.103	0%	58.104	0%	-20%	-45%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.179	0%	83.185	0%	197.549	1%	-95%	-58%
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	1.122	0%	26.635	0%	69.704	0%	-96%	-62%
Instrumentos financeiros derivativos	51.015	0%	42.209	0%	43.589	0%	21%	-3%
Contas a pagar por aquisição de investimentos	213.607	1%	178.249	1%	156.193	0%	20%	14%
Demais contas a pagar	339.305	1%	221.461	1%	235.890	1%	53%	-6%
Total do passivo circulante	5.087.491	16%	5.401.055	16%	4.106.980	12%	-6%	32%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	4.512.891	14%	6.339.267	19%	7.228.560	22%	-29%	-12%
Debêntures	997.920	3%	-		250.000	1%	100%	-100%
Valores a pagar a empresas ligadas	-		-		6.750	0%		-100%
Tributos parcelados	36.083	0%	41.483	0%	33.017	0%	-13%	26%
Provisão para demandas judiciais	506.679	2%	447.933	1%	350.141	1%	13%	28%
Provisão para recuperação ambiental	76.588	0%	77.703	0%	108.260	0%	-1%	-28%
Benefícios pós-emprego	1.230.316	4%	1.396.812	4%	1.277.473	4%	-12%	9%
Instrumentos financeiros derivativos	52.910	0%	323.790	1%	547.250	2%	-84%	-41%
Contas a pagar por aquisição de investimentos	-		178.249	1%	312.385	1%	-100%	-43%
Demais contas a pagar	23.171	0%	54.455	0%	118.031	0%	-57%	-54%
Total do passivo não circulante	7.436.558	24%	8.859.692	27%	10.231.867	31%	-16%	-13%
Total do passivo	12.524.049	40%	14.260.747	44%	14.338.847	43%	-12%	-1%
Patrimônio líquido								
Capital social	12.150.000	39%	12.150.000	37%	12.150.000	36%	0%	0%
Reservas de capital	313.084	1%	219.684	1%	2.274	0%	43%	9561%
Reservas de lucros	3.699.154	12%	3.804.403	12%	4.517.043	14%	-3%	-16%
Ajustes de avaliação patrimonial	549.670	2%	434.342	1%	614.476	2%	27%	-29%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	16.711.908	53%	16.608.429	51%	17.283.793	52%	1%	-4%
Participação dos acionistas não controladores	2.122.037	7%	1.904.644	6%	1.730.412	5%	11%	10%
Total do patrimônio líquido	18.833.945	60%	18.513.073	56%	19.014.205	57%	2%	-3%
Total do passivo e do patrimônio líquido	31.357.994	100%	32.773.820	100%	33.353.052	100%	-4%	-2%

A seguir, estão demonstradas as alterações significativas nas linhas que representam mais de 5% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação entre os exercícios:

Análise do Balanço Patrimonial Consolidado do ano 2013 em comparação com o ano 2012

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

A redução de R$1,2 bilhão verificada no ano de 2013, ocorreu principalmente em função da compra de EUROBONS de própria emissão da Companhia no valor de R$ 756 milhões e pagamento líquido de empréstimos e financiamentos valor de R$ 761 milhões.

Contas a Receber de Clientes

Contas a Receber de Clientes apresentou um aumento de 4,6% o equivalente a R$ 71 milhões, principalmente em decorrência da alteração do mix de vendas, com aumento das vendas no mercado local, com maiores prazos de pagamento.

Ativo Não Circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos aumentaram em R$ 401 milhões, devido ao aumento dos prejuízos fiscais em R$ 186 milhões e apuração de diferenças temporárias, sendo as principais provisão para demandas judiciais, provisão para participação nos lucros entre outros.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução nos instrumentos financeiros derivativos em R$ 246 milhões decorre basicamente da apreciação do Dólar Americano frente ao Yen, que são os dois principais indexadores das operações de swap da Companhia. As operações que possuem posição ativa em Yen obtiveram uma variação negativa na marcação a mercado dos instrumentos de swap. O objetivo dessas operações é proteger o fluxo da dívida da Companhia.

Passivo Circulante

Fornecedores, empreiteiros e fretes

O aumento nas contas a pagar a fornecedores, empreiteiros e fretes em 6%, passando de R$ 2,28 bilhões para R$ 2,42 bilhões em 31 de dezembro de 2013, ocorreu basicamente em função do fluxo de pagamentos da Companhia.

Empréstimos e financiamentos

A redução dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R$ 112 milhões, reflete a amortização da dívida ocorrida no ano de 2013, conforme demonstrado na movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada na análise dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Debêntures

A redução das debêntures de curto prazo em R$ 216 milhões, passando de R$ 258 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$ 42 milhões em 31 de dezembro de 2013, foi em decorrência do pagamento das debêntures pelo seu vencimento.

Salários e encargos sociais

Os salários e encargos sociais reduziram R$ 28 milhões no período, em decorrência dos efeitos da Lei de desoneração da folha de pagamento e também pela venda da Automotiva Usiminas que não possui seus números consolidados em 2013 no valor de R$ 10 milhões.

Demais contas a pagar

O aumento no montante registrado em demais contas a pagar em R$117 milhões, variando de R$ 221 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$ 339 milhões em 31 de dezembro de 2013, foi em decorrência de maiores valores a pagar de participação nos lucros de empregados em R$ 45 milhões e aumento de outros impostos a pagar no valor de R$ 50 milhões, principalmente IPTU.

Passivo Não circulante

Empréstimos e financiamentos

A redução dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em R$ 1.8 bilhão no ano de 2013, reflete a amortização da dívida ocorrida no ano, decorrente dos seus vencimentos e da concentração da administração em reduzir a dívida da Companhia. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Debêntures

O aumento do montante registrado nas Debêntures em R$ 997 milhões decorre da operação de debêntures simples, não conversíveis em ações, realizada em 2013, no valor de R$ 1,0 bilhão com prazo de vencimento em seis anos e taxa de 1% a.a + 100% do CDI.

Provisão para demandas judiciais

O aumento no montante registrado para demandas judiciais foi de 13%, variando de R$ 448 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$ 506 milhões em 31 de dezembro de 2013, refletindo provisões constituídas para processos trabalhistas.

Benefícios pós-emprego

A redução do montante registrado para benefícios pós-emprego em R$ 166 milhões, variando de R$ 1.397 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$ 1.230 milhões em 31 de dezembro de 2013, decorre principalmente da revisão anual das premissas atuariais sobre os planos de aposentadoria e saúde da Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução nos instrumentos financeiros derivativos em R$ 270 milhões decorre basicamente da apreciação do Dólar Americano frente ao Yen. As operações que possuem posição passiva em Yen obtiveram uma variação positiva na marcação a mercado dos instrumentos de swap. O objetivo dessas operações é proteger o fluxo da dívida da Companhia.

Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores

O patrimônio líquido dos acionistas controladores aumentou em 1,0%, variando de R$ 16.608 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$ 1.712 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Análise do Balanço Patrimonial Consolidado do ano 2012 em comparação com o ano 2011

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A redução de R$ 471 milhões, variando de R$ 5,1 bilhões em 31 de dezembro de 2011 para R$ 4,7 bilhões em 31 de dezembro de 2012 ocorreu principalmente em função dos pagamentos líquidos de empréstimos no valor de R$ 1,1 bilhão, compras de imobilizado no valor de R$ 1,7 bilhão. Essa redução foi parcialmente compensada pela melhoria no capital de giro em R$ 2,2 bilhões, principalmente estoques.

Contas a receber de clientes

O aumento do contas a receber de clientes foi de 25%, variando de R$ 1,3 bilhão em 31 de dezembro de 2011 para R$ 1,6 bilhão em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente do aumento volume vendido de aço na unidade de Siderurgia em 16%.

Estoques

A redução dos estoques em 25%, que totalizou R$ 1,3 bilhão, foi decorrente do esforço da Companhia em reduzir capital de giro para atingir os níveis adequados de estoques em suas operações.

Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar ou compensar reduziram 38%, variando de R$ 780 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$ 485 milhões em 31 de dezembro de 2012, em virtude principalmente da compensação em 2012 de IRPJ e CSSL antecipadas em 2011 e recuperação de PIS e COFINS.

Ativo Não Circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos, variando de R$ 797 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$ 1.514 milhões em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente da apuração de prejuízos fiscais no valor de R$ 204 milhões, constituição de imposto de renda diferido sobre ágio na aquisição de empresas no valor de R$ 304 milhões, e apuração de diferenças temporárias sobre passivo atuarial e demandas judiciais.

Imobilizado

O aumento no ativo imobilizado no valor de R$ 760 milhões, passando de R$ 15,1 bilhões em 31 de dezembro de 2011 para R$ 15,9 bilhões em 31 de dezembro de 2012, em virtude do investimento da laminação de tiras a quente (R$1,4 bilhão), decapagaem nº3 (R$162 milhões), dentre outros, parcialmente compensadas pela depreciação do período de R$ 823 milhões.

Passivo Circulante

Fornecedores, empreiteiros e fretes

O aumento nas contas a pagar a fornecedores e empreiteiros, de 42%, passando de R$ 1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2011 para R$ 2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente do aumento de gastos com materiais e alongamento do fluxo de pagamentos da Companhia.

Empréstimos e financiamentos

O aumento na parcela do circulante de empréstimos de longo prazo em R$ 562 milhões, foi devido à transferência para curto prazo de empréstimos com vencimento em 2013.

Adiantamentos de clientes

O aumento do adiantamento de clientes em 38%, variando de R$ 203 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$ 279,3 milhões, devido aumento das atividades na unidade de Bens de Capital.

Passivo Não circulante

Empréstimos e financiamentos

A redução dos empréstimos e financiamentos em R$889 milhões, variando sando de R$ 7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2011 para R$ 6.339 milhões em 31 de dezembro de 2012, reflete a redução da dívida, com amortização de encargos e principal, pelos seus vencimentos.

Debêntures

A redução das debêntures em R$ 250 milhões no longo prazo, refere-se à transferência para o curto prazo das debêntures que irão vencer em 2013. Houve amortização da parcela do curto prazo no valor de R$ 250 milhões, pelo seu vencimento.

Provisão para demandas judiciais

O aumento no montante registrado para demandas judiciais foi de 28%, variando de R$ 350 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$ 448 milhões em 31 de dezembro de 2013, principalmente por complemento de provisões trabalhistas no valor de R$ 44 milhões e ações cíveis no valor de R$ 45 milhões.

Benefícios pós-emprego

O aumento do montante registrado para benefícios pós-emprego em 9%, variando de R$ 1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2011 para R$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2012, decorre principalmente do atualização das premissas atuariais dos planos de aposentadoria e saúde da Companhia.

Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores

O patrimônio líquido dos acionistas controladores reduziu em 4%, variando de R$ 17,3 bilhões em 31 de dezembro de 2011 para R$ 16,6 bilhões em 31 de dezembro de 2012, principalmente em função do prejuízo da Companhia.

Demonstrações do resultado dos anos 2013, 2012 e 2011 e suas variações

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2013	AV (%) 2013	31/12/2012	AV (%) 2012	31/12/2011	AV (%) 2011
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.829.467	100	12.710.881	100	11.901.959	100
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(11.353.664)	(88,50)	(12.229.697)	(96,21)	(10.607.791)	(89,13)
Resultado Bruto	1.475.803	11,50	481.184	3,79	1.294.168	10,87
Despesas/Receitas Operacionais	(956.124)	(7,45)	(954.409)	(7,51)	(668.316)	(5,62)
Despesas com Vendas	(336.443)	(2,62)	(374.715)	(2,95)	(458.568)	(3,85)
Despesas Gerais e Administrativas	(567.982)	(4,43)	(480.916)	(3,78)	(510.319)	(4,29)
Outras (Despesas)/Rec. Operacionais	(51.699)	(0,40)	(98.778)	(0,78)	300.571	2,53
Resultado de Equivalência Patrimonial	181.201	1,41	165.638	1,30	66.967	0,56
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	700.880	5,46	(307.587)	(2,42)	692.819	5,82
Resultado Financeiro	(895.209)	(6,98)	(491.144)	(3,86)	(50.015)	(0,42)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(194.329)	(1,51)	(798.731)	(6,28)	642.804	5,40
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	211.120	1,65	200.450	1,58	(113.752)	(0,96)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	16.791	0,13	(598.281)	(4,71)	404.133	3,40

Analise do resultado consolidado do ano 2013 em comparação com o ano 2012

Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2013, a receita liquida consolidada da Companhia alcançou R$12,8 bilhões, praticamente estável quando comparada com a receita líquida consolidada do ano de 2012 (R$12,7 bilhões). A receita no mercado interno foi superior ao ano de 2012 em 14,0%, e no mercado externo o desempenho foi inferior em 50,1%. O mix de vendas da unidade de Siderurgia representou 86,9% no mercado doméstico e 13,1% nas exportações, em linha com a estratégia da Companhia de priorizar sua participação no mercado interno. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou um aumento de 26,4%, atingindo R$1,1 bilhão contra R$898,5 milhões no ano de 2012, em função do maior volume de vendas e de maiores preços de minério de ferro em 3,3%. Na unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R$ 2,5 bilhões, 18,6% superior ao ano de 2012, principalmente devido ao maior volume de vendas e melhores preços. Na unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R$972,3 milhões, 4,4% inferior à de 2012, principalmente em decorrência da menor receita obtida no segmento de estruturas.

Custo dos bens ou serviços vendidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o custo de vendas (CPV) consolidado totalizou R$11,4 bilhões, 7,2% menor quando comparado ao de 2012 que foi de R$12,2 bilhões, em parte devido ao menor volume de aço vendido pela unidade de Siderurgia e às iniciativas de redução de custos, tais como a adequação da mão de obra e redução nos serviços de terceiros e ao aumento da produtividade em toda a Companhia. Na unidade de Siderurgia a redução foi de R$919 milhões em função, principalmente, do menor volume de vendas totais, e das iniciativas de redução de custos mencionadas. Na unidade de Mineração o CPV aumentou em R$160 milhões, principalmente em função do incremento de 10,4% no volume de vendas no ano e maiores custos com arrendamento de direitos minerários ocorridos a partir do 2º trimestre de 2013.

Despesas e receitas operacionais

Em 2013 as despesas operacionais consolidadas foram de R$956,1 milhões, estáveis quando comparadas ao ano de 2012, que foi de R$ 954,4 milhões. As despesas gerais e administrativas foram superiores em função principalmente da reclassificação de centros de custos de TI, RH e Suprimentos anteriormente classificados como custo. Esta reclassificação permite um maior controle das despesas e maior aprimoramento contábil. Também foram superiores as outras despesas operacionais, como provisões para demandas judiciais em R$101,5 milhões, acréscimode R$ 103,4 milhões no custo líquido das obrigações atuariais e menor contribuição em R$42,8 milhões do Programa Reintegra. Os aumentos acima foram compensados parcialmente, pela menor despesa com vendas em 10,2%, devido ao menor volume de exportações na Siderurgia e na Mineração.

Segue abaixo quadro comparativo das despesas operacionais nos dois exercícios (saldos apresentados em milhares de reais).

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com vendas	(336.443)	(374.715)
Despesas gerais e administrativas	(567.982)	(480.916)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(51.699)	(98.778)
	(956.124)	**(954.409)**

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o resultado financeiro líquido consolidado apresentou uma despesa de R$895,2 milhões contra uma despesa de R$491,1 milhões no ano de 2012, efeito do aumento das despesas financeiras decorrentes da desvalorização de 14,6% do Real no período sobre a posição passiva em moeda estrangeira. Durante os anos de 2013 e 2012, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos (saldos apresentados em milhares de reais) podem ser demonstradas conforme a seguir:

	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Pré-fixada	701.984	10	1.497.058	19
TJLP	836.348	12	959.700	12
Libor	1.464.803	21	2.343.751	29
CDI	2.526.983	37	2.947.977	37
Outras	271.418	4	(8.396)	
	5.801.536	**84**	**7.740.090**	**97**
Debêntures				
CDI	1.039.445	16	257.664	3
	6.840.981	**100**	**7.997.754**	**100**

Em 2013 e 2012, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R$ 237 milhões e R$246 milhões, respectivamente.

Analise do resultado consolidado do ano 2012 em comparação com o ano 2011

Receita de vendas de bens e serviços

No exercício de 2012 a receita líquida consolidada alcançou R$12,7 bilhões, superior em 6,8% à receita liquida de 2011 que foi de R$11,9 bilhões, decorrente principalmente do maior volume vendido de aço na unidade de Siderurgia. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2011 em 2,3%, e no mercado externo o desempenho foi superior em 66,9%. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou uma redução de 7,8%, atingindo R$0,9 bilhão contra R$1,0 bilhão no ano de 2011, em função dos menores preços de minério de ferro no mercado global em 2012. Na unidade de Transformação do Aço, a receita líquida foi de R$2,1 bilhões, 3,3% inferior à de 2011, principalmente devido ao menor volume de vendas realizadas pela Soluções Usiminas. Na unidade de Bens de Capital, a receita líquida apurada foi de R$1,0 bilhão, 28,3% inferior à de 2011, impactada pela redução dos projetos em carteira.

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2012 o CPV consolidado totalizou R$12,0 bilhões, 13,2% superior ao de 2011 que foi de R$10,8 bilhões. Na unidade de Siderurgia o aumento foi de R$1,3 bilhão, principalmente devido ao maior volume de aço vendido (16,3%), ao efeito cambial sobre os insumos importados e da inflação para os insumos fornecidos no País, incluindo mão de obra, e aos custos com a readequação do quadro de funcionários. Na unidade de Mineração, o CPV aumentou em 72 milhões, principalmente devido ao incremento de 9,9% no volume de vendas.

Despesas e receitas operacionais

Em 2012, as despesas operacionais consolidadas foram de R$954,4 milhões, superiores em 39,9% quando comparadas com o mesmo período de 2011, que foi de R$ 682,2 milhões. Este aumento deve-se principalmente a significativa reversão de contingências judiciais registrada em 2011 que diminuiu as despesas operacionais daquele ano em R$272 milhões. Em 2012 foram contabilizados R$103,4 milhões de Custo Líquido das Obrigações Atuariais em decorrência da aplicação da norma CPC 33- R1, em parte compensado pelo programa Reintegra que contribuiu positivamente em R$71,9 milhões no ano de 2012. As despesas com vendas e gerais e administrativas foram inferiores em conseqüência de maior controle de gastos, principalmente relacionados a serviços contratados.

Segue abaixo quadro comparativo das despesas operacionais nos três exercícios (saldos apresentados em milhares de reais).

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com vendas	(374.715)	(461.243)
Despesas gerais e administrativas	(480.916)	(500.800)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(98.778)	279.861
	(954.409)	**(682.182)**

Resultado financeiro

Em 2012, o resultado financeiro consolidado apresentou uma despesa de R$491,1 milhões, contra uma despesa de R$22,6 milhões em 2011 em função, principalmente, dos efeitos cambiais sobre os passivos líquidos em moeda estrangeira, decorrentes da desvalorização de 8,9% do Real frente ao Dólar Norte-americano neste período. Durante os anos de 2012 e 2011, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas conforme a seguir (saldos apresentados em milhares de reais):

	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Pré-fixada	1.497.058	19	1.282.023	15
TJLP	959.700	12	1.120.181	13
Libor	2.343.751	29	2.796.182	33
CDI	2.947.977	37	2.823.255	33
Outras	(8.396)		45.420	1
	7.740.090	**97**	**8.067.061**	**95**
Debêntures				
CDI	257.664	3	524.419	5
	7.997.754	**100**	**8.591.480**	**100**

Em 2012 e 2011, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R$246 milhões e R$ 272 milhões respectivamente.

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas, galvanizados, entre outros, realizadas pela unidade de Siderurgia. A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes das unidades de Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital.

A receita destas unidades é gerada principalmente por:

Mineração: Venda de minério de ferro.

Transformação do Aço: Distribuição de produtos siderúrgicos, além de peças e cabines pintadas para o setor automotivo.

Bens de Capital: Fabricação de Estruturas Metálicas, Equipamentos Industriais, Fundição e Vagões Ferroviários e Serviços de Montagens Industriais.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Usiminas é afetado principalmente pela demanda, que influencia o volume vendido e os preços de nossos principais produtos e também pelas taxas de câmbio que facilita a importação de produtos e dificulta nossa competitividade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a receita liquida consolidada da Companhia alcançou R$12,8 bilhões, praticamente estável quando comparada com a receita líquida consolidada do ano de 2012 (R$12,7 bilhões). Esta receita no mercado interno foi superior ao ano de 2012 em 14,0%, e no mercado externo o desempenho foi inferior ao ano de 2012 em 50,1%. O mix de vendas da unidade de siderurgia representou 86,9% no mercado doméstico e 13,1% nas exportações, em linha com a estratégia da Companhia de priorizar sua participação no mercado interno. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou um aumento de 26,4%, atingindo R$1,1 bilhão contra R$898,5 milhões no ano de 2012, em função do maior volume de vendas e de maiores preços de minério de ferro em 3,3%. Na unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R$2,5 bilhões, 18,6% superior ao ano de 2012, principalmente devido ao maior volume de vendas e maiores preços. Na unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R$972,3 milhões, 4,4% inferior à de 2012, principalmente em decorrência da menor receita obtida no segmento de estruturas.

No exercício de 2012 a receita líquida consolidada alcançou R$12,7 bilhões, superior em 6,8% à receita liquida de 2011 que foi de R$11,9 bilhões, decorrente principalmente do maior volume vendido de aço na unidade de Siderurgia. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2011 em 2,3%, e no mercado externo o desempenho foi superior ao ano de 2011 em 66,9%. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou uma redução de 7,8%, atingindo R$0,9 bilhão contra R$1,0 bilhão no ano de 2011, em função dos menores preços de minério de ferro no mercado global em 2012. Na unidade de Transformação do Aço, a receita líquida foi de R$2,1 bilhões, 3,3% inferior à de 2011, principalmente devido ao menor volume de vendas realizadas pela Soluções Usiminas. Na unidade de Bens de Capital, a receita líquida apurada foi de R$1,0 bilhão, 28,3% inferior à de 2011, impactada pela redução dos projetos em carteira.

No ano de 2011, a receita líquida consolidada alcançou R$11,9 bilhões, 8,2% inferior à de 2010, decorrente principalmente do menor volume vendido pela unidade de Siderurgia. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2010 em 6,1%, e no mercado externo o desempenho foi inferior ao ano de 2010 em 8,0%. No mercado interno, os produtos que se destacaram na geração de receita no ano de 2013 e 2012 foram os laminados a quente, laminados a frio, chapas grossas e galvanizados a quente, e em 2011 foram os laminados a quente, laminados a frio e as chapas grossas. No mercado externo, nestes mesmos períodos, as linhas que mais se destacaram na geração da receita foram a de laminados a quente, chapas grossas e a de laminados a frio, além de placas para o ano de 2012.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

i. Volumes de vendas

Indicadores	2013	2012	2013 x 2012	2011
Vendas físicas de aço (t mil)	6.220	6.881	-9,6%	5.916
Mercado Interno	*87%*	*73%*	*14 pp*	*82%*
Mercado Externo	*13%*	*27%*	*-14 pp*	*18%*
Vendas de minério (t mil)	6.755	6.115	10,5%	5.571

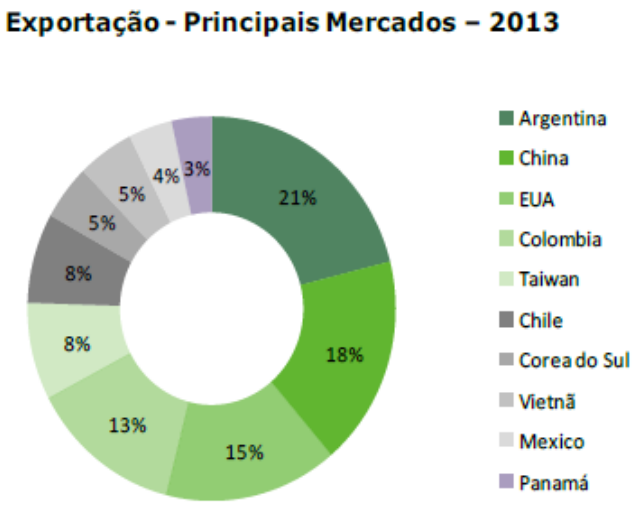
Em 2013, as vendas físicas de produtos siderúrgicos realizadas pela unidade de Siderurgia foram 9,6% inferior ao volume vendido em 2012, ano este com relevantes vendas de placas de estoque. O *mix* de destino das vendas foi de 86,9% no mercado interno representando um crescimento de 7,2%, na comparação com o ano anterior, e 13,1% no mercado externo, inferior em 56,5% ao volume exportado em 2012, em linha com a estratégia da Companhia de priorizar sua participação no mercado interno. Na unidade de Mineração, o volume total de vendas registrado foi 10,4% maior quando comparado ao de 2012.

Destacamos o volume de vendas da Siderurgia em 2013:

Detalhamento das Vendas Físicas da Siderurgia por Produto

Mil toneladas	2013		2012		2011		Var. 2013/2012
VENDAS FÍSICAS TOTAIS	**6.220**	**100%**	**6.881**	**100%**	**5.916**	**100%**	**-10%**
Chapas Grossas	1.278	21%	1.460	21%	1.491	25%	-12%
Laminados a Quente	2.165	35%	2.074	30%	1.738	29%	-5%
Laminados a Frio	1.462	24%	1.483	22%	1.474	25%	-1%
Eletrogalvanizados	122	1%	142	2%	211	4%	-13%
Galvanizados Imersão a Quente	788	13%	709	10%	500	8%	11%
Produtos Processados	137	2%	169	2%	147	2%	-19%
Placas	268	4%	844	12%	355	6%	-68%

Os principais destinos das exportações em 2013 foram:



ii. Preços de vendas

A despeito da acirrada concorrência entre as usinas locais e do adverso ambiente de negócios da siderurgia mundial, os preços de venda dos produtos siderúrgicos mostraram variação positiva em 2013. A receita líquida por tonelada foi positivamente afetada pela maior participação das vendas ao mercado interno e por um melhor mix de produtos vendidos com maior participação de laminados e galvanizados Adicionalmente, a desvalorização da moeda brasileira fez com que o diferencial de preços entre o aço doméstico e o importado internado no Brasil permanecesse em patamares menos atrativos às importações favorecendo as exportações. O valor médio por tonelada vendida aumentou em 9,6% que inclui as vendas dos mercados local e exportação.

Para a unidade de Mineração, no ano de 2013, a receita liquida por tonelada foi 14,6% superior ao ano de 2012, em parte impactada pela variação cambial, influente na formação do preço de mercado do minério de ferro. Em 2012, comparando com 2011, houve queda de 15,4%, devido à cotação internacional do produto, utilizada como referência para os principais contratos.

Os preços de venda dos produtos siderúrgicos comercializados pela unidade de Siderurgia foram, ao longo do ano de 2012, afetados pela acirrada concorrência entre as usinas locais. Apesar da desvalorização da moeda brasileira, , o volume de aço importado pelo Brasil manteve-se elevado, pressionando negativamente os preços domésticos. A implementação de medidas de defesa comercial com o aumento do imposto de importação para itens das linhas de chapas grossas e laminados a quente somente ocorreu em outubro de 2012, tendo o seu impacto limitado no ano de 2012. A receita liquida por tonelada de produtos siderúrgicos em 2012 foi inferior em 4,86%, afetados pela maior participação das vendas do mercado externo e a concorrência local comentada.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variações no custo das vendas

As matérias primas representam 42% dos custos de vendas da Companhia e dentre elas destaca-se o minério de ferro e o carvão. Os preços do minério e do carvão são definidos com base em preços internacionais medidos em dólares norte-americanos. O preço internacional do minério de ferro mostrou redução em 2012 e ligeira recuperação no ano de 2013, enquanto o carvão registrou redução do preço em 2013. Por sua vez, a desvalorização do real aumentou o custo dos insumos importados de forma geral. A desvalorização do real foi de 14,6% em 2013 (8,9% em 2012 e 12,6% em 2011).

Os gastos com energia elétrica e utilidades representam 8% do custo de venda da Companhia. A energia elétrica conta com contratos específicos que asseguram o fornecimento e cujos preços são ajustados pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato.

Os gastos com mão de obra representam, aproximadamente, 11% do custo de vendas da Companhia e segue a evolução dos acordos salariais das categorias e que acompanham a variação do INPC.

Os demais custos são influenciados pela inflação local.

Câmbio

Adicionalmente ao comentado no item anterior, as Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. A política financeira das Empresas Usiminas destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir seus custos, diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, reduzir a exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas. Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e *Non Deliverable Forwards* (NDF) e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Ativos em moeda estrangeira			
Caixa e equivalentes de caixa	95.977	173.209	101.718
Títulos e valores mobiliários	833.558	1.528.421	2.289.383
Contas a receber			
Adiantamentos a fornecedores	8.460	3.421	87.860
Instrumentos financeiros derivativos (i)	(17.680)	(29.398)	(125.403)
Investimentos (ii)	-	-	9.617
	1.232.407	1.974.468	2.604.108
Passivos em moeda estrangeira			
Empréstimos e financiamentos	(2.364.859)	(3.653.781)	(4.077.442)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(614.622)	(762.571)	(615.617)
Adiantamento de clientes	(8.243)	(44.724)	(4.805)
Demais contas a pagar	(288.416)	10.324	(543.965)
	(3.276.140)	(4.450.752)	(5.241.829)
Exposição líquida	(2.043.733)	(2.476.284)	(2.637.721)

(i) Resultado líquido das operações de *swap*. Os contratos de *swap* da Companhia no Brasil são amparados pelo instrumento Contrato Geral de Derivativos (CGD) e registrados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). No exterior, são amparados por contratos da International Swaps and Derivatives Association, Inc. (ISDA).

(ii) A Companhia possui participações em empresas no exterior cujo foco principal é a otimização e captação de recursos e as operações de importação de matérias primas e exportação de produtos, estando, portanto, sujeitas ao risco cambial.

Em 2013 e 2012, a variação cambial sobre a posição líquida passiva da Companhia foi uma perda de R$ 240 milhões e R$ 177 milhões respectivamente enquanto em 2011 representou um ganho R$ 54 milhões.

Taxa de juros

Durante os anos de 2013, 2012 e 2011, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas conforme a seguir:

Em reais mil					Consolidado	
	31/12/2013	%	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Pré-fixada	701.984	10	1.497.058	19	1.282.023	15
TJLP	836.348	12	959.700	12	1.120.181	13

Libor	1.464.803	21	2.343.751	29	2.796.182	33
CDI	2.526.983	37	2.947.977	37	2.823.255	33
Outras	271.418	4	(8.396)		45.420	1
	5.801.536	**84**	**7.740.090**	**97**	**8.067.061**	**95**
Debêntures						
CDI	1.039.445	16	257.664	3	524.419	5
	6.840.981	**100**	**7.997.754**	**100**	**8.591.480**	**100**

Em 2013, 2012 e 2011, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R$ 237 milhões, R$246 milhões e R$ 272 milhões respectivamente.

Impactos no resultado financeiro

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Efeitos monetários ativos, basicamente sobre aplicações financeiras corrigidas com base na variação do CDI	119.463	134.408	216.861
Correção monetária dos depósitos judiciais	35.433	40.651	62.293
Efeitos monetários passivos, principalmente sobre empréstimos e financiamentos indexados pelo CDI e TJLP	(228.769)	(249.026)	(272.541)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos, decorrentes de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira (empréstimos e financiamentos, fornecedores, aplicações financeiras e clientes)	(240.566)	(176.534)	54.313

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia está composta por 4 unidades de negócio: Mineração, Siderurgia, Transformação do aço e Bens de Capital.

Nos exercícios sociais de 2011 e 2012 não houve alteração nos segmentos operacionais descritos. Em 2013 a Companhia alienou sua participação na controlada Automotiva Usiminas (vide item b abaixo) que era integrante da unidade de negócio de Transformação do Aço.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i. *Alienação da Automotiva.*

Em 14 de junho de 2013, a Companhia firmou contrato com a Aethra Sistemas Automotivos S.A. ("Aethra") que previa a transferência da totalidade da sua participação acionária no capital social da Automotiva Usiminas S.A.

Em 20 de dezembro de 2013, após o cumprimento das condições previstas no Contrato, foi concluída a operação de alienação, pela qual a Companhia recebeu o montante de R$139.501 mil e reconheceu um saldo a receber de R$15.994 mil.

O Contrato previa ainda que o valor negociado poderia ser ajustado com base na variação do capital de giro entre o balanço da Automotiva Usiminas de março de 2013 e o de fechamento, apurado em novembro de 2013. Após concluída esta etapa da operação, em janeiro/2014 a Aethra pagou a Companhia o montante de R$16.486 mil.

ii. *Aquisição da Mineração Ouro Negro.*

Em 25 de novembro de 2011, a controlada Mineração Usiminas S/A adquiriu a totalidade das ações da empresa Mineração Ouro Negro, detentora de recursos minerários da ordem de 205 milhões de toneladas de minério de ferro. O preço de aquisição foi de US$368,6 milhões, correspondente a R$698,1 milhões, com base nas demonstrações financeiras da adquirida de 25 de novembro de 2011, que, a valor presente, totaliza R$628,5 milhões. O valor do caixa pago pela aquisição da Mineração Ouro Negro em 2011 foi de R$151,9 milhões (líquido do caixa adquirido). O saldo remanescente será amortizado até 2014. Em 31 de dezembro de 2013 o valor a pagar totaliza R$213,6 milhões.

Em 28 de setembro de 2012, Mineração Ouro Negro foi incorporada pela Mineração Usiminas com o objetivo de facilitar a operacionalização dos ativos, simplificando a estrutura organizacional da Companhia e proporcionando uma redução dos custos da sua estrutura societária**.**

iii. *Venda de ações de emissão da Ternium S.A.*

Em 21 de fevereiro de 2011, foi concluída a oferta pública de 21.628.728 American Depositary Shares ("ADSs") representativas de ações da Ternium S.A. ("Ternium") (NYSE: TX) detidas pela subsidiária integral da Companhia, Usiminas Europa A/S ("Usiminas Europa"). Com a conclusão da oferta pública e da operação de venda das ações da Ternium, a Usiminas não mais detém qualquer participação acionária naquela companhia.

c) Eventos ou operações não usuais

i. Aumento de capital na Mineração Usiminas.

Em 26 de setembro de 2013, foi concluído o aporte de capital na Mineração Usiminas S.A.. Na operação, a Companhia promoveu aumento de capital mediante transferência do terreno de sua propriedade em Itaguaí – RJ, no valor de R$ 245.583 mil, e as acionistas Serra Azul Iron Ore LLC e Sumitomo Corporation do Brasil S.A., empresas do Grupo Sumitomo Corporation, aportaram R$220.972 mil, sendo R$ 350.832 mil para aumento de capital e R$ 115.723 mil como aumento de reservas.

ii. Incorporação da Summit Empreendimentos Minerais Ltda.

Em 26 de outubro de 2012, a Mineração Usiminas S.A., incorporou a sua acionista Summit Empreendimentos Minerais Ltda., sociedade limitada, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na forma de incorporação reversa. Em decorrência dessa incorporação, ações representativas do capital social da Mineração Usiminas S.A. pertencentes à Summit Empreendimentos Minerais Ltda. foram atribuídas à Serra Azul Iron Ore L.L.C. e à Sumitomo Corporation do Brasil S.A., únicas quotistas da Summit Empreendimentos Minerais Ltda.

iii. Extinção da Usiminas Portugal.

Em 30 de novembro de 2012, a Companhia reestruturou as suas participações societárias no exterior, optando por encerrar as atividades da Usiminas Portugal, empresa localizada em Portugal. Essa empresa era controlada da Usiminas International, investimento direto da Usiminas.

iv. Extinção da Fasal Trading Corporation.

Em 03 de agosto de 2012, a Companhia reestruturou as suas participações societárias no exterior e encerrou as atividades da Fasal Trading Corporation, localizada na Flórida, nos Estados Unidos. Essa empresa era controlada da Fasal Trading Brasil, investimento direto da Usiminas.

10.4 Comentários dos diretores sobre mudanças nas práticas contábeis

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Para os anos de 2012 e 2011, não houve novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS que impactem significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

Para o ano de 2013, A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações que exigem a reapresentação dos valores correspondentes.
Essas incluem:
CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto
CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados
CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas
CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades
CPC 46 Mensuração do Valor Justo
CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Contábeis.

Os pronunciamentos novos ou revisados que tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, e consequentemente, resultaram na reapresentação dos valores correspondentes, como seguem:

(1) Negócios em conjunto e Investimento em coligada, em controlada e em empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia adotou, a partir do exercício de 2013, o IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011, e incluído como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". Desta forma, como o método de consolidação proporcional não é mais permitido, a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente os empreendimentos controlados em conjunto Fasal Trading Brasil, Unigal e Usiroll, bem como a controlada Mineração Usiminas deixou de consolidar proporcionalmente o seu empreendimento controlado em conjunto Modal. Consequentemente, a partir de 1º de janeiro de 2013, as participações na Fasal Trading Brasil (50%), Unigal (70%), Usiroll (50%) e Modal (50%) estão sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. A adoção do CPC 19 (R2) não gerou impacto nas demonstrações financeiras da controladora.

(2) Benefícios a Empregados

A Companhia adotou o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013. Em decorrência da aplicação desta norma, o cálculo do custo de juros e o retorno esperado sobre os ativos dos planos de benefício definido foram alterados, e os efeitos estão refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para o exercício de 2012, os valores correspondentes foram reapresentados para refletir esses efeitos retrospectivos.

(3) Outras reapresentações
(i) Depósitos Judiciais

A Companhia reavaliou a forma de apresentação dos depósitos relacionados a processos sobre demandas judiciais provisionadas. Para 2013, a Administração decidiu manter os saldos desses depósitos classificados no ativo não circulante pelo seu valor total e não mais pelo valor líquido das demandas judiciais. O ano de 2012 foi ajustado para fins comparativos.

(ii) DFC – Demonstração do fluxo de caixa

Refere-se à movimentação da rubrica “títulos e valores mobiliários”, que foi reclassificada do grupo de “atividades operacionais” para o grupo de “atividades de investimentos”.

(iii) DVA – Demonstração do valor adicionado

Refere-se à alteração do valor adicionado distribuído e a distribuir em decorrência da reclassificação dos impostos sobre vendas no consolidado.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em função das alterações nas normas, a Companhia reapresentou em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 2013, os saldos de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012 demonstrando os efeitos significativos causados pelas alterações das normas, conforme a seguir:

(a) Balanço patrimonial

						Controladora
			31/12/2012			01/01/2012
	Saldos originais publicados	Outras reapresen-tações	Saldos reapresentados	Saldos originais publicados	Outras reapresen-tações	Saldos reapresentados
Ativo						
Circulante	5.829.216	-	5.829.216	6.415.996	-	6.415.996
Não circulante	23.837.938	130.095	23.968.033	23.822.554	112.838	23.935.392
Realizável a longo prazo	1.935.331	130.095	2.065.426	1.793.183	112.838	1.906.021
Investimento	7.780.318	-	7.780.318	8.100.465	-	8.100.465
Imobilizado	13.974.626	-	13.974.626	13.786.171	-	13.786.171
Intangível	147.663	-	147.663	142.735	-	142.735
Total do ativo	29.667.154	130.095	29.797.249	30.238.550	112.838	30.351.388
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	4.690.077	-	4.690.077	3.405.007	-	3.405.007
Não circulante	8.368.648	130.095	8.498.743	9.549.750	112.838	9.662.588
Patrimônio líquido	16.608.429	-	16.608.429	17.283.793	-	17.283.793
Total do passivo e patrimônio líquido	29.667.154	130.095	29.797.249	30.238.550	112.838	30.351.388

								Consolidado
				31/12/2012				01/01/2012
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2)	Outras reapresen-tações	Saldos reapresen-tados	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2)	Outras reapresen -tações	Saldos reapresen-tados
Ativo								
Circulante	10.780.645	(74.531)	-	10.706.114	12.616.945	(88.989)	-	12.527.956
Não circulante	21.993.574	(94.543)	168.675	22.067.706	20.743.480	(64.703)	146.319	20.825.096
Realizável a longo prazo	2.444.744	5.951	168.675	2.619.370	1.939.992	(7.353)	146.319	2.078.958
Investimento	453.062	728.990	-	1.182.052	428.382	801.278	-	1.229.660
Imobilizado	16.653.120	(800.614)	-	15.852.506	15.921.154	(829.277)	-	15.091.877
Intangível	2.442.648	(28.870)	-	2.413.778	2.453.952	(29.351)	-	2.424.601
Total do ativo	32.774.219	(169.074)	168.675	32.773.820	33.360.425	(153.692)	146.319	33.353.052
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante	5.402.921	(1.866)	-	5.401.055	4.092.173	14.807	-	4.106.980
Não circulante	8.858.225	(167.208)	168.675	8.859.692	10.254.047	(168.499)	146.319	10.231.867
Patrimônio líquido	18.513.073	-	-	18.513.073	19.014.205	-	-	19.014.205
Total do passivo e patrimônio líquido	32.774.219	(169.074)	168.675	32.773.820	33.360.425	(153.692)	146.319	33.353.052

(b) Demonstração do resultado

			Controladora
			31/12/2012
	Saldos originais publicados	Alteraçoes do CPC 33 (R1)	Saldos reapresentados
Receita líquida de vendas e serviços	11.414.421	-	11.414.421
Custo dos produtos e serviços vendidos	(11.759.451)	-	(11.759.451)
Receitas (despesas) operacionais	(422.251)	(101.487)	(523.738)
Resultado financeiro	(864.276)	-	(864.276)
Resultado de equivalência patrimonial	700.468	-	700.468
Provisão IR e CSLL	291.515	34.506	326.021
Lucro líquido do período	(639.574)	(66.981)	(706.555)

	Consolidado 31/12/2012			
	Saldos originais publicados	Alteraçoes do CPC 19 (R2)	Alteraçoes do CPC 33 (R1)	Saldos reapresentados
Receita líquida de vendas e serviços	12.708.799	2.082	-	12.710.881
Custo dos produtos e serviços vendidos	(12.048.300)	(181.397)	-	(12.229.697)
Receitas (despesas) operacionais	(860.142)	7.220	(101.487)	(954.409)
Resultado financeiro	(502.631)	11.487	-	(491.144)
Resultado de equivalência patrimonial	61.168	104.470	-	165.638
Provisão IR e CSLL	109.806	56.138	34.506	200.450
Lucro líquido do período	(531.300)	-	(66.981)	(598.281)

(c) Demonstração do fluxo de caixa

	Controladora 31/12/2012		
	Saldos originais publicados	Outras reapresentaçõe s	Saldos reapresentados
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.076.755	(115.259)	1.961.496
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	121.978	115.259	237.237
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.321.826)	-	(1.321.826)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	10.610	-	10.610
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	887.517	-	887.517
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	363.586	-	363.586
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.251.103	-	1.251.103

	Consolidado 31/12/2012			
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2)	Outras reapresentações	Saldos reapresentados
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.409.075	(217.495)	(751.826)	2.439.754
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.843.443)	186.672	751.826	(904.945)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.296.790)	32.267	-	(1.264.523)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	10.610	-	-	10.610
Aumento líquido de caixa e equivalentes de	279.452	1.444	-	280.896
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.901.312	(58.890)	-	2.842.422
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.180.764	(57.446)	-	3.123.318

(d) Demonstração valor adicionado

	Controladora 31/12/2012		
	Saldos originais publicados	Outras reapresentações	Saldos reapresentados
Receitas	15.045.929	-	15.045.929
Insumos	(12.738.586)	1.934	(12.736.652)
Depreciação	(852.062)	-	(852.062)
Recebido em transferência	978.780	(103.421)	875.359
Valor adicionado a distribuir	2.434.061	(101.487)	2.332.574
Pessoal e encargos	1.119.536	-	1.119.536
Impostos	897.603	(34.506)	863.097
Remuneração de capital de terceiros	1.056.496	-	1.056.496
Remuneração de capital próprio	(639.574)	(66.981)	(706.555)
Valor adicionado distribuído	2.434.061	(101.487)	2.332.574

				Consolidado 31/12/2012
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2)	Outras reapresentações	Saldos reapresentados
Receitas	16.759.074	5.593	726.566	17.491.233
Insumos	(13.446.325)	(177.856)	82.955	(13.541.226)
Depreciação	(997.718)	32.608	-	(965.110)
Recebido em transferência	555.443	(5.607)	-	549.836
Valor adicionado a distribuir	2.870.474	(145.262)	809.521	3.534.733
Pessoal e encargos	1.905.353	23.291	-	1.928.644
Impostos	585.607	(83.429)	809.521	1.311.699
Remuneração de capital de terceiros	910.814	(18.143)	-	892.671
Remuneração de capital próprio	(531.300)	(66.981)	-	(598.281)
Valor adicionado distribuído	2.870.474	(145.262)	809.521	3.534.733

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas e ênfases no parecer do auditor.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações contábeis requer a utilização de estimativas contábeis criticas e também do exercício de julgamento por parte da administração.

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência passada e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, que consideramos razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, as Empresas Usiminas fazem estimativas com relação ao futuro. Por se tratar de projeções sobre resultados futuros, as estimativas contábeis resultantes poderão ser diferentes dos respectivos resultados reais que tentam estimar. As estimativas e as premissas que apresentam risco significativo, que podem causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Valor recuperável (impairment) do ágio

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo (quando observados indicadores de *impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso e do preço de venda líquido, efetuados com base em estimativas (Nota 18).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foi apurada perda por *impairment* nos ativos (31 de dezembro de 2012 – R$358, perda referente ao ágio alocado na UGC Modal).

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC Modal fosse 1% maior que as estimativas da administração, o segmento também não teria reconhecido perda por *impairment*.

Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em diversos países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

As Empresas Usiminas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando-se as alíquotas em vigor. Revisamos regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando uma variação provável com base em índices do mercado e deterioração de 25% e 50% sobre o cenário provável, estão demonstradas nas demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de aposentadoria.

As Empresas Usiminas definem a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devam ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de aposentadoria. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, as Empresas Usiminas consideram as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de aposentadoria.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia e algumas de suas controladas reconhecem um passivo relacionado com a dívida contratada para cobertura da insuficiência de reservas.

Provisões para demandas judiciais

As Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas. A Administração acredita que essas provisões e as contingências possíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Provisões para recuperação ambiental

Como parte das suas atividades de mineração, as quais são realizadas por meio da sua controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece no consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente. A Administração considera que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

Segregação de juros e variação monetária relacionada a captações de empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários", no Resultado financeiro.

Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os diretores entendem que a Companhia possui controles internos adequados e que os mesmos demonstraram historicamente ser suficientes para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis. Quando identificadas eventuais imperfeições em referidos controles são estabelecidos planos para sanar as deficiências apontadas.

A auditoria interna zela pela manutenção dos níveis de governança corporativa, pelo desenvolvimento de ações para assegurar maior grau de confiança dos relatórios financeiros e para melhor gerenciar riscos operacionais.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Para as demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais, os auditores externos da Usiminas, durante a execução de seus trabalhos de auditoria, não identificaram recomendações ou deficiências em relação aos controles internos da Companhia que pudessem ser consideradas materiais e/ou com impactos sobre as demonstrações financeiras.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não efetuou oferta pública de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicações divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve oferta pública de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve oferta pública de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais

A companhia possui os seguintes contratos de arrendamentos mercantis operacionais:

- Contrato com a Salus Empreendimentos Imobiliários S/A, no valor de R$144 milhões, com saldo devedor de R$ 67 milhões, referente à locação de locomotivas, com vencimento em 14/10/2015.

- Contrato com a MRC Logística Ferroviária DZSS-FC Ltda, no valor de R$29 milhões, com saldo devedor de R$ 14 milhões, referente à locação de vagões plataformas, com vencimento em 01/03/2017.

- Contrato firmado pela Mineração Usiminas S.A com MBL – Materiais Básicos Ltda., em Julho de 2011, no valor contratual estimado de US$ 300 milhões referente ao arrendamento de direitos minerários na região de Serra Azul, Minas Gerais. O arrendamento tem duração de 30 anos, contados a partir de 15 de Outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ou até a exaustão das reservas minerais.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

Os principais fornecedores de minério de ferro para a Usiminas Ipatinga são a VALE S/A e a Mineração Usiminas S/A – MUSA. A VALE S/A mantém com a Usiminas contratos de venda de minério de ferro e de logística de transporte do minério Usiminas pela EFVM (Estrada de Ferro Vitória-Minas) e FCA – Ferrovia Centro Atlântico.

Em Cubatão, o maior fornecedor é a Mineração Usiminas - MUSA seguida pela CSN e VALE S/A.

O montante que somam os contratos em vigência é de aproximadamente R$ 1,7 bilhão por ano.

Contratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo

O carvão mineral* utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido à inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo e *spot* de compra de carvão importado e Coque Verde de Petróleo (CVP) nacional no ano calendário 2013, correspondente a aproximadamente 4,7 milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades das duas usinas siderúrgicas (em Ipatinga e Cubatão) até dezembro de 2013. A compra de coque verde de petróleo no mercado nacional e internacional, do carvão para injeção (PCI) e o antracito estão computados nesses dados.

Dentre os principais fornecedores de carvão, antracito e coque verde de petróleo no ano de 2013, destacam-se a Alpha Coal, Patriot, Jim Walter Resources, Jellinbah e Petrobrás Distribuidora, responsáveis por aproximadamente 69% do fornecimento de carvão e CVP para a Usiminas no referido período.

Em 2013, o montante total aproximado para as compras de carvão, antracito e PCI somaram R$ 1,1 bilhão, e para as compras de CVP (Coque Verde de Petróleo) o valor aproximado foi de R$ 250 milhões.

* Carvão mineral = carvão para coqueria, carvão para injeção (PCI) e antracito para sinterização.

Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica

Em junho de 2007, a Companhia assinou com a CEMIG GT um contrato de fornecimento de energia elétrica para o período de 01/01/10 a 31/12/14, de cerca de 320 MW médios anuais.

No final de 2009, a Companhia iniciou a renegociação desse contrato para revisar as condições contratuais e prorrogar o prazo contratual para 10 anos (01 de Janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2019).

Em decorrência dessa renegociação, foram assinados dois novos documentos: o primeiro trata-se de um contrato com a CEMIG GT em que a Usiminas compra cerca de 320 MW médios anuais no período de 2010 a 2012, reduzindo para 120 MW médios anuais de 2013 a 2019. O segundo documento é um Termo de Cessão em que a CEMIG GT cede a Companhia parte de seu contrato de compra assinado com a Santo Antonio Energia S.A-SAESA. Por esse segundo documento, a Usiminas recebe da SAESA, a partir 2013 e até 2019, o montante de 200 MW médios anuais.

Para os anos de 2013 e 2014 também há um fornecimento de energia no volume de 20 MW médios com a empresa CPFL Energia.

Esses contratos perfazem cerca de R$ 5 bilhões para o período de 01/01/2010 a 31/12/2019.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A USIMINAS e a COMGÁS celebraram em 13/05/2002 o contrato de fornecimento firme de gás natural para sua Usina de Cubatão. Esse contrato foi renovado até 31/08/2014 com a previsão de fornecimento de 500.000m³/dia de gás natural para consumo em processos e alto-forno. O valor do contrato é R$710 milhões. A USIMINAS tem a prerrogativa de renovar este contrato por mais 18 meses ou negociar novos termos, de acordo a sua estratégia.

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A Companhia e a GASMIG possuem dois contratos para fornecimento de gás natural para a Usina de Ipatinga.

Em 21/09/2010 as empresas celebraram o contrato firme. Esse contrato foi renovado até 31/08/2017 com a previsão de fornecimento de 377.000m³/dia de gás natural para consumo em processos. O valor do contrato é R$337 milhões.

Em 07/12/2010 as empresas celebraram o contrato interruptível. Esse contrato possui renovações automáticas com previsão de fornecimento, quando necessário, de 256.000 m³/dia de gás natural para consumo em alto-forno. No entanto, em substituição a esse contrato interruptível, a USIMINAS vem celebrando sucessivas compras de gás natural de curto prazo, diretamente da GASMIG ou através de leilões realizados pela PETROBRAS às distribuidoras, em volumes variáveis.

Contrato de prestação de serviços com a MRS

A Mineração Usiminas possui contrato com a MRS Logística para serviços de transporte ferroviário de minério de ferro no período de 01/01/2011 à 30/11/2026. O saldo deste contrato em 31/12/2013 é de R$ 585 milhões.

Contrato de prestação de serviços com a LLX

A Mineração Usiminas possui contrato com a LLX Logística referente a serviços portuários no período de 05 (cinco) anos contados à partir do primeiro embarque á realizar. O saldo deste contrato em 31/12/2013 é de R$ 194 milhões.

A Usiminas Mecânica possui contratos de venda de seus produtos, como equipamentos industriais e estruturas metálicas, blanks e estampados, montagens diversas, vagões ferroviários, fundidos para vários segmentos industriais.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia possui diversos contratos relacionados a investimentos em suas usinas e na empresa Mineração Usiminas, que somam o montante de R$1,365 bilhões.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas do contrato de arrendamento operacional citado acima é apropriada ao resultado operacional da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida em que são consumidos no processo de produção.

As receitas de vendas relacionadas aos contratos da Usiminas Mecânica, são imputadas ao resultado conforme a evolução de cada item construído.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas, e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação.

Conforme comentado no item 10.8.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2013 foi de R$981 milhões (R$1,6 bilhões em 2012), sendo:

- Usinas de Ipatinga e Cubatão: R$600 milhões (R$960 milhões em 2012)

- Controladas: R$381 milhões (R$678 milhões em 2012)

Os investimentos nas Usinas estão concentrados em aumento da produção de laminados, adequação das coquerias, melhoria da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

Os projetos de investimentos seguem seu curso normal de detalhamento de engenharia, licitações, assinatura de contratos e execução das obras, conforme cronograma estabelecido.

Os principais investimentos da Companhia são focados em Siderurgia e Mineração, conforme descritos a seguir:

Siderurgia

Os investimentos mais relevantes concluídos em 2013 foram:

Reforma do Regenerador 7 do alto Forno 3 (Ipatinga): Restauração do revestimento refratário na região de saída de ar quente do Regenerador 7 do Alto Forno 3 com o intuito de evitar perda de produção de gusa em caso de colapso, o arrombamento da carcaça e ou queda total dos tijolos refratários, assim como riscos de acidentes com pessoas. Início de operação em 09/04/2013.

Sistema de Controle de Acesso (Cubatão): Implantação do sistema de controle de acesso através de instalação de catracas, cancelas e sensores integrados pelo sistema RONDA, nas portarias 3, 4 e 5 de Cubatão, com início de operação em 29/08/2013.

Linha de Decapagem nº 3 (Cubatão): Instalação de uma Linha de Decapagem de 1.400.000 toneladas por ano cujo início de operação foi em 17/10/2013.

Os principais investimentos em andamento são:

Ipatinga

Reconstrução da Coqueria nº 2: Restabelecer produção de gás (COG) e coque da Coqueria 2 para 1.100.000 t/ano e reduzir a emissão de particulados, gases e matérias voláteis para a atmosfera. A Bateria nº 3 encontra-se parada para reforma desde 18/10/2010 e tem retorno de operação previsto para o 1º semestre de 2015.

Despoeiramento da área de corridas do Alto Forno #3: Adequação do sistema de despoeiramento das Áreas de Corrida do Alto Forno Nº3, composto por Filtro de Mangas, Dutos, Damper e Coifas. A previsão de início de operação é 1º semestre de 2014.

Sistema de Refrigeração do Cadinho do AF03: Instalação de sistema para resfriamento da água de refrigeração do cadinho do Alto-Forno nº 3, com previsão de início de operação no 1º semestre de 2014.

Grande Reparo do Regenerador 4: Reparar a parede refratária do Regenerador #4 do AF#2 da Usina de Ipatinga com o intuito de evitar o arrombamento da carcaça e/ou queda total dos tijolos refratários, ou seja, evitar a falência total do regenerador, além de minimizar o risco de acidentes. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2014.

Substituição da Ponte Rolante L8: Lingotamento Contínuo da Aciaria 2: Substituição da ponte rolante de manuseio de panelas aço líquido na Aciaria 2 de carregamento das máquinas de lingotamento contínuo que encontra-se atualmente com alto grau de obsolescência eletromecânico, trincas na estrutura da base do redutor do içamento principal e trinca na viga principal. A nova ponte terá capacidade de 260 t. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2015.

Substituição do óleo combustível pelo Gás Natural nos Fornos de reaquecimento de placas da Laminação de Tiras a Quente e individualização do Gás Natural no Alto Forno 3: Implantação de Gás Natural como complemento de mistura com os gases siderúrgicos para consumo nos queimadores nos fornos do LTQ, em substituição ao óleo combustível. Individualização da rede de Gás Natural do AF3 com instalação de nova estação recebedora e interligação da mesma com a tubulação existente. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2014.

Reparo do Topo da Coqueria 3: Reparo do topo da Coqueria 3 para garantir padrões seguros de operação obedecendo as leis ambientais, evitando a redução drástica da vida útil dos fornos da Coqueria 3, devido ao aumento descontrolado da expansão dos fornos. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2015.

Cubatão:

Troca de 21 Stave Coolers para Alto Forno #2: Substituir 21 stave coolers de ferro fundido por Coolers de cobre, com elevada taxa de transferência de calor e maior durabilidade, assegurando a preservação da carcaça do Alto Forno. 1ª troca de 8 stave coolers concluída em nov/2013. Em andamento 2ª troca de 13 stave coolers.

Reforma das Caldeiras 2 e 4: Reforma completa das caldeiras 2 e 4 para restabelecimento da capacidade de produção de vapor da central termoelétrica nº 1 (CTE-1) através da recuperação das condições originais de projeto das caldeiras tipo aquotubular convencional. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2014.

Reconstrução Estrutural dos Pátios de Matérias-primas e Sinterizações 2 e 3: Reconstrução estrutural e equipamentos dos Pátios de Minério, da Sinter 2 e da Sinter 3 através da estabilização de estruturas e equipamentos, dos sistemas auxiliares e dos sistemas de abastecimento. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2014.

Logística Interna Planta Cubatão: Adequação das instalações da Usina de Cubatão para manuseio e estocagem de bobinas com dimensões até 2050mm de largura, 2100mm de diâmetro externo e 35 ton de peso máximo. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2014.

Adequação do Patio de Beneficiamento de escória de aciaria: Adequação das instalações do Pátio de Beneficiamento de escória de aciaria e implantação de um Pátio de Cura de escória em atendimento às exigências técnicas constantes da Licença de Operação. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2015.

AVCB Santos: Adequação das instalações necessárias para a certificação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo nas áreas da Usina de Cubatão localizadas dentro do município de Santos/SP, conforme indicado no Decreto Estadual nº 46.076, de 31 de agosto de 2001. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2015. Liberações parciais a partir de fev/2015.

Reparo de Soleira da Coqueria 1 e Sub-soleira da Coqueria 2: Reparo em 16 canais de regeneradores e subsoleiras, substituição de 16 soleiras refratárias de fornos e substituição de 16 jamb's. O objetivo principal é evitar a redução drástica da vida útil dos fornos da Coqueria 1 e 2, devido a evolução de degradação, principalmente dos canais de regeneradores e subsoleiras. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2015.

Pátio de Carvão – Silo Dosador: Instalação de um silo pulmão no prédio de britagem para estabilizar a alimentação de carvão aos britadores, com o objetivo aumentar o consumo dos carvões Alto Volátil (AV) e Coque Verde de Petróleo (CVP), que são os de menor preço e necessitam ser britados com uma melhor eficácia. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2015.

AF2 Troca chaminé Granulação Escória: Recomposição do sistema de exaustão de vapores de granulação de escória do AF2 de Cubatão a fim de eliminar danos nas estruturas do forno causados pelo vapor de água com componentes de enxofre. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2014.

Troca de trafos ascarel da Usina de Cubatão (1ª Etapa): Substituição e destinação de 80 transformadores PCB (Ascarel) na Usina de Cubatão, 1º lote, em atendimento a compromisso firmado com a CETESB e Ministério Público (TAC) e à Lei Estadual 12288 (SP). Previsão de início de operação no 2º semestre de 2014.

Os investimentos futuros nas Usinas de Ipatinga e Cubatão são:

Reforma nas coquerias;

Adequação das Instalações das Usinas para atender às normas ambientais;

Implantação de sistemas de automação e de gestão industrial (projetos de produtividade);

Projetos de Sustaining das Usinas de Ipatinga e Cubatão;

Reforma dos Altos Fornos (Ipatinga e Cubatão).

Mineração

Teve início também em 2013 a exploração dos direitos minerários arrendados da MBL que fazem divisa com os da MINERAÇÃO USIMINAS, na região da Serra Azul (MG), o que amplia o acesso da empresa às suas reservas. O arrendamento tem duração de 30 anos ou até o esgotamento das reservas.

Projeto Friáveis: criação de duas novas plantas industriais com o objetivo de alavancar a produtividade das plantas atuais e conseqüentemente a capacidade de produção da Mineração Usiminas de 8 Mtpa para 12 Mtpa, com a implantação das ITM´s (Instalação de Tratamento de Minérios) Samambaia e Flotação, permitindo assim a recuperação de Pellet Feed a partir dos finos naturais, recuperação dos finos de barragens e recuperação de rejeitos grossos das ITMs existentes. O projeto faz parte do plano estratégico do grupo permitindo a geração de valor bem como a resposta às projeções de demanda do mercado na expectativa plurianual. Em 2013 foi iniciada a operação da planta de sinter feed (ITM Samambaia) e está previsto para o primeiro trimestre de 2014 o inicio de operação da planta de pellet feed (ITM Flotação).

Projetos de infra-estrutura: têm como objetivo adequar a operação atual aos novos níveis de produção previstos com o início de operação das novas plantas do Projeto Friáveis.

Aquisição de novos equipamentos móveis de mineração: a finalização do processo de aquisição de equipamentos de mineração tem como principais objetivos a expansão do desempenho operacional cumprindo os planos de lavra projetados, otimização em seu processo de movimentação de minério e captura dos melhores resultados operacionais e financeiros para o negócio.

Projeto Compactos: consolidação da engenharia básica de um novo projeto que permita o aproveitamento de uma reserva de minérios designados "minérios compactos". As ações previstas para o ano de 2014 são a consolidação da engenharia das instalações industriais e pátios de estocagem e definições de alternativas para escoamento da produção, tendo como finalidade embasar a avaliação do investimento.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar as suas fontes de captação e contratar financiamentos de longo prazo para suprir suas necessidades e de suas empresas controladas. A Administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos para os anos seguintes. Dentre as principais fontes de financiamento, destacam-se as operações com os bancos privados e bancos públicos, mercado de capitais, e agências de fomento à exportação. Os principais financiadores da Companhia são o Banco do Brasil, o banco japonês JBIC e o BNDES. As principais fontes de financiamento estão demonstradas no item 10.1 (e).

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia constantemente avalia a adequação estratégica dos seus ativos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2013 não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de aços de alta resistência para o setor automotivo, incluindo aços laminados a frio e aços revestidos, juntamente com o desenvolvimento de sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços para a construção naval e de plataformas *offshore* e sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços especiais para tubos de grande diâmetro para gasodutos e oleodutos. Apoio ao Desenvolvimento industrial de aços para fins balísticos. Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços para o setor da construção civil. Desenvolvimento de aços revestidos com ligas de zinco com características melhoradas de resistência à corrosão atmosférica. Desenvolvimento de aço com revestimento metálico especial para conformação a quente. Desenvolvimento de novos produtos galvanizados a quente. Desenvolvimento de novos métodos e técnicas experimentais visando suporte tanto ao desenvolvimento de novos produtos quanto à sua aplicação pelos clientes.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2013, a Companhia gastou aproximadamente R$ 8,6 milhões com as atividades de pesquisa relacionadas acima.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A Usiminas reestruturou o seu processo de desenvolvimento de produtos, estabelecendo uma coordenação central para os projetos, que permitiu uma importante expansão da carteira de projetos e uma significativa redução no tempo de lançamento de um novo produto. Com a

nova sistemática, foi incluída a participação da alta direção nas etapas de avaliação e seleção de projetos, estabelecendo um alinhamento com as estratégias da Companhia, e foram criados mecanismos para aumento do grau de interação com os clientes alvo, permitindo um melhor atendimento às suas necessidades.

O ano de 2013 foi um marco para a Usiminas quanto ao avanço no desenvolvimento de novos produtos, particularmente os aços de alta e ultra-alta resistência mecânica utilizando as novas linhas - Resfriamento Acelerado, Laminador de Tiras a Quente e Galvanização por Imersão a Quente (HDG) - que representam os investimentos mais relevantes realizados nos últimos anos e que colocaram a Empresa no estado da arte na fabricação destes aços, para diferentes setores de mercado.

No caso de chapas grossas, foi atingida em 2013 a marca de 100 mil toneladas comercializadas de aços produzidos via resfriamento acelerado - Linha Sincron. Para atingir esta marca e propiciar um portfólio de produtos de maior valor agregado, foram importantes os projetos desenvolvidos para os setores naval, tubos de grande diâmetro e estrutural. No setor naval, a Usiminas vem consolidando o fornecimento de aços Sincron para estaleiros nacionais, após estudos de engenharia de aplicação que demonstraram ganhos significativos de produtividade com o uso destes aços. Foi, ainda, iniciado o fornecimento de aço Sincron de alta resistência mecânica, da classe HT40, recentemente desenvolvido, destinado a plataformas do tipo FPSO, para utilização nos campos do Pré-Sal. No setor de tubos de grande diâmetro, destaca-se o desenvolvimento do aço API X65 para aplicação *sour service*. O grau X65 foi homologado em 2013, atendendo às especificações para aplicação em gasodutos *offshore* do Pré-Sal. Com este desenvolvimento, a Usiminas entrou para um seleto grupo de siderúrgicas no mundo que apresenta capacitação para o fornecimento deste tipo de aço. Por fim, foram desenvolvidos os aços estruturais de alta resistência mecânica S420M e S460M, que propiciam vantagens estruturais de redução de peso, em relação aos usualmente destinados ao segmento de energia: eólica e de hidrogeração.

No caso ainda de chapas grossas, porém sem a utilização do resfriamento acelerado, encontra-se em fase de certificação em cliente o aço balístico, fornecido como temperado e revenido, visando a atender aos requisitos da norma americana MIL-A-46100D, para aplicação em veículos de defesa.

Quanto aos produtos tiras a quente, a Usiminas vem consolidando o seu portfólio de aços de maior resistência mecânica, com vista a permitir a redução de espessura, com consequente diminuição de peso do produto final dos clientes. Em 2013, destaca-se o fornecimento de bobinas de aço API X70, desenvolvidas para fabricação no novo Laminador de Tiras a Quente, instalado na Usiminas em Cubatão, um dos mais modernos do mundo, visando à produção de tubos para a segunda fase do projeto do etanolduto brasileiro, que ligará Ribeirão Preto (SP) a Uberaba (MG). Ainda utilizando o novo Laminador, está em desenvolvimento o aço *Complex Phase*, da classe até 800MPa de limite de resistência, para a indústria automotiva. Destaca-se, também, a entrada em operação de uma nova linha de Decapagem, na planta de Cubatão, que ampliará a oferta e o mix dimensional da Usiminas de material a quente decapado, com espessuras entre 1,5 e 6,5mm e larguras entre 600 e 1.800mm.

Relativamente aos produtos tiras a frio, com e sem revestimento, a Usiminas também tem focado o desenvolvimento de aços de maior resistência mecânica, especialmente para atender aos setores automotivo e de autopeças. Em 2013, foi consolidado o desenvolvimento do aço Dual Phase 1000, galvanizado a quente (GI), utilizando a nova linha de Galvanização por Imersão a Quente, e do aço TRIP 800 eletrogalvanizado. Estes aços apresentam boas características de conformação e de absorção de energia ao impacto, no caso de colisão, e estão homologados por importantes montadoras para aplicação em peças de segurança. Destaca-se que a Usiminas, no momento, é a única siderúrgica nacional capacitada para o seu fornecimento. Complementarmente, para atender ao mesmo tempo aos critérios de alta resistência mecânica e de excelente conformabilidade, para aplicação na fabricação de peças de formas mais complexas, foram iniciados os desenvolvimentos do aço para conformação a quente, com revestimento Zn-Fe, e do aço Dual Phase 1000 eletrogalvanizado com característica de expansão de furo.

Finalmente, na linha de produtos laminados a frio, no que tange a aços elétricos, foi iniciado em 2013 o desenvolvimento de um aço totalmente processado, que representa uma nova concepção mais econômica para os clientes, pois elimina a necessidade de tratamento térmico aplicado pelo próprio cliente nos aços semiprocessados, usualmente fornecidos pela Usiminas (família USICORE). O aço elétrico totalmente processado é indicado para dispositivos eletromagnéticos (pequenos motores e transformadores) de baixo ciclo de trabalho.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos com desenvolvimento dos produtos mencionados no item acima, somam-se aos gastos normais de todo o processo de produção e não foram mensurados pela companhia.

10.11. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, e que não foram identificados ou comentados nos demais itens.

Não há.

Formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP
Arquivado na CVM em 14.02.2014

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2013 com as informações requeridas no Anexo 9-1-II:

. A Companhia está dispensada da apresentação por apresentar prejuízo no exercício, conforme processo CVM TJ/2010-14687.

Parecer do comitê de auditoria

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS
CNPJ/MF 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0
Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Comitê de Auditoria da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, realizada na sede da Companhia na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3011, na cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, no dia 10 de fevereiro de 2014, às 10:00 horas.

Presenças: Takashi Hirose - Coordenador do Comitê. Demais membros: Paulo Penido Pinto Marques, Aloísio Macário Ferreira de Souza, Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca e Claudio Gabriel Gugliuzza. Estiveram também presentes Satoshi Yamamoto e Eyla Miyuki Kinjyo como assessores do Coordenador; Flávio Machado, Tomas Menezes e Rogério Magalhães, como representantes dos Auditores Independentes (EY); Ronald Seckelmann, Leonardo Karam Rosa, Diogo Dias Gonçalves, Marcelo Héctor Barreiro e Marcos Aurélio Alves como representantes da Vice-Presidência de Finanças da Usiminas; Guilherme Poggiali Almeida, Gerente Geral Jurídico; Horacio Autério, como assessor do sr. Claudio Gugliuzza. Bruno Lage de Araujo Paulino, Secretário-Geral.

Ordem do Dia:
I – Demonstrações Financeiras de 2013, Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido e Relatório da Administração – O Comitê revisou as Demonstrações Financeiras de 2013, Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido e Relatório da Administração e recomendou sua aprovação pelo o Conselho de Administração.

II - Encerramento - Nada mais sendo tratado, deu-se por encerrada a reunião, sendo a ata respectiva lavrada no Livro CM-01, com a assinatura dos presentes. Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2014.

Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados pela administração ou pelos acionistas controladores

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
Companhia Aberta
CNPJ/MF 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS ("Usiminas" ou "Companhia"), consoante o disposto no art. 10 da Instrução CVM 481/09 e com base nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, apresenta as informações sobre os candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal indicados pelos acionistas controladores, bem como aqueles indicados por acionistas minoritários e recebidas pela Companhia até esta data, as quais constam do Anexo 1 a seguir.

Adicionalmente, a Companhia informa que na próxima Assembleia Geral Ordinária ("AGO") será proposta a eleição de, no mínimo, 8 (oito) conselheiros de administração pelos sistemas do voto múltiplo ou majoritário. Caso haja requerimento de adoção do sistema de voto múltiplo que perfaça os requisitos legais e regulamentares aplicáveis (artigo 141, caput e § 1º, da Lei n° 6.404/1976, e Instrução CVM n° 165/1991), o número de membros acima informado poderá ser aumentado por decisão dos acionistas a ser tomada na própria AGO.

Além dos membros acima referidos, também poderão ser eleitos na próxima AGO até dois conselheiros de administração por indicação de acionistas minoritários em votação em separado, desde que sejam atendidos os requisitos previstos no artigo 141, §§ 4º a 6º, da Lei n° 6.404/1976.

Finalmente, também deverá ser eleito na AGO, em votação em separado, o representante dos empregados da Companhia no Conselho de Administração. Conforme previsto no artigo 12, § 1º, do Estatuto Social, cabe à Previdência Usiminas (atual denominação da Caixa dos Empregados da Usiminas) indicar o aludido representante enquanto ela detiver, ao menos, 5% (cinco por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia. A propósito, vale esclarecer que, em consonância com o referido dispositivo estatutário, a Previdência Usiminas somente participará da eleição dos membros do Conselho de Administração pelos sistemas do voto múltiplo ou majoritário com as ações de sua propriedade que excedam o percentual de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

ANEXO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AOS CARGOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL CONTIDAS NO ITEM 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

1) Candidatos ao Conselho de Administração indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Titulares:

a. nome	Alcides José Morgante
b. idade	72 anos
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	120.074.988-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Daniel Agustín Novegil
b. idade	61 anos
c. profissão	Engenheiro Industrial
d. CPF ou número do passaporte	10330160N
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Eiji Hashimoto
b. idade	57 anos
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	MT0515990
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Fumihiko Wada
b. idade	65 anos
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TZ0231735
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Paulo Penido Pinto Marques
b. idade	56 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	269.139.176-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro dos Comitês de Auditoria e Recursos Humanos
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
b. idade	44 anos
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	790.197.496-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro dos Comitês de Auditoria e Recursos Humanos
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Roberto Caiuby Vidigal
b. idade	69 anos
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	007.763.518-34
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

- Membros Suplentes:

a. nome	Gileno Antônio de Oliveira
b. idade	56 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	441.159.206-10
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Gerente Geral de Engenharia Industrial
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Honorio Pedro García Diez
b. idade	62 anos
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	10106673N
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Mario Giuseppe Antonio Galli
b. idade	62 anos
c. profissão	Graduado em Filosofia
d. CPF ou número do passaporte	YA0314245
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Oscar Montero Martinez
b. idade	53
c. profissão	Engenheiro Industrial
d. CPF ou número do passaporte	14.126.591 (Argentino)
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Takaaki Hirose
b. idade	52 anos
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	TH7303709
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Yoichi Furuta
b. idade	55 anos
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TH6520391
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Hirohiko Maeke
b. idade	56 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	TK0437339
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

2) Candidatos ao Conselho de Administração indicados pelos Acionistas Minoritários

2.1) Indicação do acionista GF Gestão de Recursos S.A.

- Membros Titulares:

a. nome	Aloísio Macário Ferreira de Souza
b. idade	52 anos
c. profissão	Bancário e Economiário
d. CPF ou número do passaporte	540.678.557-53
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro dos Comitês de Auditoria e Recursos Humanos
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Marcelo Gasparino da Silva
b. idade	43 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	807.383.469-34
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

- Membros Suplentes:

a. nome	Guilherme Silva Roman
b. idade	34 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	005.856.599-07
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco
b. idade	53 anos
c. profissão	Engenheiro Metalurgista
d. CPF ou número do passaporte	371.150.576-72
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

2.2) Indicação do acionista PREVI- Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

- Membros Titulares:

a. nome	Wanderley Rezende de Souza
b. idade	52 anos
c. profissão	Bancário e Economiário
d. CPF ou número do passaporte	634.466.267-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

- **Membros Suplentes**:

a. nome	Hudson de Azevedo
b. idade	61 anos
c. profissão	Bancário e Economiário
d. CPF ou número do passaporte	139.120.030-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

3) Candidatos à vaga de representante dos empregados no Conselho de Administração indicados pela Previdência Usiminas (atual denominação da Caixa dos Empregados da Usiminas), na forma prevista no artigo 12, § 1º, do Estatuto Social[1]

- Membro Titular:

a. nome	José Oscar Costa de Andrade
b. idade	67 anos
c. profissão	Engenheiro Metalúrgico
d. CPF ou número do passaporte	097.284.656/53
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim (indicado por integrante do bloco de controle e eleito conforme regra prevista no Estatuto Social da Companhia)

- Membro Suplente:

a. nome	Chrysantho de Miranda Sá Junior
b. idade	60 anos
c. profissão	Engenheiro Eletricista (opção eletrônica)
d. CPF ou número do passaporte	272.337.906-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim (indicado por integrante do bloco de controle e eleito conforme regra prevista no Estatuto Social da Companhia)

[1] A Previdência Usiminas é signatária do Acordo de Acionistas da Companhia e, consequentemente, também integra o seu bloco de controle.

4) Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Titulares:

a. nome	Lúcio de Lima Pires
b. idade	43 anos
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	812.099.596-15
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Masato Ninomiya
b. idade	65 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	806.096.277-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Paulo Frank Coelho da Rocha
b. idade	43 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	151.450.238-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

- Membros Suplentes:

a. nome	Carlos Augusto de Assis
b. idade	52 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	073.478.928-99
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Ely Tadeu Parente da Silva
b. idade	48 anos
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	587.729.016-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Mário Roberto Villanova Nogueira
b. idade	51 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	112.981.928-03
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

5) Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelos Acionistas Minoritários

5.1) Indicação do acionista GF Gestão de Recursos S.A.

- Membros Titulares:

a. nome	Arlindo Magno de Oliveira
b. idade	[não informado]
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	[não informado]
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Telma Suzana Mezia
b. idade	62 anos
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	065.192.105-87
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

- Membros Suplentes:

a. nome	Mario Silva dos Santos Skornicki
b. idade	34 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	005.856.599-07
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

a. nome	Robert Juenemann

b. idade	[não informado]
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	[não informado]
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

5.2) Indicação do acionista PREVI- Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

- Membros Titulares:

a. nome	Janio Carlos Endo Macedo
b. idade	52 anos
c. profissão	Bancário e Economiário
d. CPF ou número do passaporte	038.515.528-06
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

- Membros Suplentes:

a. nome	Roberto Luiz Ribeiro Berzoini
b. idade	59 anos
c. profissão	Bancário e Economiário
d. CPF ou número do passaporte	000.478.088-45
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não Aplicável.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho de Administração:

a) Currículos

1) Conselho de Administração – Candidatos Indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Titulares:

Alcides José Morgante. Graduado em Administração de Empresas. Foi Gerente de Área e Diretor-Adjunto de Sistemas da Confab Industrial S.A; Gerente da empresa Cobrasma S.A; Diretor Administrativo, Financeiro e Comercial da Engrecon S.A; Diretor de Desenvolvimento na Secretaria do Trabalho do Município de Osasco, tendo ministrado cursos na FEAO – Faculdade de Economia e Administração de Osasco, bem como no sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Daniel Agustín Novegil. Graduado em Engenharia Industrial pela Universidade de Buenos Aires, possui mestrado em Ciência da Administração da Universidade Stanford. Em 1978 trabalhou na Propulsora Siderúrgica S.A. (companhia do Grupo Techint) e foi nomeado como Diretor Geral da Companhia em 1991. Em 1993, após a incorporação da Propulsora com a privatizada Somisa, foi nomeado Diretor da Siderar. Em 1998, após a aquisição da Sidor na Venezuela, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Sidor. Em Março de 2003 foi designado Vice Presidente Executivo da Divisão de Aços Planos e Longos da Techint, com responsabilidade corporativa perante Sidor e Siderar. É membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Ternium S.A. desde 2005. Tornou-se Presidente do Conselho de Administração da Siderar em Maio de 2005 e é também Presidente do Conselho de Administração da Ternium México, S.A. de C.V., empresa resultante de uma fusão entre Hylsamex S.A. de C.V. e Grupo IMSA S.A. de C.V., cujo controle total foi respectivamente adquirido pela Ternium em 2005 e 2007. É membro do Conselho de Administração da Ternium Brasil S.A. Pertence ao Comitê Executivo da Associação Latino Americana do Aço (ALACERO) e Presidente do Comitê de Estudos Econômicos do Conselho de Associação Mundial do Aço. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Eiji Hashimoto. Graduado pela Faculdade de Comércio da Hitotsubashi University, Tokyo, Japão. Atuou na Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation como Gerente e Gerente de Grupo de Produtos Planos, Gerente Geral de Marketing Global, Diretor do Departamento de Placas e de Estruturas. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Executivo da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation e é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Fumihiko Wada. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Keio do Japão. No Japan Bank for International Cooperation, foi Diretor Geral, Diretor Geral do Departamento de Empréstimos V, Tesoureiro e Controller, Diretor Geral de Recursos Humanos, Diretor Executivo Residente das Américas; na Marubeni Corporation foi Vice Presidente Sênior, Executivo Corporativo Sênior do Departamento Regional de Estratégia e Coordenação, Presidente do Comitê de Promoção de Negócios de Meio Ambiente,

Consultor Corporativo; Consultor Corporativo da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation e Nippon Usiminas Co. Ltd.; Presidente-CEO da Nippon Usiminas Co. Ltda. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Paulo Penido Pinto Marques. Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Atuou como Vice Presidente de Finanças, Relações com Investidores e Tecnologia da Informação da Usiminas; Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Administrativo da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN; Presidente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística; Presidente do Conselho de Administração da Ita Energética; Membro do Conselho de Administração da MRS Logística S.A.; membro do Conselho de Administração da Rio Negro Comércio e Indústria de Aço S.A.; membro do Conselho de Administração da Usiparts Sistemas Automotivos S.A.; e Diretor de Finanças e Relações com Investidores da Embraer. Atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca. Possui MBA Executivo em Finanças pela IBMEC Business School, Especialização em Administração Financeira pela Fundação Dom Cabral e graduação em Ciências Econômicas pela PUC/MG. Tem experiência como superintendente de planejamento e análise de investimentos, analista de planejamento econômico financeiro, e analista de custos e orçamento, cargos ocupados na Usiminas. Atualmente ocupa o cargo de Presidente da Previdência Usiminas, entidade que faz parte do grupo de controle da Companhia, e é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Roberto Caiuby Vidigal. Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia São Luis – SP. Participou do Programa de Gestão Avançada (Advanced Management Program) do Insead – Institut Europeen D'Administration, Fontanebleau, França. Atuou como Presidente do Grupo Confab, Presidente da Techint Engenharia e Construção, Presidente do Capítulo Brasileiro da CEAL – Conselho Empresarial da América Latina, Presidente da ALABIC – Asociacion Latinoamerinaca de Industrias e Bienes de Capital, Presidente da ABDIB – Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base, Presidente do Conselho do IPEN – Conselho Superior do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, Vice Presidente do CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Membro do Conselho Consultivo do Banco Finasa de Investimentos S.A., Membro do Conselho de Administração da Refripar S.A., Presidente da CGU Companhia de Seguros, Membro do Conselho de Administração da Algar S.A. e Presidente do Instituto Liberal de São Paulo. Atualmente, exerce as seguintes funções: Presidente do Conselho de Administração da Confab Industrial S.A., Presidente do Conselho de Administração da Techint Engenharia e Construção S.A., Membro do Conselho de Administração de San Faustin S.A., Membro do Conselho da Air Liquide do Brasil, Presidente do Conselho Consultivo da S.A. O Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Consultivo da OESP Gráfica S.A., Membro do Diretório da SIAT S.A. (Argentina), Presidente do Conselho Consultivo da Scania Latin America Ltda., Membro do Conselho Estratégico da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Ternium Brasil S.A., e Diretor Presidente da SNF – Siderúrgica do Norte Fluminense S.A. Ainda, atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

– Membros Suplentes:

Gileno Antônio de Oliveira. Graduado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Especialista em Ciência e Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar; Pós Graduado em Gestão Empresarial Estratégica pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; MBA Executivo em Gerência de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Foi Professor de Química e Matemática de Cursos Pré Vestibulares - Belo Horizonte; Professor de Cálculo Diferencial e Integral, Materiais de Construção Mecânica, Metrologia e Engenharia da Qualidade dos cursos de Engenharia da PUC-MG e Unileste-MG, Campus Vale do Aço; atuou como Diretor da Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais - ABM Vale do Aço, como Membro da Comissão de Laminação - COLAM e ainda como Diretor da União Brasileira para a Qualidade - UBQ. Na Usiminas, atuou como Engenheiro Metalúrgico na Laminação a Frio, Gerente de Divisão Técnica da Laminação a Frio e da Aciaria, Superintendente da Laminação a Frio e Gerente Geral de Engenharia de Processos. Atualmente, é Presidente do Conselho Deliberativo da Previdência Usiminas e Gerente Geral de Engenharia Industrial da Usiminas.

Honorio Pedro García Diez. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica Argentina. Possui experiência como Diretor de Administração e Finanças da Techint Compañía Técnica Internacional S.A.C.I.; Vice Presidente Financeiro da Techint Internacional Construction Corp. (TENCO). Atuou no Grupo Sade – Saldemi (empresa do Grupo GE) exercendo suas atividades como Vice Presidente Financeiro da Sade Brasil; Diretor Administrativo e Financeiro da Sade Venezuela e Diretor Administrativo e Financeiro da Sade nas operações na Colômbia. Atualmente é membro do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

Mario Giuseppe Antonio Galli. Graduado em Filosofia pela Universidade de Milão, é jornalista licenciado e já trabalhou em Comunicação e Novas Mídias por mais de 23 anos. Atuou como Diretor de Comunicação Corporativa do Grupo Techint, e dirigiu os projetos re-branding das empresas Tenaris e Ternium. Suas áreas de responsabilidade incluem: empregados e comunicações de marketing, relações de mídia e gestão de crises de comunicação. Foi presidente do Comitê de Comunicação da Associação Mundial do Aço 2009-2011. Atualmente trabalha como Diretor Corporativo de Comunicações da Tenaris, Diretor da Tenaris Confab Hastes de Bombeio e é membro do Conselho de Administração da Ternium Brasil S.A. Atua, ainda, como membro do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

Oscar Montero Martinez. Graduado em Engenharia Industrial. Atualmente ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades: Ternium México S.A. de C.V., Tenigal S. de R.L. de C.V., Ternium USA Inc., Acerus S.A. de C.V., APM, S.A. de C.V., Ternium Gas México S.A. de C.V., Ferropak Servicios S.A. de C.V., Ferropak Servicios S.A. de C.V., IMSA Monclova S.A. de C.V., Las Encinas S.A. de C.V., Acedor S.A. de C.V., Ferropak Comercial S.A. de C.V., Treasury Services S.A. de C.V. e Consorcio Minero Benito Juarez Peña Colorada, S.A. de C.V. (suplente). Atua, ainda, como Diretor Geral de Planejamento e Operações da Ternium. Atualmente é membro do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

Takaaki Hirose. Graduado em economia pela Waseda University. Atuou como Gerente da do Departamento de Finanças e Contabilidade, Gerente do Departamento de Planejamento Corporativo e Orçamento e Gerente Geral da Divisão de Administração da Planta de Yamata, na Nippon Steel Corporation, e também na Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation desde outubro de 2012. Atualmente, possui o cargo de Gerente Geral da Divisão de Desenvolvimento de Negócios no Exterior da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation.

Yoichi Furuta. Bacharel em Direito pela Tokyo University, Master of Business Administration, Harvard Business School. Foi Gerente do Departamento de Produtos Automotivos Lisos da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation; Gerente de Grupo do Departamento de Produção de Chapas e Bobinas, planta de Kimitsu da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation; Gerente de Grupo do Departamento de Placas e Produtos Longos, Divisão de Marketing Global da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation; Gerente de Grupo do Departamento de Planejamento e Coordenação, Divisão de Marketing Global da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation; Gerente Geral do escritório de Chicago, Nippon Steel U.S.A. Inc.; Gerente Geral da Divisão de Chapas de Aço Elétrica da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation; Gerente Geral da Divisão de Desenvolvimento de Negócios no Exterior da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation. Atualmente é membro do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

Hirohiko Maeke. Graduado em Direito pela *Usiversity of Tokyo,* com mestrado na Escola de Direito na Usiversity of Washington. Foi Gerente do Departamento Jurídico da Sumitomo Metal Industries Ltda e Gerente Geral e Diretor da Divisão Jurídica da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation. Atualmente ocupa o cargo de Gerente Geral da Divisão de Desenvolvimento de Negócios no Exterior da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation.

2) Conselho de Administração – Candidatos Indicados por Acionistas Minoritários

2.1) Indicação do acionista GF Gestão de Recursos S.A.:

Aloísio Macário Ferreira de Souza. Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e Coordenador do capítulo Rio de Janeiro. É contador e atuou como bancário. Foi analista sênior do Banco do Brasil, Conselheiro de Administração no Banco do Brasil e da Brasil Telecom Participações S.A. Foi Conselheiro Fiscal da AMBEV. Atualmente ocupa o cargo de Conselheiro de Administração, pelo segundo mandato, na Usiminas (eleito pela PREVI) e Conselheiro Fiscal da Guarani. É membro do GGC – Grupo de Governança Corporativa.

Marcelo Gasparino da Silva. Advogado e Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e membro das Comissões Jurídica e de Empresas Estatais, já tendo atuado na cadeia produtiva do setor de mineração. É Conselheiro de Administração da Usiminas, Eletrobras, Celesc e Tecnisa. É Conselheiro Fiscal da AES Tietê. Foi Conselheiro Fiscal da AES Eletropaulo e da Bradespar, entre outras companhias. É membro da Comissão Técnica da AMEC – Associação dos Investidores no Mercado de Capitais e Porta Voz do GGC – Grupo de Governança Corporativa.

- Membros Suplentes:

Guilherme Silva Roman. Advogado e associado ao IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Graduado em Comércio Exterior, com quase duas décadas de experiência jurídica junto a grandes companhias do setor de mineração, telefonia e portuário. É Conselheiro Fiscal suplente da Usiminas.

Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco. Engenheiro metalurgista, graduado em 1984 pela UFMG e com doutorado em 1988 na Universidade Técnica de Clausthal na Alemanha. Foi Diretor Presidente da V&M do Brasil S.A., membro do comitê executivo e Diretor Estatutário da Vallourec S.A., Diretor Presidente da Usiminas. Atualmente é sócio da Diferencial Energia.

2.2) Indicação do acionista PREVI- Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

- Membros Titulares:

Wanderley Rezende de Souza. Graduado em Economia e Administração com MBA em Executivo em Finanças e Direito e Finanças. Foi Gerente de Equipe e Executivo da PREVI, Gerente de Contas e Negócios Corporativos do Banco do Brasil. Membro suplente do Conselho de Administração da Embraer, Conselheiro de Administração da GTD Participações e do Grupo Paranapanema. Membro Suplente do Conselho Fiscal da Cia. Café Iguaçu e Presidente do Conselho Fiscal da Tupy S.A.

- Membros Suplentes:

Hudson de Azevedo. Advogado, com pós graduação em Especialização em Recursos Humanos e em Direito e Processos Tributários, e Mestrado Profissional em Administração e Controladoria. Foi Gerente de Agência II e de Unidade Regional de Cobrança do Banco do Brasil, Educador do REJUNE. Foi Conselheiro Fiscal Suplente do COSERN e membro suplente do Conselho de Administração da Usiminas.

3) Conselho de Administração - Candidatos à vaga de representante dos empregados no Conselho de Administração indicados pela Previdência Usiminas (atual denominação da Caixa dos Empregados da Usiminas) na forma prevista no artigo 12, § 1º, do Estatuto Social

- Membro Titular:

José Oscar Costa de Andrade. Engenheiro Metalúrgico com Especialização em Matérias Primas e operações de Altos Fornos, Curso de Engenharia Metalúrgica. Na Usiminas, foi Engenheiro de Análise de Investimentos; Chefe de Departamento de Metalurgia e Inspeção; Chefe de Unidade Técnica; Engenheiro Metalúrgico da Unidade de Metalurgia de Gusa. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

- Membro Suplente:

Chrysantho de Miranda Sá Junior. Graduado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Nacional de Telecomunicações Santa Rita do Sapucaí – Inatel (opção eletrônica); MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e participou do Programa de Desenvolvimento de Executivos da Fundação Dom Cabral – FDC. Na Usiminas, atuou como Gerente da Divisão de Equipamentos de Automação;

Gerente da Divisão de Energia; Superintendente de Departamento de Energia e Transportes. Atuou também como Diretor Executivo da Fundação São Francisco Xavier (FSFX). Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Benefícios da Previdência Usiminas, entidade que faz parte do grupo de controle da Companhia.

4) Conselho Fiscal – Candidatos Indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Titulares:

Lúcio de Lima Pires. Graduado em Ciências Contábeis pela UNA – União de Negócios e Administração, em Belo Horizonte/MG, pós-graduado em Administração Financeira e Metodologia do Ensino Superior pela UNA – União de Negócios e Administração, em Belo Horizonte/MG e em Engenharia de Produção com Ênfase em Previdência Complementar pelo Instituto Ideas - UFRJ. Exerce atualmente o cargo de Gerente Executivo de Contabilidade da Previdência Usiminas, entidade que faz parte do grupo de controle da Companhia. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Masato Ninomiya. Doutor e mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio, no Japão, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Bacharel em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo. Professor doutor do departamento de direito internacional da Faculdade de Direito de São Paulo e tradutor público juramentado das línguas japonesa e inglesa. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Paulo Frank Coelho da Rocha. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Concluiu mestrado (LL.M.) em *Corporation* na *New York University School of Law.* Atuou como *Foreign Associate* no Escritório *Cravath, Swaine & Moore*, em Nova York. Atualmente é membro da *International Bar Association, do Advisory Board* do *"Working Group on Legal Opinions"* da *American Bar Association;* e da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. É co-autor do livro *"Business Laws of Brazil".* Ocupa o cargo de sócio do escritório de advocacia Demarest e Almeida desde 2003.

– Membros Suplentes:

Carlos Augusto de Assis. Doutor, Mestre em Direito Processual Civil e Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Autor de livros e artigos em revistas jurídicas especializadas, atuou como Professor Adjunto de Direito Civil na Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas. Atualmente exerce a função de advogado do escritório Advocacia Masato Ninomiya e de Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Não ocupa cargo de administração em companhias abertas. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Ely Tadeu Parente da Silva. Graduado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG. Pós-graduado em Engenharia de Produção com Ênfase em Previdência Complementar pelo Instituto Ideas – UFRJ. Ocupa o cargo de Gerente de Conformidade na Previdência Usiminas, entidade que faz parte do grupo de controle da Companhia. Não ocupa cargo de administração em companhias abertas. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Mário Roberto Villanova Nogueira. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Concluiu Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É professor convidado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos das Relações de Concorrência, de Consumo e de Comércio Internacional (IBRAC). Exerce, ainda o cargo de sócio do escritório Demarest e Almeida desde 1993. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

5) Conselho Fiscal – Candidatos Indicados por Acionistas Minoritários

5.1) Indicação do acionista GF Gestão de Recursos S.A.:

- Membros Titulares:

Arlindo Magno de Oliveira. Economista com experiência na área bancária, em especial com mercados internacionais. É Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Foi Conselheiro de Administração da PREVI, VALE, CPFL, Cosern, Coelba, Celesc e Eletrobrás. É conselheiro de Administração da Telemar Participações S.A., eleito pela PREVI. É membro do GGC – Grupo de Governança Corporativa.

Telma Suzana Mezia. Profissional do mercado financeiro com carreira construída no Banco do Brasil e PREVI. É Conselheira Fiscal e de Administração certificada pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. É Conselheira Fiscal indicada pelos acionistas minoritários ordinaristas na CELESC e pelos preferencialistas na Usiminas.

- Membros Suplentes:

Mario Silva dos Santos Skornicki. Advogado, com experiência em direito societário e do mercado de capitais. Com carreira construída no mercado financeiro através da CETIP S.A. – Mercados Organizados. Participou do Comitê Jurpidico da FEBRABAN para criação da CED – Central de Exposição à Derivativos. É Sócio do escritório Mezia – Sociedade de Advogados, prestando consultoria nas áreas de Compliance e Mercado de Capitais.

Robert Juenemann. Advogado Mediador Certificado pela CERD (UK), membro da Comissão Jurídica e da Comissão de Cooperativas, bem como Coordenador do Capítulo Sul do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e tem experiência na implementação de governança corporativa em companhias de capital aberto e fechado. É Conselheiro Fiscal da Eletrobrás. É membro do GGC – Grupo de Governança Corporativa.

5.2) Indicação do acionista PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

- Membros Titulares:

Janio Carlos Endo Macedo. Graduado em Direito pela Instituição Toledo de Ensino. Possui MBA em Formação Geral para Altos Executivos, pela Universidade de São Paulo – USP, e MBA em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atuou como Gerente de Agência, Gerente de Divisão, Gerente Executivo, Gerente Geral, Diretor Estatutário, Superintendente Comercial e Superintendente Regional do Banco do Brasil, bem como Diretor Comercial da Aliança do Brasil. Atualmente exerce o cargo de Gerente Geral do Banco do Brasil, e é membro titular do Conselho Fiscal da Companhia.

- Membros Suplentes:

Roberto Luiz Berzoini. Graduado em Engenharia Civil pelo Instituto Mauá de Tecnologia. Ocupou cargos de gerente de Engenharia, Gerente Executivo, Gerente de Divisão e Diretor do Banco do Brasil – DILOG. Ocupou, ainda, o cargo de Conselheiro Fiscal de empresas tais como Previ, Cassi, Conselho Consultivo da Previ ou Fundos de Pensão BB. Atualmente exerce o cargo de Conselheiro Fiscal da CADAM e é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. Condenação criminal

Não há condenação criminal para cada um dos candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e do conselho fiscal.

ii. Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para cada um dos candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e do conselho fiscal.

iii. Qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa para cada um dos candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e do conselho fiscal.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia.

b) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissora

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável. Inexistem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

i) O candidato a membro titular do Conselho de Administração Fumihiko Wada ocupa cargo de Diretor Presidente da Nippon Usiminas Co. Ltd.

ii) O candidato a membro titular do Conselho de Administração Paulo Penido Pinto Marques mantém com o Grupo Nippon, um contrato de prestação de serviços;

iii) O candidato a membro titular do Conselho de Administração Daniel Novegil mantém relação de emprego com diversas subsidiárias da Ternium S.A., ocupa cargo de Diretor Presidente da Ternium S.A., Presidente do Conselho de Administração da Siderar S.A.I.C e da Ternium México, S.A. de C.V.;

iv) O candidato a membro titular do Conselho de Administração Roberto Caiuby Vidigal mantém relação de empregos com certas subsidiárias de Tenaris S.A. Presidente do Conselho de Administração da Confab Industrial S.A., e da Techint Engenharia e Construção S.A. e Membro do Conselho de Administração da San Faustin S.A., SIAT S.A., Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A., Confab Trading N.V. e Socotherm Brasil S.A., Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Ternium Brasil S.A. e Diretor Presidente da Siderúrgica do Norte Fluminense S.A.;

v) o candidato a membro suplente do Conselho de Administração Gileno Antônio de Oliveira ocupa o cargo de Presidente do Conselho Deliberativo da Previdência Usiminas;

vi) A candidata a membro titular do Conselho de Administração Rita Horta Rebelo de Assis ocupa cargo de Presidente da Previdência Usiminas, ocupou cargo de Diretora Financeira da mesma entidade de abril de 2010 a abril de 2012;

vii) O candidato a membro suplente do Conselho de Administração Chrysantho de Miranda Sá Junior ocupa cargo de Diretor de Benefícios da Previdência Usiminas;

viii) O membro suplente do Conselho de Administração *Takaaki Hirose* ocupa o cargo de Gerente Geral do Departamento de Desenvolvimento de Negócios no Exterior da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation e foi de 2009 a junho de 2013, Gerente Geral da Divisão de Administração da Planta de Yamata na Nippon Steel Corporation e na Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation.

ix) O membro suplente do Conselho de Administração *Hirohiko Maeke* ocupa o cargo de Gerente Geral do Departamento de Desenvolvimento de Negócios no Exterior da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation e foi de outubro de 2012 a junho de 2013, Gerente Geral e Diretor da Divisão Jurídica da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation.

x) O candidato a membro suplente do Conselho de Administração Yoichi Furuta ocupou cargo de Gerente Geral da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation até dezembro de 2011. A partir de janeiro de 2012, ocupa cargo de Diretor Executivo na mesma Companhia;

xi) O candidato a membro suplente do Conselho de Administração Oscar Montero Martinez mantém relação de emprego com diversas subsidiárias da Ternium S.A, ocupa cargo de Diretor de Planejamento da Ternium S.A., e ainda membro do Conselho de Administração de diversas subsidiárias da Ternium;

xii) O candidato a membro suplente do Conselho de Administração Mario Guiseppe Antonio Galli mantém relação de emprego com certas subsidiárias da Tenaris S.A., também é Diretor de Comunicação da Tenaris S.A. e Membro do Conselho de Administração da Ternium Brasil S.A e da Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A.;

xiii) O candidato a membro titular do Conselho Fiscal Lúcio de Lima Pires ocupa cargo de Gerente de Controladoria na Previdência Usiminas;

xiv) O candidato a membro suplente do Conselho Fiscal Ely Tadeu Parente da Silva ocupa cargo de Gerente de Conformidade na Previdência Usiminas;

xv) O candidato a membro titular do Conselho Fiscal Masato Ninomiya mantém contrato de Prestação de Serviços com o Grupo Nippon;

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

A Companhia não tem conhecimento de relação de subordinação relevante entre, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas e os candidatos aos cargos no conselho de administração e no conselho fiscal.

Proposta de remuneração dos administradores

Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

O Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, revisa anualmente a remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. A política de remuneração tem como base as práticas de mercado, que levam em conta a agregação de valor para a Companhia, seus acionistas e demais *stakeholders*, apurada através do cumprimento de metas quantitativas e qualitativas atreladas à performance global da Companhia. O seu objetivo é reconhecer adequadamente a contribuição de cada membro do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Diretoria Não-Estatutária frente à realização dos objetivos estratégicos, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Não há remuneração para os membros dos Comitês da Usiminas.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Para os Diretores Estatutários: o valor total da remuneração anual fixa e variável é determinado através de decisão do Conselho de Administração, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, conforme estudo de mercado apresentado anualmente. A remuneração fixa é paga mensalmente ao longo do ano. A remuneração variável, atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da Companhia, é paga a título de bônus após apuração final dos parâmetros de performance com base no Balanço Anual Auditado e aprovado pelo Conselho de Administração. A Companhia possui também um plano de remuneração baseado em ações para seus Diretores Estatutários.

Para o Conselho de Administração: remuneração fixa, conforme verba aprovada na Assembléia Geral Ordinária. Não há prática de remuneração variável.

Para o Conselho Fiscal: a remuneração mensal dos membros efetivos é fixada em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Não há prática de remuneração variável.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total – conforme acima

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é: 37% referente a remuneração fixa, 37% a remuneração variável e 26% a remuneração baseada em ações. Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração Fixa – a metodologia utilizada para cálculo/reajuste da remuneração fixa dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretores Estatutários) baseia-se na avaliação das práticas de mercado e da conjuntura econômica vigente. Tal metodologia visa assegurar que a política adotada pela Companhia seja competitiva e esteja em linha com o mercado e com os interesses dos acionistas da Usiminas.

Remuneração Variável (Diretores Estatutários) – a metodologia aplicável à remuneração variável tem como base o estabelecimento de indicadores econômicos, financeiros, quantitativos e qualitativos atrelados à

performance global da Companhia e ao cumprimento de metas coletivas e individuais. Anualmente, o Conselho de Administração, com base em recomendação de seu Comitê de Recursos Humanos, promove a revisão do conjunto de indicadores e metas a fim de adequá-los às práticas de mercado, à conjuntura econômica global, aos interesses dos acionistas e, também, objetivando incentivar a performance sustentável da Companhia no longo prazo. Adicionalmente a Companhia possui um Plano de Remuneração baseado em ações conforme detalhado no item 13.4.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia entende que a remuneração de seus executivos composta de parcela fixa e variável atende aos princípios de mercado e permite a avaliação do desempenho de seus executivos alinhada à performance global da Companhia.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa leva em consideração valores de mercado obtido através de consultorias especializadas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de curto prazo leva em consideração indicadores quantitativos e qualitativos, determinados anualmente com base em estudos de mercado e aspectos conjunturais da economia global. São exemplos de Indicadores quantitativos: Margem Ebitda, Custo de Produção, entre outros. Os Indicadores qualitativos estão atrelados à contribuição específica de cada diretor ao resultado da Companhia.

A remuneração variável de longo prazo leva em consideração os objetivos estratégicos da Companhia em conformidade com as melhores práticas de mercado, atrelado ao desempenho da Companhia frente ao mercado financeiro.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia entende que a política de remuneração condicionada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas (conforme explicitado no item anterior), permite que a evolução de cada uma das dimensões de seu interesse seja adequadamente medida a partir de indicadores de desempenho aos quais são atribuídos pesos da ponderação para avaliação de performance e determinação da remuneração variável. A ponderação relativa de cada indicador de desempenho é alocada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos que leva em consideração aspectos conjunturais distribuindo essa ponderação em grupos de indicadores do Grupo Usiminas, indicadores das Unidades de Negócio e Indicadores Individuais que venham trazer agregação de valor para a Companhia.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração se encontra alinhada:

Curto prazo: a remuneração está baseada no monitoramento de mercado do salário base de cada cargo, conforme painel de empresas congêneres a sua área de atuação, assegurando uma remuneração adequada dos administradores.

Médio Prazo: está alinhada com o acompanhamento de metas de desempenho definidas anualmente para cada negócio e que visam alavancar a performance global da Companhia. As metas são repactuadas anualmente.

Longo Prazo: a partir de 2011 a Companhia adotou o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. O plano possui o objetivo de alinhamento de interesses no Longo Prazo, tendo em vista o potencial de valorização das ações, na busca pelos resultados da Companhia. O Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia foi aprovado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 14/04/2011.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns Administradores recebem remuneração de Controladores da Companhia, conforme discriminado no item 13.15.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2011

Valores em reais

Orgão	No membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (****)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	6,33	7.810.240,00	23.665,52	N/A	2.520.813,39	4.672.199,38	N/A	N/A	N/A	833.387,14	N/A	2.000.000,00	1.034.784,00	18.895.089,43
Conselho de Administração	7,00	2.757.994,36	-	N/A	551.598,87	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	-	N/A	3.309.593,23
Conselho Fiscal	4,83	602.356,50	-	N/A	120.381,18	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	-	N/A	722.737,68
Total	18,16	11.170.590,86	23.665,52	N/A	3.192.793,44	4.672.199,38	N/A	N/A	N/A	833.387,14	N/A	2.000.000,00	1.034.784,00	22.927.420,34

* Refere-se a honorários
** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia
***O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.
**** Corresponde ao bônus pago em 2011, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2010.

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

A remuneração total contabilizada em 2011, incluindo provisão de remuneração variável com engargos sociais a serem pagos em 2012, totalizou R$ 29.612 mil.

Exercício social encerrado em 31/12/2012

														Valores em reais
Orgão	No membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (****)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	6,42	8.051.781,23	1.667.095,45	N/A	2.189.543,58	1.840.344,00	N/A	N/A	N/A	312.858,58	N/A	1.718.229,00	1.528.463,00	17.308.314,84
Conselho de Administração	9,50	3.954.681,80	-	N/A	612.396,80	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	-	N/A	4.567.078,60
Conselho Fiscal	4,75	569.549,71	-	N/A	113.909,94	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	-	N/A	683.459,65
Total	20,67	12.576.012,74	1.667.095,45	N/A	2.915.850,32	1.840.344,00	N/A	N/A	N/A	312.858,58	N/A	1.718.229,00	1.528.463,00	22.558.853,09

* Refere-se a honorários
** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia
***O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.
**** Corresponde ao bônus pago em 2012, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2011.

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

A remuneração total contabilizada em 2012, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais a serem pagos em 2013, totalizou R$ 32.590 mil.

Exercício social encerrado em 31/12/2013

														Valores em reais
Orgão	No membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (****)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	7,00	8.506.853,64	3.737.297,81	N/A	2.690.263,49	5.065.090,00	N/A	N/A	N/A	1.013.018,00	N/A	N/A	4.515.693,72	25.528.216,66
Conselho de Administração	10,33	4.545.170,79	-	N/A	909.034,16	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	-	5.454.204,95
Conselho Fiscal	5,00	607.632,54	-	N/A	121.526,45	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	-	729.158,99
Total	22,33	13.659.656,97	3.737.297,81	N/A	3.720.824,10	5.065.090,00	N/A	N/A	N/A	1.013.018,00	N/A	N/A	4.515.693,72	31.711.580,60

* Refere-se a honorários
** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia
***O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.
**** Corresponde ao bônus pago em 2013, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2012.

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

A remuneração total contabilizada em 2013, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais a serem pagas em 2014, totalizou R$ 36.665 mil.

Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2014

Valores em reais

Orgão	No membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	7,00	9.168.633,75	5.756.963,88	N/A	3.434.816,51	10.068.633,75	N/A	N/A	N/A	2.013.726,75	N/A	N/A		36.842.774,64
Conselho de Administração	10,00	4.823.565,02	151.727,84	N/A	964.713,01	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	5.940.005,87
Conselho Fiscal	5,00	654.902,41	-	N/A	130.980,48	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	785.882,89
Total	22,00	14.647.101,18	5.908.691,72	N/A	4.530.510,00	10.068.633,75	N/A	N/A	N/A	2.013.726,75	N/A	N/A	6.400.000,00	43.568.663,40

* Refere-se a honorários
** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia
***O valor da Remuneração baseada em Ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.
O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Conforme aprovado no Conselho de Administração em Reunião Extraordinária realizada em 24 de março de 2014, a verba global de remuneração máxima da administração prevista para o período compreendido entre a Assembléia Geral Ordinária (AGO) de 2014 e a AGO de 2015 é de R$45.500.000,00. Este valor será submetido à aprovação da Assembléia Geral Ordinária (AGO), a reunir-se em 25 de abril de 2014.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2011	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (***)	6,33	7,00	4,83
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 35.000.000,00 (*)	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R$ 4.672.199,38	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.
(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O limite para pagamento incluindo a remuneração fixa, é a verba anual definida em Assembléia Geral Ordinária, que no caso de 2011 é de R$ 35 milhões.
(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.
(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembléias.

Exercício social encerrado em 31/12/2012	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (***)	6,42	9,50	4,75
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 35.000.000,00 (*)	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R$ 1.840.344,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.
(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O limite para pagamento incluindo a remuneração fixa, é a verba anual definida em Assembléia Geral Ordinária, que no caso de 2012 é de R$ 35 milhões.
(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.
(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembléias.

Exercício social encerrado em 31/12/2013	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (***)	7,00	10,33	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R$ 40.000.000,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido (****)	R$ 5.065.090,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.
(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. A verba total anual definida em Assembléia Geral Ordinária, que no caso de 2013 é de R$ 40 milhões.
(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.
(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
(****) Corresponde ao bônus pago em 2013, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2012.
- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembléias.

Remuneração Variável Prevista para Exercício de 2014

Para o exercício de 2014, as premissas para os indicadores de metas, a princípio, poderão ser as mesmas adotadas em 2013, sujeitas às variações necessárias para refletir à conjuntura econômico-financeira global.

Exercício social a encerrar em 31/12/2014	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros	7,00	9,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas. (*)	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 45.500.000,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	R$ 10.068.633,75	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. A verba total anual será definida em Assembléia Geral Ordinária a reunir-se em 25 de abril de 2014.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembléias.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária de 14 de abril de 2011 o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. Em 2011, foram elegíveis ao Plano os componentes da Diretoria Estatutária, demais Diretores e Gerentes Gerais da Companhia.
Para o exercício social 2013 continua o plano aprovado em 14 de abril de 2011.

a) Termos e condições gerais

As regras gerais do plano são formalmente aprovadas pelos acionistas. Após a aprovação, o plano é gerenciado pelo Conselho de Administração, que tem o suporte do Comitê de Recursos Humanos para este fim. O Conselho de Administração e o Comitê são assessorados em aspectos técnicos e operacionais pelas áreas de recursos humanos, jurídica e financeira da Usiminas, ou consultores externos. Somente o Conselho de Administração tem poderes deliberativos sobre o plano, dentro dos limites aprovados pelos acionistas.

Todos os executivos e empregados são potencialmente elegíveis ao plano. Contudo, os efetivamente eleitos a receber outorgas deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, a partir de recomendação do Comitê de Recursos Humanos.

O plano tem outorgas de opções anuais (programas), respeitadas as regras e principalmente o capital autorizado (número de ações) pelos acionistas. Todos os programas anuais deverão ser previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

b) principais objetivos do plano

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas
- Incentivar criação de valor sustentável
- Atração e retenção
- Competitividade com as práticas de mercado

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O plano é considerado o elo entre os objetivos dos Administradores com os da Companhia.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano faz parte da estratégia de remuneração total da Usiminas, sendo um importante elemento para manutenção da competitividade das práticas da Companhia frente ao mercado, bem como ferramenta de atração e retenção de profissionais chave para o negócio.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O plano de *stock options* concede aos eleitos o direito de comprar ações da Usiminas a um preço (preço de exercício das opções) e prazos (carência para compra das ações) determinados. O preço pré determinado alinha o interesse de valorização das ações e os prazos de liberação para compra garantem decisões sólidas na busca de resultados de médio e longo prazo.

f) número máximo de ações abrangidas

O total máximo de ações abrangidas a serem outorgadas para todos os empregados elegíveis é de 50.689.310 ações preferenciais (USIM5), representando 5% do Capital total da Usiminas em 5 programas a serem realizados de 2011 a 2015.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade máxima de opções outorgadas em cada ano para o total de administradores elegíveis foi:

Outorga 2011 – 1.638.515 opções, representando 0,162% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2012 – 1.740.556 opções, representando 0,172% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2013 – 1.784.802 opções, representando 0,176% do total de ações de emissão da Companhia.

h) condições de aquisição de ações

A Opção deverá ser exercida mediante a aquisição ou subscrição das ações subjacentes em contrapartida do pagamento à Companhia do valor correspondente ao Preço de Exercício, nos termos do Contrato de Opção.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração define o preço de exercício ("Preço de Exercício") de cada Opção no momento em que a mesma é concedida, o qual é equivalente à cotação média ponderada de fechamento das Ações Preferenciais aplicáveis na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. ("BM&FBovespa") no mês anterior à data da concessão das Opções.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

O Conselho de Administração poderá fixar prazo a partir do qual a Opção passará a ser exercível ("Período de Carência") e também poderá estabelecer que a Opção venha a ser exercível em parcelas. Salvo deliberação em sentido diverso do Conselho de Administração, (i) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício um ano após a data de sua concessão, (ii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício dois anos após a data de sua concessão e (iii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício três anos após a data de sua concessão.

O Conselho de Administração poderá determinar o período máximo subsequente à data de concessão durante o qual a Opção poderá ser exercida ("Período de Exercício"), ressalvado que as Opções não poderão ser exercidas após 7 (sete) anos da data de sua concessão.

k) forma de liquidação

O preço de exercício de cada ação objeto da opção será pago à vista integralmente pelo empregado eleito na data do exercício da opção, isto é, da celebração do Contrato de Compra e Venda entre o empregado eleito e a Usiminas ou da assinatura do respectivo boletim de subscrição, conforme o caso.

l) restrições à transferência das ações

Durante o Período de Exercício, é vedado ao Participante alienar as Opções a ele concedidas ou constituir quaisquer ônus sobre tais Opções.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A suspensão, alteração ou extinção do plano se dá diante da cessação de vínculo do elegível ao programa de remuneração baseada em ações para com a Companhia, conforme mesmos critérios/eventos descritos no item abaixo.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Desligamento Sem Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho sem justa causa ou destituição de seu cargo de administrador não motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (b) Desligamento por Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho por justa causa ou destituição de seu cargo de administrador motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, todas as Opções ainda não exercidas, independentemente de serem passíveis de exercício ou não, serão extintas de pleno direito e canceladas na respectiva Data de Desligamento ou na data do evento que deu origem à demissão ou destituição do Participante, o que primeiro ocorrer. (c) Desligamento Voluntário - Na hipótese de desligamento voluntário de qualquer Participante da Companhia ou de suas Controladas, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (d) Desligamento por Aposentadoria - Na hipótese de Aposentadoria, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (e) Falecimento - Em caso de falecimento de um Participante, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e seus herdeiros ou sucessores, por sucessão legal ou testamentária, poderão exercê-las no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (f) Desligamento por Invalidez Permanente - No caso de um Participante encontrar-se em licença de trabalho contínua e autorizada causada por invalidez permanente, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e estas poderão ser exercidas no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (g) Desligamento Após Alienação de Controle da Companhia - Em caso de alienação, direta ou indireta, de ações que representem o controle acionário da Usiminas, o Participante que, nos primeiros 12 (doze) meses subsequentes à alienação do controle da Usiminas, for demitido sem justa causa ou cuja destituição do cargo de administrador não tenha sido motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista terá o direito ao exercício antecipado de todas as Opções a ele concedidas e poderá exercê-las no período de 30 dias após a respectiva Data de Desligamento, findado o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Quantidade de Valores Mobiliários em 31/12/2013

Empresa	Valor Mobiliário	Conselho de Administração (*)	Diretoria	Conselho Fiscal (*)
Usiminas	Ação Ordinária	36	4	1.000
Usiminas	Ação Preferencial Classe A	175.033	21.343	-

* O saldo de ações inclui os membros efetivos e suplentes dos conselhos de Administração e Fiscal.
** As opções outorgadas e não exercidas não estão incluídas no quadro acima.

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

A Assembléia Geral e Extraordinária, de 14 de abril de 2011, aprovou o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia.

A Companhia reconhece as despesas provenientes dos planos de outorga de opções de compra consoantes as Normas Contábeis CPC10 (R1) e ICPC05, que orientam a apuração e registro de acordo com o período de carência em que a opção se tornar exercível.

Remuneração baseada em ações referente aos exercícios sociais encerrados em 2011, 2012 e 2013

Programa 2011

	Diretoria Estatutária	**Conselho de Administração***
Nº de membros:	**6**	**1**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:	03/10/2011	03/10/2011
Quantidade de opções outorgadas:	1.361.441	78.268
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33).	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33).
Prazo máximo para exercício das opções:	7 anos da data da outorga	7 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	Não aplicável	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício:	R$ 11,98	R$ 11,98
Valor justo das opções na data da outorga:	R$ 5,05	R$ 5.05
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	0,1343% do capital total da Usiminas.	0,0071% do capital total da Usiminas.

* Outorga em função de ser empregado da Companhia.

Programa 2012

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
Nº de membros:	**7**	**1**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:	28/11/2012	28/11/2012
Quantidade de opções outorgadas:	1.447.091	46.112
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33).	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33) .
Prazo máximo para exercício das opções:	7 anos da data da outorga	7 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	Não aplicável	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício:	R$ 10,58	R$ 10,58
Valor justo das opções na data da outorga:	R$ 4,32	R$ 4,32
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	0,1427% do capital total da Usiminas.	0,0045% do capital total da Usiminas.

* Outorga em função de ser empregado da Companhia.

Programa 2013

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
Nº de membros:	**7**	**1**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:	28/11/2013	28/11/2013
Quantidade de opções outorgadas:	1.124.476	39.071
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33).	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33) .
Prazo máximo para exercício das opções:	7 anos da data da outorga	7 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	Não aplicável	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício:	R$ 11,47	R$ 11,47
Valor justo das opções na data da outorga:	R$ 6,30	R$ 6,30
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	0,1109% do capital total da Usiminas.	0,0039% do capital total da Usiminas.

* Outorga em função de ser empregado da Companhia.

Movimentação das opções outorgadas dos 3 últimos exercícios sociais

		Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
	Exercício social encerrado em 2011			
a	Das opções em aberto no inicio do exercício social	-	-	-
	Outorga Programa 2011	1.361.441	78.268	1.439.709
b	Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
c	Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
d	Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
	Das opções em aberto no final do exercício social	1.361.441	78.268	1.439.709
	Exercício social encerrado em 2012			
a	Das opções em aberto no inicio do exercício social	1.361.441	78.268	1.439.709
	Outorga Programa 2012	1.447.091	46.112	1.493.203
b	Das opções perdidas durante o exercício social	(951.328)	-	(951.328)
c	Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
d	Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
	Das opções em aberto no final do exercício social	1.857.204	124.380	1.981.584
	Exercício social encerrado em 2013			
a	Das opções em aberto no inicio do exercício social	1.857.204	124.380	1.981.584
	Outorga Programa 2013	1.124.476	39.071	1.163.547
b	Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
c	Das opções exercidas durante o exercício social	(183.596)	-	(183.596)
d	Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
	Das opções em aberto no final do exercício social	2.798.084	163.451	2.961.535
	Das opções em aberto exercíveis	572.176	67.549	639.725
	Das opções em aberto não exercíveis	2.225.908	95.902	2.321.810

13.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Referente ao Programa 2011

•	Órgão	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração***
•	número de membros	4	1
•	em relação às opções ainda não exercíveis		
i.	quantidade	136.704	26.089
ii.	data em que se tornarão exercíveis	03/10/2014	03/10/2014
iii.	prazo máximo para exercício das opções	02/10/2018	02/10/2018
iv.	prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
v.	preço médio ponderado de exercício	R$ 11,98	R$ 11,98
vi.	valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
•	em relação às opções exercíveis		
i.	quantidade	187.408	52.179
ii.	prazo máximo para exercício das opções	02/10/2018	02/10/2018
iii.	prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
iv.	preço médio ponderado de exercício	R$ 11,98	R$ 11,98
v.	valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
vi.	valor justo do total das opções no último dia do exercício social	**	**

* Receberam em função de serem executivos da companhia.

** A companhia não apurou o valor justo das opções no último dia do exercício social.

Referente ao Programa 2012

•	Órgão	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração***
•	número de membros	7	1
•	em relação às opções ainda não exercíveis		
i.	quantidade	964.728	30.742
ii.	data em que se tornarão exercíveis	28/11/2014 e 28/11/2015	28/11/2014 e 28/11/2015
iii.	prazo máximo para exercício das opções	27/11/2019	27/11/2019
iv.	prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
v.	preço médio ponderado de exercício	R$ 10,58	R$ 10,58
vi.	valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
•	em relação às opções exercíveis		
vii.	quantidade	384.768	15.371
viii.	prazo máximo para exercício das opções	27/11/2019	27/11/2019
ix.	prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
x.	preço médio ponderado de exercício	R$ 10,58	R$ 10,58
xi.	valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
xii.	valor justo do total das opções no último dia do exercício social	**	**

* Receberam em função de serem executivos da companhia.

** A companhia não apurou o valor justo das opções no último dia do exercício social.

Referente ao Programa 2013

•	Órgão	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração***
•	número de membros	7	1
•	em relação às opções ainda não exercíveis		
vii.	quantidade	1.124.476	39.071
viii.	data em que se tornarão exercíveis	28/11/2014, 28/11/2015 e 28/11/2016	28/11/2014, 28/11/2015 e 28/11/2016
ix.	prazo máximo para exercício das opções	27/11/2020	27/11/2020
x.	prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
xi.	preço médio ponderado de exercício	R$ 11,47	R$ 11,47
xii.	valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
•	em relação às opções exercíveis		
xiii.	quantidade	-	-
xiv.	prazo máximo para exercício das opções	27/11/2020	27/11/2020
xv.	prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
xvi.	preço médio ponderado de exercício	R$ 11,47	R$ 11,47
xvii.	valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
xviii.	valor justo do total das opções no último dia do exercício social	**	**

* Receberam em função de serem executivos da companhia.

** A companhia não apurou o valor justo das opções no último dia do exercício social.

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

No exercício de 2013 foram exercidas as seguintes opções pela Diretoria Estatutária:

• Órgão	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração**
• número de membros	3	0
• Em relação as opções exercidas informar:		
• Numero de ações	183.596	0
• preço médio ponderado de exercício	10,58	0
• Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas as opções exercidas	2,77	0
• Em relação as ações entregues		
• Numero de ações	NA	NA
• preço médio ponderado de aquisição	NA	NA
• Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	NA	NA

Nos anos de 2011 e 2012 não foram exercidas opções de compra de ações.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

As principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black-Scholes dos programas de outorgas foram as seguintes:

Outorga 2011

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R$ 4,83	R$ 5,07	R$ 5,27
Preço da ação no momento	R$ 11,45	R$ 11,45	R$ 11,45
Preço de exercício	R$ 11,98	R$ 11,98	R$ 11,98
Volatilidade do preço da ação	50,70%	50,70%	50,70%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	2,94%	2,94%	2,94%
Taxa de retorno livre de risco	11,62% a.a.	11,65% a.a.	11,69% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

Outorga 2012

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R$ 4,06	R$ 4,32	R$4,61
Preço da ação no momento	R$ 10,38	R$ 10,38	R$ 10,38
Preço de exercício	R$ 10,58	R$ 10,58	R$ 10,58
Volatilidade do preço da ação	37,95%	37,95%	37,95%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0,63%	0,63%	0,63%
Taxa de retorno livre de risco	8,63% a.a.	8,75% a.a.	8,87% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

Outorga 2013

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R$ 5,87	R$ 6,30	R$ 6,58
Preço da ação no momento	R$ 11,88	R$ 11,88	R$ 11,88
Preço de exercício	R$ 11,47	R$ 11,47	R$ 11,47
Volatilidade do preço da ação	43,38%	43,38%	43,38%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0%	0%	0%
Taxa de retorno livre de risco	11,34% a.a.	11,37% a.a.	11,40% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

i. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Metodologia Black-Scholes. Não existe exercício antecipado das opções, o vesting é de 33% por ano após o 1º, 2º e 3º anos da data da outorga do plano.

ii. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade foi considerada o histórico ajustado de 36 meses anteriores à outorga.

iii. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foi incorporada nenhuma outra característica na mensuração do valor justo.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários						
Orgão	Nº Membros	Nome do Plano	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições para se aposentar antecipadamente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores
Conselho de Administração (*)	0	N/A	N/A	N/A	0	0
Diretoria Estatutária (**)	1	USIPREV	1	Nenhum dos Administradores	**R$ 542.784,07**	**R$ 143.172,90**
(*) A companhia não possui planos de previdência para membros do Conselho de Administração.						
(**) Dois diretores requereram o benefício de aposentadoria pela USIPREV em 02/2013. Suas contribuições, realizadas em 2013, encontram-se incluídas no quadro acima. Saldo acumulado das suas contas de aposentadoria não compõem o saldo informado em 31/12/2013.						

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: órgão, número de membros, valor da maior remuneração individual, valor da menor remuneração individual e valor médio de remuneração individual.

As informações apresentadas neste item estão de acordo com os dados informados no item 13.2.

Valores em reais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Número de membros	7,00	6,42	6,33	10,33	9,50	7,00	5,00	4,75	4,83
Valor da maior remuneração (reais)	6.103.224,53	3.143.438,84	8.306.932,89	1.966.504,94	1.286.454,11	1.754.393,23	145.831,80	144.883,97	151.895,30
Valor da menor remuneração (reais)	2.962.227,67	1.151.637,02	1.348.048,52	375.300,00	273.400,00	259.200,00	145.831,80	144.883,97	151.895,30
Valor médio da remuneração (reais)	3.646.888,09	2.695.999,20	2.985.006,23	527.996,61	480.745,12	472.799,03	145.831,80	143.886,24	149.635,13

Observações:

(a) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

(b) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, tendo em vista não existirem os instrumentos indicados.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

ÓRGÃO	Exercício social encerrado (2013)	Exercício social encerrado (2012)	Exercício social encerrado (2011)
Conselho de Administração	79%	79%	87%
Conselho Fiscal	60%	60%	76%

Diretoria Estatutária	60%	64%	11%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Valores em reais

ÓRGÃO	Exercício Social encerrado (2013)	Exercício Social encerrado (2012)	Exercício Social encerrado (2011)
Conselho de Administração	171.547,76	102.943,48	23.937,42
Conselho Fiscal	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

As informações referentes ao exercício de 2013 não foram recebidas até o momento. As mesmas serão informadas quando da entrega do formulário de referência em 29 de maio de 2014, conforme divulgado no calendário de eventos corporativos arquivado na CVM em 11 de março de 2014.

Exercício Social 2012 – demais remunerações recebidas, em função das relações descritas no tem 12.10.b.

Exercício social 2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	29.347.202,30	1.447.188,44	284.180,10	31.048.570,84
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

Exercício Social 2011 – demais remunerações recebidas, em função das relações descritas no tem 12.10.b.

Exercício social 2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	3.584.312,80	979.237,72	182.705,27	4.746.255,79
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Não há.